



GUIA DE FONTES

PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS

O PROJETO RESGATE "BARÃO DO RIO BRANCO" E O GUIA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS

Esther Caldas Bertoletti
Coordenadora Técnica do PROJETO RESGATE

Quando foram pensadas e estruturadas as diversas etapas do *Projeto Resgate* "Barão do Rio Branco" antevia-se o grande desafio que seria a elaboração de um moderno guia das fontes documentais existentes nos arquivos holandeses, relativo ao período colonial brasileiro. Tratava-se de revisitar os arquivos holandeses, agora bastante modernizados, diferentes daqueles antigos templos de memória percorridos por Joaquim Caetano da Silva, José Hygino Duarte Pereira e José Antônio Gonsalves de Mello.

Afinal, fora a Holanda que, pioneiramente, publicara em 1898 um *Manual dos Arquivistas Holandeses* para a organização dos seus arquivos que permanece, segundo os especialistas, ainda hoje, como bastante atual.

Por outro lado, desde que o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) no final da década de 50, com a empenhada colaboração da *Unesco*, incentivou a publicação dos *Guias de Fontes para a História das Nações* que, em diversos países, surgiram alguns excelentes instrumentos de pesquisa que apontavam para os novos caminhos a serem percorridos. O da Holanda, que indicava onde estavam as fontes para a História da América Latina, saiu em 1968: *Guide to the Sources in the Netherlands for the History of Latin American*. Roessingh, M.P.H. The Hague: Government Publishing Office, Algemeen Rijksarchief, General State Archives, 1968. 232 p.

É indiscutível não só a importância de uma maior publicização dos documentos hoje possível com os recursos da microfilmagem, como também, da utilização dos Guias dos Arquivos, verdadeiros instrumentos de pesquisa que facilitam e mesmo viabilizam os trabalhos a serem encetados. São os instrumentos de pesquisa que fornecem as informações básicas sobre um ou mais arquivos e seus fundos, grupos ou séries, e peças documentais e verdadeiramente as Obras de Referência dos documentos pois identifica, localiza, resume ou transcreve com a finalidade de controle e de acesso aos acervos. Merece destaque o trabalho da Fundación Histórica *Tavera*, de Madrid, que através de seu Centro de Referência de instrumentos de pesquisa sobre fontes manuscritas para a História de Iberoamérica coleta e divulga os diversos instrumentos de pesquisa existentes nos arquivos de interesse para a pesquisa sobre os países ibero-americanos (*Fuentes Manuscritas para la História de Iberoamérica*. Guia de Instrumentos de Investigación. Suplemento. Hilton, Sylvia L e Casanovas, Ignacio Gonzalez. Madrid. 1995 e 1997). Já os Guias de Fontes são instrumentos de pesquisa mais específicos, relativos a um determinado tema, como é o caso do presente *Guia* que se publica sob o olhar analítico de Leonardo Dantas Silva, voltado a nos fornecer informações de caráter geral também com sumário dos acervos documentais e das respectivas entidades detentoras, na Holanda, da documentação do período da História do Brasil Holandês.

Diferentemente do que apresentava os acervos portugueses, com cerca de 80 % dos documentos sobre o período colonial brasileiro concentrados no Arquivo Histórico Ultramarino – criado em 1930 para abrigar



GUIA DE FONTES

PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS

Acervos de manuscritos em
arquivos holandeses

SÉRIE OBRAS DE CONSULTA, 22

Presidente da República – *Fernando Henrique Cardoso*
Vice-Presidente da República – *Marco Antônio de Oliveira Maciel*
Ministro da Cultura – *Francisco Weffort*
Delegado Regional do Ministério da Cultura em Pernambuco –
João Inácio Ribeiro Roma Neto

Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco
Coordenador Geral – *Wladimir Murtinho*
Coordenadora Técnica – *Esther Caldas Bertoletti*

IPAD – Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento
Tecnológico e Científico
Diretor-Presidente – *Valdemar Vieira de Melo*
Presidente do Conselho Editorial – *Júlio Correia*
Coordenadora de Cultura – *Maria das Graças Melo*

FJN – Fundação Joaquim Nabuco
Presidente – *Fernando de Mello Freyre*
Superintendente do Instituto de Cultura – *Silvana Lumachi Meireles*

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
Reitor – *Mozart Neves Ramos*

Foi feito o depósito legal

GUIA de fontes para a história do Brasil holandês: acervos de manuscritos em arquivos holandeses. Organização de Marcos Galindo e Lodewijk Hulsman; apresentação de Francisco Weffort; estudo introdutório e organização editorial de Leonardo Dantas Silva. Brasília: Minc, Projeto Resgate; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2001. XLIII, 376p. (Obras de consulta, 22). Inclui bibliografia. Contém: Arquivos holandeses, José Hygino Pereira, 1885 – 1886; A Universidade do Recife e a pesquisa histórica, 1957-1958, José Antônio Gonsalves de Mello.

ISBN 85-7019-360-2

1. BRASIL – HISTÓRIA – DOMÍNIO HOLANDÊS 1624-1654.

I. Série

CDU 981 "1624-1654"

GUIA DE FONTES

PARA A HISTÓRIA DO BRASIL HOLANDÊS

Acervos de manuscritos em
arquivos holandeses

Organizadores
Marcos Galindo
Lodewijk Hulsman

Apresentação
Ministro da Cultura Francisco Weffort

Estudo Introdutório e organização editorial
Leonardo Dantas Silva

Contém:
Arquivos Holandeses, 1885-1886
José Hygino Duarte Pereira
A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica, 1957-1958
José Antônio Gonsalves de Mello

Brasília
Minc – Projeto Resgate
Recife
Fundação Joaquim Nabuco
Editora Massangana - Instituto de Cultura
2001

ISBN 85-7019-360-2

© 2001 Minc – Projeto Resgate de Documentação Histórica
Barão do Rio Branco
Esplanada dos Ministérios – Brasília – DF

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Fundação Joaquim Nabuco
Fernando de Mello Freyre - Presidente

Instituto de Cultura
Silvana Meireles - Superintendente

Direção Executiva da Editora Massangana
Leonardo Dantas Silva
Diretor
Rejane Vieira Pinto
Coordenadora de Editoração
Almevaldo Oliveira
Coordenador de Comercialização

Ilustração da capa: Retrato de João Maurício, Conde (depois Príncipe) de Nassau-Siegen (1606-1679), Governador do Brasil Holandês (1636-1641), segundo pintura de J. de Baen (1633-1702). Acervo da Mauritshuis (Haia).

Ilustração da folha de guarda e cortinas: O Porto do Recife visto dos arrecifes, segundo detalhe de Frans Post (1645)

Revisão: Tereza Pereira, Edilce Pessoa e Solange Carvalho
Capa: Rosângela Mesquita
Editoração eletrônica: Socorro Omena e Vera Guimarães
Impressão digital: Antônio Laurentino, Edmundo Bentzen e Vera Guimarães

SUMÁRIO

Apresentação - Novos Arquivos	VII
Ministro da Cultura - Francisco Weffort	
Estudo Introdutório - Brasil holandês:	XI
Os caminhos do conhecimento -	
Leonardo Dantas Silva	
Fundação Joaquim Nabuco (Recife)	
Um Guia dos Arquivos Holandeses	01
Marcos Galindo	
ARQUIVOS HOLANDESES	17
Algemeen Rijksarchief - ARA	19
Arquivo Geral do Estado	
Gemeent Archief Amsterdam	49
Arquivo Municipal de Amsterdã	
Koninklijk Huisarchief	67
Arquivo da Casa Real	
Biblioteca Rijksuniversiteit te Lijden	73
Seção de manuscritos da Biblioteca da	
Universidade de Leiden	
Zeeuws Archief	81
Rijksarchief da Zelândia	
Rijksarchief in Noord-Holland	89
Arquivo Real em Haarlem	
Rijksarchief in de provincie Groningen	93
Arquivo Real da província de Groningen	
RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1885-1886	97
José Hygino Duarte Pereira	

ARQUIVOS HOLANDESES 99
José Hygino Duarte Pereira

Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais	111
Arquivo dos Tribunais da Holanda	145
Arquivos dos Estados-Gerais	153
Arquivo Particular do Rei	161
Mapas	179
Livros e Opúsculos	185
Retratos	193
Gravuras da obra de De Laet	195
Museu Britânico	199
Prestação de contas	205
Uma dívida de gratidão	209
A palavra do Governo	211
Coleção Brieven Papieren	247
Coleção Criminele Papieren	279

RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1957-1958 285
José Antônio Gonsalves de Mello

A UNIVERSIDADE DO RECIFE E A PESQUISA HISTÓRICA	287
Missão nos Arquivos I	345
Missão nos Arquivos II	355
Missão nos Arquivos III	365

APRESENTAÇÃO FRANCISCO WEFFORT



NOVOS ARQUIVOS

Francisco Weffort

Ministro da Cultura

O Projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia Barão do Rio Branco fez coincidir em 2001, ano em que se encerram as comemorações da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, com a publicação dos Guias dos Arquivos europeus que possuem documentos sobre o período colonial. Conclui-se em Lisboa a organização e microfilmagem do conjunto documental tão zelosamente guardado no Arquivo Ultramarino, e que agora, com seu conteúdo devidamente conhecido e integral, está disponível em todo o território nacional, para alegria de nossos pesquisadores. É pois oportuna a publicação dos *Guias* – instrumentos de pesquisa que nos possibilitarão navegar mais seguramente no “mar oceano” de documentos dos primeiros trezentos anos de nossa história. Melhor contribuição não poderia o Ministério da Cultura oferecer ao povo brasileiro que a possibilidade de desvendar as origens da ocupação do seu território a partir de 1500, colocando à disposição de todos, democraticamente, cópias fiéis dos documentos que falam

de nossa história colonial até a nossa independência, em 1822.

Para além dos trabalhos de pesquisa que a massa documental já trazida de Portugal, os *Guias de Fontes* que começam a ser publicados este ano inicial do século XXI, e sendo o primeiro este *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês*, publicado com o cuidado editorial de Leonardo Dantas Silva, pela Editora Massangana e com o apoio de instituições pernambucanas as mais ilustres, como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o Instituto de Cultura da Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade Federal de Pernambuco e o Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico, graças ao trabalho do pesquisador pernambucano Marcos Galindo e ao acompanhamento do Delegado Regional do Ministério da Cultura em Pernambuco, João Roma Neto. Seguir-se-ão, ainda este ano, as publicações dos *Guias de Fontes Manuscritas dos Arquivos Espanhóis, Franceses e Italianos*.

Retomando-se, revitalizando-se e complementando-se todo o esforço feito desde o século XIX, podemos afirmar que somando o trabalho de muitos alcançaremos – se não a totalidade – pelo menos o objetivo de disponibilizar aos pesquisadores brasileiros, de forma moderna e mais científica possível, o acesso às fontes de sua história.

Estaremos atentos com o lançamento deste *Guia das Fontes Holandesas* às parcerias que certamente surgirão das diversas empresas de origem holandesa

estabelecidas no nosso país e do próprio governo holandês no seguimento lógico dos trabalhos, ou seja, o envio de pesquisadores brasileiros para a Holanda, para que juntamente com os especialistas holandeses, possamos penetrar em cada documento, fazendo o resumo indicativo e facilitador das pesquisas, microfilmando e publicando os seus Catálogos por fundos documentais. Não sonhamos em fazer traduções ou versões para o português ou para o francês como o fez no século XIX o pesquisador Joaquim Caetano da Silva, como podemos ver nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou copiar à mão como o ilustre pernambucano José Hygino Duarte Pereira – que neste ano comemoramos os 100 anos de sua morte – disponibilizar, na sua integridade informacional, a exemplo do realizado em Portugal.

O *Projeto Resgate* vem cumprindo o seu papel e as suas metas à proporção em que disponibiliza os originais e oferece as informações publicadas em Catálogos e Guias, sob a coordenação geral do Embaixador Wladimir Murtinho e com o trabalho de coordenação da técnica Esther Bertoletti, funcionários deste Ministério, diretamente ligados ao meu Gabinete, cujo dia-a-dia acompanho com grande satisfação.

Cabe-me pois, como Ministro da Cultura, agradecer a todos e a cada um que de uma forma ou de outra participa deste ingente esforço nacional de recuperação das fontes manuscritas do seu passado colonial existentes nos arquivos europeus.

Possamos todos os brasileiros, portugueses, holandeses, franceses, italianos, espanhóis e demais povos nos conhecer melhor para podermos construir um futuro mais integrado nestes tempos que apenas se iniciam neste ano de 2001.

ESTUDO INTRODUTÓRIO

LEONARDO DANTAS SILVA



BRASIL HOLANDÊS:

Os caminhos do conhecimento

Leonardo Dantas Silva

Fundação Joaquim Nabuco (Recife)

Na primeira metade do século XVII, a Holanda, buscando uma base para as operações de sua armada no Novo Mundo, volta suas vistas para o Brasil, visando estabelecer-se sobretudo em Salvador, no Rio de Janeiro ou em Olinda. Salvador foi inicialmente escolhida como base de ataque às frotas da Espanha e de Portugal, e etapa na rota para as Índias Orientais. Em 1623, uma frota financiada pela Companhia das Índias Ocidentais e comandada pelos almirantes Jacob Willeken e Pieter Heyn invade a capital da Bahia. Expulsos no ano seguinte, os almirantes holandeses retornam à pirataria e, no Mar das Caraíbas, apresam a rica Frota da Prata, do reino de Espanha, obtendo recursos suficientes para a tomada de Pernambuco em 1630.

A riqueza da capitania de Pernambuco na primeira metade do século XVII, bem conhecida em todos os portos do Velho Mundo, veio a despertar a atenção dos Países Baixos que, em guerra com a Espanha, sob cuja coroa estava Portugal e suas colônias, necessitavam de todo o açúcar produzido

no Brasil para suas refinarias (26 só em Amsterdã). Com o insucesso da invasão da Bahia, onde permaneceram por um ano, mas com o valioso apoio de Isabel da Inglaterra e Henrique IV da França, rancorosos inimigos da Espanha, os Estados Gerais, reunidos na Haia sob a liderança da Holanda, voltaram o seu interesse para Pernambuco, utilizando-se para isso da Companhia das Índias Ocidentais, formada pela fusão de pequenas associações, em 1621, cujo capital elevava-se, na época, a 7 milhões de florins.

A produção de 121 engenhos de açúcar, “correntes e moentes” no dizer de van der Dussen,¹ viria a despertar a sede de riqueza dos diretores da Companhia, que armou uma formidável esquadra sob o comando do almirante Hendrick Corneliszoon Lonck, que, com 65 embarcações e 7.280 homens, apresentou-se nas costas de Pernambuco em 14 de fevereiro de 1630, iniciando assim a história do Brasil holandês.

Senhores da terra, os holandeses escolheram a povoação do Recife como sede dos seus domínios no Brasil, por ter nesta praça a segurança de que não dispunham em Olinda, esta, “por ser aberta por muitas partes e incapaz de defesa”, na observação de Diogo Lopes Santiago.² Na noite de 25 de novembro de 1631, resolveram os chefes holandeses pôr fogo na sede da capitania de Pernambuco, “a infeliz vila de Olinda tão afamada por suas riquezas e nobres edifícios, arderam seus templos tão famosos, e casas que custaram tantos mil cruzados em se fazerem” (Santiago).

A dominação holandesa prolongou-se por 24 anos, passando o Recife de simples porto de Olinda a capital da nova ordem.

¹ DUSSEN, Adriaen van der. *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639): suas condições econômicas e sociais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947. 168 p. Tradução, introdução e notas de J. A. Gonsalves de Mello.

² SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v. 1) 1. ed. integral, segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto (Portugal).

1. João Maurício de Nassau

Seis anos depois da conquista de Pernambuco, o Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais convidou para ocupar a função de Governador-Geral um jovem coronel do exército da União, Conde João Maurício de Nassau-Siegen. Alemão, nascido em Dillenburgo em 17 de agosto de 1604, João Maurício era o filho primogênito do Conde João VII e de sua segunda esposa Margarida von Helstein-Soderborg, uma parente da família real da Dinamarca.

Quando o Conde João Maurício de Nassau aportou em Pernambuco, na qualidade de Governador do Brasil holandês, em 23 de janeiro de 1637, trazia em sua comitiva não um exército, à moda dos colonizadores de então, mas uma verdadeira missão artística e científica que ainda hoje desperta a atenção dos estudiosos daquele período.

Com 33 anos de idade, o novo governador fez-se acompanhar do latinista e poeta Franciscus Plante, do médico e naturalista Willem Piso, do astrônomo e naturalista George Marcgrave, dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, do médico Willem van Milaenen, além de outros nomes. Durante o seu governo pôde ainda contar com os serviços de especialistas de relevo, como o do humanista Elias Herckmans, dos cartógrafos Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons, do desenhista Gaspar Schalkalden, do pintor Zacharias Wagener, além do urbanista e arquiteto Pieter Post, que vieram a se integrar em datas posteriores a esta missão de cientistas.

Chegando ao Brasil, o Conde de Nassau

procurou, de imediato, estabelecer a segurança da colônia. Reunindo um exército, com ele partiu em direção ao sul de Pernambuco, conseguindo as vitórias do Comandatuba e Porto Calvo, o que obrigou o comandante das tropas luso-brasileiras, Conde de Bagnuolo, o napolitano Giovanni Vincenzo de San Felice, a cruzar o Rio São Francisco e a retirar-se para a Bahia. Suspendendo a marcha, o Conde de Nassau firmou na margem esquerda do Rio São Francisco o limite sul da conquista, fundando a vila do Penedo e o forte Maurício. Consolidando a conquista, pôde o Conde de Nassau, em consonância com os Altos e Secretos Conselheiros, dedicar-se à tarefa do restabelecimento econômico da colônia procurando, de início, restaurar a indústria açucareira que, com o conseqüente abandono de alguns engenhos pelos seus proprietários luso-brasileiros, com a fuga dos escravos e com os estragos da guerra, estavam em ruínas.

Objetivando a ocupação dos engenhos abandonados e confiscados pela Companhia das Índias Ocidentais, abriu inscrições para os novos adquirentes, permitindo que os débitos fossem pagos a prazo; estabeleceu o crédito rural, com a ajuda dos homens de negócio da colônia e correspondentes de capitalistas holandeses e de judeus *sefardins*; e, a fim de conseguir a mão-de-obra necessária, ocupou o Forte de São Jorge da Mina, no Golfo da Guiné, em 1637, então um importante empório de escravos. Somente em 1637, quando de sua chegada, foram vendidos 44 engenhos; seis dos quais arrematados por comerciantes judeus.

Na administração de João Maurício de Nassau, um surto de progresso tomou conta do

Brasil holandês, cujas fronteiras foram estabelecidas do Maranhão à foz do Rio São Francisco. O Recife, “coração dos espíritos de Pernambuco” na observação de Francisco de Brito Freyre, veio a sofrer inúmeros melhoramentos e testemunhar vários pioneirismos, como a instalação do primeiro observatório astronômico das Américas. Uma nova cidade veio a ser construída na ilha de Antônio Vaz, onde os franciscanos haviam estabelecido em 1606 o convento de Santo Antônio. A nova urbe, projetada por Pieter Post, um dos principais representantes, ao lado de Jacob van Campen, do classicismo arquitetônico nos Países Baixos, veio a receber a denominação de *Cidade Maurícia*, em 17 de dezembro de 1639, a *Maurits Stadt* dos holandeses, cujos mapas, aspectos e panorama (94 x 63 cm.) aparecem na obra de Gaspar Barlaeus, publicada em Amsterdã (1647), e em outras produções artísticas de sua época.³

Aos melhoramentos urbanísticos, inclusive a construção do palácio de Friburgo (conhecido popularmente como Palácio das Torres) e da casa da Boa Vista, de um horto zoobotânico, de um segundo observatório astronômico, situado no Palácio de Friburgo, de canais e viveiros, a construção do templo dos calvinistas franceses, a instalação de duas pontes em grandes dimensões, a primeira ligando o Recife à Maurícia (a nova cidade erguida na ilha de Antônio Vaz) e a outra ligando esta ao continente, vieram juntar-se os trabalhos dos artistas que faziam parte da comitiva.

Uma intensa produção de uma arquitetura não religiosa, de pinturas e desenhos documentando a paisagem, urbana e rural, retratos, figuras humanas e de animais, naturezas mortas,

³ Ao contrário do que afirmam alguns autores, Pieter Post esteve também no Recife durante o governo do Conde de Nassau. A informação é confirmada por José Antônio Gonsalves de Mello que, quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-1958), encontrou no Arquivo Geral do Reino (*Algemeen Rijksarchief*), na Haia, no Cartório da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha), maço n.º 54, uma lista de compradores em um leilão de escravos realizado no Recife, em data de 5 de maio de 1639, na qual o “Senhor Pieter Janssen Post [adquire] dois escravos para seu serviço” (*Heer Pieter Janssen Post tot sijn dienst*).

serviram para documentar e divulgar esta parte do Brasil em todo o mundo. Estudos sobre a flora, a fauna, a medicina e os naturais da terra, bem como observações astronômicas e um detalhado levantamento cartográfico da região, dizem da importância da presença do Conde João Maurício de Nassau à frente desta missão de artistas e cientistas.

Era o Brasil holandês, à época do governo do Conde João Maurício de Nassau, uma democracia racial ascendente formada por holandeses, franceses, flamengos, italianos, belgas, alemães e uma infinidade de judeus, oriundos da Península Ibérica e do Norte da Europa, que para aqui vieram e deixaram os seus descendentes; lembranças ainda hoje presentes em tipos alvos, de cabelos louros e olhos claros, encontrados em comunidades do interior do Nordeste brasileiro. Demonstra José Antônio Gonsalves de Mello, in *Tempo dos Flamengos*, que tais uniões eram tão freqüentes que no artigo 5º da versão holandesa do documento de capitulação, assinado em 26 de janeiro de 1654, "consentia aos vassallos dos ditos Senhores Estados Gerais casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra, que fossem tratados como se fossem casados com holandesas". Uma testemunha da época, procurador da Coroa e Fazenda Real, Antônio da Silva e Souza, assegura que "se concedeu aos flamengos que quisessem ficar logrando suas fazendas que as terão assim como as tinham de antes e como se foram portugueses, gozando de todos os privilégios que eles gozam". – E não foram poucos os que ficaram, visto estarem unidos a mulheres da terra, com famílias e propriedades estabelecidas.

Ainda no seu tempo, João Maurício de Nassau, "temeroso das represálias do Governo-Geral do Brasil português, na Bahia, pelos incêndios lançados aos engenhos do Recôncavo pelos holandeses em maio e junho de 1640" (Gonsalves de Mello), resolve convocar uma Assembléia Geral para 27 de agosto a 4 de setembro daquele ano, com a participação de 56 luso-brasileiros, moradores especialmente eleitos de todas as freguesias das capitâneas de Pernambuco, de Itamaracá e da Paraíba. Essa primeira Assembléia, proclamada por Oliveira Lima como legislativa e "a primeira da América do Sul", no que não concorda José Antônio Gonsalves de Mello,⁴ veio a ser realizada em Maurícia, sob a presidência do Conde de Nassau, que conclamou na sessão de encerramento os agricultores a abandonar a monocultura da cana-de-açúcar em favor das chamadas especiarias orientais e a produção do algodão e do anil, sonhando ainda com a fundação de uma universidade e com a instalação de uma tipografia.

2. Clássicos Nassovianos

Quando de sua estada em terras do Brasil (1637-1644), o Conde João Maurício de Nassau-Siegen fez reunir o material necessário para um amplo programa editorial visando divulgar esta parte do Novo Mundo para a Europa de então. Ao retornar aos Países Baixos, após sete anos em terras brasileiras, contratou os serviços do conhecido humanista Gaspar van Baerle ou, como veio a ser conhecido, Gaspar Barlaeus (1584-1648), professor

⁴ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Fontes para a História do Brasil Holandês*. Recife: IPHAN, 1985.

do *Athaeneum Illustre* de Amsterdã, o qual, apesar de nunca ter estado no Brasil, veio a ser autor do mais belo livro sobre o período holandês.

Para a realização do seu intento, João Maurício franqueou seus arquivos, e o restante da documentação foi coletado através de pessoas que estiveram no Brasil, dentre as quais o judeu português Gaspar Dias Ferreira, amigo pessoal do conde. Nada foi poupado em favor da bela edição, que aparece impressa em Amsterdã em 1647 com o título *Casparis Barlaei – Rerum Per Octenium in Brasilia Et alibi nuper gestarum, Sub Praefectura Illustrissimi Comitiss I. Mavritii, Nassoviae* etc. Impresso na tipografia de Joannis Blaeu, no formato 46x29cm., trazendo como folha de rosto uma bem elaborada gravura e um retrato do conde assinado por Theodoro Matham (1605-1660), o livro é composto de 340p., com 56 gravuras impressas em papel especial, das quais 24 são mapas e plantas de sítios e fortificações; as 31 restantes são cenas da frota holandesa, combates navais, paisagens e vistas marinhas; 27 levam a assinatura de F. Post (1612-1680) e 15 datam de 1645. Estas gravuras teriam sido executadas em lâminas de cobre por Jan Broosterhuisen (c 1596-1650) e, segundo alguns autores, por Salomon Savery, a quem foram confiadas as gravações das batalhas navais. O conjunto de mapas é de autoria de George Marcgrave e o de n.º 40, no qual aparece o Recife e seus arredores em 1644, parece ser obra do conhecido cartógrafo Cornelis B. Golijath. Os mapas do Brasil holandês, formados pelo conjunto de George Marcgrave, reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.⁵

5 MORAES, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana* etc. 2ª ed. Revised and enlarged edition UCLA Latin American Center Publications. University of California, Los Angeles. Livraria Kosmos Editora, Rio de Janeiro [1983]. Prefácio de Ludwig Lauerhass, Jr. 2 v. II.

Trata-se de um dos mais belos livros já produzidos sobre o Brasil, com descrições de regiões da África e um mapa do Chile (não numerado), cujas cópias foram presenteadas por João Maurício a diversas personalidades da época. As encadernações originais foram elaboradas em pergaminho, com ilustrações feitas por gravuras em cobre, existindo, ainda, cópias com gravações em ouro e outras aquareladas em datas posteriores. Um desses exemplares foi presenteado a D. João IV pelo embaixador de Portugal na Holanda, Francisco de Souza Coutinho, na época do seu lançamento em 1647. O exemplar, pertencente à Biblioteca Real, veio para o Brasil em 1808, com a transferência da Família Real portuguesa, e hoje integra o acervo da Biblioteca Nacional.

A primeira edição foi escrita em latim (1647), sendo depois traduzida para o alemão (1659) e, na sua íntegra, para o holandês (1923); esta última por Samuel Pierre L'Honoré Naber, numa tiragem reduzida de 160 exemplares. No Brasil, a obra foi traduzida para o português pelo Prof. Cláudio Brandão, em 1940, tendo-a publicado o Ministério da Educação em duas apresentações, a primeira com 45,5 cm x 31,5 cm, com as reproduções da edição original em zincogravura, e a outra em menor tamanho sem ilustrações.

Em 1979, quando do transcurso do tricentenário do falecimento do Príncipe João Maurício de Nassau, ocorrido em 20 de dezembro de 1679, na sua propriedade de Berg und Tal, nos arredores de Cleve, na Alemanha, foram editados no Recife: o álbum de gravuras *O Brasil que Nassau conheceu*⁶ e a notável obra de Gaspar Barlaeus,

⁶ *O BRASIL que Nassau conheceu*. Organização de Leonardo Dantas Silva. Apresentação de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1979. (Coleção Pernambucana: 1ª fase, v. 20). Reprodução fac-similar *in folio* das ilustrações da 1. ed. da obra de Gaspar Barlaeus, impressa em Amsterdã (1647). 58 gravuras, 27 assinadas por F. Post (1612-1880) e 15 datadas de 1645.

História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil etc.,⁷ magnificamente ilustrado com lâminas desdobráveis assinadas por Frans Post e mapas de autoria de George Marcgrave e Cornelis Bastianszoon Golijath, copiadas diretamente da edição de Amsterdã (1647).

A produção científica de Willem Piso (1611-1678) e de George Marcgrave (1610-1644) aparece em 1648 quando da publicação da obra *Historia naturalis Brasiliae etc.*, impressa em Amsterdã, no formato 38cm x 35cm por Elzevier. A edição contou com a colaboração de Joannes de Laet, autor de *L'Histoire du Nouveau Monde* ou *Description des Indes Occidentales*, impressa em Leiden em 1640, que a pedido do Conde João Maurício de Nassau se encarregou da compilação e tradução das notas de George Marcgrave, prematuramente falecido na África em 1644. Em sua primeira edição, o livro reúne 429 ilustrações de autoria dos pintores da comitiva de Nassau e algumas xilogravuras do próprio Marcgrave, sendo aberto por uma folha de rosto magnificamente ilustrada por Theodoro Matham. Assinada por dois autores, têm os quatro primeiros livros autoria de Willem Piso, *De Medicina Brasiliensi*, e os oito restantes de George Marcgrave, *História rerum naturalium Brasiliae*, os quais foram compilados e anotados por Joannes de Laet. Os oito livros finais tratam, os três primeiros de botânica, o quarto sobre peixes, o quinto sobre pássaros, o sexto sobre quadrúpedes e serpentes, o sétimo sobre insetos e o oitavo (escrito por Joannes de Laet) descreve a região do Nordeste do Brasil e seus habitantes. Esta última parte é de raro valor etnográfico e lingüístico, sendo utilizada na sua elaboração notas

⁷ BARLAEUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados no Brasil*. Trad. Cláudio Brandão; Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980. XIII, 410 p. Il. 60 gravuras, reproduzidas em fac-símile da ed. de Amsterdã de 1647, 27 assinadas por Frans Post (1645). (Coleção Recife; v. 4).

de Jacob Rabbi, notável intérprete a serviço dos holandeses, e o extenso vocabulário tupi compilado pelo padre José de Anchieta.⁸

Alegando imperfeições na primeira edição, Willem Piso promoveu uma segunda em 1658, *De Indiae Utriusque re naturali et medica*, impressa em Amsterdã, nas oficinas de Ludovicus et Daniel Elzevier, no formato 36 x 22cm. A obra compreende seis livros do próprio Piso, reunidos sob o subtítulo *Historiae naturalis et medicae Indiae Occidentalis*, 332 p.; *Tractatus topographicus et metereologicus Brasiliae, cum Observatione Eclipsis Solaris*, 39 p., de autoria de George Marcgrave; *Historiae naturalis et medicae Indiae Orientalis*, 160 p., de autoria de Jacobi Bonti e um estudo sobre a *Mantissima aromatica*, do próprio Piso. Esta edição é aberta por uma notável folha de rosto, gravada em lâmina de cobre provavelmente por Theodoro Matham, a qual se sucedem cinco páginas sem numeração. Os originais da obra encontram-se na Biblioteca Albertina, em Viena, sendo as duas edições ainda hoje muito consultadas pelos estudiosos da matéria contida em seus capítulos.

Em 1942, a *Historia naturalis Brasiliae etc.* veio a ser traduzida para o português pelo monsenhor José Procópio de Magalhães, sob o título *História Natural do Brasil*, numa publicação do Museu Paulista e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, *in folio*, 25,5 cm. x 39 cm., com a reprodução da folha de rosto, iluminuras e desenhos da edição de 1648. Prefácio de Affonso de E. Taunay, 298 p + CIV.

Outro livro de rara beleza iconográfica é o poema de Franciscus Plante, *Mauritidos*, dedica-

⁸ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

do ao Conde João Maurício de Nassau, de quem era capelão. A obra, datada de 1647, impressa em Amsterdã por Joannis Maire, tem o formato de 42 cm x 30 cm, 205 p., sendo ilustrada por 20 gravuras (anteriormente publicadas no livro de Gaspar Barlaeus), quatro mapas desdobráveis (Ceará, Pernambuco, Paraíba e 'Pernambuco Boreal'), um retrato de João Maurício de Nassau (o mesmo do livro de Gaspar Barlaeus, gravado por Theodoro Matham) e outro do próprio Franciscus Plante, gravado por Jonas Suyderhoof. Já em 1872, esta obra era considerada por Fr. Mueller como um trabalho raro e magnífico.⁹

De extrema raridade é outro folheto (16 p. il.), que também leva a assinatura do reverendo Franciscus Plante, totalmente desconhecido pelos bibliógrafos e estudiosos que se dedicaram ao período holandês. Trata-se de um texto poético, com 16 páginas contendo preciosas ilustrações, sobre a tentativa da tomada da Baía de Todos os Santos por frota comandada pelo Conde João Maurício de Nassau, publicado, sob o título *Legatio Pernambucensis*, impresso em Leiden, na oficina de Wilhelmi Christiani, em 1642. – O único exemplar conhecido deste precioso opúsculo encontra-se hoje na biblioteca do Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, adquirido à Livraria Kosmos (Rio de Janeiro), em 8 de março de 1973.

3. João Maurício, o Brasileiro

Ainda sob o mecenato de João Maurício de Nassau, foram elaborados preciosos conjuntos de mapas do Brasil holandês e de regiões da África. Os

⁹ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit.

primeiros, formados pelo conjunto de George Marcgrave, reaparecem, em 1659 e 1667, constituindo um grande painel mural com ilustrações de Frans Post.¹⁰

Da mesma época são os quadros e painéis pintados por Frans Post e Albert Eckhout, responsáveis pela divulgação na Europa das primeiras paisagens brasileiras. Juntem-se a elas uma farta documentação iconográfica dos naturais da terra, indígenas, portugueses, negros e mazombos [filhos de portugueses nascidos no Brasil] aqui residentes, bem como da flora e da fauna brasileira, obras hoje admiradas nas mais diferentes coleções do mundo.

Pernambuco veio a exercer um fascínio todo especial sobre o conde João Maurício de Nassau, que passou a ser conhecido pelo apelido de *O Brasileiro*. Lembra José Antônio Gonsalves de Mello, em apresentação à edição recifense do livro de Gaspar Barlaeus, editada em 1979 pela Fundação de Cultura Cidade do Recife, que ao regressar à Holanda o conde levou consigo, além de um mobiliário talhado em marfim em Pernambuco, um apreciável acervo de móveis e obras-de-arte assinadas pelos artistas de sua comitiva – pintores Frans Post, Albert van den Eckhout e Zacarias Wagener, cartógrafo e naturalista George Marcgrave, cartógrafos Cornelis Bastianszoon Golijath e Johannes Vingboons –, além de outros objetos ditos menores. Da relação de seus pertences se depreende o gosto do conde por “curiosidades” da terra pernambucana. Assim estão relacionados entre seus objetos, toros de jacarandá torneados, pranchas de pau-santo, pau-violeta e diversos tipos de madeiras de lei; bem como curiosidades outras,

¹⁰ SILVA, Leonardo Dantas. *Brasil Holandês – Frans Post. Os desenhos do British Museum*. Petrópolis: Ed. Index, 2000.

não muito comuns para um observador europeu: sete botijas de farinha de mandioca, 103 barriletes de frutas confeitadas; quatro barris contendo conchas e seixos do Cabo de Santo Agostinho.

Lembra ainda a mesma fonte, citando depoimento contido no livro de memórias de Sir William Temple (1628-99), Embaixador da Inglaterra junto ao Reino dos Países Baixos, “recordo o velho Príncipe João Maurício de Nassau que se tinha acostumado com as redes do Brasil e continuou a usá-las freqüentemente ao longo de sua vida, quando sofria de cálculos ou gota e era de opinião que melhorava e conseguia dormir pelo movimento e balanço dessas camas aéreas”. Em sua “cabana” de Berg und Tal, o então Príncipe João Maurício de Nassau conservava um baú com recordações do Brasil, criava um papagaio e costumava dormir em “uma rede de pano de linho brasileiro bordado e guarnecido de amarelo”. Informa ainda J. A. Gonsalves de Mello, que “uma dessas redes constou do conjunto por ele oferecido ao Rei Luís XIV da França e da qual se tem notícia de que o Delfim nela se embalou”.¹¹

No seu último ano de vida, segundo a mesma fonte, João Maurício, já recolhido em sua propriedade nos arredores de Cleve, demonstrando saudades do Brasil, solicitou, em carta datada de 26 de junho de 1679, a intervenção do representante dos Países Baixos junto à Corte do Rei da Dinamarca, Jacob le Maire, junto ao novo Rei, Cristiano V, no sentido de obter para si cópias dos 26 quadros, 23 dos quais pintados por Albert Eckhout, que ele houvera anos antes presenteado ao Rei Frederico III, genitor do novo monarca:

¹¹MELLO, José Antônio Gonsalves de. In: BESSELAAR, José Van den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. “Apresentação”. Rio de Janeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa, 1982, p. 9-13.

Vivo aqui retirado, neste lugar solitário, para, tanto quanto possível, afastar-me dos negócios civis e da guerra, em razão da minha idade. E como este sítio é pouco menos que selvagem, estou pretendendo fazer pintar nesta casa todas as nações selvagens que governei no Brasil. E recordo que há tempos enviei a Sua Real Majestade, de elogiável memória, algumas pinturas daquelas nações, e me consta que por elas a Majestade agora reinante não parece ter nenhuma estima. Peço por isso a Vossa Senhoria queira tomar o encargo de sondar a aludida Majestade se concordaria em abrir mão delas e mas devolver; caso contrário, se permitiria que elas fossem mandadas copiar por mim, pois delas não conservo cópias. Se Vossa Majestade conceder esse último pedido, como espero, pedirei a Vossa Senhoria queira entender-se com um bom pintor para realizar as aludidas cópias, devendo representar as figuras com um pé de altura e o mais em proporção.

Consta que o embaixador fez ciente ao Príncipe Nassau da concordância do Rei da Dinamarca, em permitir as cópias do conjunto hoje conservado no Museu Nacional de Copenhague, em carta datada de 2 de setembro de 1679, não se sabendo de qualquer resposta do interessado.¹²

¹² MELLO, José Antônio Gonsalves de. In: BESSELAAR, José Van den. *Maurício de Nassau, esse desconhecido*. Op. cit.

O Príncipe João Maurício de Nassau-Siegen veio a falecer nos arredores de Cleve, na sua propriedade rural, denominada Berg und Tal, em 20 de dezembro de 1679, cercado de lembranças e recordações do Brasil.

4. Cronistas do Brasil Holandês

Na introdução que faz ao livro do Reverendo Baers, *Olinda conquistada*¹³, — afirma que “nenhuma fase da história nacional possui tão abundante literatura como o atribulado período da dominação holandesa no Brasil Oriental”. Segundo a mesma fonte, G. M. Asher relaciona, no seu *A bibliographical and historical essay* (1854), mais de duzentas publicações referentes ao Brasil, que encontrou na secção denominada — *Bibliotheca Duncaniana* — da Real Biblioteca da Haia, e continuamente se descobrem novas espécies que escaparam ao operoso investigador.

O domínio holandês no Norte do Brasil (1630-1654) é um dos períodos de nossa história que mais desperta a atenção de estudiosos, não só nacionais como estrangeiros.

Derrotados em Pernambuco, onde assinaram a rendição em 26 de janeiro de 1654, os holandeses retornaram aos Países Baixos nos meses que se seguiram, tendo algumas famílias emigrado para as Antilhas onde mantiveram a agroindústria do açúcar. A paz, porém, só foi obtida, em 6 de agosto de 1661, quando da assinatura do Tratado. Os anos que as negociações duraram, quase que custaram a

¹³ BAERS, João, *Olinda Conquistada*. Tradução de Alfredo de Carvalho. 2ª edição fac-similar. Recife: SEC; Departamento de Cultura, 1977. (Coleção Pernambucana, v. XI, 1ª fase).

soberania de Portugal, ameaçado em suas fronteiras pelos exércitos da Espanha e com a sua capital bloqueada pela esquadra holandesa fundeada na foz do Tejo.

Conclui Evaldo Cabral de Mello, in *O Negócio do Brasil*¹⁴, que

Portugal pagaria em dezesseis anos 4.000.000 de cruzados em numerário, cancelamento de impostos, açúcar, fumo e sal, ao preço vigente no Reino na ocasião do pagamento. Esta soma correspondia a grosso modo a 650.000.000 de dólares americanos de 1998. As prestações montariam anualmente a 250.000 cruzados, sendo desembolsados em Lisboa; o câmbio era favorável ao Reino, ao não levar em conta o deságio que gravara a moeda portuguesa em Amsterdã. [...] As violações do tratado não afetariam o estado de paz mas na hipótese de descumprimento da parte de Portugal, os Países Baixos poderiam exigir o Nordeste de volta, sem ter de reembolsar o Reino da parcela da indenização amortizada.

A historiografia deste período é uma das mais vastas dos cinco séculos da História do Brasil, como bem demonstrou José Honório Rodrigues ao escrever *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

¹⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1998. 274 p. il.

¹⁵ COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva; Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 398 p. il. (Coleção Recife, v. 12). Inclui índice onomástico.

¹⁶ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Estudo introdutório de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe; Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v. 1). 1. ed. integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto. Inclui índice onomástico.

¹⁷ CALADO, Frei Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. 4. ed. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, 1985. 2 v. (Coleção Pernambucana, 2ª fase, v. 14). Inclui índice onomástico.

¹⁸ FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Lusitânia: história da guerra brasileira*. Pós-fácio de José Antônio Gonsalves de Mello. 2. ed. Recife: SEC - Departamento de Cultura, 1977. 588 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 5). Fac-símile da ed. de: Lisboa: Joan Galram, 1675. Inclui fac-símile da ed. da *Viagem da Armada* etc. Lisboa: Joan Galram, 1655.

No âmbito dos cronistas, que viveram o dia-a-dia da guerra, destacam-se, do lado luso-brasileiro, as obras do donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, *Memorias diarias de la guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de MDCXXX*. Madrid: Diego Diaz de Carrera, 1654 ¹⁵; Diogo Lopes Santiago, *História da guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*, publicada inicialmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 38-43. Rio: 1875 ¹⁶; Frei Manuel Calado do Salvador, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*. Lisboa: Paulo Craesbeeck, 1648 ¹⁷; Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitania, historia da guerra Brasilica*. Lisboa: Off. Joan Galram, 1675; ainda do mesmo autor, *Viagem da Armada da Companhia do Commercio e frotas do Estado do Brasil. Impressa por mandado de El Rey nosso Senhor, Anno 1655* ¹⁸, que juntos bem descreveram as lutas e outros importantes fatos da dominação holandesa, não esquecendo de ocorrências menores, usos e costumes da sociedade de então, bem como do comportamento de reinóis, mazombos (como eram chamados os filhos de portugueses nascidos no Brasil), holandeses, judeus (que durante este período estabeleceram no Recife a primeira comunidade organizada das três Américas), índios, negros e demais habitantes do Brasil holandês, cujas fronteiras se estendiam do Rio São Francisco ao Maranhão.

De todos, o mais importante é o Frei Manuel Calado do Salvador (1584-1654), não só

porque participou da guerra da resistência contra o invasor, mas também, e principalmente, por ter privado da amizade do Conde João Maurício de Nassau, que entre 1637 e 1644 foi o Governador do Brasil holandês. Misto de guerrilheiro, pregador, poeta e cronista, esse religioso natural de Vila Viçosa (Portugal) consegue escrever a mais palpitante obra sobre o dia-a-dia da dominação holandesa, dando-lhes vida e movimento. A importância de seu *O Valeroso Lucideno* já fora ressaltada por Robert Southey, in *History of Brazil*. Londres, 1810. 3 v., e por Capistrano de Abreu, in *Memórias de um frade*. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, 1905-06, v. 65, p. 18. Para José Antônio Gonsalves de Mello,

o seu livro é admirável, pois, além de ser o único que nos apresenta flagrantes reveladores da vida de portugueses e holandeses, da cidade e do campo, da guerra e dos salões dos palácios nassovianos, no período de 1630 a 1646, é escrito com uma vivacidade encantadora. Da fase anterior ao movimento restaurador, iniciado em 13 de junho de 1645, o frade em vez de escrever a crônica miúda, do dia-a-dia dos acontecimentos, apresenta-se em painéis, salientando episódios marcantes a que a sua pena – quase um pincel de mestre pintor – dá vida e movimento¹⁹.

Do lado dos holandeses a história teve também os seus cronistas, com especial destaque

¹⁹ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo*, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração. Recife: Universidade do Recife, 1954. p. 11-12.

para as obras de Johannes de Laet, Johan Nieuhof e Pierre Moreau, além dos já citados, publicados sob os auspícios do Conde João Maurício de Nassau-Siegen.

Ao primeiro se deve a *Nieuwe Wereldt ofte Beschrijvinghe van West-Indien etc.*, cuja primeira edição foi impressa em Leiden em 1625, tratando do Brasil nos livros 14 e 15 quando descreve a tomada da Bahia (1624). A quarta edição desta obra, publicada em francês em 1640, *L' Histoire du Nouveau Monde ou, Description des Indes Occidentales*, com 14 mapas desdobráveis, ilustrações ao texto, 632 p., é da maior importância pois seu autor, além da conquista da Bahia, trata da tomada de Olinda e Itamaracá (1630), do Rio Grande do Norte (1634), da Paraíba (1635), sendo suas informações repetidas por outros cronistas e suas ilustrações reproduzidas em outras publicações da época. A primeira edição da obra foi traduzida para o português por José Hygino Duarte Pereira, *História ou annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1623, por Joannes de Laet, Director da mesma Companhia*. Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1874. 84 p.

A obra de Johan Nieuhof, *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant-Reize, Behelzende Al het geen op dezelve is voorgevallen. etc.* Amsterdã, 1682, é indispensável para o conhecimento do período entre 1640 e 1649, quando ocorre a grande reação dos luso-brasileiros contra a invasão flamenga, movimento deflagrado em 13 de junho de 1645 e que ficou conhecido como a *Insurreição Pernambucana*. Publica ele inúmeros documentos apreendidos das forças locais de grande importância para o entendimento das causas da

rebelião. Dele existe uma edição brasileira, *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, numa tradução de Moacir N. Vasconcelos, confrontada com a edição holandesa por José Honório Rodrigues. São Paulo: Livraria Martins, 1942. (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 9).

Coube a Pierre Moreau escrever sobre os últimos dias do Brasil holandês, quando da publicação do seu *Histoire des derniers troubles du Brésil. Entre les hollandais et les portugais*. Paris: Chez Augustin Coubre, 1651. 212 p. Chegando a Pernambuco em 1646, Moreau vem a presenciar os acontecimentos que precederam a rendição dos holandeses, escrevendo suas impressões com base nas observações pessoais, desprezando a documentação oficial que tinha a seu dispor. Seu livro, juntamente com o de Nieuwhof, é, no dizer de José Honório Rodrigues, repleto de informações preciosas para a história social do período, sendo uma das fontes principais do ponto de vista holandês. Em 1979, numa edição conjunta da Universidade de São Paulo e Livraria Itatiaia Editora, foi publicado o livro de Pierre Moreau juntamente com o relatório de Roulox Baro, sob o título conjunto *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses e Relação da viagem ao país dos tapuias*, numa tradução de Leda Boechat Rodrigues, com nota introdutória de José Honório Rodrigues. 128 p.

5. Historiografia contemporânea

Os modernos estudos sobre o Brasil holandês têm início a partir da primeira metade do século

XIX, com a obra de Pieter Marinus Netscher (1824-1903), na qual, pela primeira vez são utilizados parte dos documentos brasileiros conservados nos Arquivos dos Estados Gerais, o que gerou a publicação em francês sob o título: *Les hollandais au Brésil: notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle*. (Haia: Belifante Frères, 1853. 210 p.).

No Brasil, esses estudos ganham notoriedade com Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878), autor de *História das lutas com os Holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*. (Vienna d' Áustria, 1871. 365 p.), que teve no ano seguinte uma "nova edição melhorada e acrescentada", com 401 p., acrescida de índices. Estas edições de Varnhagen, no entanto, são superadas pelo seu próprio autor, quando da publicação da segunda edição de sua *História Geral do Brasil, antes de sua separação e independência de Portugal. Muito augmentada e melhorada pelo autor*. 2. v. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, s.d. [1877]. A obra recebeu uma edição mais apurada, com notas de Capistrano de Abreu, quando de sua terceira edição, Rio de Janeiro e São Paulo: Laemmert & C., 1907. 522 p.

Em 1885, por iniciativa do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, instituição fundada no Recife em 1862 ainda em funcionamento, os estudos sobre o domínio holandês no Brasil passaram a ter grande interesse a partir da missão do pesquisador José Hygino Duarte Pereira (1846-1901) em arquivos dos Países Baixos, que se prolongou até o ano seguinte de 1886. O relatório de tal missão vem a ser publicado na edição do *Diario de Pernambuco*, de 2 de setembro de 1886.

Trabalhou José Hygino particularmente nos Arquivos dos Estados Gerais e no Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, acervos incorporados ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos de Haia em 1856, resgatando documentação das mais preciosas para o entendimento de tão importante período. No dizer de José Honório Rodrigues (op. cit.), a *Coleção José Hygino* "se constitui no maior acervo de documentos [sobre o Brasil holandês] fora da Holanda", em sua grande parte desconhecida das pesquisas desenvolvidas por Netscher e por Varnhagen que ali trabalharam antes de 1856. Segundo a mesma fonte, no seu acervo encontra-se a documentação da Câmara da Zelândia, *Brieven en Papieren uit Brazilie* (13 v.) e as *Dagelijkse Notulen* (12 v.), afóra quatro outros volumes encadernados e quatro maços manuscritos, perfazendo cerca de 13.200 páginas.

Graças a tão importante acervo documental, pôde Alfredo de Carvalho (1870-1916) e Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) publicar, na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, algumas traduções de documentos preciosos bem como vários ensaios sobre o Brasil holandês sem a necessidade de sair do Brasil; o mesmo acontecendo nos anos quarenta deste século com José Antônio Gonsalves de Mello, o que veremos mais adiante.

Em sua colaboração ao *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, organizado por Rubens Borba de Moraes e William Berrien (Rio de Janeiro, 1949, p. 554), José Honório Rodrigues, comentando a obra de Hermann Wätjen sobre o período, *Das Holländische Kolonialreich in Brasilien: ein kapitel*

aus der kolonialgeschichte des 17. Gotha, 1921. 352 p., diz ser este

o melhor estudo até hoje realizado sobre o domínio holandês no Brasil. Bem planejado, bem pensado, este livro impõe-se como o mais completo sobre o assunto. Isso não importa em lhe reconhecer caráter decisivo ou indiscutível, como acreditam alguns. Muitas questões precisam ser reexaminadas, muitas pesquisas novas esclareceram dúvidas do autor e, principalmente, deve ser indicada a sua parcialidade na utilização das fontes. A irrestrita irritação pelos documentos e livros luso-brasileiros é fato indiscutível, que muito prejudica e invalida algumas conclusões. Existe desta obra uma tradução brasileira de Pedro Uchoa Cavalcanti, sob o título: *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. 560 p.

Dois anos antes da publicação do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, porém, José Antônio Gonsalves de Mello revelava ao público interessado no tema o mais completo estudo sobre o período, quando do lançamento do seu livro *Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1947. Prefácio de Gilberto Freyre. 328 p. il. com índices. (Coleção Documentos Brasileiros; 54). Como se respondesse aos anseios dos críticos da bibliografia publicada até então, o autor, apoiado em extensa bibliografia e na documentação reunida por José Hygino Duarte Pereira, aborda com maestria a influência dos

holandeses na vida urbana e na vida rural, bem como sua atitude para com os negros e a escravidão, para com os índios e a catequese, para com os judeus e as religiões católica e israelita. A obra teve uma segunda edição, cinco mil volumes, em 1978 e uma terceira, três mil volumes, em 1987.²⁰

Sobre o período holandês, o mesmo autor desenvolveu estudos vários²¹, utilizando-se para isso dos conhecimentos obtidos quando de suas pesquisas em arquivos dos Países Baixos (1957-58 e 1962) e de suas constantes investigações em arquivos portugueses, ingleses e espanhóis (Simancas, Sevilha e Canárias).

Durante cerca de 40 anos, José Antônio Gonsalves de Mello reuniu, também, invejável documentação sobre a presença de cristãos-novos e judeus na capitania de Pernambuco, durante a primeira fase da colonização e quando da dominação holandesa. Estudos neste sentido lhe valeram a publicação do livro *Gente da Nação – Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1989. 552 p. il. (Estudos e Pesquisas; 65), a mais importante obra sobre a presença de cristãos-novos e judeus no Brasil colonial, a partir de 1542, com destaque para o funcionamento da primeira comunidade judaica organizada em terras da América, a *Zur Israel* do Recife, entre 1636 e 1654, formada por judeus sefardins portugueses e alguns poucos ashkenazins vindos dos Países Baixos para o Brasil holandês. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, cerca de 150 famílias da comunidade retornaram a Amsterdã, migrando algumas delas para ilhas do Caribe e 23 de seus membros, entre adultos e crianças,

²⁰ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos – Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre. 2. ed. Recife: SEC. Departamento de Cultura, 1978. 294 p. il. (Coleção Pernambucana, 1ª fase, v. 15). Inclui bibliografia e índices onomástico e de assuntos; 3. ed. aum. Recife: FUNDAJ - Editora Massangana, 1987. 306 p. il. Bibliografia, índices onomástico e de assuntos.

²¹ Ver: GASPAS, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello: cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

chegaram por conta do destino à América Inglesa onde, na Nova Amsterdã, fundaram em setembro de 1654 a primeira comunidade judaica daquela que veio a ser a cidade de Nova York. A obra inclui, além de índice onomástico, um dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil, no período compreendido entre 1630 e 1654. A primeira edição de *Gente da Nação* logo esgotou-se fazendo-se necessária uma segunda, o que veio a acontecer em 1996, com sua tiragem estabelecida em três mil volumes.²²

Em 1986, sentiu-se que, apesar do grande número de estudos sobre o Brasil holandês, faltava à bibliografia em língua portuguesa um trabalho que enfocasse a presença da Igreja Reformada em sua primeira incursão em terras brasileiras. Esta tarefa foi magnificamente desempenhada pelo reverendo Frans Leonard Schalkwijk, ao escrever *Igreja e Estado no Brasil Holandês*.²³ No estudo, os anos da dominação holandesa (1630-1654) apresentam-se sob um novo ângulo: no prisma da história, a luz incidente se decompõe em novas cores, transformadas em fatos e acontecimentos até então ignorados, levando o leitor comum e o estudioso a travar conhecimento com os primeiros anos da tentativa de implantação da Igreja Cristã Reformada nas terras do Norte do Brasil.

Naquele livro, aborda o autor as relações, até certo ponto difíceis, dos predicantes com os representantes da Companhia das Índias Ocidentais, entidade responsável pelo governo e exploração desta parte do Brasil no período de 24 anos. Estuda exaustivamente tentativa da Igreja Cristã Reformada

²² MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Apresentação de José E. Mindlin. 2. ed. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1996. 552 p. (Série Descobrimentos, v. 6). Inclui índice onomástico e dicionário biográfico dos judeus residentes no Nordeste do Brasil (1630-1654).

²³ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. II. (Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 25).

de implantar sua fé nesta parte do Brasil, inclusive entre índios e negros, a partir da chegada das tropas comandadas pelo general Theodoro van Weerdenburch, em 15 de fevereiro de 1630, que trouxera como seu capelão o reverendo Johannes Baers.²⁴

Por outro lado, com a invasão holandesa, a religião católica romana, então dominante, tem o seu culto proibido e alguns dos seus templos passam a servir ao ministério dos predicantes da Igreja Cristã Reformada, que “espalhavam livros e cartilhas pela terra”²⁵, travando-se assim uma guerra surda entre seguidores das duas denominações – “... sendo que se por as ruas passavam alguns religiosos, ou clérigos nossos, os mesmos meninos lhe diziam palavras injuriosas”²⁶ e ou, como testemunha Diogo Lopes Santiago, “desejavam sumamente os seus predicantes da perfídia herética de extinguir entre os moradores a religião católica romana, e muitas vezes nos conselhos pediram que embarcassem todos os sacerdotes, e a isto exortavam o povo e lhes faziam cruel guerra”.

Despido do toque apologético, que caracteriza a obra dos cronistas presenciais da “Guerra Brasília”, o reverendo Frans Leonard Schalkwijk aborda os fatos dentro da mais absoluta isenção de ânimo. Estuda o autor o trabalho missionário da igreja reformada, inclusive entre os indígenas o que motivou a confecção de um catecismo “nas línguas brasiliana, holandesa e portuguesa.” Aborda, ainda, o aspecto da Liberdade Religiosa para os cristãos reformados, judeus e católicos romanos, reunindo assim elementos da maior importância para o estudo da história das religiões no Brasil.

²⁴ Nascido em Gand (Bélgica) em 1580, filho de Paschasius Baers, tendo iniciado seus estudos em teologia em Leiden, em 30 de maio de 1602, Johannes Baers é autor de interessante depoimento sobre a conquista de Olinda, traduzido por Alfredo de Carvalho com o título *Olinda Conquistada* (Recife 1898). Em língua holandesa, a edição de seu depoimento data de 1630 e tem um longo título: “Olinda, situada na terra do Brasil, na Capitania de Pernambuco, auspiciosamente conquistada em 16 de fevereiro de 1630 sob o comando de Henrick Lonck, descrito breve e claramente por Johannes Baers servo do Verbo Divino no Senhorio de Vreeswijck e como homenagem aos seus 50 anos de idade”.

Predicante em Vreeswijck, pequena aldeia na província de Utrecht, pede licença de um ano para acompanhar a expedição que a Companhia das Índias Ocidentais armara para a conquista do Brasil, na condição de capelão do coronel Theodoro Weerdenburch. Foi nesta qualidade que oficiou atos religiosos, inclusive na igreja matriz do Salvador do Mundo de Olinda, tendo permanecido neste ministério por cerca de dez semanas. O seu retorno aos Países Baixos acontece em maio de 1630, desembarcando em Texel, em 20 de julho, e concluindo o seu relato quatro dias após – “Escrito no Mar hispânico, passadas as Ilhas Flamengas, a 24 de julho de 1630”.

²⁵ SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Op. cit. p. 164

²⁶ CALADO, frei Manuel O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade. Op. cit. p. 340, v. 1

A partir de 1975, a bibliografia referente ao Brasil holandês passa a contar com os estudos do diplomata e historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello responsável por três obras básicas para o conhecimento de tão importante período: *Olinda Restaurada – Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654* (1975), *Rubro veio – O imaginário da Restauração Pernambucana* (1986), *O negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669* (1998).

Em *Olinda Restaurada*²⁷ estuda o autor a “contribuição da sociedade açucareira do Nordeste do Brasil ao esforço de guerra, através do exame dos mecanismos que lhe permitiam mobilizar seus escassos recursos econômicos e humanos na luta contra os invasores”. A “guerra brasílica” é vista sob os seus aspectos econômicos e adaptações militares, observando que a Restauração de Pernambuco (1654) fora “resultado exclusivo do esforço de seus habitantes” que, segundo documento da época, os de Pernambuco haviam feito a guerra “à custa do nosso sangue, vidas e despesas de nossas fazendas pugnamos há mais de cinco anos por as libertar da possessão injusta do holandês”.

A “guerra brasílica”, excluída a ocupação de Salvador (16254-1625), é dividida por ele em três períodos. O primeiro, chamado de *guerra de resistência*, vai de 1630 a 1637; o segundo, chamado pelos historiadores de *idade do ouro*, coincide com o governo do conde João Maurício de Nassau, entre 1637 e 1644; finalmente, o terceiro, no qual acontece a *guerra da restauração*, se situa entre 1645 e 1654. Ao contrário da primeira fase, onde se constata uma

²⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. São Paulo: Forense-Universitária; Ed. Universidade de São Paulo, 1975. 390 p., 2. ed. revista e aumentada Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 470 p.

forte presença de militares europeus no comando e na milícia dos exércitos portugueses, a *guerra da restauração* é feita pela infantaria da terra. Um terço dos restauradores era formado por gente livre, negros e índios de Pernambuco, que utilizavam métodos e técnicas desconhecidas dos militares europeus, como o fator surpresa, usado a larga na guerra de guerrilhas, contribuindo, assim, para o sucesso sobre os bem municiados exércitos da Companhia das Índias Ocidentais.

A partir de *Olinda Restaurada*, Evaldo Cabral de Mello segue os passos do seu primo e mestre José Antônio Gonsalves de Mello²⁸, utilizando-se para isso das notas reunidas pelo autor de *Tempo dos Flamengos* em arquivos holandeses e no Arquivo Geral de Simancas (Espanha). Já habilitado na língua dos antigos dominadores do Nordeste do Brasil²⁹, inclusive no holandês seiscentista, passa a lidar com mais intimidade com as fontes manuscritas do Brasil holandês, como se depreende das obras por ele escritas nos anos que se seguiram.

Em *Rubro veio – O imaginário da Restauração Pernambucana*³⁰, Evaldo Cabral de Mello estuda a doutrina que se formou, ao longo dos anos que se sucederam à expulsão dos holandeses, que a gente pernambucana “deveria à Coroa não a vassalagem ‘natural’ a que estariam obrigados os habitantes do Reino e os demais povoadores da América Portuguesa, mas uma vassalagem de cunho contratual, de vez que restaurada a capitania, haviam-na espontaneamente restituído a suserania portuguesa”.³¹

Segundo o mesmo autor, o nativismo pernambucano, ao pressentir a força dos naturais

²⁸ “A ele deve o autor o estímulo e a orientação de doze anos de freqüentação do sobrado vermelho da rua das Pernambucanas, 420, na Capunga, de que guarda a recordação e a saudade mais vivas. Ele não é apenas o grão-mestre da história de Pernambuco e do Nordeste. É também o mais vigilante guardião dos valores que ela encerra.” MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 16.

²⁹ “A Elisa van Delden, de Genebra, cuja pertinácia batava terminou por capacitá-lo a ler a língua dos antigos dominadores do Nordeste, o holandês seiscentista, onde iria sentir-se bem mais à vontade do que no holandês moderno”. MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada*. Op. cit. p. 17.

³⁰ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio – o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 472 p. 2. ed. revista e aumentada. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 473 p.

³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*. Op. cit. p. 124.

da terra em estabelecer as suas próprias fronteiras, criou para si um ideário que vem tomar forma no último lustro do século XVII. Segundo o discurso da “nobreza de Olinda”, a restauração fora conquistada à custa do nosso sangue, vidas e fazendas” sendo Pernambuco, juntamente com as demais capitanias ocupadas pelo domínio holandês, entregue ao Rei de Portugal debaixo de certas condições.

As negociações do tratado de paz, a ser firmado entre Portugal e Holanda, após a retirada dos holandeses de Pernambuco, vieram a ser objeto do terceiro livro de Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*.³² Nele aborda um dos mais intricados temas da história colonial do Brasil e de Portugal, para o qual chama a atenção José Antônio Gonçalves de Mello quando da edição de *João Fernandes Vieira – Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*³³, que são as negociações que resultaram no Tratado de Lisboa, assinado em 6 de agosto de 1661, selando finalmente a paz entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

Para isso, ele se valeu não somente de uma invejável bibliografia, como também das fontes manuscritas conservadas nos arquivos do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (Coleção José Hygino) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Coleção Joaquim Caetano da Silva), além das coleções portuguesas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca do Palácio da Ajuda e da Biblioteca Nacional de Lisboa, a fim de dissecar com maestria

³² MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil – Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. 273 p.

³³ MELLO, José Antônio Gonçalves de. *João Fernandes Vieira – Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1956. 2 v.; 2. ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. 488 p. il.

tão complexo tema da historiografia do Brasil e de Portugal.

6. Um Guia de Fontes

As missões de pesquisa junto aos arquivos holandeses, desenvolvidas por Joaquim Caetano da Silva (1854), José Hygino Duarte Pereira (1886) e José Antônio Gonsalves de Mello (1957-58 e 1962)³⁴, revelaram um imenso acervo de documentos de interesse para a história do Brasil e da Holanda no século XVII, mas nem de longe chegaram a um levantamento completo de todo o acervo documental.

Reunida nos diversos arquivos dos Países Baixos, a documentação em questão vem despertando a curiosidade de inúmeros estudiosos que sentem a necessidade de uma catalogação sistemática, de forma a facilitar o acesso aos mais diferentes fundos de pesquisa.

Por falta de uma catalogação, com um índice de assuntos e temas de pesquisa, a pesquisa histórica de temas ligados ao Brasil holandês vem se tornando cada vez mais difícil e onerosa, daí despertar pouco interesse aos estudiosos das mais diversas nacionalidades.

Neste sentido, o Ministério da Cultura do Brasil, através do Projeto Resgate Barão do Rio Branco vem, com a publicação deste *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês*, dar o primeiro passo de modo a facilitar o acesso do investigador

³⁴ Em abril de 2000, a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco fez digitalizar dez cadernos de anotações manuscritas, relacionando os documentos consultados pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, quando de suas missões nos Países Baixos (1956-58 e 1962), totalizando um conjunto de 820 páginas. A publicação entregue no mesmo ano aos principais arquivos históricos da Holanda, pelo autor destas linhas, tem o seguinte título: *Arquivos Holandeses – José Antônio Gonsalves de Mello*.

ao documento, tentando de forma fácil e rápida orientar os interessados para os diversos arquivos em funcionamento nos Países Baixos.

Na elaboração deste *Guia*, contou o Projeto Resgate, dirigido pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, com a coordenação administrativa do IPAD – Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico e com a organização e produção editorial a cargo da Fundação Joaquim Nabuco que, através de sua Editora Massangana, é responsável pela elaboração desta edição.

Para o levantamento dos arquivos holandeses, com os respectivos fundos de interesse para o Brasil, foram contratados os serviços dos pesquisadores Marcos Galindo e Lodewijk Hulsman, o primeiro da Universidade Federal de Pernambuco em bolsa de doutorado na Holanda e o segundo da Universidade de Amsterdã, que oferecem nesta publicação um roteiro acessível a qualquer investigador que necessite utilizar os acervos de quaisquer daqueles centros de pesquisa.

Concluída a primeira fase deste *Guia de Fontes para a História do Brasil holandês* pelo pesquisador Marcos Galindo, em junho do ano 2000, achamos por bem enriquecer o conjunto com a inclusão do relatório de pesquisa de José Hygino Duarte Pereira, elaborado em 1886 (p.97-284) e dos relatórios elaborados em 1958 por José Antônio Gonsalves de Mello, quando de sua missão de pesquisa histórica patrocinada pela então Universidade do Recife (p. 287 a 376), a fim de

oferecer ao pesquisador dos nossos dias elementos indispensáveis para um maior conhecimento do acervo documental preservado nos arquivos holandeses referente à história do Brasil colonial.

Com a publicação do *Guia de Fontes para a História do Brasil holandês*, esperam os responsáveis pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco – o Ministro Francisco Weffort e o Embaixador Wladimir Murtinho – despertar o interesse de um número cada vez maior de especialistas nos estudos brasileiros, bem como incentivar os diversos centros arquivísticos no sentido de elaborar a catalogação de todos os fundos de pesquisa, em cujos acervos se encontram documentação direta ou indiretamente ligada a tão importante período da história dos dois países.

Recife,

Nossa Senhora do Rosário da Torre,

12 de março de 2001

UM GUIA DOS ARQUIVOS HOLANDESES

Marcos Galindo

Quase um século e meio nos separam das primeiras iniciativas, que buscavam resgatar nos arquivos holandeses, manuscritos históricos do período colonial brasileiro. As iniciativas mais importantes foram as de Joaquim Caetano Silva (1854); José Hygino Duarte Pereira (1886) e José Antônio Gonsalves de Mello (1957). Essas missões podem ser descritas como um fino trabalho de garimpagem histórica, pouco escapando de fontes inéditas a estes investigadores.

Nos textos de José Hygino e José Antônio estão descritos em minúcias os meandros da burocracia colonial holandesa, especialmente dos Estados-Gerais e da Velha Companhia das Índias Ocidentais, que assinaram juntas o projeto colonial brasileiro 1630-1654. Contudo, o acesso às fontes neerlandesas continua sendo um trabalho penoso para os que se lançam à pesquisa histórica deste período, tanto pela língua holandesa na qual a maioria dos manuscritos está registrado, quanto pela

precariedade dos instrumentos de pesquisa disponíveis para os fundos de interesse brasileiro.

Salvo casos raros como as Coleções da *Igreja Israelita Portuguesa de Amsterdã* (GAA) e as *Cartas e Papéis Saídos do Brasil 1631-1654* (ARA-OWIC), que possuem índices detalhados. No mais das vezes, o pesquisador tem que se contentar com listas sumárias que não atendem ao nível de detalhe espectral. É paradoxal que em estruturas arquivísticas tão modernas e tecnologizadas quanto às holandesas, onde os menores detalhes de infraestrutura, segurança e controle ambiental são observados com rigor draconiano, não se encontrem, para fundos documentais de larga importância como os da Companhia Velha das Índias Ocidentais ou para os fundos dos Estados-Gerais, indexadores eficientes. Nestes casos, o pesquisador tem que se valer dos relatórios dos brasileiros antes citados e de uma boa dose de instinto e sorte para encontrar o filão documental.

Missões a arquivos holandeses

A partir da segunda metade do século passado se sucederam diversas iniciativas, oficiais e privadas, com o objetivo de inventariar e coletar fontes históricas, relativas ao Brasil, depositadas em arquivos europeus. Distintas nos motivos que as orientavam, estas missões se complementam no decorrer do tempo e indexam hoje um rico acervo documental que evidencia a importância do período histórico do domínio holandês no Brasil (1630-1654).

Joaquim Caetano da Silva (1810-1873) era o encarregado de negócios do Brasil na Holanda entre 1841 e 1854, e recebeu do Imperador D. Pedro II a incumbência de pesquisar, na Europa, fundos documentais de interesse histórico brasileiro, referentes aos limites de fronteiras com a Guiana francesa. Durante dez anos, trabalhou em arquivos franceses e holandeses. Resultou deste trabalho o livro *L'Oyapoc et L'Amazone*. Nos Países Baixos, trabalhou no *Algemeen Rijksarchief* em Haia. Nesta época, existia neste arquivo apenas o acervo do Cartório dos Estados-Gerais das Províncias Unidas. Os fundos mais densos para a história do período de domínio colonial holandês, oriundos da Companhia das Índias Ocidentais, estavam depositados em Middelburg, capital da província da Zelândia, e só foram incorporados ao Arquivo Real de Haia em 1859 (Galvão, 1874; Pereira, 1886; Mello, 1947, p.21). Joaquim Caetano reproduziu grande quantidade de documentos que somam oito volumes, acompanhados de tradução para o francês. Este acervo permanece sob a guarda do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro. Uma relação, à guiza de índice, que foi publicada no Catálogo da Exposição de História do Brasil¹, serve de guia para consulta dos fundos por ele coletados.

No ano de 1873, Benjamim Franklin de Ramiz Galvão – Barão de Ramiz (1846-1938), então diretor da Biblioteca Nacional do Brasil, visitou as bibliotecas de Berlim, Zurique, Florença, Milão, Roma, Paris, Lisboa, o Museu Britânico em Londres

¹ "Os documentos para a história do Brasil coligidos na Holanda pelo encarregado de negócios Joaquim Caetano da Silva". *Catálogo da exposição de História do Brasil*. com introdução de José Honório Rodrigues e apresentação do Dr. B.F. Ramiz Galvão. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Tomo 1, p. 926-28. (Coleção temas brasileiros, v.10)

e o Algemeen Rijkarchief da Haia. Sua missão tinha o objetivo de estudar o funcionamento destas instituições para o projeto de reestruturamento da Biblioteca Nacional brasileira e também investigar a existência de manuscritos históricos de interesse nacional. Publicou no *Diário Oficial* do Rio de Janeiro, edição de 10 de setembro de 1874, detalhada exposição de sua viagem, noticiando em primeira mão, a incorporação dos arquivos da Câmara de Zelândia, – os que continham os fundos da Companhia das Índias Ocidentais – ao acervo do *Algemeen Rijkarchief*.

José Hygino Duarte Pereira (1847-1901), então lente da Faculdade de Direito do Recife, historiador, membro do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, estimulado pelo inventário do Barão de Ramiz Galvão (1874) e por iniciativa do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP, propôs ao Governo imperial uma missão, a de coletar nos arquivos da Haia documentos relativos à ocupação holandesa no Brasil. A missão Hygino teve lugar entre 1885 e 1886. O pesquisador concentrou sua ação nos papéis da Companhia das Índias Ocidentais onde identificou, paleografou e reproduziu uma monumental documentação de 11.530 páginas manuscritas dispostas em 31 volumes, que compõem o fundo José Hygino do IAHGP.

Por limitação de verbas, Hygino se ocupou apenas das cópias dos documentos principais, não

Incluindo neste trabalho a documentação anexa à correspondência oficial (*bijlagen*). José Hygino em seu relatório declara não ter se dedicado em profundidade aos Cartórios dos Estados-Gerais, por supor já terem sido cobertos pela missão de Joaquim Caetano três décadas antes.

Esta missão, além de cobrir os fundos da Velha Companhia das Índias Ocidentais, os mais importantes para a história do período colonial holandês no Brasil, foi a primeira que contou com um historiador brasileiro com conhecimento seguro do holandês. Esta circunstância permitiu um trabalho muito mais objetivo e exaustivo que as missões anteriores². Entretanto, vale lembrar que as cópias produzidas por Hygino não cobrem o universo total da documentação existente nos arquivos visitados por ele, antes disso, espelham uma criteriosa seleção dos documentos mais representativos, a seu crivo, das coleções disponíveis, principalmente no *Algemeen Ricksarchief* de Haia.

A missão do Prof. José Antônio Gonsalves de Mello desenvolveu-se em dois estágios, 1957-58 e 1962, tendo sido a última das grandes iniciativas de pesquisa documental que reuniu, copiou e trouxe documentos holandeses para o Brasil. Em sua primeira parte, foi ela desenvolvida com o estímulo direto de Gilberto Freyre e do então reitor da Universidade do Recife, o professor Joaquim Amazonas, tendo para isso o Conselho Curador daquela universidade aprovado dotação

² MELLO, J. A. G. de, *Tempo dos Flamengos*. José Olympio Editora, 1947. (atualmente em sua 4 ed.); PEREIRA, José Hygino Duarte. "Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886"; In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, n. 30, p 7-110, 1886.

orçamentária para este fim. Como ele próprio revela em seu relatório, foi este levantamento documental o “maior em extensão e em volume de documentação recolhida, já realizado até hoje pelo Brasil no estrangeiro”. Esta missão fazia parte de um plano de pesquisa que incluía além dos arquivos holandeses, uma outra investigação precedente, realizada entre os anos de 1951 e 1952 nos arquivos de Portugal, Espanha, França, Inglaterra; tendo esta prosseguido nos anos que se sucederam.

Segundo observa Leonardo Dantas Silva,

*mesmo depois de afastado da Universidade Federal de Pernambuco por força de sua aposentadoria em (1977), e quando não mais existia qualquer incentivo ou bolsas de pesquisa, José Antônio Gonçalves de Mello continuou seu trabalho em arquivos da Europa, particularmente portugueses, até 1988, tão-somente por obstinação e devoção aos estudos históricos.*³

Professor José Antônio, com domínio do holandês e paleógrafo experiente, valeu-se das pesquisas de seus antecessores e das informações levantadas por Hermann Wäetjen (1912), para realizar uma prospecção orientada e metódica, guiada por um planejamento bem definido, cobrindo, além dos arquivos visitados pelas missões precedentes, outros ainda desconhecidos aos

³ SILVA, Leonardo Dantas. “Um tempo de muitas histórias”; In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo de Jornal*. Recife: Ed. Massangana, 1998, p XII-XIII.

pesquisadores brasileiros. Fez microfilmar grande quantidade de fontes que escaparam à atenção dos outros pesquisadores.

Os relatórios desta missão foram publicados pela Imprensa Universitária em 1959 sob o título *A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica*.⁴ Neste documento, o autor descreve seu trabalho e tece um histórico das missões anteriores. José Antônio Gonsalves de Mello cobriu os seguintes arquivos: *Algemeen Rijksarchief* – Haia; *Koninklijk Huisarchief* – (Arquivo da Casa Real) – Haia; *Archief van de Hervormde Gemeente* – (Arquivo da Comunidade Reformada) Amsterdam; *Gemeente Archief* – (Arquivo Municipal) Amsterdam; *Universiteitsbibliotheek te Lijden* – Leiden; *Coleções de Mapas de Roterdã* – Atlas van Stolk; *Coleção Engelbrecht* – do Maritien Museum Prins Hendrik.

Não obstante o esforço do Dr. José Antônio Gonsalves e a importância dos documentos recolhidos, seu trabalho de resgate, como no caso dos antecessores, cobriu apenas parte do conjunto documental disponível. Além disso, os resultados de sua missão, publicados no relatório de 1959, não contemplam catalogação ou guia para as fontes microfilmadas, não permitindo ao usuário uma visualização global nem o acesso dirigido às reproduções⁵.

José Hygino não nos deixou um catálogo completo do que foi copiado na Holanda⁶, tão pouco este trabalho foi realizado por outro

⁴ Este texto foi reeditado com alterações em Mello, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de Jornal*. Organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva. Recife: Ed. Massangana, 1998. 320p.

⁵ Estas reproduções estão no acervo da Divisão de Pesquisa Histórica e na Biblioteca Joaquim Cardozo da UFPE, constam de três rolos de microfimes sem identificação. Os cadernos de notas das pesquisas de José Antônio Gonsalves de Mello na Holanda permaneceram inéditos até abril de 2000. Nesta data, a Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco (Recife) fez o lançamento da coletânea *Arquivos Holandeses de José Antônio Gonsalves de Mello*, organizada por Leonardo Dantas Silva, com a transcrição dos cadernos de notas das pesquisas, levadas a termo na Holanda em 1957-58 e 1962, reunindo 820 páginas manuscritas.

⁶ No relatório publicado em 1886 pela *Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano*, José Hygino descreve as principais coleções do *Algemeen Rijksarchief* e do *Koning Huisarchief*, precedido de uma inteligente crítica historiográfica. O relatório de José Antônio, publicado em 1959, trata dos acervos coloniais holandeses no contexto maior, onde ele descreve suas pesquisas em diversos países da Europa, reservando para os arquivos neerlandeses, apenas uma descrição sumária. Nela

pesquisador, de forma que, a comparação do que foi coletado com o que existe nos arquivos holandeses é precária. Não se tem também o controle do material remetido da Holanda, após seu retorno ao Brasil, e, sabe-se que pelo menos um dos volumes da Coleção Hygino foi extraviado⁷.

Da coleção coligida para o Instituto Histórico Brasileiro existe uma lista publicada⁸ que nos oferece uma dimensão referencial do conteúdo das cópias e das traduções francesas. Frans Leonard Schalkwijk⁹, a seu turno, nos deixou apenas uma pequena relação, comentada, das principais fontes pesquisadas, inserida na discussão das fontes utilizadas em sua obra.

A checagem da documentação primária, citada pelos mais importantes autores brasileiros, comparada às fontes disponíveis no Brasil, demonstrou que o nível de estabelecimento de conhecimento com base neste acervo documental ainda era muito baixo. Continuávamos sem um conhecimento amplo e detalhado do potencial arquivístico na Holanda. Desta forma, estava clara a necessidade e oportunidade de se desenvolver um instrumento eficiente, sentado nas atuais possibilidades arquivísticas e tecnológicas, para atender a demanda de conhecimento represada nesta parte da história do Brasil e da Holanda.

A proposta de resgate e difusão articulada entre o Projeto Ultramar da Universidade Federal de Pernambuco, Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano e Projeto Resgate do

destaca pontos promissores para pesquisa e aponta a localização atualizada das principais coleções. Os oito relatórios subseqüentes de José Antônio Gonsalves de Mello, publicados no *Diário de Pernambuco*, em 1952 e 1958, bem como a segunda edição acrescida e atualizada de "A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica", foram reunidos por Leonardo Dantas Silva no livro *Tempo de Jornal*. *Op cit.*

⁷ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Introdução in: *Tempo dos Flamengos*. 3. ed. aum. Recife: Ed. Massangana, 1987. 294p.il.

⁸ *Catálogo da exposição de História do Brasil*. Introdução de José Honório Rodrigues, apresentação, Dr. B.F.Ramiz Galvão. Brasília: Ed. UNB. Tomo. I p 926-28. (Coleção Temas Brasileiros v. 10).

⁹ SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630 - 1654*. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE, 1986. 550p.il.(Coleção pernambucana, 2. fase)

Ministério da Cultura, vem atender a estas demandas.

Este não é um trabalho exaustivo, nem tão pouco seguem nele referidos todos os arquivos holandeses onde encontramos pistas documentais de interesse histórico brasileiro. Notamos apenas os principais arquivos, ou seja, aqueles cujos acervos se revelaram mais representativos foram mencionados. Este trabalho fia-se principalmente nos catálogos dos arquivos investigados, mesmo considerando a precariedade dos instrumentos de pesquisa a que antes nos referimos. Devido ao curto espaço de tempo que tivemos para construção deste instrumental de fontes – fevereiro a maio de 2000 – não nos foi possível checar individualmente cada documento encontrado. Entendemos ser esta uma atribuição da etapa que se seguirá à catalogação e ao registro da documentação evidenciada. Decidiu-se que, metodologicamente, seria mais produtivo principiar a identificação dos documentos via catálogos, índices e demais instrumentos de pesquisa disponíveis. A segurança das informações indicadas nestes catálogos foi checada por amostragem, verificando-se pormenorizadamente um percentual dos documentos citados.

Depois das duas permanências de José Antônio (1957-1958 e 1962), os arquivos holandeses se modernizaram, principalmente a partir da publicação do *Archief Act* de 1962¹⁰ que regulamentou o depósito legal e a transferência de arquivos históricos para repositórios públicos na Holanda. Esta modernização e um crescente ganho

¹⁰ A tradução para língua inglesa do *Archief Act* de 1962 foi publicada no *Nederlands Archievenblad*, 75(1971) pp.190-208.

de *status* nas organizações de gerenciamento e controle do patrimônio e informação histórica nos Países Baixos criaram um clima favorável ao trabalho arquivístico e ao desenvolvimento das coleções. Um dos efeitos deste movimento foi a visualização de coleções, pouco trabalhadas, incorporadas com suas devidas conexões, a arquivos principais, que por sua vez, acabaram por revelar um conjunto de pequenos arquivos, principalmente privados, que emergiram como detentores de preciosa informação histórica, inclusive no que tange às relações coloniais entre o Brasil e a Holanda.

A política arquivística holandesa de 1962 também contribuiu para que muitos pequenos arquivos dispersos se aglutinassem junto a grandes estruturas de armazenamento e gerenciamento de arquivos, que ofereciam como atrativo para instituições detentoras dos fundos que se pretendia incorporar, infra-estrutura de gerenciamento, segurança e controle térmico ambiental, exigido pelos padrões de qualidade arquivística internacionais. A concentração destes arquivos baixou sensivelmente os custos de manutenção das coleções, ganhou em disponibilização, acesso e método arquivístico. Inventários modernos foram elaborados, – mesmo que em muitos casos não se tenha mais que breves sumários de conteúdos – permitindo o conhecimento e uso sistêmico das coleções.

A pesquisa documental e a produção

historiográfica, que envolvem as relações entre o Brasil e a Holanda, situam-se via de regra no período clássico de domínio colonial holandês 1630-1654. Uma das constatações desta pesquisa é a necessidade de se investir historiograficamente em outros períodos anteriores e posteriores à ocupação holandesa no Nordeste brasileiro. As relações comerciais entre lusos e batavos se espraiam no tempo, muito antes e muito depois do período clássico holandês no Brasil. É importante vasculhar e construir modelos explicativos mais complexos que envolvam as relações diacronicamente. Isto, efetivamente, tem que se refletir em um programa de pesquisa documental mais amplo, e mais ainda, em um esforço conjunto entre o Brasil e a Holanda, no sentido de ampliar o campo discursivo, materializado em programas de pesquisa e intercâmbio acadêmico.

O Brasil avançou muito na construção dos modelos teóricos que hoje valem para o período, mas outros paradigmas jazem enclausurados em uma massa ainda disforme de informação histórica, não suficientemente explorada. Por outro lado, a Holanda dispõe de excelentes grupos de pesquisas e universidades conceituadas, mas que fazem uso estreito destes documentos, e exploram apenas superficialmente este importante movimento histórico que envolve os princípios da expansão marítima, comércio atlântico, relações comerciais, capitalismo judeu envolvido e relações interétnicas, entre outros tantos temas.

Arquivos na Holanda

Os arquivos públicos na Holanda estão divididos em três níveis. Os arquivos do Governo Central dos Países Baixos estão conservados no *Algemeen Rijksarchief* – ARA, em Haia; os acervos pertinentes aos governos provinciais permanecem nos arquivos do Estado, nas capitais de cada uma das 11 províncias da Holanda; e os arquivos das municipalidades ou Gemeentes são depositados em arquivos municipais¹¹.

No que tange à história do Brasil destacam-se os arquivos *Algemeen Rijksarchief* ou Arquivo Geral do Estado na cidade de Haia; o *Gemeente Archief* ou Arquivo Municipal da cidade de Amsterdã; o *Koninklijk Huisarchief* ou Arquivo da Casa Real em Haia, onde se conservam os papéis privados do Conde Maurício; e a *Universiteitbibliotheek te Lijden*, biblioteca universitária da cidade de Leiden.

¹¹ Os arquivos holandeses foram inventariados no *Overzichten van de Archiven en Verzamelingen in de opembare archiefherwaanplaatsen in Netherland*, (Guia para arquivos e coleções em repositórios públicos dos Países Baixos), publicado pela Sociedade Holandesa de Arquivistas. Nesta série, encontram-se descritos além dos arquivos governamentais, diversos arquivos privados, conservados por serviços públicos, como é o caso dos arquivos pertencentes às sociedades da Igreja Reformada Holandesa, ou da Sociedade Israelita Judaico-Portuguesa de Amsterdã, hoje sob a guarda de arquivos públicos.

O Arquivo Geral do Estado – ARA é seguramente o mais explorado por brasileiros. Nele se encontram os fundos mais densos para a história do Brasil e se abrigam quase uma dezena de arquivos contendo abundante informação histórica pertinente ao Brasil, entre os quais os fundos da Companhia das Índias Ocidentais e os dos Estados-Gerais, promotores e executores do projeto colonial no Brasil.

O arquivo Municipal da cidade de Amsterdã guarda os acervos das sociedades eclesiásticas

judaico-portuguesa e da Igreja reformada, e ainda os arquivos notariais de Amsterdã. Os arquivos dos Notaris foram pouco explorados, podemos dizer, até certo ponto negligenciados, pela historiografia brasileira e holandesa. Sobre eles, diz José Antônio:

Sendo Amsterdã a capital dos Países Baixos, a sua principal e mais rica cidade, sede da mais influente "câmara" da Companhia das Índias Ocidentais, em consequência os seus registros notariais são de grande importância para a história, quer local, quer ultramarina. Militares, funcionários civis, mercadores, etc., ao partir dali com destino ao Brasil holandês, constituíam procuradores na metrópole, faziam testamento, contratavam auxiliares e empregados para o negócio e redigiam escrituras de vários fins, com registro nos cartórios notariais. Todos estes elementos, dispersos aqui e ali em muitas centenas de códices, guardam informes preciosos para a história, sobretudo social e, em especial, econômica, de Pernambuco e do Nordeste. Tal a natureza dos documentos que se conservam nos "cartórios notariais" deste importante arquivo de Amsterdã.¹²

Apresentam-se ainda, como potencial fonte de interesse, os arquivos diplomáticos da cidade de Amsterdã. Este arquivo não foi incluído neste guia por não estar inventariado, mas guarda

¹² MELLO, José Antônio, 1959, op cit.

correspondência entre o Gemeente Amsterdam e a Companhia das Índias Ocidentais e o Almirantado e o Estado Português.

Nos arquivos de Middelburg, agora reunidos no novo Zeeuwsarchief (Zelândia), esperávamos encontrar algum material residual da Câmara da Zelândia da Companhia das Índias Ocidentais. É destes arquivos que provêm os mais importantes registros para a história do domínio colonial holandês no Brasil, uma vez que os arquivos da Câmara de Amsterdã foram vendidos como papel velho em 1821. Infelizmente não encontramos quase nada sobre a Companhia das Índias Ocidentais neste arquivo. Entretanto, conservam-se lá algumas minutas das resoluções "Minutas Classis" relativas à ação da igreja reformada no Brasil. Outros registros que também se mostram promissores neste arquivo são os acervos provenientes da cidade de Veere (Gemeente te Veere) – recentemente incorporados ao arquivo de Middelburg – onde encontramos interessantes contratos comerciais ainda inéditos.

Os Arquivos notariais da Zelândia também se constituem num promissor objeto de pesquisa, uma vez que o porto e os capitalistas de Middelburg projetaram a região, desde o século XVI, como ativo centro de comércio e navegação com interesses largos no Brasil. Bem antes da tomada do Nordeste brasileiro pelo consócio dos Estados-Gerais e da OWIC, mercadores holandeses, flamengos, valões e outros estavam no negócio das mercadorias

exóticas, pau-brasil e açúcar. A tinta do pau-brasil *fernābuc* foi moeda corrente entre os manufactureiros de tecido de Leiden e os piratas de Dieppe na França, alimentando um robusto mercado de tinta e pano, do qual, aqui se encontram abundantes registros.

Além dos arquivos principais, supra-mencionados, uma série de arquivos provinciais e municipais foram visitados, dos quais coletaram-se valiosas referências acerca das atividades da Igreja Reformada no Brasil holandês. Seguimos a pista deixada por Frans Leonard Shalkwijk que há muito tempo rastreia e publica o conjunto das resoluções "Minutas Classis" das diversas comunidades reformadas que mantinham interesses catequéticos, temporais e espirituais no Brasil. As decisões discutidas em assembléias sinodais permaneceram arquivadas nos diversos arquivos das comunidades reformada através das províncias unidas formadoras do Estado holandês. Após a reforma arquivística de 1962, estes arquivos foram incorporados ao acervo dos arquivos provinciais ou municipais a que se ligavam jurisdicionalmente e hoje indexam a visão calvinista do Brasil colonial.

Cabe mais uma vez lembrar aos interessados que a ausência de instrumentos de pesquisa detalhados exige do empreendedor um esforço adicional de garimpagem, que demanda muito tempo e trabalho. Todas as informações referenciais, guias e material de apoio ao pesquisador estão em holandês.

Agradecemos a preciosa ajuda de Diedrik

Kortlang do Algemeen Rijksarchief e Bas de Melker do Gemeentearchief de Amsterdã. E, finalmente, registramos a participação especial do historiador brasileiro Lodewijk Hulsman que principiou este trabalho na condição de assistente, mas que durante o desenvolvimento da atividade conquistou posição de parceiro pesquisa.

Amstelveeld,
julho de 2000

ARQUIVOS HOLANDESES

ARQUIVO

Algemeen Rijksarchief - ARA

Arquivo Geral do Estado

endereço

Prins Willem-Alexanderhof, 20

Postbus 90520

2509 LM

Den Haag

telefones

PABX 31 070 331 54 00

Atendimento público 31 070 331 54 44

FAX 31 070 331 54 99

endereço eletrônico:

ara@rad.archief.nl

site

www.archief.nl

horário de funcionamento

terça-feira 9 – 21 horas

quarta a sexta-feira 9 – 17 horas

sábado 9 – 13 horas

formas de acesso ao prédio

Para o visitante que chega a Den Haag (Haia) de trem, o acesso ao arquivo se dá pela saída leste da Estação Central. Seguindo a sinalização *Algemeen Rijksarchief*, breve ele avistará o prédio situado entre a Estação Central, o Babylon Shopping Center e a Koninklijke Bibliotheek.

Para maiores detalhes, consulte *online route planner* www.ns.nl

Informações gerais

O Arquivo Geral do Estado

O *Algemeen Rijksarchief* (ARA) Arquivo Geral do Estado, fundado em 1802, é o maior repositório arquivístico da Holanda. Hoje, são administrados pelo ARA, aproximadamente 170 quilômetros lineares de arquivos, 88.000 cartas e 525.000 mapas e desenhos, acomodados em noventa depósitos com controle térmico. Localizado em Haia, tradicional sede do Governo holandês, o Arquivo Geral do Estado conserva os arquivos do Governo central, das províncias do Sul da Holanda e do antigo Condado da Holanda.

Os arquivos públicos holandeses são divididos em três níveis. Os do Governo central dos Países Baixos conservados no ARA; os acervos pertinentes aos governos provinciais nos Arquivos do Estado, nas capitais de cada uma das 11 províncias da Holanda e os arquivos das municipalidades ou *Gemeentes*, nos arquivos municipais.

O *Algemeen Rijksarchief* é uma rede formada por 12 arquivos mantidos pelo Estado holandês. O Arquivo Nacional da Holanda (ARA) também é assim conhecido. Localizado em Haia, sede do Governo nacional e capital da província do Sul da Holanda, lidera os demais arquivos do Estado.

No ARA, a parte mais substancial das

colecções é formada por fundos oficiais oriundos dos arquivos do Governo central; da província da Holanda do Sul e do Estado Formado da Holanda. Contudo, o ARA não é apenas um arquivo governamental. Conservam-se lá, ainda, arquivos de famílias, companhias e associações que desempenharam papel histórico importante para os Países Baixos.

O ARA está dividido em três grandes setores: Arquivos públicos (*Achiven Overheid*); Arquivos privados (*Niet-overheidsarchiven*); e Coleções (*Verzamelingen*). O setor mais rico para o Brasil é o *Achiven Overheid*, onde se encontram os acervos dos Estados-Gerais e os das companhias de comércio e colonização.

No primeiro setor estão os arquivos gerados por instituições federais da república holandesa, cobrindo basicamente o período entre 1576 e 1795. Também permanecem neste setor os arquivos das Companhias das Índias Orientais e das Índias Ocidentais. Esses arquivos abrigam os documentos da burocracia metropolitana e os arquivos transferidos das colônias da África, Ásia e América. Conservam-se ainda, os arquivos da administração dos domínios da Casa de Nassau, muitos dos quais, anteriores a 1576. Outra parte dos arquivos desta Casa encontra-se nos arquivos da Casa Real de Haia, incluindo documentos do principado de Orange e possessões da Bélgica e Luxemburgo.

Os manuscritos dos Estados-Gerais (*Staten Generaal*) formam o principal acervo colonial do

¹ O Governo central holandês resolveu em 1821 pelo descarte de coleções de guarda "incômoda". Sobre isto, diz José Hygino em seu relatório de 1886. "Em 1821 existiam em Amsterdã, reunidos no mesmo edifício, os arquivos das duas Companhias das Índias Orientaes e Occidentaes. Em virtude da resolução tomada pelo ministro das colônias a 27 de Novembro do mesmo anno, foi vendida uma parte desses arquivos, por se suppor que continha papéis sem valor, cuja guarda era incommoda."

² Recentemente tem se desenvolvido um consórcio envolvendo instituições e investigadores de ex-colônias holandesas, organizações arquivistas e acadêmicas na Holanda, para uma ação ampla no campo da memória histórica. Esta idéia materializou-se em um consórcio denominado TANAP - *Towards a New Age of Partnership*, incorporado pelo programa *Memória do Mundo* da Unesco, e apoiado pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda, Universidades e arquivos dos países consorciados. O TANAP tem por objetivo: identificar, resgatar, prover acesso e desenvolver programas de pesquisa histórica e arquivística, com base neste corpus remanescente.

ARA. Estes fundos foram gerados pelas instituições do Governo central da república das sete províncias unidas. Os Estados-Gerais representaram politicamente as Assembléias Provinciais soberanas acordadas no Tratado de 1575. Em 1795, a República das Províncias Unidas foi substituída pela República Batava, cuja primeira constituição data de 1798. Desde esta data, a Holanda tem sido um Estado unitário, com governo central.

Até o século XVIII, as colônias holandesas estiveram sob o controle de companhias de comércio concessionadas pelos Estados-Gerais. Tais companhias receberam privilégios que incluíam uma soberania tutelada nos territórios ocupados, definidos em suas Cartas Patente. Contudo, os Estados-Gerais exerceram forte controle político, — e depois econômico — sobre estas companhias.

A mais importante e duradoura das companhias de comércio colonial da Holanda, seguramente, foi a Companhia das Índias Ocidentais (*Verening de Oostendische Compagnie* - VOC). Sua Carta de Concessão lhe dava o monopólio de comércio e soberania de direitos em todos os assentamentos coloniais holandeses — conquistados ou por conquistar — ao Ocidente do Cabo da Boa Esperança. Muitos arquivos referentes às atividades de comércio da Companhia e sua administração na Europa foram perdidos¹, contudo, muitos relatórios e outros papéis enviados das colônias, sobreviveram². Esta Companhia é

sucessora da *Old Westindische Compagnie* (OWIC), a mais importante para a história do Brasil que foi liquidada em 1674.

O segundo setor do ARA conserva arquivos do Governo central, gerados depois da unificação das províncias e da formação do Estado holandês de 1795 em diante. Nestes arquivos, pode-se encontrar algum material de interesse histórico brasileiro, tais como: documentos do corpo consular e da câmara de negócios exteriores. Destacam-se as documentações relativas ao reconhecimento da Independência do Brasil, da Proclamação da República, entendimentos para a formação da colônia de Holambra no Brasil, entre outras.

O terceiro setor corresponde ao arquivo da Província do Sul da Holanda e cumpre o mesmo papel dos outros arquivos provinciais. Seus registros mais antigos são do princípio do século XIX.

O departamento de mapas (*Kaartenafdeling*) conserva arquivos cartográficos da maior importância, desde o século XVI, muitos de interesse histórico brasileiro. O acervo possui índices com entradas por nomes de pessoas ou localidades geográficas, com informação histórica detalhada.

Acesso às fontes

Visitantes podem consultar os materiais arquivísticos e a coleção de publicações do ARA na sala de leitura. Na chegada, devem se registrar apresentando passaporte ou identificação com fotografia.

Próximo à recepção, junto à sala de leitura, o pesquisador encontrará a sala de acesso, onde estão disponíveis vários instrumentos de pesquisa, inventários, índices, catálogos etc, referentes ao ARA. Através dos computadores disponíveis, o visitante pode também consultar a versão digital dos guias. As obras de referência, catálogos e microfimes dos documentos mais requisitados estão disponíveis para uso *self-service*, infelizmente poucas obras de referência disponibilizam *abstracts* em inglês.

Os documentos do ARA são solicitados exclusivamente através dos terminais localizados na sala de acesso. Os documentos a serem consultados no mesmo dia devem ser solicitados até uma hora antes do fechamento do arquivo. Pode-se também reservar documentos para outro dia. A reserva de pode ser feita também por carta, fax ou e-mail, mas nestes casos, o pesquisador deverá ter a referência precisa do documento buscado.

Serviços para usuário

Nas salas de leitura o usuário encontrará *workstations* e terminais para uso de *laptop*. Na sala de microfimes, além dos guias de microfimes, o leitor encontrará leitores-copiadores de microfilme que permitem a reprodução *self service* dos documentos necessários. A coleção OWIC está totalmente microfilmada e disponível em filme de 35mm, referência D1-D3, filme número 1-53. Os visitantes podem consultar os funcionários do serviço de informações ao lado da sala de acesso, que são arquivistas treinados para este fim.

Se o pesquisador necessitar de cópias de documentos, pode ordenar a reprodução no setor de reprografia, situado ao lado da sala de leitura. O ARA dispõe de serviços próprios de microfilmagem, *scanner* e reprodução fotográfica de alta qualidade para publicações. As reproduções podem ser ordenadas por correios, fax ou e-mail. Cópias xerográficas, microfilmes e digitalização de documentos podem ser realizadas sob pedido, conforme tabela de preços disponível nos balcões de atendimento.³

O *site* do ARA oferece possibilidades de visualização e interatividade e consulta virtual de arquivos digitalizados. O usuário encontrará os principais bancos de dados, bem como poderá acessar a seção de genealogia (árvore de família).

Descrição sumária das coleções

Desde o século passado, a estrutura física das principais coleções de interesse histórico brasileiro, conservadas no *Algemeen Rijksarchief*, deixou de ser um mistério. As pesquisas de José Hygino Duarte Pereira, 1885-1886; Herman Waetjën, 1912; José Antônio Gonsalves de Mello, 1957-1958 e 1962, como mais recentemente, a investigação de Frans Leonard Schalkwijk, 1977, desnudaram as entranhas do aparato burocrático colonial holandês, mostrando também os caminhos percorridos pelos papéis que conseguiram sobreviver aos séculos como testemunhos do passado colonial que liga o Brasil à Holanda. De forma que, o que agora registramos é um revisitado do que já foi dito pelos

³ Por exemplo, cada página escaneada em alta resolução custa 175 florins, aproximadamente um dólar, o suporte em DISQUETE, mais 5 florins, enquanto o CD ROM gravado custa 10 florins, comportando 400 imagens.

citados pesquisadores, especialmente por José Hygino Duarte Pereira.

Os canais de informação colonial entre o Brasil e a Holanda foram estabelecidos pela comunicação entre as agências dos governos, colonial e metropolitano, representados na Holanda pela Assembléia dos acionistas majoritários da Companhia, o *Conselho dos 19* e os Estados-Gerais. No Brasil, durante a dominação holandesa, foram experimentados arranjos administrativos de diversos matizes, que reproduziam modelos organizacionais praticados na Holanda. Prevaleceu, entretanto, a figura de um *Alto Conselho*, assistido por diversas organizações de suporte em assuntos administrativo, político, jurídico e militar, entre outros⁴.

De uma forma geral, os papéis saídos do Brasil afunilavam-se em direção à Administração Central da WIC. José Hygino Duarte Pereira nos dá uma idéia deste fluxo informacional:

Eram os directores da Companhia que constituíam o governo supremo da colonia; eram elles que pelos seus delegados a administravam, sustentavam a luta, dirigiam as operações de guerra, e portanto a elles eram dirigidas as informações as mais completas e minuciosas sobre tudo quanto occurria nas capitánias conquistadas. É verdade que o governo colonial tambem se correspondia com os Estados-Geraes, mas

⁴ Uma excelente descrição da estrutura da administração holandesa pode ser encontrada in MELLO, J. A. G. *Fontes para História do Brasil Holandês*. Recife: SPHAN, 1985. v. 2. "A Administração da Conquista"; recentemente reeditado em *O Brasil e os Holandeses 1630-1654*. Org. Paulo Herkenhoff. Rio de Janeiro: Ed. Sextante, 1999.

*de ordinario não submettia á sua consideração nos officios que lhe dirigia senão uma exposição mais ou menos geral dos acontecimentos.*⁵

Os Estados-Gerais cumpriram importante papel no planejamento e controle de territórios ocupados. No projeto colonial brasileiro, os Estados-Gerais não tiveram um papel executivo. A concessão terceirizava à WIC a ocupação e exploração com poderes estatais. De forma que, a informação histórica que se encerra nos arquivos da WIC não retrata apenas as ações comerciais de uma empresa. Espelha uma rica experiência colonial, fundada em princípios radicalmente distintos das “conquistas da Fé” que caracterizaram a expansão ibérica nas Américas do século XVII.

Arquivo dos Estados-Gerais

A Coleção dos Estados-Gerais foi inventariada pelo arquivista N.M. Japikse, entre 1963 e 1964, em seis volumes, sob o título *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal*. Para fins deste guia de fontes, seguimos a descrição adotada pelo ARA. A organização de Japikse não corresponde fielmente às divisões oferecidas por Hygino nem por José Antônio. No primeiro tomo do inventário foram arrolados os papéis intitulados *Resoluções secretas e ordinárias sobre assuntos especiais: Registro das resoluções pertinentes à WIC 1638-1663*. No segundo tomo estão indexados 15 maço de *Cartas e Documentos Ordinários* referentes à WIC que

⁵ PEREIRA, José Hygino Duarte. Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1886, n. 30, pp 7-110.

cobrem o período de 1623-1655, e dois outros maços relativos a Portugal, 1641-1761, no qual se encontra interessante material sobre a negociação da restauração pernambucana ao poder Luso.

No tomo III, Japikse descreveu toda parte de documentos e dossiês anexos às resoluções dos Estados-Gerais (*Bijlagen*). Estes manuscritos comportam riquíssimo material inédito, onde se destaca parte da correspondência de Willen Usselinx 1620-1622, sobre o estatuto da WIC. Estes papéis, a um só tempo, oferecem uma síntese do pensamento que embasava a formação da WIC e testemunham o nascimento de uma vanguarda do pensamento econômico, manifesta nos conceitos de abertura comercial e mercado livre, que reclamam para Usselinx o título de pioneiro do moderno pensamento econômico do mundo globalizado. Este tema, com certeza, merece mais que a visita episódica da historiografia nacional. trata-se de um assunto universal que urge ser explorado.

O Tomo IV contém *Atas dos Estados-Gerais – documentos dos Estados-Gerais ordinários e secretos* com peças relativas a Portugal. Deste tomo se destacam os processos de Gaspar Dias Ferreira, de onde se podem tirar preciosas informações sobre esta polêmica figura histórica que ainda clama um historiador, e seu papel na inteligência das disputas Luso-Batavas no Atlântico.

O tomo seguinte é a continuação *das Atas dos Estados-Gerais*, gavetas ordinárias e secretas relativas à WIC, contendo 24 pastas que tratam de

assuntos diversos, principalmente sobre negócios, relatos de ofensivas entre portugueses e holandeses, envio de tropas ao Brasil, cobranças de credores da Companhia entre outros.

As Atas dos Estados-Gerais continuam no Tomo VI do inventário Japikse que descreve quatro pastas de interesse para o entendimento da ação diplomática onde são descritos acordos de não agressão entre holandeses e portugueses no Brasil, entre outros assuntos.

Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais

(Velha Companhia)

Apesar de ser um dos mais importantes arquivos conservados no ARA, os documentos da Companhia das Índias Ocidentais não possuem um índice definitivo. O inventário número 1.05.01 *Inventaris van voor Collectie Verening de Oostendische Compangnie – VOC (Old Compangnie)* oferece, em holandês, informações sumárias do conjunto documental, sem detalhar seus subtítulos.

Cartas e papéis saídos do Brasil, 1630 – 1654

É a mais volumosa coleção deste arquivo, composta por 19 volumes, e aproximadamente 3500 entradas. Felizmente, possui um bom guia compilado pelo arquivista e *expert* em OWIC, D.J. Diederick Kortlang.

Esta coleção é o resultado do fluxo de documentação, no principal canal de saída de

informação escrita do Brasil para a Holanda. É também o mais heterogêneo quanto à natureza do seu conteúdo, o que dificulta a descrição da temática que cobre seu *corpus*. Os principais papéis desta coleção são os ofícios dos diversos Conselhos Supremo do Recife, de Justiça, de finanças, dos chefes militares de terra e mar dirigidos aos diretores da Companhia na Holanda.

As cartas ou ofícios do Supremo Conselho, que registrou José Hygino, são:

extensos documentos, que podemos denominar 'relatorios': nelles o governo colonial refere os fatos ocorridos, dá conta da execução das ordens da Assembléia dos Dezenove, e pede as providencias que julga necessárias para o alargamento das conquistas, á segurança ou ao bem-estar da colônia.

Os documentos anexos (*Bijlagen*) às Cartas e Papéis saídos do Brasil configuram-se num precioso acervo. A pesquisa de José Hygino explorou no arquivo da OWIC apenas os documentos principais, toda parte de apensos permanece ainda inexplorada. Entre eles, grande cópia de documentos em português.

No ARA se encontram registros de algumas assembleias sinodais realizadas pela igreja reformada no Recife, denominadas *Classicae Acta van Brasílie*, umas na coleção *Papéis Saídos do Brasil*, outras no *Arquivo do sínodo do Sul da Holanda*. Estas Atas contêm resoluções sobre diversos assuntos pertinentes à administração eclesiástica.

Também na coleção Cartas e Papéis saídos do Brasil encontram-se relatos de viagens como a Jornada de Mattias Beck ao Ceará, do capitão Johan Blaer aos Palmares, entre outros.

Nótulas Diárias do Alto Conselho Secreto no Brasil
- 1635-1654

Dagelyske Notulen van den Hoogen en secreten raad in Brazilie é uma das mais importantes coleções do Arquivo da WIC, uma espécie de Diário Oficial da época, onde se registravam resoluções do Conselho Supremo do Recife, remetidas periodicamente à diretoria da Companhia na Holanda.

Infelizmente a série está incompleta nos anos de 1635, 1636 e 1640. O conjunto remanescente faz jus às palavras de Hygino:

não sei que acêrca de algum outro periodo da historia colonial deste paiz exista uma collecção de noticias authenticas tão extensa e tão completa quanto os Notulos. Todos os pormenores relativos ao govêrno politico, civil ou militar, tudo o que concerne ás relações entre os Hollandezes e os Portuguezes, entre os calvinistas, os catholicos e os judeos, todos os dados sobre a situação economica e financeira da colonia ahi se acham mencionados.

Conclui enfático: "À vista desta collecção é permitido dizer que cessou todo o mysterio sobre a organização administrativa e a administração do Brazil Hollandez."

Estão registrados nas Nótulas o dia-a-dia da vida na colônia, os interesses dos variados grupos de poder, tais quais, a Igreja Reformada, comunidades Judaicas, Militares, Comerciantes Escabinos etc. Consultas e debates acerca da justiça, saúde, educação, bons costumes, guerra, ofensivas e estado da conquista, política para com os "Aliados infernais" tapuias do interior.

Além dos oito volumes das Nótulas Diárias do Alto Conselho do Brasil, resta-nos também um volume com as Nótulas secretas *Secrete Notulen* onde se registravam as deliberações privativas do Alto colegiado no Recife.

Registro das Nótulas Secretas do Conselho dos 19 - 1629-1645

O Conselho dos 19 registrava suas resoluções em Atas ou Nótulas. *Secrete Notulen van de vergadering van de Negentien* é o título de um volume que contém o registro das deliberações da Administração Geral.

Nestas Nótulas estão muitas resoluções administrativas da Companhia, o regimento da conquista de Pernambuco dado ao Almirante H. Lonk, e uma série de instruções secretas dirigidas aos governadores no Brasil.

Três outros volumes guardam as cópias de cartas enviadas pelos diretores da Companhia ao Governo colonial no Brasil e Costa da África. Estes volumes e a coleção *Cartas e papéis saídos do Brasil* guardam correspondências, pedidos, consultas e

soluções que, combinadas às resoluções da administração local no Recife e à Administração Geral na Holanda, revelam um ciclo completo das demandas e soluções coloniais.

Documentos dispersos sobre a WIC

Uma coleção curiosa é a *Verspreide West-Indische Stukken*. Esta coleção foi formada em 1907 com os manuscritos encontrados na casa do arquivista adjunto ARA de Mr. A. Telling, após sua morte. Infelizmente, não se conhece a proveniência exata destas peças de forma que a coleção não pode ser recolocada nos arquivos originais por falta de referência. O índice atual da coleção foi composto por J. de Hullu e Ch. V. Marle. Nesta coleção se destaca um livro de notas de batismo, casamento e óbitos da Paraíba, 1635-1636.

Documentos dispersos

Esta outra coleção de documentos dispersos do primeiro departamento *Aanwinsten Eerste Afdeling* refere-se a manuscritos arquivados em outras seções, mas de interesse da WIC. Nela registramos, Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC, um relato coletado no Rio Grande do Norte informando sobre a morte de Jacob Rabij e um jornal da viagem para mina de prata no interior do Rio Grande do Norte por engenheiro Pieter van Strucht e o escolteto Jan Houck.

Igreja Reformada Holandesa

A partir da década de 60, após a publicação da lei de arquivos da Holanda, o *Archief Act* de 1962,

muitos arquivos particulares principiaram a migrar para os arquivos do Estado. Os documentos da Igreja reformada do Norte da Holanda e os do Arquivo particular do Sínodo da Igreja Reformada do Sul da Holanda estão hoje sob a guarda do ARA. Nos arquivos sinodais encontram-se deliberações isoladas, das quais interessam sobremaneira à história eclesiástica brasileira, são elas as *Classicale Acta van Brasilie*, onde vão discutidos costumes, educação primária, conversão e catequese de índios, administração das igrejas na colônia etc. Parte destas Atas já foram publicadas pelo Instituto Histórico de Utrecht. A ação do clero calvinista no Brasil holandês foi objeto das pesquisas de Frans Leonard Schalkwijk, que resultaram na obra *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630 – 1654*, publicada no Brasil em 1986.

Archief van het Hof van Holland

(Arquivo da Corte da Holanda)

O Arquivo dos Tribunais da Holanda conservam a coleção *Criminele Papieren*, contendo as peças de processos contra Gaspar Dias Ferreira, A. Bullestraten, J. Walbeeck. Encontram-se ainda neste arquivo, peças do processo instaurado contra Hendrik Haecks e Walter van Schoonenburch, membros do Supremo Conselho do Brasil, que assinaram a capitulação da praça do Recife a 26 de Janeiro de 1654.

Fundos de Pesquisa

Arquivo dos Estados-Gerais

Archief van de Staten-Generaal

Inventário	Peça nº	Descrição	Data
------------	---------	-----------	------

Tomo I - Deel C : De ordinaris en secrete resolutien over speciale onderwerpen

Resoluções secretas e ordinárias sobre assuntos especiais.

Registers van resoluties betreffende de W.I.C. 1638-1670

1.01.03	maços 4845	Registros com resoluções pertinentes à WIC 16 abril 1638 - 29 dezembro 1651 com Index alfabético no início	1638-1651
---------	------------	--	-----------

1.01.03	maços 4846	Registros com resoluções pertinentes à WIC 3 janeiro 1652-29 dez. 1663	1652-1663
---------	------------	--	-----------

Tomo II - Liassen - OWIC

Ingekomen ordinaris brieven en stukken 1623-1795

(Cartas e documentos ordinários 1623-1795)

1.01.04	maços 5751	Cartas e papéis (West-Indie)	1623-1627
1.01.04	maços 5752	Cartas e papéis (West-Indie)	1628-1630
1.01.04	maços 5753	Cartas e papéis (West-Indie)	1631-1634
1.01.04	maços 5754	Cartas e papéis (West-Indie)	1635-1637
1.01.04	maços 5755	Cartas e papéis (West-Indie)	1638-1640
1.01.04	maços 5756	Cartas e papéis (West-Indie)	1641-1642
1.01.04	maços 5757	Cartas e papéis (West-Indie)	1643-1644
1.01.04	maços 5758	Cartas e papéis (West-Indie)	1645-1646
1.01.04	maços 5759	Cartas e papéis (West-Indie)	1647
1.01.04	maços 5760	Cartas e papéis (West-Indie)	1648
1.01.04	maços 5761	Cartas e papéis (West-Indie)	1649
1.01.04	maços 5762	Cartas e papéis (West-Indie)	1650
1.01.04	maços 5763	Cartas e papéis (West-Indie)	1651-1652
1.01.04	maços 5764	Cartas e papéis (West-Indie)	1653
1.01.04	maços 5765	Cartas e papéis (West-Indie)	1654-1655

12A. Liassen - Portugal (Cartas e documentos relativos a Portugal - 1641-1795)

1.01.04	maços 7010	Papéis de Portugal	1641-1645
1.01.04	maços 7011	Papéis de Portugal	1646-1654 1656-1661

muitos arquivos particulares principiaram a migrar para os arquivos do Estado. Os documentos da Igreja reformada do Norte da Holanda e os do Arquivo particular do Sínodo da Igreja Reformada do Sul da Holanda estão hoje sob a guarda do ARA. Nos arquivos sinodais encontram-se deliberações isoladas, das quais interessam sobremaneira à história eclesiástica brasileira, são elas as *Classicale Acta van Brasilie*, onde são discutidos costumes, educação primária, conversão e catequese de índios, administração das igrejas na colônia etc. Parte destas Atas já foram publicadas pelo Instituto Histórico de Utrecht. A ação do clero calvinista no Brasil holandês foi objeto das pesquisas de Frans Leonard Schalkwijk, que resultaram na obra *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630 – 1654*, publicada no Brasil em 1986.

Archief van het Hof van Holland

(Arquivo da Corte da Holanda)

O Arquivo dos Tribunais da Holanda conservam a coleção *Criminele Papieren*, contendo as peças de processos contra Gaspar Dias Ferreira, A. Bullestraten, J. Walbeeck. Encontram-se ainda neste arquivo, peças do processo instaurado contra Hendrik Haechs e Walter van Schoonenburch, membros do Supremo Conselho do Brasil, que assinaram a capitulação da praça do Recife a 26 de Janeiro de 1654.

Fundos de Pesquisa

Arquivo dos Estados-Gerais

Archief van de Staten-Generaal

Inventário	Peça n°	Descrição	Data
<i>Tomo I - Deel C : De ordinaris en secrete resolutien over speciale onderwerpen</i>			
<i>Resoluções secretas e ordinárias sobre assuntos especiais.</i>			
<i>Registers van resoluties betreffende de W.I.C. 1638-1670</i>			
1.01.03	maços 4845	Registros com resoluções pertinentes à WIC 16 abril 1638 - 29 dezembro 1651 com Index alfabético no início	1638-1651
1.01.03	maços 4846	Registros com resoluções pertinentes à WIC 3 janeiro 1652-29 dez. 1663	1652-1663
<i>Tomo II - Liassen - OWIC</i>			
<i>Ingekomen ordinaris brieven en stukken 1623-1795</i>			
<i>(Cartas e documentos ordinários 1623-1795)</i>			
1.01.04	maços 5751	Cartas e papéis (West-Indie)	1623-1627
1.01.04	maços 5752	Cartas e papéis (West-Indie)	1628-1630
1.01.04	maços 5753	Cartas e papéis (West-Indie)	1631-1634
1.01.04	maços 5754	Cartas e papéis (West-Indie)	1635-1637
1.01.04	maços 5755	Cartas e papéis (West-Indie)	1638-1640
1.01.04	maços 5756	Cartas e papéis (West-Indie)	1641-1642
1.01.04	maços 5757	Cartas e papéis (West-Indie)	1643-1644
1.01.04	maços 5758	Cartas e papéis (West-Indie)	1645-1646
1.01.04	maços 5759	Cartas e papéis (West-Indie)	1647
1.01.04	maços 5760	Cartas e papéis (West-Indie)	1648
1.01.04	maços 5761	Cartas e papéis (West-Indie)	1649
1.01.04	maços 5762	Cartas e papéis (West-Indie)	1650
1.01.04	maços 5763	Cartas e papéis (West-Indie)	1651-1652
1.01.04	maços 5764	Cartas e papéis (West-Indie)	1653
1.01.04	maços 5765	Cartas e papéis (West-Indie)	1654-1655
<i>12A. Liassen - Portugal (Cartas e documentos relativos a Portugal - 1641-1795)</i>			
1.01.04	maços 7010	Papéis de Portugal	1641-1645
1.01.04	maços 7011	Papéis de Portugal	1646-1654
			1656-1661

*Tom III - parte B - Anexos das Resoluções dos Estados-Gerais
(documentos recebidos e dossiês coletados separados
em série)*

- | | | | |
|---------|-------------|--|-----------|
| 1.01.05 | código 9409 | Correspondência de Willem Usselinx sobre o estatuto da W.I.C. | 1620-1622 |
| 1.01.05 | código 9410 | Relatórios dos deputados sobre várias reuniões do Conselho dos XIX a respeito do Brasil e a Ilha de São Tomé | 1641-1642 |
| 1.01.05 | código 9411 | Relatórios dos deputados sobre várias reuniões do Conselho dos XIX a respeito do Brasil e a Ilha de São Tomé | 1643 |
| 1.01.05 | maços 9217 | Cópia do Relatório do Coronel Chistoffel Arciszewsky sobre Porto Calvo | 1637 |

*Tom IV
Acta dos Estados-Gerais*

- | | | | |
|---------|-------------|---|-----------|
| 1.01.06 | maços 12497 | Cópias de peças da Secret Kast pertinentes a Portugal | 1647-1649 |
|---------|-------------|---|-----------|

*parte C - documentos dos Estados-Gerais nos escaninhos
normais e secretos - 1588-1795*

2. Particulieren stukken

- | | | | |
|---------|-----------------|---|-----------|
| 1.01.06 | pasta 12550.83 | Processo no Brasil entre Advogado Fiscal e Domingos d'Acosta Brandão, Português e morador de Amsterdã sobre o Engenho St Phillip o ende St Jacob em Igarassu. | 1631-1642 |
| 1.01.06 | pasta 12550.85 | Processo de Gaspar Dias Ferreira e Francisco Ferreira Gabello em Amsterdã. | |
| 1.01.06 | pasta 12550.121 | Documentos sobre pagamento a Caspar Govertss Cop para transporte de tropas para Brasil 1652, com retroacta 1650-1662. | 1663-1664 |

Tomo V - Continuação das Atas dos Estados-Gerais

8. Loketkast e Secretekast (escaninhos) relativos à WIC

- 1.01.07 pasta 12564. cópias de pedidos da câmara de 1633,1635.
Amsterdã sobre negociações com 1636
o Inimigo
- 1.01.07 pasta 12564.5 documentos sobre independência 1636
da OWIC do Estado
- 1.01.07 peça 12564. Cópia carta dos Estados-Gerais 1637
5ª para Maurício de Nassau sobre
proibição de negócios de
particulares
- 1.01.07 pasta 12564. 6 documentos sobre negociações 1638
entre os Estados-Gerais e
dirigentes da OWIC - abertura de
negócios a particulares
- 1.01.07 peça 12564. 7 Cópia acordo entre os E.G. e OWIC 1638
sobre abertura de negócios a
particulares
- 1.01.07 pasta 12564.10 Cartas do Coronel Hector de la 1641 e
Calee preso no Brasil para o 1642
Cardinal Infante e documentos
sobre outros presos na Índia
Occidental
- 1.01.07 pasta 12564.11 comissão de Hendrick Brouwer 1642 e
para procurar terras incógnitas no 1623-1642
Pacífico com anexos.
- 1.01.07 pasta 12564.12 relatório de Nieulant en Mols 1643
- 1.01.07 pasta 12564.15 documentos sobre ofensas entre 1642
OWIC e portugueses principal-
mente no Brasil com retroativos
entre 1599 e 1641
- 1.01.07 pasta 12564.16 documentos sobre ofensas entre 1641-1645
OWIC e portugueses no Brasil e
apoio para OWIC
- 1.01.07 pasta 12564.17 documentos relatando ao alto 1643-1645
governo no Brasil e o apoio contra
portugueses
- 1.01.07 pasta 12564.20 Documentos relatando missão de 1648
uma frota de ajuda para o Brasil
em 1647 com anexos e 1636 até
1646
- 1.01.07 pasta 12564.21 documentos relatando o apoio da 1647-1648
OWIC no Brasil com anexos, 1643-
1646
- 1.01.07 pasta 12564.24 Relatos das negociações com o 1648-1649
embaixador de Portugal para

- resolver disputas entre a República e OWIC e Portugal, anexos de 1641-1647
- 1.01.07 pasta 12564.28 listas de tripulação de barcos e 1650
peças referentes à situação nas Índias Ocidentais, em particular no Brasil
- 1.01.07 pasta 12564.29 documentos relatando a 1650
situação nas Índias Ocidentais, em particular no Brasil, com base em cartas anexas 1645-1649
- 1.01.07 pasta 12564.30 documentos relatando as 1649-1650
medidas necessárias com respeito à situação no Brasil, com lista de tripulação dos barcos nas Índias Ocidentais, anexos 1644-1648
- 1.01.07 pasta 12564.31 anexos das contas da OWIC 1651
- 1.01.07 pasta 12564.33 documentos relatando a 1649-1651
situação no Brasil
- 1.01.07 pasta 125664.34 cartas e outros documentos 1649-1651
enviados do Brasil
- 1.01.07 pasta 12564.39 documentos relatando envio de 1656-1657
2.800 homens para o Brasil e os pagamentos atrasados, anexos de 1652-1655.
- 1.01.07 códice 12564.42 nótulas e preocupações dos 1656-1659
diretores da OWIC com cartas e requerimentos, cópias de anexos 1650-1655
- 1.01.07 pasta 12564.43 requerimento dos credores da 1655-1656
campanha do Brasil, anexos 1647-1654
- 1.01.07 pasta 12564.50 Requerimentos do conselho e 1660
câmara de contabilidade do Príncipe Maurício, referente à parte do saque que lhe cabe dos anos 1645-1650 no Brasil, anexos, 1650-1660

*Tomo VI - Continuação das Atas dos Estados-Gerais
Loketkast e Secretekast (escaninhos) relativos
a Portugal*

- 1.01.08 pasta 12577.19 documentos relatando negocia- 1648
ções com o embaixador de Portugal
- 1.01.08 peça 12577.21 rascunho de um tratado com o 1648

rei de Portugal para acabar com as disputas no Brasil e em outros lugares

1.01.08. pasta 12577.23 documentos que serviram de base para compor tratado com o rei de Portugal 1647-1652

1.01.08 pasta 12577.25 documentos relatando o açúcar embarcado por ingleses, franceses e venezianos no Brasil, apreendidos pelo Almirante Wassenaer 1657

Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais (Velha)

Archief van de Oude West Indische Compagnie

Inventário	Peça nº	Descrição	data
------------	---------	-----------	------

I - Vergadering van negentien (Heren XIX)
(Assembléa dos XIX)

A. Octrooien, verdragen en andere charters (patentes e outras cartas)

1.05.01.01 código 13* Ampliaties, confirmaties en verlengingen van het octrool met enkele andere aktes. Incl.: Akte van de Staten-Generaal betreffende Brazilië 1625
Twee exemplaren in Hollands en Portugees. 1623-1647

1.05.01.01 código 41 Documentos diversos 1624-1676

1.05.01.01 código 42 Contratos para fundação de colônias. 1626-1671

B. Resoluties (nótulas)

1.05.01.01 código 1 Resoluções do Conselho dos XIX, 3 ago. 1623-24 dez. 1624, 24 mar. 1634- 1 abr. 1634, 10 ago. 1634-5 set 1634. 1623-1634

1.05.01.01 código 2 Nótulas secretas do Conselho dos XIX (nótulas secretas, cópias das cartas enviadas, instruções etc. 1629-1645. 1629-1645.

1.05.01.01	código	2*	Resoluções do Conselho dos XIX, 1 dez. 1645-4 maio 1646)	1645-1646
1.05.01.01	código	3	Nótulas das sessões do Conselho dos XIX com registro alfabético	1647-1648 1653-1654
1.05.01.01	código	4	Anexos das nótulas de 1647	1647
1.05.01.01	código	6	Resoluções com anexos (1651-1654) com nótulas de 1656-1659 e retroatas dos anos 1650-1655.	1651-1654 1656-1659
1.05.01.01	código	8	Livro de cópias de cartas enviadas pelo Conselho dos XIX	1629-1642
1.05.01.01	código	9	Livro de cópias de cartas enviadas pelo Conselho dos XIX	1642-1646
1.05.01.01	código	10	Livro de cópias de cartas enviadas pelo Conselho dos XIX	1646-1657

*II. Kamer Amsterdam
(Câmara de Amsterdã)
A. Resoluties (nótulas)*

1.05.01.01	código	14	Nótulas das sessões dos dirigentes da Câmara de Amsterdã da WIC.	1635-1636
1.05.01.01	código	15	Nótulas das sessões da Câmara de Amsterdã da WIC	1635-1636
1.05.01.01	código	16	Nótulas das sessões da Câmara de Amsterdã da WIC	1635-1636
1.05.01.01	código	17	Nótulas das sessões dos participantes principais (acionistas) da Câmara de Amsterdã da WIC	1646-1674
1.05.01.01	código	17*	Cartas recebidas	1626-1666

*III. Kamer Zeelanda (Câmara da Zelândia)
B. Resoluties (nótulas)*

1.05.01.01	código	20	Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC.	1626-1629
1.05.01.01	código	21	Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC.	1629-1633
1.05.01.01	código	22	Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC.	1634-1636
1.05.01.01	código	23	Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC.	1637-1639
1.05.01.01	código	24	Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC.	1640-1641

História do Brasil Holandês

- 1.05.01.01 código 25 Nótulas da Câmara da Zelândia 1642-1644
da WIC
- 1.05.01.01 código 26 Nótulas da Câmara da Zelândia 1644-1646
da WIC
- 992 *Ver Aanwinsten Eerste Afdeling*
1.11.01.01
- 1.05.01.01 código 27 Nótulas da Câmara da Zelândia 1658-1663
da WIC
- 1.05.01.01 código 34 Nótulas das sessões dos 1623-1640
participantes principais (acionistas)
- 1.05.01.01 código 35 Nótulas das sessões dos 1641-1643
participantes principais (acionistas)
- 1.05.01.01 código 36 Nótulas das sessões dos 1643-1645
participantes principais (acionistas)
- 1.05.01.01 código 37 Nótulas das sessões dos 1645-1657
participantes principais (acionistas)
- 1.05.01.01 código 38 Nótulas das sessões dos 1657-1674
participantes principais (acionistas)

C. *Ingekomen stukken* (Reuniões dos acionistas principais da Câmara da Zelândia)

- 1.05.01.01 código 39 Resoluções dos Estados-Gerais 1623-1646
acerca da WIC
- 1.05.01.01 código 40 Resoluções dos Estados-Gerais 1644-1651
acerca da WIC 1640.
- 1.05.01.01 código 43 Viagem à costa da Guiné e Brasil 1625, 1626
- 1.05.01.01 código 44 Viagem do Almirante Henrique 1642-1643
Brouwer ao Chile
- 1408 *Ver também Coleção VWIS*
(*Verspreide Westindische Stukken*)
- 730 *Ver também Coleção VWIS*
(*Verspreide Westindische Stukken*)
- 1.05.01.01 código 46 Relatórios de viagem relativos 1636-1643
ao Brasil, Angola e Tobago
- 1.05.01.01 código 48 *Instructie van de Staten- 1636*
Generaal voor de regering van
Brazilië

Overgekomen Brieven en Papieren uit Brazilië (en Curaçao)

1.05.01.01	código 45	Resoluções do Almirante Maarten Thijssen	1631-1632
1.05.01.01	código 49	Cartas e papéis do Brasil	1630-1632
1.05.01.01	código 50	Cartas e papéis do Brasil e Curaçao	1633-1635
1.05.01.01	código 51	Cartas e papéis do Brasil e Curaçao	1636
1.05.01.01	código 52	Cartas e papéis do Brasil	1637
1.05.01.01	código 53	Cartas e papéis do Brasil	1638
1.05.01.01	código 54	Cartas e papéis do Brasil	1639
1.05.01.01	código 55	Cartas e papéis do Brasil	1640
1.05.01.01	código 56	Cartas e papéis do Brasil	1641
1.05.01.01	código 57	Cartas e papéis do Brasil	1642
1.05.01.01	código 58	Cartas e papéis do Brasil	1643
1.05.01.01	código 59	Cartas e papéis do Brasil	1644-1645
1.05.01.01	código 60	Cartas e papéis do Brasil	1645
1.05.01.01	código 61	Cartas e papéis do Brasil	1645-1646
1.05.01.01	código 62	Cartas e papéis do Brasil	1646
1.05.01.01	código 63	Cartas e papéis do Brasil	1647
1.05.01.01	código 64	Cartas e papéis do Brasil	1648
1.05.01.01	código 65	Cartas e papéis do Brasil	1649
1.05.01.01	código 66	Cartas e papéis do Brasil e Curaçao	1650-1651
1.05.01.01	código 67	Cartas e papéis do Brasil e Curaçao	1652-1654

Resoluties van de Hoge Regering van Brazilië (nótulas)

1.05.01.01	código 68	Nótulas diárias do Brasil	1635-1641
1.05.01.01	código 69	Nótulas diárias do Brasil	1641-1643
1.05.01.01	código 70	Nótulas diárias do Brasil	1643-1645
1.05.01.01	código 71	Nótulas diárias do Brasil	1645-1647
1.05.01.01	código 72	Nótulas diárias do Brasil	1647-1648
1.05.01.01	código 73	Nótulas diárias do Brasil	1648-1649
1.05.01.01	código 74	Nótulas diárias do Brasil	1649-1651
1.05.01.01	código 75	Nótulas diárias do Brasil	1651-1652
			1654
1.05.01.01	código 76	Nótulas secretas do Brasil	1642-1651

VWIS - verspreide west-indische stukken
Coleção de documentos dispersos sobre as Índias Ocidentais

Inventário	Peça	n°	Descrição	data
1.05.06		730	Consideratien over de tegenwoordige gelegentheeydt van Brazil - Collectie Verspreide Westindische Stukken	s.d.
1.05.06		1408	Notulen, lidmatenlijst, doop - 1635-1636 en trouwboek van de Hervormde gemeente van Paraíba	

Aanwinsten Eerste Afdeling
Documentos dispersos

1.11.01.01	códice	992	Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC	1650-1652
1.11.01.01	pasta	1027	informações coletadas no Rio Grande sobre a morte de Jacob Rabij	1646
1.11.01.01	pasta	1026	Cópia do Octrooi van de Staten-General voor de W.I.C. (fragmento em pergaminho)	1621
1.11.01.01	pasta	1028	jornal da viagem para mina de prata no interior do Rio Grande por engenheiro Pieter van Strucht e o escolteto Jan Houck	1650

Archief van de Staten van Holland en West-Friesland
Arquivo dos Estados da Holanda e West-Friesland

Inventário	Peça	n°	Descrição	data
C-10 Portugal				
3.01.04			1381d - tratado da República com Portugal, cópia com anexos.	1641

Resoluções dos Estados da Holanda.

N.B. Registros de todas as resoluções públicas e secretas dos Estados- Gerais e dos Estados da Holanda sobre Portugal, todas as

missivas de e para representantes holandeses neste país, e as suas instruções, relatórios e conselhos, cópias de 1653 até 1702. (28 tomos) Contém index no verso dos registos; as cópias são em francês, latim, português e holandês; colecionado por ano.

3.01.04 código 2550- registro das resoluções dos Es- 1653-1702
2577 tados-Gerais e Estados da
Holanda sobre Portugal

Fl - WIC

3.01.04 pasta 1358a** lista da tropa com contabilida- 1655
de do soldo pago e não pago,
cópias.
3.01.04 pasta 1358a* Documentos sobre o negócio 162?
da WIC e a navegação para a
América (n.b.documentos
anteriores a 1621 numerados
de 1 até 4)
3.01.04 pasta 1358c Documentos sobre a WIC no 1653
Brasil 1636-1640, 1648-1649.
3.01.04 1381e Documentos sobre as 1648-1651
negociações com Portugal

Archief van Johan de Witt

Arquivo de Johan de Witt

Inventário n°	Peça n°	Descrição	data
N.B. Este arquivo está em organização, e neste momento inacessível ao público. As referências podem mudar após a nova organização.			
3.01.17	pasta 2834	Documentos relativos a	
3.01.17	pasta 2835	Portugal Documentos relativos a	
		Portugal	

Archief van het Hof van Holland

Arquivo da Corte da Holanda

Inventário n°	Peça n°	Descrição	data
<i>Criminile papieren</i>			
3.03.01.1	5252.22	Rendição do Brasil. Listas, Memórias, Cartas	1654
3.03.01.1	52	Feliciano d'Orado, secretário da Embaixada é suspeito de ter matado sua amante, Margriet Belly, encontrada morta fora da cidade de Leiden	1649

História do Brasil Holandês

3.03.01.01	5243-15	queixa contra J. V. Walbeeck	1649
3.03.01.01	5239-20	Inventário documentos sobre	
3.03.01.01	5256-27	Gaspar Dias Ferreira	1646
		Processo contra A. Bullestraten	1657

Archief van de Particuliere Synode van Zuid Holland
Arquivo particular do Sínodo da Igreja Reformada do Sul da Holanda

Inventário n°	Peça	n°	Descrição	data
2.19.064	pasta	1324	Documentos sobre Igrejas Orientais e Ocidentais (17 documentos)	1641,1642
2.19.064	pasta	1362	Acta Classis Brazil	1640
2.19.064	pasta	389	Resolução dos Estados da Holanda para imprimir o material eclesiástico para o Brasil e a imoralidade dos judeus. Cópia.	1641

Archieven van de Gecomitteerde Raden
Arquivo de Gecomitteerde Raden

Inventário n°	Peça	n°	Descrição	data
3.01.05		4387	Atas dos sínodos da Igreja Reformada da Holanda do Norte (NHK N. Holanda)	1636, 1643-1650

Outras fontes de referência

MELLO, José Antônio Gonsalves. (1959) *A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica*. Recife: Imprensa Universitária, 31p. 1959. 2ª ed *Tempo de Jornal*. Apresentação Leonardo Dantas Silva. Recife: FJN; Editora Massangana, 1998. p.265-302.

PEREIRA, José Hygino Duarte. (1886) Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife: IAHGPE, n. 30, p 7-110.

ROESSINGH, M.P.H. (1968) *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Den Haag: UNESCO/International Council on Archives. 232p.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630 – 1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. 550p. il. (Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 23) São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Nova Vida, 1989. 550p.

SILVA, Joaquim Caetano da, (1856?) *Os documentos para história do Brasil coligidos na Holanda pelo encarregado de negócios Joaquim Caetano da Silva*. Rio de Janeiro: IHB.

instrumentos de pesquisa

A. Fris. *Inventaris van de Archieven behorend tot*

het Oud Synodaal Archief van de Nederlands Hervormde Kerk. 1566-1816.

JAPIKSE.N.M. *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal. Del I. Resolutiën, Den Haag, february, 1963. Inventaris nummer 1.01.03.*

JAPIKSE.N.M. *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal. Del II. Bijlagen, Den Haag, november, 1963. Inventaris nummer 1.01.04.*

_____. *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal. Del III. bijlagen. Den Haag. march, 1964. Inventaris nummer 1.01.05.*

_____. *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal. Del IV. Acta van de Staten-Generaal. Den Haag: november, 1964. Inventaris nummer 1.01.06.*

_____. *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal. Del V. Acta van de Staten-Generaal. Den Haag: november, 1964. Inventaris nummer 1.01.07.*

_____. *Inventaris van het archief van de Staten-Generaal. Del VI. Acta van de Staten-Generaal. Den Haag: november, 1964. Inventaris nummer 1.01.08.*

KORTLANG. D.J. Diederick. *Inventaris van voor Collectie Brieven en Papieren uit Brazilië (1630-1654), Inventaris nummer: 49-67 (nummer toegang: 1.05.01.01) 1a. Westindische Compagnie. (inventário descritivo da coleção de cartas e papéis saídos do Brasil [1630-1654]).*

compilado pelo arquivista D.J. Diederick Kortlang.
(Não publicado).

ARQUIVO

Gemeent Archief Amsterdam

Arquivo Municipal de Amsterdã

endereço

Amsteldijk 67

1074 HZ

Amsterdã

P.O.Box 51140

1007 EC

Amsterdã

telefones

PABX

31 020 572 02 02

FAX

31 020 675 05 96

endereço eletrônico:

gaasecr@xs4all.nl

site

www.gemeentearchief.amsterdã.nl

horário de funcionamento

○ Arquivo e as coleções estão abertos ao público de segunda a sábado das 10 às 17 horas. Estão fechados aos sábados nos meses de julho e agosto.

formas de acesso ao prédio

○ Arquivo Municipal de Amsterdã está situado em um moderno complexo de edifícios às

margens do Rio Amstel, fora do circuito da cidade antiga, seis quilômetros ao Sul da Estação Central de Amsterdã. O acesso ao arquivo pode ser feito via Estação Central, tomando-se o *Tram* linha número 3, parando-se no ponto (halte amstedijk) ou o *Tram* linha número 4, saltando no ponto (halte Lutmastraat).

Informações gerais

Gemeente Archief Amsterdam

A documentação do Arquivo Municipal de Amsterdã foi formada pela incorporação da documentação histórica, oriunda de vários órgãos civis e governamentais, principalmente da Cidade de Amsterdã. Mais da metade dos fundos do GAA (30 km lineares) são de natureza burocrática. O documento mais antigo é o privilégio de pedágio "tol", concedido pelo Conde Floris V da Holanda e datado de 27 de outubro 1275. As resoluções do "Vroedschap", (Conselho Municipal), preservadas desde 1536 contêm documentos da gerência provincial e estadual.

O arquivo está dividido estruturalmente em três grandes seções: a) Arquivo; b) Biblioteca e documentação; c) Mapoteca e Atlas histórico-topográfico. Não obstante existirem materiais históricos de interesse brasileiro na biblioteca e mapoteca, tais quais, panfletos impressos e registros cartográficos, nos ocupamos, neste guia, apenas das fontes manuscritas, abrigadas na seção Arquivo.

O arquivo guarda registros de diversos fundos da municipalidade e de organizações

privadas. As fontes de interesse brasileiro encontram-se principalmente nos fundos: Notariele Archief (Arquivo notarial); e nos arquivos eclesiásticos da Nederlanse Hervormde Kerk (Igreja Reformada Holandesa); e Israëlitische Kerkgenootschappen (Sociedade da Igreja Israelita).

A parte destes arquivos apresenta-se como potencial fonte de interesse, os arquivos diplomáticos da cidade de Amsterdã. Este arquivo não foi incluído neste guia por não estar inventariado, mas guarda correspondência entre o Gemeente Amsterdam e a Companhia das Índias Ocidentais e o Almirantado e a Coroa Portuguesa.

Os arquivos abrigados no Gemeentearchief de Amsterdã perfazem atualmente 34 quilômetros lineares de documentos, onde se conservam cerca de 20.000 protocolos notariais (tabelionato), estes perfazendo aproximadamente 2,5 quilômetros lineares de documentação. Contudo, apenas uma parte de seu conteúdo está tratada e disponível. Buscar as informações dispersas dentro de suas repartições é um trabalho de longo termo, e só se dará efetivamente, à medida que pesquisadores, brasileiros e holandeses invistam sistematicamente nestes arquivos, dentro de uma proposta de cooperação internacional, que já está sendo viabilizada.

Nos arquivos dos tabeliães de Amsterdã está registrado um rico acervo documental acerca do comércio Atlântico entre a Europa e a América, não somente do período de dominação holandesa no

Brasil, mas anterior e posterior, abraçando quase três séculos de relações comerciais interatlânticas. Deles podem-se extrair os números deste comércio, natureza de mercados, até assuntos pessoais. Por exemplo, o comércio do pau-brasil, relegado a um plano secundário no comércio colonial, aqui se apresenta como um robusto mercado, que alimentava uma intrincada rede de monopólio na Europa, envolvendo ingleses, holandeses e franceses, espreado-se pelo mercado de tecidos, que por sua vez, retroalimentava e retornava à colônia sob a forma de matéria-prima de troca com índios e colonos, mesmo durante o período das disputas luso-holandesas⁶.

Os registros de seguro e reclamações sobre descumprimentos contratuais, ação dos piratas oficializados pelo estado francês, contratos de comércio, operados principalmente por judeus-portugueses, radicados na Holanda, são particularmente interessantes.

José Antônio Gonsalves de Mello e José Honório Rodrigues já haviam alertado para a importância dos arquivos notariais holandeses. Neles se encontram os registros de batismo, casamento e morte de muitas das figuras que marcaram presença na história pernambucana. São textos fundamentais para esclarecer dúvidas biográficas e estabelecer uma cronologia firme de certos episódios que se deram no Brasil holandês. Entre eles os cristãos-novos e judeus estão bem registrados na memória das freguesias destas comunidades e se mostram um material bastante útil.

⁶ Estes documentos vêm sendo estudados pelo historiador Lodewijk Hulsman, que prepara uma tese doutoral que promete revelações importantes deste mercado colonial esquecido.

A documentação das Comunidades Judaicas encontra-se registrada sob o título *Israëlitische Kerkgenootschappen*, e foi inventariada pelo Dr. W. Pieterse em 1964. Este material já foi estudado por Arnold Wiznitzer, José Antônio Gonsalves de Mello, B.J. Teensma entre outros. No que diz respeito ao Recife são particularmente importantes os estatutos da congregação *Zur Israel do Recife* (1648). Outros documentos importantes deste arquivo vêm sendo publicados, desde 1967, pela Revista *Studia Rosenthaliana* de Amsterdã. Acredito que os arquivos notariais serão especialmente importantes pelo ineditismo, e podem desvendar os meandros da principal atividade dos Judeus, o comércio.

Instituições judiciárias

Primitivamente, o escolteto e os escabinos funcionavam como magistrados municipais. O escolteto atuava como procurador público e executor dos atos sentenciados pelos escabinos. Com a introdução da administração francesa na Holanda em 1811, a ação jurídica tornou-se um assunto de Estado e os arquivos municipais passaram para várias instituições nacionais. Só os documentos da jurisdição voluntária anteriores a 1750 ficaram no Município. No século XIX, o Estado entregou os arquivos jurídicos velhos de volta à cidade.

Arquivos não-governamentais

Estas coleções são uma fonte rica para o conhecimento da vida cultural, ensino, condições sociais e a vida religiosa. Para a história brasileira

importam principalmente os arquivos que cobrem as atividades missionárias das igrejas e sociedades religiosas.

Arquivos eclesiásticos

Os arquivos das igrejas formam uma coleção muito consultada, que também guardam informação sobre vários assuntos como as missões catequéticas no Brasil. Ao lado das comunidades religiosas cristãs holandesas, existiram desde o século XVI comunidades de judeus-portugueses, e depois, na primeira metade do século XVII as organizações congêneres oriundas da Alemanha e Polônia. José Antônio G. Mello registrou em seu relatório de 1959:

Ainda no Gemeente Archief encontram-se depositados os arquivos da Comunidade Portuguesa-Israelita de Amsterdam, que compreendem papéis desde fins do século XVI. Infelizmente muito incompletos, ainda assim são bastante ricos, pois se guardam aí livros de receita e das comunidades Beth Jacob de 1597 a 1639, Neve Salom de 1608-39, Beth Israel de 1618-39 e Talmud Torá desde 1630 até este século. Entretanto, os elementos interessando o Nordeste brasileiro são raros e de apenas duas Comunidades conservou-se o livro de Termos do Kahal Kadosh. O original do Livro de Termos das Comunidades Portuguesa-Israelita do Recife e de Maurícia durante a dominação holandesa.

*já publicado pelo Dr. Arnold Wiznitzer,
aí se guarda (códice 363).⁷*

A princípio, o registro da população era também feito pelas igrejas. Depois de 1578 observam-se hiatos importantes nos livros de batismo católicos. Outras comunidades também mantiveram, depois de 1578, registros de batismo, circuncisão, casamento e enterros.

Acesso às fontes

Salas de pesquisa e facilidades. Os arquivos e coleções podem ser consultados nas salas de pesquisa. Nestas salas se encontram vários instrumentos de pesquisa, tais como, livros de referências, inventários e catálogos, desenvolvidos para autoconsulta, entretanto, o *staff* do arquivo provê assistência adicional aos visitantes. Muitas fontes como, registros de batismo, casamento e falecimento foram copiadas em microfimes e podem ser consultadas nos leitores/copiadores. Na biblioteca não é permitido o empréstimo de obras, a consulta deve ser feita nas salas de leitura.

Uma vez identificado nos instrumentos de pesquisa, o documento que se busca, deve-se ordenar o pedido via terminais de computador, espalhados na sala de leitura, observando-se o número de entrada do documento disponível nos inventários. Para ordenar documentos, o pesquisador necessita de uma inscrição no arquivo que pode ser obtida rapidamente na recepção, mediante a apresentação de documentos de identificação ou passaporte.

⁷ MELLO, J.A.G. *Tempo de Jornal*. Op. cit. p. 299.

Serviços para usuário

O setor de reprografia do arquivo dispõe de *book scanners* que permitem a digitalização e cópia laser dos originais de alguns documentos. Estão também disponíveis serviços de microfilmagem, digitalização, fotografia, cópia reprográfica, pesquisa remota. As cópias de microfilmes e reproduções xerográficas podem ser realizadas sobre encomenda, de acordo com tabela de preços disponível no balcão de serviços.

Descrição das coleções

notaris

Nos arquivos notariais não se pode precisar o universo documental de interesse brasileiro, devido a ausência de inventários detalhados e catálogos. Poucos acervos encontram-se catalogados. O trabalho vem sendo realizado muito lentamente por estudantes holandeses. Contudo, pode-se avaliar potencialmente estes fundos através de uma amostragem acidental. O *Gemeente Archief* possui um catálogo denominado Brasil, composto por fichas temáticas extraídas de alguns arquivos trabalhados anteriormente por pesquisadores e bolsistas. O interesse destes pesquisadores não era o Brasil, mas no curso do trabalho, as referências foram aparecendo e hoje constituem um fichário especial, com entrada geográfica. Este fichário dispõe de aproximadamente 2.000 registros, de mais variada natureza.

A Prefeitura da cidade de Amsterdã adquiriu esta coleção no início do século passado. Os arquivos notariais de 1578-1842 ocuparam um

espaço de 2.5 quilômetros lineares. José Antônio G.Mello, em 1959, registrou:

Não me foi possível, porém, empreender no "Gemeente Archief" o exame sistemático dos papéis de todos os cartórios de Amsterdã, do período de interesse para a história brasileira, isto é, dos séculos XVI e XVII; e isto porque foi enorme o número de tabeliões que ali existiu. Bastará indicar que no período de 1629 a 1654 em que os holandeses ocuparam o Nordeste, houve em Amsterdã 89 tabeliões, cujos cartórios compreendem mais de 2.000 volumes. Seria necessário portanto, mais de um ano de trabalho para examiná-los todos; e o rendimento de esforço tão prolongado, talvez não fosse compensador, pois o que se poderia obter seria apenas maior número de evidências históricas de fatos já constatados, mas não elementos históricos novos e relevantes.

Só os acervos pertinentes ao período entre 1701 e 1710 estão completamente processados, à parte disso foram tratadas aleatoriamente algumas rubricas. Existe um guia que facilita a pesquisa no sistema de fichas. Este sistema está ainda em processamento, por isso as fichas só podem ser consultadas sob a orientação de um colaborador do arquivo.

Conservam-se no arquivo municipal de Amsterdã os protocolos dos notários de Amsterdã e

os municípios anexados do período 1578-1905. Estes arquivos se encontram ao lado das minutas: "kladakten", conceptos de atos, cópias, atos "a mão", translados, atos secretos (cópias dos testamentos), minutas secretas (testamentos etc.), atos "memorais" ou formulário, requerimentos, missivas, cartas, honorária, contas abertas, jornais (para recebimentos por atos e "vacatien" até 1752), personalia (até o fim do século XVIII).

Instrumentos de pesquisa:

overview

Informação geral

GEMEENTEARCHIEF van Amsterdam. *De Archieven in Amsterdam. Overview*. Gemeentearchief. Amsterdam, 1998. 307p. Material não publicado, disponível também em formato digital, somente em língua holandesa.

NB. O *Overview* traz informações referentes à estrutura física, descrição sumária e distribuição das coleções no arquivo. Contém também números de referências dos inventários das fontes. A partir deste guia se acessam os inventários gerais dos fundos. Estes inventários variam muito de caso a caso, alguns estão mais completos e bem trabalhados, enquanto outros oferecem ao pesquisador apenas a estrutura geral dos fundos que perfazem um total de 34 quilômetros lineares de documentos. Por exemplo, os arquivos das comunidades Judaica-Portuguesa e da Igreja Reformada Holandesa se

encontram bem inventariados, ao passo que as coleções dos notários, em muitos casos, encontram-se referenciadas apenas superficialmente.

O Overview é o primeiro nível de informação referencial, nele encontra-se a numeração dos inventários. Os inventários indexam dos fundos documentais, respeitando, quase sempre, a estrutura original, tal como eram formados nas organizações burocráticas de origem.

Os fundos documentais estão divididos em subarquivos que recebem nos inventários a classificação do Gemeente Archief van Amsterdam GAA seguida por numeração corrente. Desta forma, as referências aparecem organizadas hierarquicamente, precedidas pela numeração dos inventários, seguidas da numeração dos Fundos documentais e dos subarquivos.

Para o pesquisador interessado na história da Igreja reformada no Brasil, são bastante úteis as informações levantadas por Frans Leonard Schalkwijk, no livro *Igreja e Estado no Brasil Holandês, 1630 – 1654*. Estão bastante atualizadas as informações sobre a organização dos arquivos no Gemeente Archief, principalmente na introdução, onde ele aponta os principais arquivos de interesse para a temática, citando ainda outros arquivos holandeses, onde podem ser encontrados documentos e subsídios de pesquisa. Entre as páginas 463 e 471, o autor descreve de maneira clara e precisa os fundos mais importantes sobre a temática eclesiástica.

Notas

PIETERSE, W. CHR. *Inventaris van de archieven der Portugees-Israëlitische Gemeente te Amsterdam*. 1614 - 1870. Amsterdam: Gemeentelijke archiefdienst, 1964.

INDICES op de Inventaris van Notariële Archiven van Amsterdam, Alfabetisch; Cronologisch; list van de Generale Índices. Cópia xerográfica não publicada, sem data e sem indicação do organizador.

INVENTARIS van de Notariele archiven van Amsterdam - 1578-1842. Deel V (tomo V) Números 12 885-17179, ao pé da folha de rosto a data (em manuscrito 1952-1953) provavelmente data do inventário, cópia datilografada, não traz informação do organizador. (este instrumento comporta entrada por nome de notário, período de atividade, número de registro geral no Gemeente Archief e minuta. A maioria dos livros dos notários traz um índice alfabético)

BOSMA, A.I. *Repertorium van Notarissen residerende in amsterdam Amstelland, an bachtshcerlijkhedem en geanneveerde gemeenten. 1524-1810.* Amsterdam: Gemeentearchief, 216p.

N.B. este repertório oferece uma introdução geral sobre os notários, nomeação, quantidade de notários em Amsterdã, no período entre 1524 e 1810, dados dos notários e testemunhas.

protocolos, registro dos protocolos, natureza dos atos registrados, entrega dos protocolos, formação escolar dos notários, e os nomes dos escrivães. À introdução segue-se o Repertório que informa sobre dados pessoais dos notários, indicações sobre os livros de registros, relação dos notários em Amsterdã e Amstelland e Ambacht. Os anexos ao fim do repertório contêm: I – Algumas ordenações importantes sobre os notários; II – abreviações, titulação, fontes de arquivo, edições de fontes, literatura e outras abreviações; III – Nomeamento dos atos; IV – Atos em línguas estrangeiras; V Proveniência dos Notários; VI – Religião dos Notários e Clientes; VII – Endereços dos notários, endereços não identificados e endereços contemporâneos.

INVENTARIS van Kerkeraad van de Hervormde gemeente te Amsterdam, 1578 – 1993, 48,65 m (nr. 376).

_____. van Classis Amsterdam van de Nederlandse Hervormde kerk, 1582 – 1950, 22,55 m (nr. 379).

N.B.: O Classis e o Arquivo mais relevante. Trata-se da Hierarquia mais elevada dentro do "Kerkraad van de Hervormde Gemeente". É o Classis que se ocupava das causas transmarinas e a gerência superior da Igreja Reformada.

_____. van Diaconie van de Hervormde gemeente te Amsterdam, ca. 1625 – 1988, 73,80 m (nr. 377, 377A).

N.B.: O inventário disponível para o arquivo do Kerkraad van de Hervormde Gemeente te Amsterdam (Conselho da Igreja Reformada de Amsterdã). É apenas uma lista compilada pelo Koster (conservador) da sociedade, mas não é considerado um índice, traz apenas informações sumárias dos conteúdos.

outras fontes de referência:

MELLO, José Antônio Gonsalves. "A Universidade do Recife e a Pesquisa Histórica". 2.ed. In: *Tempo de Jornal*. Recife: Ed. Massangana, 1998. p. 265-302.

ROESSINGH, M.P.H. (1968) *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Den Haag, UNESCO/International Council on Archives. 232p.

RODRIGUES, José Honório (1950), *As fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro.

STUDIA ROSENTHALIANA. Revista publicada pela University Library of Amsterdam, Bibliotheca Rosenthaliana.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. il. (Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 25); 2. ed. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Nova Vida, 1989. 550 p.

Fundos de Pesquisa

Archief van de Gemeente van de Nederlands Hervormde

Kerk te Amsterdam

Conselho da Igreja Reformada

Inventário	Peça n°	Descrição	Data
------------	---------	-----------	------

Kerkraad van de Hervormde Gemeente te Amsterdam

(Arquivo da Igreja Reformada de Amsterdã) - 48,65 metros

lineares

376	5	Atas do Conselho da Igreja Refor-	1621-1627
		mada de Amsterdã	
376	6	Atas do Conselho da Igreja	1627-1633
		Reformada de Amsterdã	
376	7	Atas do Conselho da Igreja	1633-1644
		Reformada de Amsterdã	
376	149	Livro Caixa do Conselho	1638-1683
376	244	Documentos Eclesiásticos	1635-1639
376	736	Divisão de Visitação de Amsterdã	1637-1638
		Selos de cera	
376	881		

Diaconie van de Hervormde Gemeente te Amsterdam

(Arquivo da Diaconia de Amsterdã) - 73,8 metros lineares

377	1	Atas da Diaconia	1632-1649
377	64	Livro Caixa (renteboek)	1628-1634
377	65	Livro Caixa (renteboek)	1645-1661
377	85	Livro dos órfãos (weesboek)	1645-1650

Classis Amsterdam van de Nederlands Hervormde Kerk

(Arquivo do Presbitério de Amsterdã)

Inventário número GAA-379 - 22,55 metros lineares.

379	3	Atas do Presbitério Amsterdã	1620-1631
379	4	Atas do Presbitério Amsterdã	1631-1646
379	5	Atas do Presbitério Amsterdã	1646-1656
379	6	Atas do Presbitério Amsterdã	1656-1670
379	19	Livros de Cópias (copieboek)	1589-1635
379	35	Livro de Confissões e Assinaturas	1621-1815
		dos Pastores	
379	82	Atas do sínodo de Holanda	1618-1636
		Setentrional (ASNH - Acta Sinode	
		Noord Holland).	

379	83	Atas do sínodo de Holanda Setentrional	1637-1648
379	84	Atas do sínodo de Holanda Setentrional	1649-1659
379	85	Atas do sínodo de Holanda Setentrional	1660ss
379	149	Registro de documentos notativos dos sínodos particulares	1640
379	157	Atas dos deputados das causas transmarinas ("deputados <i>ad res Indicas</i> ")	1639-1663
379	163	Livro de cartas dos deputados das causas transmarinas	1628-1647
379	164	Livro de cartas dos deputados das causas transmarinas (e lista dos <i>ziekentroosters</i>)	1648-1655
379	165	Livro de cartas dos deputados das causas transmarinas	1655-1706
379	Tomo 174	Registro de matérias eclesiásticas das Índias Orientais e Ocidentais	1650
379	177	Carta de B. Kolijs	1640
379	185	Cartas das Índias Orientais (com cartas referentes às Índias Ocidentais)	1630-1655
379	194	João Perreira d'Almeida. "Diferencia da Christandade" (Malacca, 1650).	1650
379	211	Livro batismal do Recife ("Dooopboek" ou Dooopregister")	1633-1654
379	212	Documentos do Brasil	1637-1652

Israëlitische Kerkgenootschappen

Archieven der Portugees -Israëlitische Gemeente te Amsterdam (84 metros lineares)

inventário	peça	nº	Descrição	data
<i>Archief van gemeente Bet Jacob (Arquivo da Comunidade Bet Jacob)</i>				
334	1-8		Arquivo da Comunidade Bet Jacob	1614-1639
<i>Archief van gemeente Neve Salomon (Arquivo da Comunidade Neve Salomon)</i>				
334	9		Arquivo da Comunidade Neve Salomon	1614-1639

História do Brasil Holandês

Archief van gemeente Bet Israël (Arquivo da Comunidade Bet Israël)

334 10-12 Arquivo da Comunidade Bet 1618-1639
Israel

Archief van gemeente Talmud Tora (Arquivo da Comunidade Talmud Tora)

334 19-1041 Arquivo da Comunidade Talmud 1639-1870
Tora

334 Gedeponeerde Archieven (arqui-
vos das associações e instituições
da Talmud Tora e outras comuni-
dades)

334 códice 1304 Portugees -Israëlitische 1648-1654
Gemeente Sur Israël te Brazilië
(Register houdende reglement
en besluiten. (5409-5414).

ARQUIVO

Koninklijk Huisarchief

Arquivo da Casa Real

endereço

Paleis Noordeinde,

Noordeinde, 74

The Hague

Postbus 30412

2500 GK

formas de acesso ao prédio

Este arquivo é formado pelos documentos da família Real Holandesa. As coleções só podem ser consultadas com permissão da S.M. Rainha. Pedidos de permissão de pesquisa devem ser endereçados junto com proposta de investigação ao Diretor do Arquivo da Família Real.

Pesquisadores, devidamente autorizados, devem marcar previamente sua consulta por telefone. A entrada do arquivo se faz pela Hogewal 17, no prédio da garagem ou estábulo real.

A avenida Hogewal é continuação da Mauritskade, onde está situada a Embaixada do Brasil. Para acessar o arquivo, partindo da Estação Central de Haia, toma-se o tramline número 7, saltando na parada "halte Mauritskade"

telefones

PABX 31 070 362 4701

endereço eletrônico

koninklijk.huisarchief@pne.nl

site

www.koninklijkhuis.nl

horário de funcionamento

Segunda a sexta-feira das 9 às 12:30, das 13:30 até 16:45 horas.

instrumentos de pesquisa

Overwiev

Informação geral

E. PELINCK, *Geschiedenis en Overzicht (van) het Koninklijk Huisarchief*, ('s-Gravenhage 1971) of *aan B. Woelderink en M. Loonstra, Het Koninklijk Huisarchief te 's-Gravenhage*, (Den Haag 1989)

KONINKLIJK Huisarchief, *Inventaris van het Archief van Johan Maurits, Vorst Van Nassau-Siegen (1604-1679) 's-Gravenhage, eind 19de eeuw opnieuw uitgetypt 1977*. (Johan Maurits, *Prince of Nassau-Siegen, 1604-1679. Inventário A4*)

Descrição das coleções:

A coleção mais importante neste arquivo para a história do Brasil é formada pelos papéis privados do conde João Maurício de Nassau. A documentação, pouco mais que 2 metros lineares, de forma geral está muito bem preservada.

No códice 1477 encontram-se algumas cópias de cartas do João Maurício para Constantijn

Huygens, célebre inventor e político holandês e para o Monsieur Rivet, datadas entre 1634 e 1642. No tomo 1450, guarda-se a Patente de nomeação do Conde de Nassau para o do Brasil, datada de 1636. Segue-se o códice número 1454, contendo papéis relativos ao governo de João Maurício no Brasil, com descrições de várias regiões, incluindo o Brasil, com datas entre 1636 e 1642.

Outro importante volume é o número 1455 com papéis relativos à Companhia das Índias Ocidentais, principalmente correspondência sobre os pedidos de João Maurício datados entre 1636 e 1642. A pasta registrada sobre a entrada 1476 guarda uma bela coleção de desenhos de lugares fortificados. Interessam ao Brasil os mapas n° 87, Forte Orange; n° 20 Santo Antônio Paraíba; n° 90, Forte Maurício no Rio São Francisco. Todos sem data.

A correspondência do Conde Maurício acerca do presente de quadros ao rei da França, relatada por José Hygino em seu relatório ocupa o códice número 1478, e o 1486 contém uma pequena biografia do Conde Nassau datada de 1640.

Sobre o Brasil, encontramos ainda uma curiosa correspondência enviada do Brasil por Gregorius de With para o arquivista da Casa Real, datada de 1911. Buscava With informações sobre dois supostos príncipes da casa Nassau, que teriam sido enterrados em Pernambuco. O Karel que teria falecido em 1637 em porto Calvo e Ernst morto em 1639 no navio Alkmaer na costa brasileira. O

remetente estava preocupado com a demolição de uma Igreja no Recife, onde estariam os túmulos destes dois membros da família Real.

acesso às fontes:

O pesquisador vai encontrar neste arquivo uma pequena sala de estudos com apenas três mesas. Os documentos são localizados nos inventários disponíveis e solicitados ao conservador dos manuscritos que são despachados com bastante presteza. Os inventários não estão disponíveis em formato digital nem em língua inglesa.

O arquivo não possui facilidades extras para pesquisa, tais como leitores de microfimes. Apenas uma máquina xerox atende a cópias de documentos permitidos. O serviço de microfilmagem é externo e pode ser ordenado com antecedência em casos de documentos públicos não sujeitos a sigilo Real. Os preços são mais caros que em outros arquivos, pois são executados por um Bureau externo.

Outras fontes de referência

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Recife: Imprensa Universitária, 1959. 31 p.; 2. ed. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de jornal*. Apresentação e organização Leonardo Dantas Silva. Recife: FJN; Editora Massangana, 1998. 320 p. (Documentos, n. 45). p. 265-302.

ROESSINGH, M.P.H. (1968) *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Den Haag: UNESCO/International Council on Archives. 232p.

RODRIGUES, José Honório (1950), *As fontes da História do Brasil na Europa*, Rio de Janeiro.

Fundos de Pesquisa

Archief van Johan Maurits, Vorst Van Nassau-Siegen
(1604-1679)

Arquivo do Príncipe João Maurício de Nassau

Inventário	Peça	nº	Descrição	Data
A4	maço	1477	cópias de três cartas do J.M. para Constantijn Huygens e Rivet	1634-1642
A4	maço	1450	Patente de nomeação do Conde de Nassau para o Brasil.	1636
A4		1454	Papéis relativos ao governo de João Maurício no Brasil, com descrições de várias regiões, incluindo o Brasil. I volume	1636-1642
A4		1455	Papéis relativos à Companhia das Índias Ocidentais, principalmente correspondência sobre os pedidos de João Maurício. I volume	1636-1642
A4	maço	1476	Desenhos de lugares fortificados, mapas nº 87, Forte Orange; nº 20 Santo Antônio Paraíba; nº 90 Forte Maurício no Rio São Francisco.	SD
A4		1478	Correspondência acerca do presente de quadros ao rei da França	
A4		1486	Pequena biografia do Conde Nassau	1640

ARQUIVO

Biblioteca Rijksuniversiteit te Lijden

Seção de Manuscritos Biblioteca da Universidade de Leiden

endereço

Witte Singel 27,

2311 BG

Leiden

Po, Box 9501

2300RA,

Leiden

telefones

recepção 31 071 527 2801

Informações, serviços 31 071 527 2814

empréstimo 31 071 527 2813

FAX 31 071 527 2836

endereço eletrônico

helpdesk@rulub.leidenuniv.nl

site

<http://www.leidenuniv.nl/ub/ub-digi.htm>

(informações gerais)

<http://www.leidenuniv.nl/ub/bijzmat.htm>

(manuscritos)

horário de funcionamento

segunda a sexta-feira 8:30 – 22 horas

sábados 9:30 – 17 horas

domingos 13:00 – 17 horas

Salas especiais de leitura estão abertas das 8:30 – 13 horas; 13:30 – 17 horas. As salas de referência e salas especiais de leitura são fechadas aos sábados e domingos. A biblioteca fecha durante os feriados públicos. Em julho e agosto, a biblioteca fecha depois das 17 horas, sábados à tarde e nos domingos.

formas de acesso ao prédio

A biblioteca está situada em uma moderna construção dentro do antigo sítio da Universidade de Leiden e dista 1,3 km da Estação Central de Leiden. Pode-se chegar a ela tomando o ônibus número 43 Leiden Merenwijk, descendo no ponto de parada é o *Witte Singel* em frente à entrada principal da biblioteca.

Informações gerais

A Universidade de Leiden - BUL foi fundada em 1575, entretanto seu primeiro bibliotecário só foi nomeado dez anos depois. Em 1587, foi inaugurada a primeira sala de livros. Leiden celebrizou-se também por possuir importantes casas editoras e cientistas de fama, ligados à universidade.

A BUL compõe uma rede, formada por ela própria e por outras bibliotecas institucionais. A rede gerencia aproximadamente 2,7 milhões de volumes entre livros e periódicos, dos quais, cerca de 1,8 milhões de volumes estão armazenados na própria biblioteca universitária.

A biblioteca está dividida em quatro departamentos onde o material especial é guardado.

A divisão maior comporta os departamentos orientais e ocidentais, ambos dispõem de salas de estudo e biblioteca especializada. O departamento ocidental conserva no segundo andar a sala de estudo, *Douza-kamer*, onde estão depositados manuscritos ocidentais, obras impressas e a coleção cartográfica Bodel-Nijenhuis. Nesta seção, a biblioteca conserva cerca de 2.500 manuscritos medievais e fragmentos, 25.000 manuscritos modernos, 300.000 cartas e 3000 livros anotados. As coleções levam o nome dos antigos proprietários e estão todas integradas no repertório. A mais importante destas coleções consiste dos 700 manuscritos originários do fundo de Isaac Vossius.

Manuscritos, livros impressos depois de 1801, e outras obras raras podem ser consultadas sob supervisão neste espaço.

Acesso às fontes

O pesquisador necessita de uma inscrição no arquivo mediante apresentação de documentos de identificação ou passaporte. Na sala *Douza* podem ser consultados os catálogos de manuscritos disponíveis. A maioria das fontes está bem descrita.

Serviços para usuário

A BUL dispõe em suas salas de pesquisa de leitores-copiadores de microfilme e terminais de computadores em rede para uso dos usuários. Do lado externo da sala, o leitor encontrará copadoras reprográficas para reprodução de livros permitidos (obras raras não podem ser xerocadas). A biblioteca

oferece serviços de microfilmagem, fotografia, cópia reprográfica, pesquisa remota. Os documentos de interesse brasileiro estão totalmente microfilmados.

A biblioteca oferece assistência a pesquisadores e serviço de consultoria, que está aberto de segunda a sexta das 8:30 às 13 horas e das 13:30 às 17 horas.

Descrição sumária das coleções

A documentação de interesse histórico brasileiro evidenciada até o momento na BUL resume-se a dois códices: o volume de cartas do Pastor Rivet e o códice Vossius.

No Volume BPL 302 da Biblioteca Pública Latina (Correspondência passiva de André Rivet) encontram-se 17 cartas em francês, escritas pelo pastor protestante Vicente Joaquim Soler, 1636-1643, dirigidas a André Rivet. Estas cartas são muito interessantes, mostram a visão de um pastor calvinista do século XVII alarmado com as práticas e costumes no Brasil. Tratam de política e assuntos eclesiásticos.

No códice "Voss. Var. L. Q 14", encadernado em pergaminho, encontra-se o manuscrito do *Dialogo das grandezas do Brasil*, um apógrafo do século XVII (datado de 1618), atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão. Deste texto existem duas cópias, conservadas, uma na Biblioteca Nacional de Lisboa, outra na Biblioteca de Leiden.

O manuscrito, *Diálogos*, originalmente fazia parte da biblioteca particular do erudito Isaac

Vossius, cronista das províncias da Holanda e da Zelândia, adquirido pelos Estados da Holanda e presentêado à biblioteca da Universidade de Leiden. José Antônio Gonsalves de Mello assim descreve o códice Vossius:

Os Diálogos é o primeiro da coleção, e consta de 157 folhas, em boa letra da primeira metade do século XVIII, sendo que, ao encadernar, a margem inferior do papel foi descuidadamente cortada, atingindo em algumas folhas a última linha do manuscrito, o que a torna parcialmente ou inteiramente ilegível. Este apógrafo não apresenta defeitos de cópia, correndo, porém, em alguns pontos, acréscimos e correções com letra diversa da do texto; há três casos em que se vêem breves anotações marginais, sem interesse. A letra desses acréscimos e correções não é suficientemente típica, de forma a permitir (pelo menos a quem escreve estas linhas) a identificação paleográfica de sua época; de outros elementos, porém, pode-se coligir que pertence a meados do século XVII.⁸

Recentemente, neste mesmo códice, foi identificado pelo pesquisador Dr. Benjamin Teensma um extenso relato de uma testemunha anônima da invasão holandesa a Salvador, ainda inédito. Este relato foi escrito em português, mas em uma diminuta letra (para poupar papel, possivelmente), e passou despercebido pelos pesquisadores

⁸ MELLO, José Antônio Gonsalves de. Introdução. In: *Diálogos das Grandezas do Brasil*. 2. ed. Segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Imprensa Universitária, 1966. 217p. (Série Documentos para a história do Nordeste); 3. ed. integral. Recife: FJN; Editora Massangana, 1997. 295 p. (Série Descobrimientos, n. 8).

anteriores. Este testemunho, junto à Relação Diária do cerco da Bahia de 1638 de Pedro Cadena de Vilhasani⁹ compõem um rico relato de um dos mais dramáticos momentos do estabelecimento dos domínios neerlandeses no solo brasileiro. Este texto foi tratado e vertido para a língua inglesa pelo Dr. B. Teensma e aguarda breve publicação pela Editora Index no Brasil.

estado físico

Documentação muito bem preservada, acondicionada em depósitos com controle térmico. A documentação de interesse brasileiro está encadernada em códices.

Fundos de Pesquisa

Biblioteca Universitária de Leiden

Arquivo do Príncipe João Maurício de Nassau

Inventário	Peça nº	Descrição	Data
<i>Correspondência passiva de André Rivet</i>			
Biblioteca pública Latina			
BPL código	302	17 cartas em francês escritas do Recife pelo pastor protestante Vicente Joaquim Soler dirigidas a André Rivet	1636-1645
<i>Códice Vossius</i>			
"Voss. Var L.Q.	14	manuscrito do <i>Dialogo das grandezas do Brasil</i> . Texto um apógrafo do século XVII, atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão	1618
"Voss. Var L.Q.		relato de uma testemunha anônima da invasão holandesa a Salvador	S/D

9 CADENA DE VILHASANI, Pedro. *Relação Diária do cerco da Bahia de 1638*. Prefácio de Serafim Leite. Notas Manuel Murias. Lisboa, 1941.

Outras fontes de referência

PEREIRA, José Hygino Duarte. (1886) Relatório apresentado em sessão de 9 de maio de 1886. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, IAHGPE, n. 30, p 7-110.

GESCHIEDENIS der Universiteitsbibliotheek te Lijden/ PC. Molhuysen. Leiden, 1905.

E. HULSHOFF Pol, 'the library'. In: Leiden University in the seventeenth century: na exchange of learning/ Th.H. Lunsingh Scheurleer en G.H.M. Posthumus Meyes (redação) Lijden 1975, p. 395-459.

BIBLIOGRAFIE van gedrukte catalogi betrekking hebbend op het bezit van de Universiteits bibliotheek te Leiden em de daarin opgenomen bruiklenen/ J.E.F. ter Beek. Lijden 1989. (kleine publicaties van de Leidse Universiteits bibliotheek; 5) A bibliografia contém 132 números dos catálogos impressos publicados entre 1595 e novembro 1988 do fundo e das coleções especializadas, emprestadas e exposições.

Instrumentos de pesquisa

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Recife: Imprensa Universitária, 1959. 31 p.; 2. ed. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo de jornal*. Apresentação e organização Leonardo Dantas Silva. Recife: FJN; Editora Massangana, 1998. 320 p. (Documentos, n. 45). p. 265-302.

ROESSINGH, M.PH. (1968) *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Den Haag: UNESCO/International Council on Archives. 232p.

ARQUIVO

Zeeuws Archief

Rijksarchief da Zelândia

endereço

Hofplein 16

4330 AB

Middelburg

Postbus 70

telefones

PABX

310118678800

FAX

310118628095

endereço eletrônico

info@zeeuwsarchief.nl

site

<http://www.zeeuwsarchief.nl>

horário de funcionamento

O arquivo e as coleções estão abertos ao público de terça-feira a sábado das 9 às 17 horas.

Estão fechados aos sábados em julho e agosto.

O Centro de Genealogia da Zelândia é aberto apenas nas terças e quintas-feiras das 9:30 às 15 horas e aos sábados das 9:30 às 16 horas.

formas de acesso ao prédio

Partindo da estação de trem, gasta-se 10 minutos de caminhada até o Zeeuws Archief.

Seguindo a seta indicativa 'Abdij' em direção ao

centro, atravessa a ponte e prossegue-se via rua Wagenaarstraat em direção ao Hofplein onde está situado o Zeeuwsarchief.

Acesso por automóvel pode ser feito pela estrada A58. Toma-se a conexão para Middelburg seguindo a 'P-route' a qual leva ao centro de Middelburg. As áreas de estacionamento livre no centro são restritas. Os estacionamentos grátis mais próximos do arquivo são os das ruas Stadsschouwburg and Miniatuur Walcheren, mas muitos outros pagos estão disponíveis no centro da cidade.

Informações gerais

Arquivo da Zelândia

O Zeeuws Archief é uma nova instituição, situada em um moderno e bem equipado complexo de edifícios recentemente inaugurados, formada pela fusão de uma série de arquivos regionais Rijksarchief in Zeeland (Arquivo do Estado na província da Zelândia), Gemeentearchief Middelburg (Arquivo Municipal de Middelburg) e o Gemeentearchief Veere (Arquivo Municipal de Veere). Os repositórios estão situados em três andares abaixo do solo, contendo 25 km lineares de documentos.

A coleção contém documentos sobre a história das vilas e cidades da Zelândia. Seus registros estão organizados nos níveis regional, provincial, institucional/governamental (arquivos da burocracia pública) e institucional/privado (igrejas, associações, companhias, famílias e pessoas).

Estão disponíveis informações extras sobre vilas e cidades que atualmente pertencem à jurisdição dos municípios de Middelburg e Veere. Depois de muitas incorporações, estas duas cidades cobrem mais que o território formado pela Ilha de Walcheren.

A Zelândia foi detentora da segunda maior participação acionária da Antiga Companhia das Índias Ocidentais, com $\frac{2}{9}$ das cotas, e por este motivo, a cidade de Middelburg sediou uma Câmara da WIC. Buscamos em vão algum material residual dos acervos da Companhia que porventura tivesse permanecido em Middelburg.¹⁰

Acesso às fontes

A admissão nas salas de leitura e pedido de documentos se fazem mediante apresentação de um cartão. Para obtê-lo, o usuário deverá trazer um documento formal contendo identificação e fotografia. A emissão do cartão é feita na recepção do arquivo.

Serviços para usuário

O pedido de documentação é feito a partir dos terminais de computadores e é viabilizado entre meia e uma hora. Muitos documentos, especialmente os de interesse genealógico, estão acessíveis diretamente em cópias de microfimes ou microfichas na sala de leitura. Copiadoras e impressoras *self-service* estão disponíveis para cópia dos microfimes dos documentos. Todos os livros das estantes da biblioteca podem ser copiados pelo próprio usuário. Documentos originais podem ser reproduzidos a pedido pelo staff do arquivo.

¹⁰ Estiveram depositados neste arquivo os acervos da WIC, os mais ricos para o Brasil na Holanda até 1859, quando foram transferidos para Haia. GALVÃO, 1874; PEREIRA, 1886; MELLO, 1947: p.21

Um importante serviço nos arquivos holandeses é a informação histórica de fontes primárias para pesquisadores de genealogia. Para este tipo de pesquisa estão disponíveis as fontes da Administração Civil (*Burgerlijke Stand*) contendo registros de nascimento, casamento e morte entre os anos de 1796 e 1811 e os livros de batismos, casamento e enterros (*Doop-, Trouw- en Begraafboeken*) anteriores a este período, referentes à província da Zelândia estão disponíveis em microfilmes ou em fotocópias.

Muitas fontes secundárias estão disponíveis, muitas delas totalmente indexadas, como os arquivos das cortes locais de justiça relativos aos séculos XVI, XVII e XVIII, notários públicos entre os séculos XVI e XX, registros de listas de tropas de tripulação de navios da Companhia de Comércio de Middelburg (Companhia Zeelandesa de comércio de escravos) contendo registros dos séculos XVII e XVIII; Registros do Almirantado da Zelândia entre os séculos XVI e XVIII; Registros da Câmara da Zelândia da Companhia das Índias Orientais da Holanda (*Kamer Zeeland van de Verenigde Oostindische Compagnie*) com documentos dos séculos XVI até o XVIII.

Descrição sumária das coleções

Os inventários disponíveis neste arquivo são muito sumários, os documentos de interesse histórico para o Brasil são poucos e dispersos. Não encontramos instrumentos específicos, isto torna a investigação penosa e demorada. A pesquisa tem muitas vezes, que ser feita de forma intuitiva.

Buscamos nos fundos mais promissores, especialmente aqueles ligados ao comércio atlântico e nos acervos de Estado, pistas de documentos pertinentes à história do Brasil, mas os resultados nesta prospecção foram pífios. Contudo, entendemos que estes resultados primários não devam ser considerados como ausência destes materiais documentais, antes devem ser atribuídos à falta de indexação detalhada e pesquisa exaustiva.

Os arquivos notariais da Zelândia também se constituem num promissor objeto de pesquisa, uma vez que o porto e os capitalistas de Middelburg se projetaram, desde o século XVI, como ativo centro de comércio e navegação com interesses largos no Brasil. Bem antes da tomada do Nordeste brasileiro pelo consócio dos Estados-Gerais e da OWIC, mercadores holandeses, flamengos, valãos e outros estavam no negócio das mercadorias exóticas, pau-brasil e açúcar. O pau-brasil *fernâbuc* foi moeda corrente entre os manufatureiros de tecido, alimentando um robusto mercado de tinta e pano, do qual, aqui se encontram abundantes registros.

Contudo, lembramos aos interessados que a ausência de instrumentos de pesquisa detalhados exige do empreendedor um esforço adicional de garimpagem, que demanda muito tempo e trabalho.

Os fundos mais importantes para a história do Brasil encontrados até o momento são os da Igreja Reformada Holandesa (Nederlandse Hervormde Kerk), que já haviam sido apontados por Frans Leonard Schalkwijk no livro, *Igreja e Estado no Brasil Holandês*. Em outros fundos coloniais, –

recentemente incorporados –, provenientes do Governo municipal cidade de Veere, (Gemeente te Veere) encontramos interessantes contratos comerciais.

Instrumentos de pesquisa

Os fundos da Nederlandse Hervormde Kerk aparecem no Overzicht do zeeuwsarchief sob o número 17.02.

DE HANDSCHRIFTENVERZAMELING. Middelburg. Zeeuwsarchief. 1955. (rol de manuscritos atualizado em 1990)

PANFLETTENVERZAMELING, 1610-1724. Zeeuwsarchief, Middelburg, 1979. (rol de panfletos do arquivo)

Fundos de interesse para o Brasil

Zeeuws Archief

Zeeuwsarchief Middelburg

Inventário	Peça	nº	Descrição	Data
<i>Arquivo Classis Walcheren</i>				
<i>(ACW = Archief Classis Walcheren; island classis)</i>				
17.02.10	1		Minutas Classis Walcheren	1602-1623
17.02.10	2		Minutas Classis Walcheren	1623-1639
17.02.10	3		Minutas Classis Walcheren	1639-1653
17.02.10	4		Minutas Classis Walcheren	1653-1663
17.02.10	23		Documentos relacionados a Classis Walcheren	
17.02.10	24		Documentos relacionados a Classis Walcheren, (relatieveven)	1640-1659
17.02.10	38		Documentos recebidos dos Estados-Gerais e do Conselho de Estado	
17.02.10	42		Registro de resoluções dos Estados da Zelândia	1577-1759
17.02.10	45		Livro de Confissões com assinatura dos ministros	1620-1815

História do Brasil Holandês

17.02.10	Minutas dos Delegados das Índias Orientais	1620-1688
17.02.10	Minutas dos Delegados das Índias Ocidentais	1623-1641
17.02.10	Documents Groede	1632

Arquivos da Igreja Reformada Inglesa, Middelburg
(AEG = Archief Engelse Gemeente)

RAZ-AEG	1	Minutas do Consitório	1624-1664
---------	---	-----------------------	-----------

Arquivo Classis Beveland
(ACBe = Archief Classis Beveland)

RAZ-ACBe	174a	Minutas do Sínodo da Zelândia (Tholen)	1638
RAZ-ACBe	32	Cartas de Doreslaer- (20/4/1655; 1655-1663 27/8/1663)	
GZ-ACZ	2	Minutas Classis Zierikzee	1636-1662

Outras fontes de referência:

ROESSINGH, M.P.H. (1968) *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Den Haag: UNESCO/International Council on Archives. 232p.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. il. (Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 25); 2. ed. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Nova Vida, 1989. 550 p.

ARQUIVO

Rijksarchief in Noord-Holland

Arquivo Real em Haarlem

endereço

Kleine Houtweg 18

2012 CH

Haarlem

telefones

PABX

31 023 517 27 00

FAX

31 023 517 27 20

endereço eletrônico

[noord-holland@rad.archief.nl](mailto: Noord-holland@rad.archief.nl)

site

<http://www.archief.nl/nholland.htm>

horário de funcionamento

Entre setembro e junho

terça-feira: 09 - 21 horas

quarta a sexta-feira: 09 - 17 horas

sábados: 09 - 13 horas

Nos meses de julho e agosto

terça a sexta-feira: 09 - 17 horas

formas de acesso ao prédio

O prédio situa-se na Kleine Houtweg, o acesso pode ser feito pela Estação Central de Haarlem, ônibus número 71 ou 72. Deve-se parar

no cruzamento da Houtweg com Kampersingel, ou em outra opção, em 10 minutos de caminhada, pode-se alcançar o Riksarchief de Haarlem. A partir da Estação Central toma-se a Jansweg em direção ao oude Groenmarkt. Daí, segue-se pela Veerstraat que é a continuação da Kleine Houtweg. Ver mapa.

Informações gerais

Neste arquivo não encontramos outras referências de interesse histórico brasileiro além das da Igreja reformada, já citadas por Frans Leonard Shalkwijk. Contudo, os arquivos dos notários podem ser uma fonte adicional de pesquisa de interesse brasileiro.

A documentação acima referenciada está em perfeito estado de conservação, a caligrafia é de fácil leitura em todos os documentos. Consta de pouco mais de 0,15 m lineares em duas pequenas pastas. A documentação de interesse histórico brasileiro se resume a duas pastas e um livro com assinaturas de predicantes.

Acesso às fontes

O leitor necessita de um passe para consultar manuscritos e biblioteca. Na recepção do arquivo, mediante apresentação de identificação com fotografia, o visitante recebe um passe que o habilita a usar os serviços do arquivo.

Serviços para usuário

Apenas uma pequena parte dos catálogos e inventários encontra-se disponível para o usuário.

O sistema utilizado nesta instituição é o mesmo do *Algemeen Riksarchief*, permite busca por palavras chave, e o pedido dos documentos originais é totalmente informatizado.

O arquivo conta com máquinas leitoras-copiadoras de microfimes, mas não encontramos catálogo informatizado dos microfimes disponíveis. Este arquivo não tem serviço, próprio de microfilmagem. Os microfimes são feitos por empresa prestadora de serviço, e em média são mais caros que nos outros arquivos por nós visitados.

Fundos de Pesquisa

Rijks-Archief Noord-Holland

Arquivo Real da Província Noord-Holland

Inventário	Peça nº	Descrição	data
<i>Archive of Classis Edam</i> (ACE - Archief Classis Edam)			
123	maço	4 Minutas Classis Edam	1628-1652
123	maço	5 Minutas Classis Edam	1652-1674
123	maço	70 Proclamações (Plakkaten)	1662-1761
	livro	190 Livro de Confissões Cl. Edam com assinaturas dos ministros	

Instrumentos de pesquisa

Overview

FELIUS, H. Van. *Riksarchief in Nord-Holand*.
Overzicht van de Archieven en collecties.
Haarlem, 1995, 138p.

PERSMAN, J.R. *Inventaris van het Archief van de
Classis EDAM, van de Nederlandse Hervormde
Kerk 1572-1972*. Haarlem, 1974/1985 (inventário
número 123)

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no
Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leo-
nardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio
Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE; Direto-
ria de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. il. (Cole-
ção pernambucana; 2ª fase, v. 25); 2. ed. São Pau-
lo: Sociedade Religiosa Edições Nova Vida, 1989.
550 p.

Outras fontes de referência

ROESSINGH, M.P.H. (1968) *Guide to the sources in
the Netherlands for the history of Latin America*.
Den Haag: UNESCO/International Council on
Archives. 232p.

ARQUIVO

Rijksarchief in de provincie

Groningen

Arquivo Real da Província de Groningen

endereço

Cascadeplein 4, Groningen

Postbus 30040,

9700 RM

Groningen

telefones

PABX

31 050 599 20 00

FAX

31 050 599 20 50

endereço eletrônico

gronarch@castel.nl

site

[www.groningen.nl/bestuur_en_organisatie/
dia452p1.htm](http://www.groningen.nl/bestuur_en_organisatie/dia452p1.htm)

horário de funcionamento

Entre setembro e junho

terça-feira 09 - 21 horas

quarta a sexta-feira 09 - 17 horas

sábados 09 - 13 horas

Nos meses de julho e agosto

terça a sexta-feira 09 - 17 horas

Informações gerais

Rijksarchief da Província de Groningen

Funcionam juntos no *Cascadecomplex* desde 1977 os arquivos provincial *Rijksarchief na Província de Groningen* e do município, o *Gemeentearchief Groningen*, que tem capacidade de atender simultaneamente a mais de uma centena de pesquisadores.

O usuário necessita de uma inscrição no arquivo mediante a apresentação de documentos de identificação ou passaporte. O arquivo possui equipamentos leitores-copiadores de microfilme, xerox e serviços de microfilmagem. Alguns arquivos estão microfilmados, principalmente os das coleções de genealogia.

Descrição sumária das coleções

No Arquivo da Província de Groningen, os documentos de interesse histórico brasileiro concentram-se nas minutas sinodais. As coleções estão assim distribuídas:

No Arquivo do Sínodo de Groningen se conservam 13 minutas, oito delas dos anos 1642, 1643, 1645 e 1654, e três Minutas dos Deputados do Sínodo Groningen 1637-1682. No Arquivo *Classis Groningen* preserva-se as Minutas da *Classis Groningen* 1597-1654 e no Arquivo de *Classis Westerkwartier* estão guardadas as três Minutas das *Classis Westerkwartier* 1621-1646.

Fundos de Pesquisa

Archive in the Province Groningen
Arquivo da Província de Groningen

inventário n°	Peça n°	Descrição	data
<i>Archive of the Synod of Groningen</i> (ASG = Ar. Synode Groningen; APK = Ar. Provinciaal Kerkbestuur)			
APK/ASG	2	Minutas do Sínodo de Groningen	1642
APK/ASG	2	Minutas do Sínodo de Groningen	1643
APK/ASG	2	Minutas do Sínodo de Groningen	1645
APK/ASG	2	Minutas do Sínodo de Groningen	1654
APK/ASG	2	Minutes of Deputies of Synod Groningen-. I	1637-1682

Archive of Classis Groningen
(ACG = Archief Classis Groningen)

RAG-ACG	1	Minutes of Classis Groningen	1597-1654
---------	---	------------------------------	-----------

Archive of Classis Westerkwartier
(ACWe = Archief Classis Westerkwartier)

RAG-ACWe	3	Minutes of Classis Westerkwartier	1621-1646
----------	---	-----------------------------------	-----------

Instrumentos de pesquisa

ROESSINGH, M.P.H. (1968) *Guide to the sources in the Netherlands for the history of Latin America*. Den Haag. UNESCO/International Council on Archives. 232p.

Outras fontes de referência

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil holandês 1630-1654*. Apresentação de Leonardo Dantas Silva. Prefácio de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: FUNDARPE;

Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. 550 p. il.
(Coleção pernambucana; 2ª fase, v. 25); 2. ed.
São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Nova
Vida, 1989. 550 p.

ARQ
do Dr. José Hygino Duarte Pereira

Meus Senhores, Minhas Senhoras

O Excelentíssimo ex-presidente desta
Academia, Desembargador José Maria de Freitas
propôs de
transmitir-me
honra, e digno
de honra de Haver
de qual para
E com o
de minha excursão à Holanda, mebo dá-voa como
de resumo das minhas im
Dirigido-me a um a
completo somente de membros do Instituto
que me permitiu que, antes de tudo, eu
de obrigação foi-me por que me foi concedido o
de que se trata.

Estudo de Dr. José Hygino
Duarte Pereira, 1885-1886, no
de 9 de maio de 1886 do
Instituto Arqueológico e
Geográfico Português

RELATÓRIOS DE PESQUISA

1885-1886

JOSE MARQUES DUARTE FERREIRA
1885-1886
São Paulo: Sociedade Brasileira de Edições, 1986. 350 p.

RELATÓRIOS DE PESQUISA

1885-1886

Relatório publicado na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano* nº 30. Recife: 1886. p. 7-110.

ARQUIVOS HOLANDESES

do Dr. José Hygino Duarte Pereira*

Meus Senhores, Minhas Senhoras

O Excelentíssimo ex-presidente desta Província, Desembargador José Manoel de Freitas, sob proposta do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e com aprovação do governo imperial, se dignou encarregar-me de colher no real Arquivo de Haia documentos relativos à ocupação do Brasil pelos holandeses.

E' com a mais viva satisfação que, de volta da minha excursão à Holanda, venho dar-vos conta do resultado das minhas investigações.

Dirigindo-me a um auditório que não se compõe somente de membros do Instituto Arqueológico, permiti-me que, antes de tudo, eu vos explique a razão por que me foi cometido o encargo de que se trata.

A conquista de Pernambuco e das capitánias vizinhas efetuada pelos holandeses no século XVII, não foi mais do que um episódio da luta prolongada que se travara na Europa entre os reis de Espanha e os seus súditos rebelados das províncias neerlandesas.

* Relatório do Dr. José Hygino Duarte Pereira, lido na Sessão de 9 de maio de 1886 do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano

Durante quarenta anos de martírio, o despotismo e a intolerância religiosa haviam precipitado na miséria essas províncias anteriormente ricas e florescentes. O Duque d'Alba fez perecer no cadafalso a 18.000 homens, mais de 100.000 emigraram.⁽¹⁾ Instigados pelo amor à liberdade de consciência e pelo ódio ao domínio estrangeiro, os holandeses saíram desse estado de abjeta miséria para se elevarem ao fastígio da glória e do poder. Pequeno pelo número e pelo território, "mas grande por suas virtudes," esse povo varonil pôde, no lapso de oitenta anos, repelir do seu solo as tropas espanholas, conquistar um lugar entre as nações independentes, devassar todos os mares com as suas frotas, levando a guerra ao oriente e ao ocidente, atrair a si o comércio do mundo, ilustrar-se não só pelas armas, como pelas letras e pelas artes, reduzir a orgulhosa Espanha — em cujos domínios o sol d'antes não se punha — a representar um papel secundário na política europeia e por último a implorar a paz. Todas as forças vitais da nação se tinham desenvolvido; a jovem República havia atingido um desses períodos de plena florescência que raras vezes se repetem na história do mesmo povo.

Impelidos para o nosso país pelo mesmo conjunto de causas que os levara ao oriente, os holandeses submeteram ao seu domínio uma parte considerável do Brasil setentrional. Embalde, porém, tentaram fundar uma colônia próspera e duradoura entre os colonos portugueses. Estes odiavam, tanto

¹ Wiyne, *Geschiedenis van het Vaderland*.

quanto os holandeses, o jugo do estrangeiro e especialmente do estrangeiro herege; opuseram uma resistência tenaz e conseguiram rechaçar os invasores.

Entre o período da conquista e a guerra da restauração houve um intervalo de paz com os moradores, durante o qual um príncipe ilustre da casa de Nassau organizou a colônia holandesa, introduzindo os costumes e as instituições nacionais. As duas sociedades — a dos vencidos e a dos vencedores — embora sujeitas ao mesmo governo e regidas, em parte, pelas mesmas leis, não se fundiram, e parece que foi nula a influência que os holandeses exerceram sobre o espírito e os costumes dos habitantes portugueses.

Feitos de guerra, constituição e organização do Brasil holandês, seitas religiosas, elementos de que se compunha a população, relações entre os vencidos e os conquistadores, eis o interessantíssimo assunto que faz objeto da história daquele período.

A enorme cópia dos materiais impressos e manuscritos que ilustram essa história e se encontram nos arquivos e bibliotecas da Holanda, não podia deixar de atrair a atenção do Instituto Arqueológico de uma província, que foi a sede do governo colonial, o centro das operações do inimigo, e cujo solo tantas vezes ensopou o sangue vertido pelos nossos antepassados nas lutas que travaram com os invasores. No intuito de coligir, pelo menos, uma parte desses dados e de vulgarizá-los pelas

suas *Revistas*, esta associação não se poupou esforços para levar a efeito a comissão com que se designou de honrar o mais obscuro dos seus membros.

No meio da indiferença, que se tem apoderado da sociedade, onde vivemos, o empreendimento deste Instituto, tão eficazmente auxiliado pelo ex-presidente e pela Assembléa Legislativa de Pernambuco, lhe faz honra, basta para demonstrar que, apesar da decadência de nossa província e do abatimento do espírito público, ainda não se extinguiu de todo o nosso amor ao passado, o zelo pelas nossas tradições, que é também uma das formas do patriotismo.

Não faltou quem contestasse a utilidade da investigação que este Instituto pretendia mandar efetuar na Holanda. Dizia-se que os documentos acerca do Brasil, existentes no Arquivo real de Haia, já eram conhecidos, e já haviam sido aproveitados em duas excelentes monografias modernamente escritas sobre o período da ocupação holandesa.

A primeira dessas monografias foi publicada em 1853 pelo distinto general P. M. Netscher, sob o título de *Les Hollandais au Brésil*. Conquanto não contenha mais do que uma sucinta exposição dos acontecimentos, tem para nós o merecimento de nos haver revelado as notícias que se podia colher — e o autor exclusivamente colheu — nos documentos do Arquivo de Haia. Antes do livro de Netscher, era necessário remontarmo-nos até os cronistas do século XVII, os De Laets, os Nieuwhofs,

para encontrarmos trabalhos baseados em documentos de procedência holandesa.

A segunda monografia, a que se aludia, é devida à pena do historiador brasileiro, o visconde de Porto Seguro, e se intitula — *As Lutas dos Holandeses no Brasil*, de que há duas edições, a de 1871 e a de 1872.

Tendo exercido cargos diplomáticos em várias capitais da Europa, o autor achou-se em condições de poder consultar os principais arquivos estrangeiros e de colher os materiais necessários para os seus trabalhos históricos, que tal foi a ocupação constante de toda a sua vida. Investigador paciente e exato — mas nem sempre historiador imparcial —, ele nos dá nesta sua monografia notícias autênticas e as mais completas que se podia obter naquela época sobre os assuntos de que tratou.

É verdade que o visconde de Porto Seguro não fez pesquisas no Arquivo de Haia. Mas conheceu e consultou a coleção das cópias de documentos holandeses que possui o Instituto Histórico da corte; cópias estas que foram extraídas de 1850-1854 sob as vistas do erudito Dr. Joaquim Caetano da Silva, então encarregado dos negócios do Brasil na Holanda, e que teve por auxiliar nesse trabalho o diretor do mesmo arquivo, o finado J. C. Jonge.

Afirmava-se, pois, que uma nova pesquisa no mesmo Arquivo e para o mesmo fim era escusada ou que, pelo menos, não daria em resultado uma nova luz para a história.

Não pensava, porém, assim, o Instituto de Pernambuco. Em primeiro lugar, os livros de Netscher e do visconde de Porto Seguro não encerram senão a história *militar e política* da ocupação holandesa — todos os demais assuntos, todos os demais elementos, que a história de um período abrange, aí ficaram no segundo plano, quando não foram de todo olvidados.

Além disso, uma razão peremptória houve que decidiu este Instituto levar a efeito o seu intento de mandar visitar o Arquivo de Haia. É a seguinte:

O ilustrado Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, tendo sido encarregado pelo governo imperial de visitar as principais bibliotecas da Europa, apresentou o seu relatório ao ministro do Império em 29 de Maio de 1874, e aí fez menção de algumas coleções de documentos do século XVII acerca do Brasil, as quais, conquanto parecessem ter o mais alto valor histórico, eram completamente desconhecidas: nem Netscher nem o visconde de Porto Seguro a elas se referiram.

Foi especialmente para consultar esses documentos que esta associação me incumbiu de ir à Holanda.

Congratulo-me com o Instituto Pernambucano por ter sido confirmada a sua conjectura. A realidade excede mesmo nossas esperanças: as coleções assinaladas pelo Dr. Ramiz Galvão e muitas outras, que ele não mencionou, pertenceram ao Arquivo de uma das câmaras da Companhia das

Índias Ocidentais, a da Zelândia, cuja sede era em Middelburg, e contêm um avultadíssimo número de documentos concernentes ao Brasil, pela maior parte de origem oficial.

Esses papéis não se achavam no Arquivo de Haia no tempo em que Netscher e Caetano da Silva aí fizeram as suas investigações, e assim se explica não terem eles tido conhecimento de peças de tal importância. Supunha-se então geralmente, como o próprio Netscher declara à página XII do seu livro, que os arquivos da Companhia das Índias Ocidentais se tinham perdido em 1821 por *um erro deplorável*.

É verdade que, no mesmo lugar, Netscher acrescenta que "em Amsterdã se achava uma grande parte do Arquivo da câmara da Zelândia;" mas ele não pôde aproveitar esses copiosos materiais, já porque o seu livro estava quase de todo impresso, quando recebeu essa notícia, e porque lhe informaram, aliás inexatamente, que "o Arquivo existente em Amsterdã era de maior interesse para a administração interna da Companhia do que para a exposição geral dos acontecimentos."

Querendo deixar bem averiguado este ponto, de modo que nenhuma dúvida pairasse sobre a procedência das coleções de documentos, a que me refiro, dirigi-me ao Sr. van den Bergh, diretor do Arquivo de Haia, pedindo-lhe que se dignasse informar-me quando e como o Arquivo a seu cargo as adquirira.

O meu pedido foi satisfeito, remetendo-me

o Sr. van den Bergh, com a sua carta de 22 de Janeiro deste ano, a informação minuciosa que será textualmente publicada no fim deste relatório.

Da exposição ou informação do Sr. van den Bergh consta o seguinte: em 1821 existiam em Amsterdã, reunidos no mesmo edifício, os arquivos das duas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais. Em virtude da resolução tomada pelo ministro das colônias a 27 de novembro do mesmo ano, foi vendida uma parte desses arquivos, por se supor que continha papéis sem valor, cuja guarda era incômoda; e assim se perderam todos os documentos do século XVII referentes ao Brasil, com exceção somente de alguns poucos registros.

E irreparável seria essa perda, se por um feliz acaso não se houvesse conservado em Middelburg o Arquivo da câmara da Zelândia, onde se achavam volumosas coleções, contendo os papéis remetidos do Brasil aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais.

As coleções dos documentos procedentes de Middelburg, bem como todos os arquivos coloniais, foram removidos mais tarde para Amsterdã, e em 1856 para o real Arquivo de Haia, onde atualmente se guardam.

O Sr. van den Bergh conclui dizendo que por esta causa "a rica coleção da correspondência do governador do Brasil e oficiais superiores, assim como as resoluções do conselho colonial do Brasil ficaram completamente desconhecidas ao Sr. Netscher."

Note-se que, segundo a cláusula 21 da outorga ou carta patente da Companhia, a Assembléia dos 19 que constituía a sua direção central) reunia-se ora em Amsterdã, ora em Middelburg. O fato de haver sido esta última cidade uma das sedes daquela Assembléia nos explica ter se encontrado aí a correspondência das autoridades civis e militares do Brasil com os diretores, bem como os registros dos ofícios dirigidos por estes aos seus delegados da colônia.

Eis aí o conjunto de circunstâncias, a que eu devo a boa fortuna de ter deparado um rico manancial de notícias, que ainda não havia sido aproveitado anteriormente.

Pode-se dizer que, com a aquisição das volumosas coleções encontradas na capital da Zelândia, o Arquivo real de Haia guarda atualmente dez vezes mais documentos acerca do Brasil do que possuía de 1850 a 1854, época das investigações de Netscher e Caetano da Silva.

Estes meus dois ilustres predecessores não consultaram ali senão os papéis do século XVII, que pertenceram ao Arquivo dos Estados-Gerais; foram estes os documentos que, exclusivamente ou quase exclusivamente fizeram o objeto de suas pesquisas. O erro, na verdade, *deplorável* de 1821, os privou das fontes de informação que teriam encontrado.

O Arquivo da Companhia é sem dúvida muito mais rico, muito mais importante para nós do que o do governo central da república neerlandesa.

Eram os diretores da Companhia que constituíam o governo supremo da colônia; eram eles que pelos seus delegados a administravam, sustentavam a luta, dirigiam as operações de guerra, e portanto a eles eram levadas informações as mais completas e minuciosas sobre tudo quanto ocorria nas capitanias conquistadas. É verdade que o governo colonial também se correspondia com os Estados-Gerais, mas de ordinário não submetia à sua consideração nos ofícios que lhe dirigia senão uma exposição mais ou menos geral dos acontecimentos.

A lacuna que deixou a venda dos papéis da Câmara de Amsterdã em 1821 foi felizmente preenchida pelo Arquivo de Middelburg, que se recomenda a nossa atenção justamente pela riqueza das minudências que nos ministra sobre todos os assuntos de guerra, governo e administração. Essas particularidades vêm lançar muita luz sobre aquilo que nós menos conhecemos — os pormenores da administração, os costumes, o *modus vivendi* da colônia; nos habilitam não somente a resolver várias questões até o presente abertas, senão também a estudar todas as relações sociais da colônia neerlandesa do Brasil.

À vista do que acabo de dizer-vos, compreendeis que essas coleções do Arquivo da Companhia tenham chamado particularmente a minha atenção. Com efeito, foram elas o objeto especial dos meus estudos. Não deixei porém de ocupar-me também com os documentos que

provieram de outros arquivos — como o do tribunal provincial da Holanda, e o dos Estados-Gerais —, os quais todos se acham presentemente no real Arquivo de Haia.

Para proceder com ordem na exposição que vou fazer, discriminarei esses arquivos e enumerarei, seguidamente, as coleções de cada um que examinei, e de que fiz extrair cópias.

ARQUIVO DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS

A mais volumosa coleção deste Arquivo é a que tem o título de *Brieven en Papieren uit Brasile*, 1630 - 1654, "Cartas e mais papéis procedentes do Brasil". Compõe-se de 19 in-fólios, contendo cada um deles centenas de peças.

À principal categoria dos seus documentos pertencem os ofícios que o Supremo Conselho do Recife, o Conselho de Justiça, o de Finanças ou Fazenda, os generais e almirantes ao serviço da Companhia no Brasil, dirigiram aos diretores desta.

As *missivas* ou ofícios do Supremo Conselho são extensos documentos, que podemos denominar *relatórios*: neles o governo colonial refere os fatos ocorridos, dá conta da execução das ordens da Assembléa dos 19, e pede as providências que julga necessárias para o alargamento das conquistas, à segurança ou ao bem-estar da colônia. Minutava-os o secretário do Conselho, eram lidos e discutidos neste, e, depois de aprovada a redação definitiva, copiados por amanuenses juramentados e lançados em um registro que se guardava no Arquivo do Recife.

Além das cartas do Supremo Conselho, há também as de alguns de seus membros, entre as quais se distinguem, como sumamente interessantes, as do conselheiro Paulo de Serooskercke.

Numerosos documentos; uns originais² e

² De ordinário os originais eram guardados no arquivo do Recife.

outros por cópia, acompanhavam a correspondência oficial como peças de instrução. Entre esses anexos figuram muitos escritos em português, como representações dos moradores ou das câmaras de escabinos, cartas do governador da Bahia, Antônio Teles da Silva, de André Vidal de Negreiros, Martim Soares Moreno, João Fernandes Vieira, dirigidas ao Supremo Conselho; toda a correspondência encontrada a bordo do navio, em que foi aprisionado Serrão de Paiva na Baía de Tamandaré, inclusive a comprometedor carta original de D. João IV dirigida a Salvador Correia de Sá e Benevides; numerosos extratos de cartas enviadas de Portugal ou de suas ilhas para o Brasil e interceptadas em caminho pelos navios da Companhia.

Merece especial menção a série de cartas em *tupi* dirigidas por D. Antônio Filipe Camarão, D. Diogo Pinheiro Camarão e Diogo da Costa a Pedro Poty, Antônio Paraupaba e outros índios da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que se tinham aliado aos holandeses. São em número de seis, a 1^a e a 5^a firmadas por Diogo Pinheiro, a 2^a por Diogo da Costa e a 3^a, a 4^a e a 6^a pelo capitão-mor Camarão; o conteúdo de todas é idêntico — os dois Camarões e Diogo da Costa tentam induzir os seus parentes, que tomaram voz por Holanda, a se bandearem para os portugueses. Foram escritas uma em agosto e as outras em outubro de 1645, e as do Recife acompanha uma tradução em holandês feita pelo ministro da igreja reformada, Johaness Eduards.

Copiei pessoalmente cinco destas cartas; não ousando porém copiar a última, cuja letra está

um pouco apagada, fi-la fotografar, e da reprodução fotográfica trago os dois exemplares que neste momento apresento ao Instituto.

Frei Manoel do Salvador afirma que D. Antônio Filipe Camarão não só sabia ler e escrever, como possuía os rudimentos do latim.³ Nenhuma razão temos para duvidar do testemunho do autor do *Valeroso Lucideno*. De documentos holandeses consta que em certas aldeias o mestre-escola era índio, tais mestres deviam pelo menos saber ler e escrever em sua língua materna. Por que não o saberiam também os dois Camarões, educados desde a sua mocidade pelos portugueses? E por que não haviam de escrever em tupi aos seus parentes, que abandonaram a causa dos moradores para se lançarem com o inimigo?

A leitura dessas cartas nos confirma pressuposto de que foram escritas ou pelo menos ditadas por aqueles a que são atribuídas. Elas têm um cunho que de algum modo autentica a sua procedência: aquelas frases infantis, desconexas, a repetir monotonamente o mesmo pensamento, devem ter sido concebidas pelo espírito de um *petiguar*.

Em uma ou outra hipótese, as cartas em questão são preciosos textos para o filólogo que se dedicar ao estudo do *tupi da costa*, de que, afora algumas orações, vocabulários e gramáticas compostas pelos padres jesuítas, restam-nos mui poucos monumentos.

Chamam igualmente a nossa atenção os

³ *Val. Lucid.* p. 165.

jornais ou notícias das expedições empreendidas para o descobrimento de minas no interior do Brasil. Essas explorações tiveram lugar em Sergipe, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e principalmente no Ceará.

A Companhia, sentindo escassearem-lhe as rendas, tentou, no último período do Brasil holandês, reparar as suas finanças, adquirir novos elementos de força por meio do ouro ou da prata extraída das minas que firmemente acreditava existirem nos sertões das capitanias conquistadas.

A mais séria e prolongada tentativa deste gênero foi a que se realizou no Ceará: começou em 1649 e só terminou com a ruína da colônia holandesa. Foi chefe da expedição organizada para a ocupação definitiva do Ceará e exploração das suas minas um hábil aventureiro, Mathias Beck. Desembarcou na baía de Mucuripe, fundou o forte Schoonenburch, entrou em relações com as tribos indígenas e deu começo aos trabalhos da exploração no monte *Itarema*, ligado ao de Mamanguape, supondo ter encontrado aí as minas de prata que, segundo a tradição, já haviam sido descobertas por Martim Soares Moreno. Esperando de dia em dia encontrar o filão do cobiçado metal, perseverou no seu ilusório empenho até que o veio surpreender a notícia da rendição da praça do Recife.

Possuímos todos os dados relativos a esse empreendimento: o jornal de Mathias Beck, um dos melhores documentos para o estudo das relações dos holandeses com os selvagens, a corres-

pondência trocada entre ele e o Supremo Conselho do Recife, e o mapa do Ceará, que foi levantado por ordem deste.

Não são de menos importância as cartas, em que o missionário calvinista Jodocus Asteten nos dá notícia de suas excursões ao centro da Paraíba e do Rio Grande do Norte para o mesmo fim em 1646. Este enérgico e ativo missionário se nos apresenta como um tipo curioso: trouxe para cá mulher e filhos, e no curso de suas peregrinações pelas capitanias do Brasil, tendo perdido, como ele diz, a sua *querida Margarida*, deu-se pressa em casar-se de novo para laborar corajosamente na vinha do Senhor pela catequese e principalmente pelo descobrimento de minas.

Barlaeus nos informa que, durante o governo do conde Maurício, teve lugar uma expedição contra os negros dos chamados *Palmares Maiores*.⁽⁴⁾ Na coleção de que trato, encontrei o diário de uma outra jornada também empreendida contra os *Palmares*, a qual se efetuou em 1645 sob o comando do capitão João Blaer. Nesse jornal se descreve a região percorrida pela tropa holandesa, bem como os *Novos* e os *Velhos Palmares*, que Blaer encontrou desertos e mandou abrasar.

Acerca da igreja neerlandesa, estabelecida no Brasil, restam cartas e relatórios dos seus ministros, sobressaindo os de Jodocus Asteten, Francisco Plante, capelão do conde Maurício, e do calvinista francês Soler. Mas os documentos principais são as atas das assembleias sinodais, que

⁴ Barl. p.291.

funcionaram no Recife, compostas dos representantes do clero calvinista das quatro capitanias conquistadas, e assistidas por um delegado do Supremo Conselho.

Essas atas, denominadas *Classicale Acta van Brasilie*, divididas em sessões e subdivididas em números, contêm as deliberações sinodais sobre a administração eclesiástica, pontos de disciplina e costumes, a instrução primária, a catequese dos índios etc. Elas fornecem materiais para escrever-se uma interessante monografia sobre a igreja calvinista do Brasil holandês.

As atas de 1636 a 1644 já foram publicadas na *Chronica* do Instituto Histórico de Utrecht no ano de 1673, e acabam de ser reimpressas na obra do professor Grote, intitulada *Archief voor de Geschiedenis vaan ond holandsche Zending* (Arquivo para a história das antigas missões holandesas.) Trouxe um exemplar de cada uma destas obras, mas como a série das atas das assembléias sinodais do Brasil não se acha aí completa fiz copiar as atas de data posterior a 1644 que encontrei nesta coleção.

Na mesma coleção se acham numerosas peças de processos judiciais. E, um dos mais curiosos o processo instaurado contra Crayestien e o conselheiro Balthasar vander Voorde, diretor político de Porto Calvo, acusados de terem conferenciado com o capitão Paulo da Cunha no engenho do Morro pertencente a Rodrigo de Barros Pimentel. O jantar a que assistiram o letrado

holandês e o guapo capitão português, a entrevista que se seguiu na câmara de D. Jeronyma de Almeida, o colóquio entre uma das filhas desta e B. vander Voorde, a prisão dos dois acusados, as alegações com que se defenderam, as declarações feitas pela mulher de Rodrigo de Barros, e muitas outras circunstâncias acessórias, dão a este processo uma - cor local tão vivamente acentuada que o tornam recomendável à nossa atenção.

Citarei também o processo ou antes inquérito instaurado contra o conselheiro político Schielt, acusado de ter praticado no engenho *Obu* em Itamaracá atrozes torturas para descobrir tesouros que supunha existir ali ocultos. O caso do engenho *Obu* é um exemplo entre muitas das violências de que foram vítimas os moradores portugueses, por parte das autoridades superiores. Com razão o velho Duarte Gomes da Silveira, referindo-se à crua perseguição que sofrera de Ypo Eyssens, também conselheiro político, escrevia ao conde Maurício a 8 de Novembro de 1643: "Se nos faltara a vinda de Vossa Excelência, não houvera portugueses que tivessem vida nem fazenda."

Restam algumas peças dos processos de Vaz Cabral e de Gonçalo Cabral de Caldas, entre as quais se notam as declarações que fizeram na sala das torturas e as sentenças que os condenaram à morte como traidores.

Nesta coleção, encontra-se também uma série de cartas particulares dirigidas aos diretores

da Companhia, nas quais são acusados de corrupção vários funcionários públicos, e especialmente Hamel, Bas e Bulestraten, membros do Supremo Conselho. Os fatos aí se acham referidos com todas as suas circunstâncias. Os autores dessas cartas, processados e condenados no Recife, não só levaram as suas queixas aos Estados-Gerais, senão também as reproduziram em opúsculos impressos, como o *Bree Byl* e o *Brasilsche Gelt Sack*, que traz a falsa declaração de haver sido impresso no Recife. Com a revolta dos portugueses essas repetidas acusações tomaram vulto; os diretores da Companhia mandaram que os novos governadores da colônia abrissem uma devassa sobre os atos dos seus antecessores. Conservaram-se algumas peças desse curioso inquérito, e por elas sabemos que não se conseguiu apurar a verdade, ou porque muitas das vítimas não puderam ser ouvidas, ou porque os subornadores não se quiseram denunciar a si próprios.

Apesar da corrupção, das violências praticadas para com os moradores, e dessa dissolução de costumes que vulgarizou o dito repetido por Barlaeus: *ultra æquimocialem non peccari**, seria injusto supor que a colônia holandesa não se assinalou senão pelos seus vícios. A sua frente se acharam funcionários distintos, cujo zelo e probidade nunca foram postos em dúvida — os Gysselings, os van Ceulens, os van der Dussens, e especialmente o muito nobre conde Maurício de Nassau, dotado de qualidades verdadeiramente principescas, e talvez mais amado dos portugueses do que dos seus próprios conterrâneos.

* Não existe pecado abaixo do equador.

Além de que — e é isto o que sobretudo importa notar — esses estrangeiros que de tão longe vieram fundar uma nova Holanda nesta parte da América eram superiores em civilização aos portugueses. Formaram-se na escola dos homens livres, eram regidos por uma legislação já penetrada desse espírito liberal dos tempos modernos, inteiramente estranho à ferrenha legislação de Portugal; intervinham nos públicos negócios, usavam largamente do direito de representação, sabiam defender com firmeza os seus direitos nos tribunais, e resistir às prepotências das autoridades, recorrendo aos poderes supremos do Estado ou à opinião pública pela imprensa, do que no Brasil temos o exemplo de Abraham de Vries, autor de um dos panfletos, a que há pouco me referi.

A colônia portuguesa, pelo contrário, tinha vivido até então no mais completo obscurantismo sob a suserania dos donatários, e nesse obscurantismo continuou depois do domínio holandês, submissão jugo dos governadores, pró-cônsules do cesarismo português; as queixas dos moradores, abafadas no conselho ultramarino, raras vezes chegavam até o trono.

Basta um fato para pôr em relevo o atraso de Portugal e o espírito progressivo da Holanda, que pôde reivindicar para si a honra de ter dado as primeiras lições de liberdade política a toda a Europa, pelos livros dos seus escritores e pelas suas próprias instituições.

Sabemos que, durante o domínio holandês,

os judeus podiam livremente praticar o seu culto, comerciar e exercer qualquer indústria no Brasil.⁽⁵⁾ Essa tolerância porém cessou, desde que foi restaurado o domínio português. Com efeito, o Supremo Conselho holandês, tendo-se dirigido a Francisco Barreto para pedir-lhe que permitisse aos judeus permanecerem no Brasil até que liquidassem os seus negócios, o mestre-de-campo português respondeu negativamente, dizendo-lhe que, apenas expirasse o prazo de três meses concedido aos holandeses para embarcarem para a Holanda, ele não poderia obstar que o vigário geral lançasse mão dos judeus portugueses e os entregasse à inquisição.⁽⁶⁾ Uma nova era se achava inaugurada!

Seria abusar de vossa atenção levar mais longe a apreciação das peças contidas nessa coleção que, como vedes, só por si é um arquivo. Direi, para terminar, que aí se encontram também jornais de expedições militares, relatórios das visitas que fizeram às capitanias conquistadas os membros do Supremo Conselho ou pessoas por ele delegadas, interrogatórios dos trânsfugas ou prisioneiros portugueses, o inventário dos engenhos confiscados pela Companhia, listas dos arrematantes dos impostos com declaração dos preços das arrematações, e muitos outros documentos de maior ou menor importância.

Acham-se copiados os principais documentos desta coleção relativos aos anos de 1630 a 1635, de 1643 a 1646, de 1648 a 1849, cuja lista darei no fim deste relatório.

Os documentos relativos aos anos que

⁵ Segundo o pacto da união de Utrecht "cada um poderia conservar livremente a sua religião, e ninguém será perseguido ou sujeito a inquisições por motivos religiosos." É justamente o preceito do art. 5º e 179§ 5º da Constituição do Brasil.

⁶ Nótulas de 1654. A maior parte dos judeus, que se achavam no Brasil, eram portugueses, tendo emigrado de Portugal para Holanda. Veja-se no *Val. Lucid.* p. 244, a cena da conversão de dois judeus portugueses condenados à morte pelos revoltosos.

faltam serão copiados de acordo com as instruções e listas que deixei.

Dagelyske Notulen van den Hoogen en secreten raad in Brasilie, "atas ou nótulas diárias do Conselho Supremo e Secreto do Brasil, 1635-1654" — é o título de uma outra importantíssima coleção, que se compõe de oito in-fólios.

Sendo o governo supremo do Brasil holandês um colégio ou junta, todas as suas resoluções, espontâneas ou provocadas, tomadas sobre negócios de interesse público ou particular, eram consignadas diariamente, com declaração dos motivos que os justificavam, em um livro de atas ou *Notulen*, do qual se extraíam cópias autênticas em cadernos para serem remetidas periodicamente aos diretores da Companhia.

As Nótulas são pois uma crônica diária e minuciosa de todas as deliberações e atos do governo.

Basta esta simples explicação para dar-vos uma idéia do imenso repositório de notícias que as Nótulas contêm.

Como eu disse em um artigo publicado no periódico *Brésil*, não sei que acerca de algum outro período da história colonial deste país exista uma coleção de notícias autênticas tão extensa e tão completa quanto as Nótulas. "Todos os pormenores relativos ao governo político, civil ou militar, tudo o que concerne às relações entre os holandeses e os portugueses, entre os calvinistas, os católicos e os

judeus, todos os dados sobre a situação econômica e financeira da colônia aí se acham mencionados."

À vista desta coleção é permitido dizer que cessou todo o mistério sobre a organização administrativa e a administração do Brasil holandês.

É verdade que dos anos de 1635 a 1636 não restam senão alguns cadernos. Mas desde o começo do ano de 1637, em que teve princípio o governo do conde Maurício até abril de 1664, mês em que a colônia holandesa embarcou para a Holanda, deixando para sempre o solo do Brasil, esta coleção é completa, havendo somente a lamentar a lacuna de alguns cadernos relativos aos meses de março a novembro de 1640.

Farei menção de alguns assuntos sobre que as Nótulas nos ministram as suas mais interessantes informações.

Abstraindo da cópia de notícias consignadas nas Nótulas sobre expedições militares e feitos de guerra, chamarei a vossa atenção para os dados que eles fornecem acerca da igreja neerlandesa do Brasil, a qual, como guarda e fiscal dos bons costumes, e por sua intervenção na administração das escolas, hospitais, etc., se achava em freqüentes relações com o governo. Ora são os deputados do sínodo que comparecem perante o Conselho Supremo para submeter a sua consideração às deliberações sinodais; ora são propostas do *Kerkenraad* ou conselho eclesiástico para a nomeação de mestres-escolas, de enfermeiros ou de ministros que se dedicassem ao serviço divino nas diversas

freguesias das capitanias conquistadas; ora são representações do mesmo colégio, pedindo providências contra a prostituição, as uniões incestuosas, os casamentos ilegalmente celebrados pelo clero católico, ou reclamando contra as procissões dos católicos nas ruas, ou a pública observância dos ritos judaicos; ora, enfim, são petições dos próprios ministros sobre diversos assuntos.

As câmaras de escabinos figuram frequentemente nas Nótulas. Eram eleitos anualmente por uma eleição de três graus. O conselho de justiça elegia os eleitores, estes organizavam as listas dos indivíduos aptos para serem membros das câmaras e sobre essa lista o Supremo Conselho escolhia os escabinos. Nas Nótulas se encontram ano por ano as listas dos escabinos eleitos e empossados.

As representações das câmaras de escabinos são reproduzidas *in extenso*, tendo à margem o despacho que o Supremo Conselho entendia dever dar a cada uma das súplicas daquelas corporações. As mais notáveis são as das câmaras de Olinda e da Cidade Maurícia: não versavam somente sobre negócios de interesse local, mas também sobre medidas de ordem geral.

A política dos holandeses para com os índios do Brasil foi sempre protetora e paternal. Eles os consideravam como péssimos inimigos, que podiam comprometer a segurança da colônia, e, por outro lado, como utilíssimos aliados pelo medo que essas

hordas selvagens incutiam nos portugueses durante a guerra. Não os escravizaram, não os constrangeram ao trabalho, e libertaram os índios escravizados durante o domínio de Espanha⁷). Desta hábil política se encontram abundantes provas nas Nótulas, que nos transmitem toda a sorte de particularidades acerca das tribos, com que os holandeses se acharam em contato. Assim, todo o movimento dos índios em tempo de guerra, os nomes dos seus chefes, o número de homens e mulheres que os acompanhavam, os salários e presentes com que eram recompensados, os seus aldeamentos, as suas escolas, a catequese encarregada aos ministros da igreja reformada, as ordens ou instruções dadas aos capitães holandeses postos para dirigirem as aldeias, são assuntos de que aí se trata minuciosamente.

Não tendo provado bem o sistema a princípio seguido de fazer administrar por conta da Companhia ou arrendar os engenhos confiscados aos portugueses que não se submeteram ao domínio holandês, o Supremo Conselho resolveu em 1637 vendê-los com suas fábricas e pertences. Por ocasião dessas vendas se faz menção nas Nótulas da situação dos engenhos, dos nomes dos seus anteriores proprietários, dos compradores, preços e prazos para o pagamento etc. Algumas vezes os engenhos e terras confiscadas foram reclamados por herdeiros dos primitivos proprietários, e essas reivindicações deram lugar a discussões, em que se colhem notícias de interesse para a genealogia de algumas famílias pernambucanas.

⁷ veja-se Barlaeus, p. 49, e o trecho final do 2º relatório que o conde Maurício apresentou aos Estados-Gerais em 1644. As instruções de 23 de agosto de 1636 positivamente recomendavam:

"De brazilianen ende naturalen van t'Land, sullen in haere vryheit werden gelaten, ende in geender wysen sal slaven worden gemaect, maer sullen nevens d'andere inwoon deren gegouverneert, soo int politycq als int civil, ende naer de selve wetten worden geoordeelt."

As arrematações dos dízimos e miunças dos impostos sobre o gado, bebidas e outros, os contratos para o corte do pau-brasil, o acordo entre a Companhia e os senhores de engenhos para que estes lhe entregassem os seus açúcares, obrigando-se a Companhia a pagar aos demais credores dos mesmos senhores de engenho, as vendas públicas dos negros importados da costa da África, os editais sobre a cultura da mandioca e as fintas de farinha os regulamentos de diversos colégios ou para execução de certos serviços, como o da balança para pesar o açúcar, e até posturas municipais sobre a limpeza e varrimento das ruas nos sábados, segundo o costume observado na Holanda, tudo isto e muitas outras deliberações sobre negócios de administração que seria fastidioso enumerar tem o seu lugar nas Nótulas.

Devo ainda observar que esta coleção nos fornece copiosa matéria para o que se pode chamar a *História Anedótica*, auxiliar indispensável para o estudo dos costumes de uma época. Citarei os dois seguintes fatos, como exemplos frisantes.

Lê-se na Nótula de 26 de Janeiro de 1635 a seguinte petição dirigida ao Supremo Conselho e por ele deferida:

"Jan Luyberts van Loos, que foi pastor (da igreja reformada) na Paraíba, pede para ser *carrasco*, pois que, segundo ele diz, bem sabe e pode exercer tal officio; é aceito, e se lhe dará por mês a mesma quantidade de vinho a que tem direito o outro carrasco, quando decapita, enforca ou pratica atos que tais, a contar desta data."⁽⁸⁾

⁸ "Jan luyberts van loos geweest domine in Parayba nu verzoekende Scherprechter te mogen wesen, alsoo hy seide sulex wel te weten, ende te connen doen, soo is hy dartoe aengenomem ende sal pr. Maent genieten gel. den anderen scherprechter soodanich wyn als den anderen over t'onthoofden, hangen ende diergel. gemeten ingaende dato deses."

Deste padre de missionário ou demitido se pode dizer que tinha mais vocação para torturar os corpos do que para curar as almas!

A primeira menção de João Fernandes Vieira que encontrei nesta coleção, é a que consta da seguinte Nótula de 17 de agosto de 1638:

“É acordado com João Fernandes Vieira que ele poderá apanhar todos os negros pertencentes àquelas pessoas que se tenham retirado, trazendo todos os que apanhar à presença dos membros deste conselho, e lhe serão vendidos por 130 reais a peça, no estado em que se acharem, sejam moços ou velhos, homens ou mulheres.”⁽⁹⁾

É singular que um dos fatos mais notáveis do governo do conde Maurício passasse quase despercebido aos escritores coevos. Barlaeus⁽¹⁰⁾ e frei Rafael de Jesus nos transmitiram a notícia desse fato em algumas linhas; é a frei Manoel do Salvador que devemos o pouco que a tal respeito sabíamos. Aludo à *Assembléia Legislativa* que foi convocada pelo conde e se reuniu no Recife em agosto de 1640.

A perda dos cadernos das Nótulas relativos aos meses de março a novembro de 1640 nos privaria de informações mais completas, se, por um acaso feliz, não se conservasse entre as Nótulas daquele ano nada menos do que as *Atas da mesma Assembléia*.

Este precioso documento nos revela todas as particularidades do que aí se passou.

O conde Maurício, tendo triunfado da frota

⁹ “Geaccordeert met Jan Fernandes Vieira dat hy sal vermogen alle negers uyt geweeckenen toebehorende op te vangen, en alle die hy sal konnen op te vangen sal hy voor de heeren brengen en sullen hem vercocht syn voor een hondert dertig realen t'stuck, soo als die sullen op gevangen werden, out, jonck, mannen end vrouwen.”

¹⁰ Barlaeus p. 139

espanhola ao mando do conde da Torre, e supondo por isso sopitadas todas as veleidades de levantamento da parte dos moradores portugueses, de cujo auxílio precisava para restabelecer a tranqüilidade pública perturbada pelos salteadores que infestavam os campos, e querendo também angariar a estima dos seus súditos portugueses,⁽¹¹⁾ resolveu, como político hábil e sagaz que era, reuni-los em torno de si e do Supremo Conselho para deliberarem em comum sobre os negócios públicos.

Convocou pois uma assembléia ou cortes das capitánias conquistadas,⁽¹²⁾ a qual se comporia de escabinos portugueses e moradores de todas as freguesias, e deliberaria sobre os negócios peculiares ao Brasil holandês. "As proposições aprovadas por esse congresso, dizem as Atas, serão havidas por leis e inviolavelmente guardadas." ⁽¹³⁾

E, pois, podemos dizer que a Assembléia que se reuniu no *palácio dos Torres* da Cidade Maurícia, e cujos trabalhos se prolongaram desde 27 de agosto até 4 de setembro de 1640, composta de 55 membros, todos portugueses, "dos mais nobres e graves, segundo afirma o *Valeroso Lucideno*, foi a primeira *Assembléia Legislativa* que funcionou no Brasil.

Eis o título do documento a que me refiro:

"Generale vergaderinge, die syn Extie Maurits Grave van Nassauende de Edele heeren hooge ende secrete raden, beroepen hebben tegen den 27 Augusto 1640 ende de volgende dagen, in dese stadt Mauritia van ale de Cameras oft gericht

¹¹ o conde se tinha impopularizado entre os moradores por causa da recente expulsão dos frades, como se depreende das palavras do Barlaeus: "quae res hcet primò commovisset populus....."

¹² Ignoro porque razão não figurou nessa assembléia nenhum morador do Rio Grande do Norte.

¹³ Die propositien die geaprobeert syn, sullen by de leeden der vergaderinge geteekent werden, en sullen blyven gelden voor wetten ende ongerioleert on lerhouden worden in dese republicque.

bancken uyt schepen en de gemente, portuguezen, van hare jurisdictie, om aldaer te handelen van dingen die noodich syn tot het gemeen best, ende directie van't governo van desen staet, geassisteert by den gemelten hoogen raed, te weten:

President Syn Extie

De heeren van den hoogen
ende secreten raed

Johan Gysseing,
Hendrick Hamel,
Dirck Codde
vandervander burch

Assessor,
Secretarius,

Johan van Walbeeck,
Abraham Taper.

— Assembléia geral que S. Ex.^a João Maurício conde de Nassau e os nobres membros do Conselho Supremo e Secreto convocaram para reunir-se a 27 de agosto e dias seguintes de 1640 nesta cidade Maurícia, composta de portugueses de todas as câmaras de escabinos ou tribunais de justiça ⁽¹⁴⁾ e das freguesias ⁽¹⁵⁾ de suas respectivas jurisdições, a fim de tratarem de negócios que interessam ao bem público e à direção do governo deste Estado, assistida pelo mencionado Conselho, a saber etc.

As atas se compõem das seguintes peças:

Regulamento da Assembléia;

Fala com que o conde a abriu;

Cinco propostas apresentadas à

¹⁴ As câmaras de escabinos tinham também atribuições judiciárias.

¹⁵ *Gemente* significa propriamente *communa*, mas aí se empregou para designar as vilas e povoados compreendidos no termo de cada câmara. Usei da palavra freguesia por falta de outra mais apropriada.

Assembléia em nome do conde e do supremo conselho.

Aprovadas estas, seguem-se as propostas apresentadas pelos membros do congresso em nome das câmaras e freguesias, com as resoluções tomadas pelo conde e Supremo Conselho;

Por último, a fala de encerramento.

As câmaras e freguesias representadas foram as seguintes:

Câmara da Cidade Maurícia, três escabinos; freguesia da Várzea, quatro moradores: do Cabo, três moradores; de Ipojuca, quatro; de S. Lourenço, três; de Muribeca, quatro; de S. Amaro Jaboatão, dois; de Paratibe, três; Câmara da Paraíba, dois escabinos; freguesia da Paraíba, três moradores; Câmara de Itamaracá, dois escabinos; freguesia do mesmo nome, quatro moradores; Câmara de Igarassu, dois escabinos; a respectiva freguesia, quatro moradores; Câmara de Sirinhaém, um escabino; respectiva freguesia, quatro moradores.

A leitura destas *Atas* me deixou a impressão de que os nossos antepassados, convocados para formarem *cortes* e cooperarem com a administração colonial no restabelecimento da ordem pública, souberam haver-se como homens de governo, correspondendo assim lealmente à honra que lhes fora feita: as suas reflexões tanto quanto as suas propostas são em geral criteriosas. Se o governo holandês desejava sinceramente esclarecer-se, ouvindo os moradores, estes não, iludiram a sua expectativa. Entretanto, poucas foram as medidas

propostas por ele, que mereceram a aprovação do conde e do Conselho Supremo; não é que considerassem as outras nocivas ou inconvenientes, mas por se julgarem incompetentes para as admitir, prometendo submetê-las à consideração da Assembléia dos 19.

Dizendo que os moradores que figuraram naquele congresso se mostraram cordatos e desejosos de auxiliar o governo colonial, não quero com isto significar que tenham tomado em face deste uma atitude servil. Conservaram-se igualmente distantes dos dois extremos, e o prova o seguinte fato. Os portugueses estavam privados do uso das armas; o conde e o Supremo Conselho consultaram a assembléia, se esta convinha em que tal proibição fosse levantada, sendo as armas restituídas aos moradores para que se defendessem contra os assaltos dos bandidos. A resposta foi que os moradores as aceitavam, mas com a condição de que não haviam de ser obrigados a se servir delas contra os soldados do rei de Espanha, cujas guerrilhas aliás infestavam os campos tanto quanto os bandidos. "A sua intenção, disseram eles, não era empunhar as armas contra o rei de Espanha e seus soldados, mas somente defenderem os seus bens e as suas casas contra aqueles que os quisessem tomar ou queimar sem direito e sem razão alguma." (16) E este protesto foi aceito pelo governo holandês.

Este documento se recomenda ainda ao nosso estudo, por ser talvez o que nos dê a idéia mais ajustada da situação do Brasil holandês em 1640. Aí se acham indicados todos os males que

¹⁶ Dat de wapenen die men ons toestaet tot geenen tyde ons en sullen dienen tegens den coninck van Spagnien, want onze intentie niet en is de wapenen tegens hem te aenvaerden noch tegens syn soldaten, maer alleen om te defenderen onze goederen en woouplaetsen tegens die geene die ongerechtelyck ende tegens alle redenen ons van de selve willen berooven ofte die verbranden, tegen welcke wy ons willen defenderen en dese defentie ons nimmermeer en sy geattibueert tot cenig intentie tegens den gemelten co: van Spagnien.

padecia o corpo social e os remédios que, a juízo dos conquistados e dos conquistadores, se lhes devia opor. As propostas da assembléia versam sobre o culto, a administração da justiça, a polícia, assuntos econômicos, e especialmente sobre a administração local. O terror dos moradores portugueses eram as autoridades locais denominadas *escoltetos*. O próprio governo colonial tomou a iniciativa das medidas as mais severas para reprimir os desmandos desses tiranos de aldeia.

A fala de encerramento é também digna de nota. Maurício, que desejava ver o porto do Recife aberto ao comércio de todas as nações, e aclimar nas conquistas do Brasil a canela, o cravo, a noz moscada e mais especiarias do Oriente,⁽¹⁷⁾ prevaleceu-se do ensejo para inspirar aos moradores vistas mais largas sobre a agricultura do país.

Estas terras, disse ele, são produtivas de vários frutos e drogas preciosas, que muito se estimam na Europa, e de que entretanto os moradores não fazem caso, ou pela sua falta de curiosidade ou por causa da abundância do açúcar. Desses frutos e novidades os há que vêm de si mesmos, sem que se tenha o trabalho de cultivá-los, e muitos moradores que por sua penúria não são capazes de fabricar o açúcar, e por isso vivem na miséria, bem poderiam ocupar-se com a cultura do algodão, do anil, do gengibre, da pimenta, da malagueta (que aqui se encontra de

¹⁷ Moreau, p.205; Driesen, p. 113.

diversas espécies) ou explorar o salitre, que sabemos se pode haver também no Brasil.

E como o seu desejo era promover o engrandecimento e a riqueza da colônia, recomendou aos representantes das câmaras ali reunidos em assembléia que cada uma delas persuadissem os moradores dos seus respectivos termos a plantar e beneficiar aqueles frutos, e para que estes o fizessem com certeza de lucro, declarou que o Supremo Conselho se obrigava a comprá-los, devendo os cultivadores se apresentar para ajustarem previamente o preço; assim fazendo veriam o quanto essa indústria lhes seria proveitosa. Os membros da assembléia responderam, comprometendo-se a envidar esforços nos seus respectivos distritos para corresponderem aos nobres intuitos de Sua Excelência.

As Nótulas não terminam no dia em que se assinou a capitulação da praça do Recife. Como o Supremo Conselho continuou a funcionar para fazer os aprestos da viagem e liquidar os negócios da Companhia até o dia em que embarcou para a Holanda, continuou também a consignar nas Nótulas todas as suas deliberações. Não é a parte menos interessante desta coleção a que se refere aos últimos dias da colônia holandesa, tanto mais quanto a este respeito bem pouco sabíamos.

Eis aí o que tinha a dizer-vos sobre as Nótulas, e só me resta acrescentar que eu trouxe estratos dos seus principais trechos de 1635 até 1641. Infelizmente, o governo imperial não me deu tempo

Para mais: o que falta será copiado de acordo com as minhas instruções.

Além das Nótulas diárias ou ordinárias, há mais as Nótulas *secretas* (*Secrete Notulen*) em que se acham consignadas as deliberações secretas do governo colonial.

Esta outra coleção começa em 1642 e vai também até 1654, mas faltam muitos cadernos, e forma apenas um in-fólio. Apesar disso, os fragmentos que restam contêm notícias da maior importância acerca das operações de guerra projetadas ou efetuadas pelo Supremo Conselho, de acordo com as autoridades militares superiores, para suplantar a revolta dos portugueses.

Destas *Nótulas Secretas*, tenho cópias até o fim do ano de 1646, o resto ficou encomendado.

Os seguintes livros e volumes pertenceram também ao Arquivo da Companhia das Índias Ocidentais.

Registro das Resoluções Secretas da Assembléia dos 19—1629-1645 (*Secrete Notulen van de vergadering van de Negentienen.*)

Nas primeiras páginas se encontram as instruções dadas ao almirante H. Lonck para a conquista de Pernambuco, nas quais tudo se acha previsto e regulado com a maior minuciosidade, desde as preces que deviam ser dirigidas ao Altíssimo antes de desembarcarem as tropas em Pau Amarelo até a instalação do governo civil e militar na praça, a conquistar.

Mostra-nos este documento, o quanto eram vastos os desígnios da Companhia: recomendou-se ao almirante não só que conquistasse Olinda e o Recife, como também a praça da Bahia, em caso de insucesso, e a do Rio de Janeiro e ainda a de Buenos Ayres em todo o caso.

Segue-se uma série de ofícios secretos dirigidos pela Assembléia dos 19 aos seus delegados do Brasil, as instruções dadas a J. Gysselingh, M. van Ceulen e ao conde Maurício em 1636, e finalmente um grande número de resoluções tomadas pelos diretores acerca do Brasil ou de negócios administrativos da Companhia.

Devo dizer que Netscher teve conhecimento deste registro ao tempo em que escrevia as notas do seu livro, e o cita na nota 71.

Fiz copiar os documentos mais importantes, como as instruções, as cartas secretas, etc.

Um outro registro em três volumes contém, por ordem cronológica, a série completa dos ofícios que os diretores da Companhia dirigiram ao governo colonial do Brasil, e às autoridades civis e militares da costa da África, 1639-1653.

Importante coleção que não me consta tenha sido conhecida por nenhum dos meus predecessores; serve de complemento à correspondência dirigida pelo Conselho Supremo do Brasil aos diretores da Companhia.

Não tive, porém, tempo de fazer copiar um só documento desses três volumes. Nas instruções que deixei pedi cópia de todas as cartas dirigidas ao governo do Brasil.

— Em um volume especial se acham reunidos vários relatórios ou memórias acerca do Brasil.

Fiz copiar as seguintes: — Korte deductie ofte beschryvinge overgegeven aen de Erw. Heeren Bewinthebberen der Geotr. West-Indische Comp. ter vergaderinge van de Negentienen, nopende de gelegentheid der plaetsen in Noort Brasil genaemt Marian ofte Maranhon, Cameta, Gram Para en andere revieren liggende int begrip der faemryck reviere van d'Amazones.... met ale de gelegentheid ende omstandicheden, gelyck ick de selve gelaten hebbe den Iest November 1636. Door Gedeon Morris de Jonge Tot middelbourg den 22 October overgelevert.

(Breve discurso ou descrição apresentada aos honrados srs. diretores da Privilegiada Companhia das Índias Ocidentais em Assembléia dos 19, acerca da situação dos lugares do Brasil setentrional denominados Maranhão, Ceará, Cametá, Grão-Pará e rios compreendidos na bacia do famoso rio Amazonas, com toda a sua disposição e particularidades, como as cousas se achavam quando deixei essa região no último de novembro de 1636; por G. Morris de Jonge. Entregue em Middelburg a 28 de outubro.)

O autor mostra que a Companhia podia apoderar-se facilmente dessas regiões e quão úteis elas lhe seriam.

— Verhael van de Maranhon ende de reviere Amazones overgelevert door du Jardin, aldaer

geresideert ende gevangen geweest 13 a 14 jaeren den.... November 1638, vande voors. quartieren gecomen int jaer 1637.

(Notícia do Maranhão e do rio Amazonas apresentada em novembro de 1638 por du Jardin que ali residiu e esteve preso durante o tempo de 13 a 14 anos, tendo voltado dessa região no ano de 1637.)

Foi escrita a pedido dos diretores da Câmara da Zelândia, aos quais é dirigida.

— Corte relaes ende somerlycke descripte van de landen, steden, en fortressen.... met de wapenen van myne heeren de Bewinthebberen der Gen. Geocr. West-Indische Comp. in de gewesten van Brasil goconquesteert....

(Breve e sumária descrição das terras, cidades e fortalezas conquistadas nas regiões do Brasil pelas armas dos Srs. Diretores da Geral e Privilegiada Companhia das Índias Ocidentais.)

Por W. Schult. Entregue em Haia a 24 de setembro de 1639 a dois delegados da Câmara da Zelândia.

É uma descrição sucinta, mas completa, do Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá e Pernambuco até o rio S. Francisco.

— Raport van den staet van de goconquesteerde landen in Brasillen door den heer van der Dussen.

(Relatório acerca do estado das terras conquistadas no Brasil; pelo Sr. van der Dussen.)

Este extenso relatório é um dos mais completos e instrutivos que possuímos acerca do Brasil holandês. Van der Dussen, membro do Conselho Supremo, o escreveu durante a sua viagem de regresso do Brasil para a Holanda, como se lê na última página:

Actum int Schip Overyssel den 10 Decemb. 1639 op noorder breet van 49 graden 54 minuten (Escrepto a bordo do navio *Overyssel* a 10 de Dezembro de 1639 na lat. sept. de 49° 54').

— Corte verhael wegen de Maranhan overgelevert den 3 Febrero 1640 door Gedeon Morris ende Jean Maxwel .

(Breve notícia do Maranhão apresentada a 3 de fevereiro de 1640 por G. Morris e J. Maxwel.)

É continuação do relatório anterior do mesmo Morris. O que há de especial neste segundo trabalho e a narração da viagem de oito espanhóis, a saber, dois padres, um mineiro e cinco soldados, que em 1637 desceram do Peru ao Maranhão. "Esses Espanhóis, diz a *Notícia*, vieram miraculosamente de Quito pelo rio Amazonas até o Maranhão, e foram os primeiros descobridores desse caminho do Peru para cá, pelo que não me parece escusado, antes julgo necessário fazer uma narração histórica do fato, esperando que a leitura deste meu trabalho não será penosa aos olhos nem aos ouvidos dos srs. diretores."

O que Morris sabia a respeito de tão notável acontecimento lhe fora referido por Maxwel,

“homem perito em Medicina, que residia no Maranhão e hospedou em sua casa o mineiro espanhol.”

Em seguida, narra a viagem dos ditos espanhóis, e dá notícia da flotilha de quarenta e tantas canoas que o governador do Maranhão expediu com um hábil piloto português para remontar o Amazonas e descobrir o caminho percorrido pelos aventureiros do Peru. Como se vê, trata-se da viagem de exploração que fez o capitão Pedro Teixeira do Pará a Quito, 1637-1638, descrita pelo padre Christoval de Acuna.

Gedeon Morris e Maxwel concluem insistindo sobre as vantagens que a Companhia obtería, se se apoderasse daquelas vastas e férteis regiões.

É provável que estes escritos de Morris, Maxwel e du Jardin tenham exercido muita influência no ânimo dos diretores, decidindo-os a mandarem efetuar a jornada do Maranhão, que teve lugar menos de dois anos depois da data desta última memória.

Além dos relatórios reunidos neste volume, tenho cópias também dos seguintes:

— Raport van den stnet van de geconquesteerde landen in brasil gedaen ter vergaderinge van hare doorluchtige hooge Mogentheden de heeren Staeten Generale der Verenigde Nederlanden door Servaes Carpentier, Politique raet aldaer, ten dien evende uit den raet

van Brasil gecomiteert. (Relatório acerca do estado das terras conquistadas no Brasil apresentado à assembléia das Ilustres e Altas Potências os Srs. Estados-Gerais das Províncias Unidas Neerlandesas por Servaes Carpentier, conselheiro político do Brasil, para este fim delegado pelos seus colegas).

Foi entregue a 2 de julho de 1636.

— Copie van t'geschrifte dut colonel Artichofsky in Parnambuco aen syn Extie Graef Maurits van Nassauwenovergesonden, oock aen den hoogen Secreten Raet overgeven heeft, in syn vertreck nuert Vaderlandt, int eynde van Martio a° 1637. (Cópia do escrito que o coronel Artichosky enviou em Pernambuco ao conde Maurício de Nassau, e também entregou ao Conselho Supremo e Secreto ao partir para a Holanda no fim de março de 1637).

O autor nos diz que recebera ordem do conde Maurício e do Supremo Conselho para, antes de partir, manifestar o seu juízo acerca do estado das cousas nas conquistas do Brasil. Para desempenhar-se cabalmente desta incumbência, dividiu o seu trabalho em três partes, tratou largamente de cada uma delas, e no desenvolvimento do plano que seguiu vai transmitindo notícias e fazendo apreciações as mais curiosas sobre as cousas e as pessoas do Brasil holandês. Defende a idéia de transferir-se a sede do governo colonial para a ilha de Itamaracá, faz um histórico das suas excursões militares nos anos de 1635 e 1636, e termina dando notícia das minas de que ele tinha conhecimento.

— Missive van den coronel Artichofsky an graaf Maurits en den Roogen Raad in Brasilie 24 July 1637 (Carta do coronel Artichosky ao conde Maurício e ao Supremo Conselho do Brasil).

Foi escrita na Holanda, logo que Artichosky ali chegou. Versa sobre a questão da liberdade do comércio do Brasil e o melhor modo de promover-se a riqueza e a colorização dessa possessão da Companhia.

— Apologia van Artichosky tegen de beschuldiging van den raad van Brasilie ingeleverd aan de Staten Generaal in Augustus 1649 (Defesa apresentada por Artichosky aos Estados-Gerais, refutando a acusação que lhe fez o Conselho Supremo do Brasil).

De volta à Holanda em 1639, Artichosky apresentou-se no paço da assembléia dos Estados-Gerais, pedindo audiência para queixar-se do procedimento que para com ele tivera o governo colonial. Os Estados-Gerais, já informados de tudo o que se passara no Recife por carta de Maurício, negou a pedida audiência, e asperamente declarou que não queria tomar conhecimento desse negócio, podendo Artichosky ir queixar-se onde e do modo que bem quisesse.⁽¹⁸⁾

¹⁸ ".....verclaert sich niet te willen inlaten, ofte ken nisse te nemen van de voors. doleantien, maer dat de voors. Archisserosky sich dies aengaende elders sal moeten adreseren sulcx en daer hy te raed sal werden"

Manifestamente, as queixas que Artichosky tinha de externar perante os Estados-Gerais são as que constam desta *memória*, onde ele impugna todas as razões que o Supremo Conselho aduzira para justificar a sua resolução de expeli-lo do Brasil. Depois de uma longa apreciação dos fatos, conclui

encarecendo os bons serviços que prestara no Brasil, e pedindo reparação da ofensa que sofrera em sua honra.

Artichosky foi um bravo e inteligente cabo de guerra, a meu ver a primeira espada que a Companhia teve ao seu serviço no Brasil. Além do seu talento militar, superior aos de Maurício e Sigismundo van Schop, este oficial polaco se nos recomenda ainda pela sua educação literária: era um bom latinista, segundo afirma Frei Manoel do Salvador, e os seus escritos que acabo de mencionar nos mostram que ele sabia manejar a pena com muita habilidade em uma língua estranha.

Estas três memórias de Artichosky foram publicadas também na *Chronica* do Instituto Histórico de Utrecht em 1869.

—Somier discours over den staet van de vier geconquesteerde capitánias Pernambuco, Itamaracá, Parahyba ende Rio Grande in de noorder deelen van Brasil, 1638 (Breve discurso acerca do estado das quatro capitánias conquistadas na parte setentrional do Brasil).

É um relatório do Supremo Conselho do Brasil, e também foi publicado na *Chronica* daquele Instituto.

Na mesma crônica foi publicada ainda a "Generaele Beschryving van de capitania Parahyba, Recife de Pernambuco den Iesten July 1639, door Elias Herckman" (Descrição geral da capitania da Paraíba). É uma instrutiva monografia, onde se encontram todos os dados acerca da Paraíba.

— Mencionarei, enfim, o relatório que o conselheiro van Goch apresentou aos Estados-Gerais no dia 1º de agosto de 1653, e os dois relatórios apresentados à mesma Assembléia pelo conde Maurício em 1644.

— De um outro volume contendo diversas peças (Band met stukken meerendeel betrefende Brasilie) fiz copiar as duas seguintes:

Uma extensa memória dirigida ao rei de Portugal a 20 de julho de 1645, por Gaspar Dias Ferreira.

O autor, depois de fazer largas considerações acerca da situação financeira da Companhia das Índias Ocidentais, submete à consideração do rei o plano que lhe parecia mais adequado para obter-se a restauração do Brasil, de Angola e S. Thome. As negociações deviam ser entabuladas primeiramente, não com os Estados-Gerais, mas com as diversas Câmaras da Companhia. Entenda que, corrompendo-se os diretores, não seria difícil conseguir que eles propusessem aos Estados-Gerais a venda daquelas colônias por três milhões de cruzados. Essa proposta, procedendo da Companhia, não deixaria de ser aceita pelos Estados-Gerais, e, se necessário fosse, devia se corromper também os seus membros. Quanto ao dinheiro de que S. M. precisava para efetuar a compra e ocorrer a todas as despesas, o poderia haver das mesmas colônias, sem gravame para os povos, segundo o plano financeiro também explicado na mesma memória. O próprio Gaspar Dias Ferreira se oferecia a contribuir com 18000 cruzados em três anos, entregando 6000 anualmente.

Termina recomendando a sua pessoa pelos bons serviços que na Holanda havia prestado a S. M. e no Brasil aos portugueses.

Esta memória, originariamente escrita em português, foi vertida para o holandês em dezembro de 1645 por ordem dos escabinos de Amsterdã, que a encontraram entre outros papéis, não menos comprometedores, pertencentes a Dias Ferreira. Foi uma das bases do processo que contra ele se instaurou por crime de traição.

O outro documento é um jornal da viagem ao Brasil do vice-almirante Wit Cornelisz, de Wit, por ele mesmo escrito para justificar o seu modo de proceder.

— Dois registros, um da Câmara de Amsterdã e outro da Zelândia, são de pouca importância: contêm resoluções sobre negócios de mera administração. Todavia, no registro da primeira destas duas Câmaras encontrei, além de algumas notícias sobre a emigração dos judeus para o Brasil, o seguinte acerca do padre Manoel de Moraes.

Nótula de 10 de Novembro de 1636. "Is by den heer Conradus en van Geel gerefereert dat Manuel Moraes den *Brasilschen Dictionarium* mete historie gemaect hebbende, eyst 1500 guld. tot syn brulof hem mocht worden toegevoucht, ende 800 guld. s' jaers, en daervoor genegen is de Comp. daer hy can, ale dienst te doen. Waer op geresolveert is hem boven de 100 guld. hem by Jeronimus uytgereyckht noch 300 guld. te geven, ende hem te

seggem, dat dese vergaderinge als syn vorstel niet vrent vindende inde aenstaende vergaderinge van XIX favorabel sal voordragen.”

(Os Srs. Conrado e van Geel referem que Manoel de Moraes, tendo composto o seu *Dicionário Brasiliense com história*, pede que se lhe conceda a quantia de 1.500 florins para as suas núpcias, e 800 florins por ano, comprometendo-se por isso a prestar à Companhia todos os serviços onde puder. Resolve-se que, além dos 100 florins que lhe foram abonados por Jerônimo, se lhe dêem mais 300, e se lhe diga que esta assembléia, não achando estranha a sua proposta, a recomendará à próxima Assembléia dos 19.)

Como se vê, esta Nótula nos informa que o padre Manoel de Moraes compusera um *Dicionário* e uma *História*. O dicionário não é outro senão o *Dictionarium nominum et verborum linguæ brasiliensis maxime comunis*,¹⁹ que acompanha, como anexo, a *Historia Naturalis de Piso e Marcgraf*. Quanto a outro trabalho, deve ser a *História do Brasil ou da América*, que nunca se imprimiu, e cuja existência mesmo era problemática. Ter-se-ia perdido esse manuscrito por ocasião da venda dos papéis da Companhia em 1821?

— O registro sob o título de — *Aenvang en beginsel van de West-Indische Compagnie* — é uma coleção das resoluções dos Estados-Gerais acerca da Companhia, 1623-1624, e de algumas outras peças que mais interessam à história da mesma Companhia de que à da sua colônia do Brasil.

¹⁹ Pelo menos assim pensa Cândido Mendes, *Memórias para a História do Maranhão*.

ARQUIVO DOS TRIBUNAIS DA HOLANDA

A província da Holanda tinha dois tribunais superiores, o mais antigo denominado *Hof van Holland*, e o *Hoog Raad*, instituído por Guilherme Taciturno, para conhecer das apelações interpostas das decisões do primeiro; ambos estendiam a sua jurisdição sobre as províncias da Holanda, Zelândia e Frisa⁽²⁰⁾. Os seus arquivos foram também recolhidos ao real Arquivo de Haia.

Entre os papéis procedentes do tribunal provincial da Holanda, encontrei a coleção denominada *Criminele Papieren*, contendo as peças do processo instaurado contra Hendrik Haecks e Walter van Schoonenburch, membros do Supremo Conselho do Brasil, que assinaram a capitulação da praça do Recife a 26 de janeiro de 1654.

O tenente-coronel Sigismundo van Schop e os dois membros do governo colonial, ao chegarem à Holanda, foram alvo de acerbas recriminações por parte do público e da Companhia, exprobrando-se lhes haverem entregue tantas praças fortes que com mais valor poderiam ter conservado. Os Estados-Gerais prestaram ouvidos a essas queixas injustas e resolveram que o Conselho de Estado procedesse a um inquérito sobre o fato. Reclamaram contra este ato do Governo os Estados-Gerais da província da Holanda, que se supunham ofendidos em suas franquezas, e, não se pagando de simples protestos, mandaram prender Haecks e Schoonenburch em suas próprias casas, e responsabilizá-los pelo respectivo tribunal provincial.

²⁰ Meyer, *Esprit, origine et progrès de intiyutions judiciaires.*

São as peças desse processo que a mencionada coleção encerra: consta de interrogatórios dos réus, depoimentos de testemunhas e de várias memórias escritas pelos principais funcionários da colônia que se achavam no Recife ao tempo da capitulação.

O tenente-coronel van Schop compareceu, não perante o tribunal da Holanda, mas perante o conselho de guerra instituído pelos Estados-Gerais da República, e foi condenado em 20 de março de 1655 a perder todos os vencimentos e mais vantagens pecuniárias que pudesse pretender da República ou da Companhia.

Quanto a Haecks e Schoonenburch, não consta que o tribunal da Holanda proferisse sentença condenando-os ou absolvendo-os, e tudo quanto sabemos a respeito do resultado do processo é o que consta do seguinte trecho da *Vaderlandsche Historie de Wagenaar*:

Não se achou fundamento bastante, diz o historiador holandês, para declará-los culpados de covardia e ainda menos de traição. Foram, portanto, soltos depois de alguns meses de prisão. Não tardou muito que se atribuísse geralmente a perda do Brasil à falta de víveres e de munições, de que não se pôde prover convenientemente aquela longínqua parte dos domínios do Estado por causa da guerra com os ingleses. (112, p. 384.)

Nem por isso esses documentos são destituídos de importância. Fi-los copiar, como se verá da lista que publicarei no fim deste relatório.

*

* *

No mesmo Arquivo existem algumas peças de um outro processo que nos interessa — o que foi instaurado contra Gaspar Dias Ferreira, acusado do crime de traição; porquanto, tendo se naturalizado cidadão da Holanda a 4 de fevereiro de 1645 ⁽²¹⁾, nesse mesmo ano entretivera correspondência com o inimigo para o fim de prejudicar a República e as duas Companhias das Índias Ocidentais e Orientais.

Desse processo, resta somente o seguinte:

Uma lista das cartas e outros escritos constantes de um registro ou livro de minutas, por onde se vê que o réu em 1645 escrevia ao rei de Portugal, ao seu embaixador na Holanda D. Francisco de Souza Coutinho, ao secretário da embaixada Feliciano Dourado, a Mathias de Albuquerque, ao Marquez de Montalvão, etc.

Relação das peças entregues pelos Senhores (escabinos) de Amsterdã ao tribunal provincial da Holanda.

O ato da apelação interposta da sentença deste tribunal pelo procurador-geral.

Resolução tomada pelos Estados-Gerais a 18 de junho de 1648, isto é, "que, sem prejuízo do direito e autoridade dos dois tribunais, o processo de Gaspar Dias Ferreira seguisse o seu curso em grau de apelação no Tribunal Supremo.

Esta decisão dos Estados-Gerais na questão

²¹ Acte-Boeck, 1643-1645.

da competência entre os dois tribunais constituía um precedente notável nos anais judiciais da Holanda. O caso de Gaspar Dias Ferreira foi objeto dos comentários dos velhos criminalistas holandeses⁽²²⁾, e mais tarde foi lembrado em uma causa análoga, a de Isaac Coymans, também acusado de traição para com a mesma Companhia das Índias Ocidentais.

Finalmente, restam as sentenças tanto do tribunal provincial como do Supremo Conselho. A primeira, datada de 10 de maio de 1646, condenou Gaspar Dias Ferreira a banimento perpétuo e na multa de 12.000 florins; a segunda sentença, proferida no último de julho de 1647, reformou a anterior para condená-lo a sete anos de prisão, e, depois de cumprida esta pena, a banimento perpétuo do território neerlandês e das possessões das duas Companhias, e na multa de 30.000 florins.

Depois de mais de três anos de prisão, Dias Ferreira conseguiu fugir a 17 de agosto de 1649⁽²³⁾ deixando uma carta em latim dirigida aos Estados-Gerais, a qual foi impressa sob o título de *Epístola Gasparis Dias Ferreira in carcere, unde erupit scripta* (Asher, n.º. 239.)

Dois dias depois publicou-se um edital em nome dos dois tribunais da Holanda, concedendo o prêmio de 600 florins a quem prendesse o fugitivo, assinalado deste modo: "homem de 50 anos de idade, baixo, gordo e de cor morena"⁽²⁴⁾

Baldado esforço! O ardiloso português conseguiu transpor a fronteira da República e

²² Borst, *van Criminele Saeken .Lænius, Dicis*, p. 77.

²³ Aitzema diz que G. D. Ferreira serrou os varões da prisão com as cordas de uma guitarra (*citer*); é mais provável que elle tenha conseguido abrir as portas do carcere com *chave de ouro*.

²⁴ Encontrei este edital no Placaet-Boeck de 1640-1650.

refugiar-se em Portugal, como anunciara na carta dirigida aos Estados-Gerais. Nos últimos meses de 1652 sei que ele se achava em Lisboa, porquanto entre as cartas remetidas naquele ano de Portugal para o Brasil e interceptadas pelos holandeses, encontrei diversas cartas dirigidas por ele ao mestre de campo Francisco Barreto, a Felipe Bandeira de Melo, a João Fernandes Vieira, etc. pedindo para ser nomeado procurador de Pernambuco perante o rei de Portugal.

*

* *

Deveria lançar muita luz sobre a administração de Bas, Hamel e Bulestraten o processo que os Estados-Gerais mandaram intentar contra os três ex-governadores do Brasil, quando voltaram à Holanda sob o peso das acusações dos moradores portugueses, dos holandeses e da própria Companhia.

O Governo da República não poupou esforços para colher as provas dos seus crimes e entregá-los à Justiça. Eis o que consta do registro das resoluções dos Estados-Gerais:

Hamel, Bas e Balestraten compareceram a 20 de agosto de 1647 perante a assembléa dos Estados-Gerais a fim de apresentarem o seu relatório sobre os negócios da colônia. Dez dias depois, a mesma assembléa mandou recomendar à dos 19 que se informasse acuradamente acerca dos atos dos três ex-governadores, e lhe comunicasse o resultado de suas investigações. A 15 de setembro,

mandou chamar a sua presença o conde Maurício a fim de ouvi-lo “acerca de diversas cousas de importância que ocorreram no Brasil.”⁽²⁵⁾ O conde compareceu no dia seguinte, e tendo discorrido sobre, “o que se passara ali a respeito dos moradores portugueses e dos súditos do Estado neerlandês,⁽²⁶⁾,” pediram-lhe os Estados-Gerais que reduzisse a escrito as suas declarações. Maurício prometeu fazê-lo, mas no dia seguinte mandou pedir escusa de tão ingrata tarefa, dizendo que “diversos indivíduos, vindos do Brasil, sendo interrogados sobre esse assunto, dariam testemunho dos graves excessos e abusos praticados na colônia.⁽²⁷⁾” Os Estados-Gerais resolveram então cometer a alguns dos seus membros o encargo de inquirir dos fatos, interrogando especialmente Abraham de Vries, Grevingh e Pieter van der Hagen, para apresentarem o seu relatório com pleno conhecimento de causa. A 3 de outubro, tendo sido chamados a Haia os três ex-governadores, mandou-se-lhes dar cópia das acusações formuladas contra eles. A 11 responderam por escrito, apresentando documentos comprobatórios das suas alegações: o que tudo se mandou entregar aos acusadores para replicarem também por escrito. A 31 do mesmo mês, a pedido de Abraham de Vries, ordenaram os Estados-Gerais que o tribunal da Holanda interrogasse o preso Gaspar Dias Ferreira e o seu sobrinho Francisco Ferreira Rabelo sobre os pontos indicados por de Vries. A 14 de janeiro de 1648, o tribunal remeteu aos Estados-Gerais os interrogatórios dos dois Ferreiras. A 18, Grevingh e P. van der Hagen

²⁵ “Van verscheidene grove saecken in Brasyl gepasseert...”

²⁶ “openinge gedaen vant gene in Brasyl en andere plaetsen daer ontrent is gepassert ten regard van de portugesche ingesetenen en subjecten van desen staet...”

²⁷ “Dat Syn Extie meynt datter vele en vercheidene personen uyt Brasil alhier te lande syn weder gekeert, die, des gevraecht wesend, grondetiche getuigenisse soud counen geven vande grove excessen en abuysen in Brasyl gepasseert en geperpetreet...”

apresentaram as suas réplicas, que foram remetidas aos acusados. A 4 de março, os Estados-Gerais concederam ainda o prazo de um mês a A. de Vries para formular a sua resposta, permitindo-lhe, a seu pedido, examinar no arquivo da Companhia as peças de que precisava. A 13 de maio, os grandes acionistas da Câmara de Amsterdã acusaram também os três ex-governadores, imputando-lhes, "que com a sua administração fizeram decair consideravelmente a Companhia." (28) A 25, a comissão dos Estados-Gerais apresentou finalmente o seu relatório, e dois dias depois a assembléia dos mesmos Estados resolveu que se remetesse "o sacco com os documentos e mais papéis" ao tribunal provincial da Holanda para serem processados os três ex-delegados da Companhia, devendo cessar desde então a gratificação de 4 florins diários que percebiam os acusadores. A 14 de maio de 1650 porém, depois de vários incidentes, os mencionados papéis ainda não haviam sido levados ao conhecimento do tribunal, e de novo resolveram os Estados-Gerais que fossem remetidos com o respectivo inventário ao fiscal ou promotor público para agitar a competente ação criminal.

Assim, vê-se desta exposição que os Estados-Gerais, a Câmara de Amsterdã e o conde Maurício imputavam a Hamel, Bas e Brulestraten *graves abusos e excessos de poder* praticados durante a sua administração, causando com isto geral descontentamento entre os portugueses e provocando a revolta de 1645.

²⁸ Dat de generael Companie door deser hooge raden administratictie in Brasil mercklick is verachtert

Entretanto, creio que o processo não chegou a ser instaurado: nada mais encontrei a tal respeito no registro das resoluções dos Estados-Gerais; no arquivo do tribunal da Holanda não existem as peças que lhe foram remetidas ou pelo menos se mandou remeter para servirem de base ao processo, nem consta da coleção das sentenças daquele tribunal que alguma tenha sido proferida pró ou contra os três membros do Supremo Conselho do Brasil.

Outro tanto devo dizer do processo do ex-assessor Johanes van Walbeek, também acusado de se haver locupletado à custa dos moradores e com prejuízo da Companhia. Apenas encontrei neste arquivo do tribunal da Holanda a carta de Marcus de Vogelaer, diretor da Câmara de Amsterdã, dirigida aos Estados-Gerais, acusando a Walbeek, um outro escrito do mesmo diretor em que são formulados com precisão os artigos de acusação, e finalmente uma carta do próprio Walbeek datada de Amsterdã a 29 de maio de 1649, na qual ele se defende. Pedi cópia destes três documentos.

ARQUIVO DOS ESTADOS-GERAIS

Já vos disse que o arquivo dos Estados-Gerais foi objeto especial das investigações do general Netscher e do Dr. J. C. da Silva. Por isso, e por ser mui limitado o tempo de que eu dispunha, entendi que não devia submeter os mesmos documentos a um novo exame. Aproveitei somente aqueles que por sua extrema importância não podiam deixar de fazer parte do meu pecúlio de cópias.

Neste caso se achavam as cartas que o conde Maurício dirigiu aos Estados-Gerais durante os seus oito anos de governo no Brasil. Conquanto elas já tivessem sido reproduzidas para o Instituto Histórico da Corte, fi-las copiar também para o Instituto de Pernambuco, tendo em atenção a importância das informações e apreciações que encerram, procedentes do personagem mais ilustre, quer pelo seu nascimento e posição social, quer pelos dotes do seu espírito, que governou a colônia holandesa do Brasil. Além disso, a coleção das cartas de Maurício que encontrei neste Arquivo e fiz copiar é mais completa do que a coleção que possui o Instituto da Corte, a julgar pela lista que de lá me foi remetida.

Por exemplo: não consta dessa lista uma das cartas mais importantes do conde Maurício — a que ele dirigiu de Wesel aos Estados-Gerais em 29 de Janeiro de 1646. O Brasil holandês se achava então ameaçado de iminente ruína em consequência da revolta dos moradores portugueses; os Estados-

Gerais e a Companhia tratavam de abafá-la no sangue, e de reconstituir a colônia pela extirpação de abusos inveterados e pela introdução de reformas salutares. Nestas condições, e justamente quando se aprestavam os socorros para o Brasil, os Estados-Gerais se dirigiram ao conde Maurício para pedir-lhe que auxiliasse o Governo com as suas luzes e a sua experiência, expondo as suas idéias sobre o modo de efetuar as operações de guerra e as reformas de que necessitava a colônia. Maurício respondeu por esta carta, dando o seu parecer com a maior franqueza, e por ela sabemos que o plano adotado, isto é, o perdão geral concedido aos moradores pelos Estados-Gerais, a ocupação do rio S. Francisco para interceptarem-se as comunicações entre a Bahia e Pernambuco, o cometimento contra a mesma Bahia etc. foi inspirado por ele.

Mas não é esta parte da carta, por muito importante que seja, que me levou a citá-la. Trata-se de um outro fato, para o qual peço a vossa atenção. Duarte de Albuquerque asseverou nas suas *Memórias Diárias* que, depois de se apoderarem do Arraial em junho de 1635, os conquistadores usaram para com os moradores rendidos de *fereza bárbara*, "violentando-os a se resgatarem com dinheiros, cujas quantias foram taxadas arbitrariamente e não conforme as circunstâncias de cada um", e acrescenta — "chegaram a dar cruéis tormentos a Antônio de Freitas e Silva, e outro mais, para que dessem mais dinheiro, cousa nunca vista."

Southey reproduziu indignado a notícia do fato, estigmatizando-o como merecia, tanto mais

quanto fora praticado para com os bravos que durante tanto tempo haviam resistido dentro das muralhas daquele forte. Netscher porém rebateu a acusação, contestando o mesmo fato, sem ter para isso outro fundamento senão o silêncio guardado por De Laet. A autoridade de Netscher, de cuja boa fé e imparcialidade não é lícito duvidar, influenciou de tal modo o espírito dos próprios escritores brasileiros, como o cônego Fernandes Pinheiro, que se chegou a duvidar da palavra do autor das *Memórias Diárias: a fereza bárbara* usada para com os indefesos moradores tornou-se problemática. Eis que surge agora das sombras do passado a voz mais insuspeita e autorizada para restabelecer a verdade histórica, dando plena confirmação à asseveração de Duarte de Albuquerque. É o próprio conde Maurício quem no-lo afirma no seguinte tópico desta carta:

Als ick in Brasil angelant was soo hebbe het aldaer gevonden vol verwaringen in ale staten. De Portuguesen meest van haere landeryen ende engenhos gevlucht, de landen woest en onbebout, de luiden vol wantrouwens d'eene van de andere. De principaelste gebleven Portugueseen ten hoogsten gemiscontenteert door de exactien haer gemaect, daer of de minste niet en was dat men Areal veroverert en de portuguesen in protectie aengenomen hebbende, daernaer echter de principaelste met pinigen ende by de armen op te haelen haere middelen af

perste, oock mede door dien de regierders aldaer om dat eenige inwoonderenhaer hadden begeven tegen haeren eeit by de macht van Spangien s'jaer te voren daer aengecomen, deselve door de Tapuias voor soo veel sy die conden becomen, hadden doen massacreren, soo wel onschuldigen als schuldigen sonder onderscheyt, nochte oock vrouwen ofte kinderen te verschoonen.

(Quando eu desembarquei no Brasil, encontrei ali a confusão em todas as classes. A maior parte dos portugueses tinha fugido de suas propriedades e engenhos, as terras estavam desertas e incultas, as pessoas cheias de desconfiança umas para com as outras. Os principais portugueses daqueles que haviam ficado sumamente descontentes pelas extorções que com eles se praticaram, em contrário ao acordo solenemente pactuado, e dessas extorções não foi a menor a que passo a referir. Conquistado o Arraial, e apesar de haverem sido os portugueses tomados debaixo de nossa proteção, depois se extorquiou a fazenda aos principais, torturando-os e içando-os pelos braços; outrossim, como alguns moradores contra o seu juramento se tinham juntado com as forças espanholas que ali foram no

ano anterior, os governadores da Colônia (regierders aldaer) mandaram trucidá-los pelos tapuias, tanto quanto estes pudessem haver às mãos, assim culpados como inocentes sem distinção, e sem se poupar mesmo a mulheres ou a crianças!)

É com o mais profundo respeito que devemos receber este testemunho do príncipe magnânimo em prol das vítimas de tão bárbara fereza!

Abstendo-me de fazer referência a outras cartas do conde, darei no fim deste relatório a lista das que mandei copiar.

*

*

*

Os registros das Resoluções dos Estados-Gerais da República Neerlandesa contêm numerosas notícias e utilíssimas informações sobre os negócios do Brasil, visto como todas as deliberações sobre assuntos referentes à Companhia e a suas possessões foram consignadas naquela enorme coleção de *in-fólios*. Tentei fazer um extrato, por ordem cronológica, das resoluções que são de interesse para nós, começando de 1623, ano em que a Companhia encetou as suas operações de guerra. Não pude, porém, levar a cabo este meu trabalho por ter sido interrompido pelo governo imperial. Não sendo possível que tais extratos se concluíssem na minha ausência, limitei-me a marcar as resoluções mais importantes para serem copiadas textualmente.

Entrego os meus extratos ao Instituto, apesar de se acharem incompletos.

*

* *

Placaet-Boeck é o nome de uma volumosa coleção impressa das leis, ordenanças, regimentos e outros atos oficiais emanados dos Estados-Gerais.

Aí encontrei todos os regulamentos relativos ao Brasil, os quais foram organizados pela Companhia e aprovados pelos Estados-Gerais.

O primeiro deles tem a data de 13 de outubro de 1629. E' o regimento do governo das conquistas da Companhia, e conquanto na época em que foi expedido nenhuma parte do Brasil se achasse conquistada pelas armas da Companhia das Índias Ocidentais, todavia esse regimento fez-se para o Brasil, e aqui foi observado até que veio substituí-lo o regulamento definitivo de 23 de agosto de 1636.

Este outro é o que se pode chamar a *lei orgânica do Brasil Holandês*. Contém 99 artigos, em que se acham definidas as atribuições do governo supremo colonial, e dos mais colégios e autoridades civis e militares, assim como tudo quanto dizia respeito às relações entre o governo e a igreja reformada, às autoridades locais, à instrução primária, às terras vagas, às minas e pedras preciosas, ao modo por que deviam ser tratados os indígenas e os moradores portugueses etc.

O regimento de 23 de agosto de 1636 sofreu posteriormente algumas modificações, principalmente pelas Instruções de 6 de novembro de 1645

baixadas para os novos governadores do Brasil que foram nomeados naquele ano.

Segue-se uma série de regulamentos sobre o comércio entre a metrópole e a colônia do Brasil, e outros assuntos.

Eis os títulos e as datas desses atos legislativos:

— Edital pelo qual são chamados os moradores portugueses a voltar à posse dos seus bens, 10 de agosto de 1630.

— Regulamentos de 14 de maio de 1632 e 15 de julho de 1633, segundo os quais podem ser equipados navios holandeses para navegarem dentro de uma parte dos limites marcados no privilégio da Companhia.

— Editais de 25 de maio de 1624 e 14 de junho de 1632, proibindo que, sem consentimento da Companhia, alguém se engajasse ou se obrigasse a servir nas Índias Ocidentais.

— Regulamento sobre a liberdade do comércio de Pernambuco, 9 de janeiro de 1634.

— Regulamento pelo qual os naturais das Províncias Unidas poderiam navegar e tomar mercadorias em certa parte compreendida nos limites da Companhia, 6 de janeiro de 1635.

Regulamento provisório sobre a liberdade do comércio do Brasil, 29 de abril de 1638.

Regulamento sobre a colonização e cultura das terras do Brasil conquistadas pela Companhia

das Índias Ocidentais, 26 de abril de 1639.

Artigos, segundo os quais qualquer pessoa podia ser aceita pela Companhia para navegar em seus navios para as Índias Ocidentais, o Brasil etc. 24 de novembro de 1647.

— Regulamento sobre a liberdade do comércio, 10 de agosto de 1647.

— Edital concedendo o direito de livre importação de víveres no Brasil, 11 de dezembro de 1649.

— Edital permitindo a livre exploração das minas de prata nas Índias Ocidentais, 31 de agosto de 1652.

Acham-se todos copiados.

ARQUIVO PARTICULAR DO REI

Além do Arquivo real de Haia (Rijksarchief), de que até o presente me tenho ocupado, visitei também o arquivo particular de S. M. o rei da Holanda (Het Huisarchief), e à obsequiosidade do arquivista, o Sr. general Mansveld, devo ter podido consultar os papéis concernentes ao Brasil que pertenceram ao conde Maurício de Nassau.

Esses papéis formam duas coleções.

A primeira delas tem o título de *Stukken betrefende het governo van J. Maurits in Brasilie. 1630—1643.* (Peças relativas ao governo de João Maurício no Brasil). Contém toda a sorte de documentos: relatórios, roteiros, descrições de diversos países (Chile, Peru, Rio da Prata, Vera Cruz,) editais, petições, cartas do marquez de Montalvão e outras em português.

Chamarei vossa atenção para as cartas e dois pareceres de Gaspar Dias Ferreira que aí encontrei. Sete dessas cartas, sendo duas em português, e as mais em latim, são dirigidas ao conde.

Gaspar Dias Ferreira era natural de Lisboa, donde veio para o Brasil em 1618.⁽⁹⁹⁾ O domínio holandês lhe proporcionou o ensejo de fazer fortuna rapidamente. Era inteligente e diligente, astuto e pouco escrupuloso, o que importa dizer que tinha as qualidades necessárias para medrar no meio em que se achou colocado. Assim, vêmo-lo galgar posições na colônia holandesa — foi presidente da

⁹⁹ É o que consta da carta de naturalização de G.D. Ferreira, Acte-Boek.

câmara de Olinda e depois escabino na Cidade Maurícia, — arrematar impostos, comprar engenhos (Novo e Santo André), e angariar as boas graças do conde, sobre cujo espírito parece ter exercido influência. Abusando porém da proteção que o conde lhe dispensava, serviu-se dela e do nome do seu ilustre patrono para extorquir dinheiro dos portugueses e dos holandeses, pelo que se tornou odioso a uns e a outros.

A mais antiga de suas cartas é de 1643: ela nos mostra que o conde ouvia conselhos de Dias Ferreira e operava de acordo com eles, que lhe liberalizava as suas mercês, tinha conhecimento e favorecia negócios particulares do seu trêfego súdito português.

Eis o final desta carta:

... favor sou de parecer não conceda Vossa Excelência senão mui poucos, porque entendo que convém à reputação de Vossa Excelência que assim seja; o meu negócio se vai fazendo devagar porque pretendo proveito, em poucas pessoas tenho feito cousa de 406 florins, porém muito fiado nas boas pessoas (promessas ?). Dou a Vossa Excelência as graças pela (mercê) da (atestação) que quer dar-me para desobrigar a fiança (dada) a Homem Pinto. Vossa Excelência sabe muito bem quanto isto é (útil?) a este seu criado, fico tratando da venda deste engenho a Fernão do Vale, querendo Deus se efetue para que mais livre dele possa melhor ocupar-me no serviço de V. Exa. etc.

Em uma outra carta em latim, sem data — talvez a primeira que dirigiu ao conde depois de se achar na Holanda — nota-se um tom de profundo desânimo: queixa-se de sua triste sorte naquele país, não lhe tendo sido possível avistar-se com Sua Excelência em Haia, nem em Amsterdã, e receia que Sua Excelência se vá para a Alemanha sem vê-lo. Esperava que Sua Excelência lhe desse ocasião de beijar as mãos do Príncipe de Orange, que tal fora a causa de sua viagem à Holanda etc.”

A essa tristeza porém sucedem a alegria e a esperança em uma outra carta também em latim e sem data na qual comunica ao conde que, depois da partida de Sua Excelência (de Haia), o secretário Hugens o apresentara ao príncipe e à princesa de Orange, de quem foi recebido mui amistosamente. Anuncia a sua intenção de se naturalizar cidadão da Holanda, e de pedir ao príncipe cartas de recomendação para os novos governadores do Brasil. Permite que também transcreva o final desta carta :

Depois da partida de Vossa Excelência, diz ele, fui a Amsterdã para falar a Barlœus, como Vossa Excelência me ordenara, e Barlœus me respondeu que ainda estava meditando, e ordenando o assunto e o plano de sua obra, e quando lhe fosse necessária alguma informação me mandaria chamar por um próprio para me entender com ele, o que prometi fazer, como Vossa Excelência me recomendou etc.

Em uma longa carta em latim, escrita em

Amsterdã a 17 de agosto de 1645, desculpa-se de não enviar ao conde o dinheiro que este lhe pedira, alegando não haver recebido o fruto de seus engenhos (que aliás esperava para pagar dívidas), porque os seus açúcares ficaram retidos no Recife por falta de embarcações que os levassem à Holanda.

“No Brasil, diz ele, eu seria rico de bens, aqui me acho baldado de tudo.”

A seguinte carta, dirigida de Amsterdã ao conde a 2 de outubro de 1645, é uma das mais interessantes da série:

Tratando do Brasil, diz ele que Sua Excelência já havia de ter recebido a notícia do crime e traição do mulato Vieira (*notitiam..... de scelere et perfidiâ ilias mulati Vieiri*). “Non potest arbor mala, acrescenta reproduzindo a frase do Evangelho, bonos fructus facere.” Lamenta a sorte dos moradores, e dá graças ao conde de o haver levado do Brasil para aquele asilo da Holanda, onde contempla como do cume de um alto monte a tempestade que passa.

Na bolsa, os negociantes censuravam como absurda e estulta a resolução tomada pela Companhia de retirar Sua Excelência do Brasil, acreditando eles que bastava a presença de Sua Excelência ali para serenar os ânimos. Defende em seguida o rei de Portugal, referindo-se às cartas régias que lhe foram mostradas pelo embaixador Souza Coutinho; este receava que castigo capital recaísse sobre o governador da Bahia, se fosse verdade, como se dizia, ter ele enviado tropas para

auxiliar os revoltosos. Conclui comunicando que constava ter Schoonenburck aceito a presidência do Supremo Conselho do Brasil. "Depois de Vossa Excelência não conheço nenhum homem mais apto para o cargo."

Certo, estas cartas não desmentem o apoucado conceito que Frei Manoel do Salvador nos deixou do caráter de quem as escreveu. Mas apresso-me a dizer que os dois pareceres de Gaspar Dias Ferreira, a que já aludi, no-lo apresentam sob um novo e muito mais favorável aspecto.

Esses pareceres sem data e sem assinatura são incontestavelmente de Gaspar Dias Ferreira. A letra, o estilo, as alusões que o autor faz a sua pessoa, tiram toda a dúvida a tal respeito.

O autor discute os meios de que a Companhia poderia lançar mão para reduzir à obediência os revoltosos de Pernambuco, e demonstra não somente que qualquer deles seria improficuo, senão também que nenhuma razão de Estado aconselhava a Companhia ou o governo da República a conservar aquelas províncias, povoadas por portugueses, hostis ao elemento holandês, e cuja presença, entretanto, era ali necessária, porque só eles conheciam o meneio dos engenhos, podendo os moradores por sua obstinação na resistência extinguir a planta da cana, abrasar as fábricas, assolar a terra e torná-la infrutífera por largos anos, resultando daí enormes gastos para a Holanda sem compensação possível.

"Se razão de Estado é a conveniência de cada um em seu próprio Estado", a razão de Estado

exigia que a Companhia, longe de continuar a despender os seus capitais e os da República para conservar o Brasil, tratasse de o vender a Portugal que sem gastos o poderia conservar e defender.

Com essa venda, observa ele, ficaria logo próspera e pujante a Companhia para com muitas utilidades continuar a guerra contra o inimigo comum, o qual por esta falta está colhendo sem risco das Índias as riquezas com que se sustenta contra toda a Europa. Não sei como isto se não considera; parece quer Deus que assim seja, e não alcanço outra razão.

Estes dois pareceres, um dos quais pelo menos dirigido ao conde Maurício, fazem honra à lucidez do espírito de Gaspar Dias Ferreira. A linguagem é incorreta, mas a argumentação é vigorosa, as conclusões irrecusáveis. Com muita habilidade, ele põe em toda a evidência o lado fraco da colônia holandesa estabelecida nesta parte da América. A conquista das capitanias do Brasil setentrional pelas armas de uma Companhia de mercadores se explica, como empresa militar e enquanto perdurasse a guerra, podendo daí advir lucros tão consideráveis para os acionistas quanto perdas avultadas para o inimigo. Mas como empresa colonial, destinada a florescer na paz e pela paz, o seu malogro devia ter sido previsto: era vão o intento de fundar uma colônia em províncias cultivadas por portugueses, distanciados dos conquistadores por língua, crenças, costumes e instituições, e de cujo concurso dependia, aliás, a prosperidade da mesma

colônia. Concluída a paz não restaria à Companhia outra fonte de renda senão o trabalho agrícola dos portugueses; estes, apesar de vencidos, não cessariam de ser os dominadores, e desde que se levantassem em som de guerra, como aconteceu em 1645, feito era da colônia — a sua ruína seria inevitável.

Ferreira deu, pois, o conselho mais salutar, recomendando à Companhia que quanto antes se desfizesse por venda dessas províncias, que de então em diante não seriam para ela senão ocasião de enormes perdas.

Comparem-se os dois incorretos pareceres do obscuro português com o afamado *Papel Forte* do padre Antônio Vieira, obra-prima de estilo e de argúcias. A superioridade dos conceitos e da argumentação do primeiro sobre os sofismas do segundo salta aos olhos. E sob um outro ponto de vista se pode assinalar uma diferença ainda mais notável. Ao passo que o padre jesuíta teve a fraqueza de dar um conselho antipatriótico, porque sabia que assim favorecia as vistas d'el-rei, Dias Ferreira, falando como holandês a holandeses, em cujo poder se achava, externa corajosamente o seu pensamento, anuncia uma verdade dolorosa, de que só a experiência pôde convencer os diretores da Companhia.

Se algum ato deste homem pudesse, por assim dizer, resgatar aos olhos da posteridade os seus erros, os defeitos do seu caráter seriam certamente esses dois toscos pareceres! ⁽³⁰⁾

³⁰ Para dar idéia do estylo epistolar de uma dama pernambucana daquela epoca, transcreverei a seguinte carta dirigida pela bela, rica e festejada D. Anna Paes ao conde Mauricio:

"Illm. Snr. — Como nos devemos toda a obediencya a nosos supriores tanto mais a vosa ecelencia de quem temos resebydo tantas onras e merces, asim que este animo me faz tomar atrevymento de pedyr a vosa ecelencya queyra aseitar seys caixas de asuquere branco, perdoandome vosa ecelencya no que ajudandome o Srn. Vs. servyrei a vosa ecelencya como merese e fico pedindo a Ds. aumente a vida e estado a vosa ecelencya para amparo de suas cativas:

De vosa ecelencya a muito obediente cativa Dona Anna paes."

³¹ O pae de Mauricio, o Conde João de Nassau, teve nada menos de vinte filhos; e por isso os bens herdados por Mauricio na Allemanha não podem ter sido de muita importancia. Veegens, *Historische Studien*

³² Quando Mauricio partiu para o Brasil, este seu palácio (Convertido presentemente em museu) ainda não se achava concluído; os cuidados do governo não fizeram com que ele se descuidasse de promover de cá o andamento das obras, enviando de quando em quando as madeiras as mais preciosas do país, e grande quantidade de açúcar, cujo produto devia ser aplicado às despesas da construção. Os diretores da Companhia queixavam-se dos desperdícios de Mauricio, e a Construção desse luxuoso edifício era para eles uma prova de que o conde gastava mais do que lhe permitiam as suas rendas. Em uma carta dirigida da ilha de Antônio Vaes ao seu secretário Huygens a 9 de maio de 1642, dizia Mauricio:

“Messieurs les Directeurs, à ce que on m’a dit, le nomment (o palacio de Haya) la *maison de sucre*, à laquelle neantmoins ils ont fort peu contribué; ausi je ne les ay pas prié au compéage. Dieu soit loué qu’il est venu jusques láQuant à moi, je ne manqueray point d’envoyer de beaus bois et suere.....”

Veegens, *ibid*

A segunda coleção dos papéis do conde Mauricio é propriamente um registro, que contém a correspondência em francês acerca dos quadros ou pinturas do Brasil que ele presenteou a Luiz XIV.

Faz-se aqui necessária uma pequena digressão para a inteligência, do que tenho a dizer-vos sobre essa curiosa correspondência, e também porque trata-se de um assunto muito pouco conhecido: o destino que tiveram as pinturas que o conde levou do Brasil para a Holanda.

A paixão predominante do conde João Mauricio, durante toda a sua longa existência, foi o amor às belezas da natureza e às belas-artes. Ele o manifesta desde 1633, quando, sendo um simples coronel de regimento, sem largas rendas, quase sem bens patrimoniais,⁽³¹⁾ começou a construir o seu magnífico palácio e os seus jardins de Haia,⁽³²⁾ e conservou esse culto ao belo até os últimos dias de sua vida no tranqüilo retiro de Bergendal, onde, para encher as suas horas de vagar, continuava a plantar e a construir, como se obedecesse a um instinto irresistível. Em Haia, em Cleve, em Wesel, no Brasil, Mauricio plantou ou transplantou, segundo o seu próprio testemunho mais de um milhão de árvores!

Em parte alguma, porém, ele deu mais expansão ao seu espírito criador do que no Brasil. É que se achou então em uma situação excepcional e a mais propícia ao seu gênio. Uma colônia nova em um mundo novo de opulência tropical era, na verdade, o teatro digno de um príncipe amigo das

artes e das ciências naturais. Cercou-se de sábios e de artistas, deu-lhes o impulso, proporcionando-lhes todos os meios de ação, e por tal modo assinalou o seu governo, como um período fecundo para a arquitetura, a pintura, a geografia, a astronomia, a botânica e a zoologia, que os oito anos da administração do conde Maurício nada encontram que lhes possa ser comparado em todo o decurso da história colonial deste país.

Foi no observatório, desta cidade, construído por Maurício — o primeiro da América — que Jorge Marcgraf pôde entregar-se às suas observações astronômicas; foi à custa do conde e sob os seus auspícios que o mesmo sábio percorreu a colônia para tomar a altura dos lugares, observar o litoral e levantar os mapas topográficos das quatro capitâneas conquistadas; foi ainda devido a mesma proteção que Guilherme Piso e Marcgraf puderam penetrar no interior do país para estudar a flora e a fauna, e obter os espécimes vivos que, transportados para Mauriciópolis e os jardins do conde, foram observados, descritos e desenhados para serem levados ao conhecimento do novo mundo.⁽³³⁾

A população do Recife se achava encerrada no estreito âmbito do *burgo* do mesmo nome. Ele projetou edificar uma cidade nessa ilha, tão vantajosamente situada, que se interpunha entre o bairro do Recife e o continente. Os membros do Supremo Conselho, como mercadores que eram, opuseram-se, alegando razões de economia.

³³ Barlœus, p.330: Driesen, *Leben des Fürsten: J. Moritz van Nassau*.

Maurício, para quem a falta de recursos nunca foi um obstáculo à realização dos seus planos principescos, comprou a ilha a seu dono, mandou abrir canais, circunvalá-la, lançar pontes, levantar casas com os materiais da arruinada Olinda, e construir para si dois palácios, um dos quais — *Friburg* — foi o objeto especial dos seus desvelos: ornou-o com os móveis do mais fino lavor, cobriu-lhe as paredes de grandes quadros pintados por Frans Post, cercou-o de jardins e de um extenso parque, para onde fez transplantar centenas de árvores do interior do Brasil e da costa da África.⁽³⁴⁾

“A capital do Brasil, diz Driesen, esteve a ponto de vir a ser a Rainha do Ocidente, assim como sob a administração de Koen e dos seus sucessores Batavia foi a Rainha do Oriente.”

A guerra e o tempo fizeram desaparecer as construções materiais do conde Maurício — os seus palácios, as suas piscinas, os seus jardins, as suas pontes. Nada obstante, um monumento imorredouro resta entre nós, que nos permite repetir a frase de Barlaeus: “Fulget... Nassovice magnitudinis in alio orbe perene monumentum.” É esta *Mauritiopolis*, que ele edificou e onde quis fundar uma imprensa e uma universidade para toda a América, e cujo nome, por nossa ingratidão, deixamos cair no esquecimento!

Quanto aos objetos de arte, como as pinturas, que destino tiveram? O conde os levou consigo, quando partiu do Brasil, para colocá-los no seu palácio de Haia, onde residiu durante três

³⁴ Barlaeus, p. 146; Driesen.

anos³⁵) mas em 1652 vendeu uma grande parte deles ao eleitor de Brandeburg por 50.000 táleres. Possuímos a escritura de venda, bem como o inventário, que a acompanha, das peças vendidas. Eis o que deste último documento consta com relação aos desenhos e pinturas:

O nº 14 do inventário faz menção de dois volumes, um grande *in-fólio* e outro menor, contendo desenhos de tudo o que (com relação aos homens, aos quadrúpedes, pássaros, répteis, peixes, árvores, plantas, frutos e flores) se pode encontrar no Brasil, e que se supõe terem sido executados por Marcgraf.

O nº 15 menciona mais de cem pinturas do Brasil (elevam-se a 1640) a óleo sobre papel grosso e em folhas avulsas.

Aqueles dois álbuns e estas pinturas, segundo nos informa Driesen, existem atualmente no real museu de Berlin.

Enfim, o nº 13 do inventário faz menção a sete grandes quadros a óleo tendo sete côvados brabantinos de altura, com os quais se podia cobrir as paredes de uma sala, como se fossem tapeçarias, representando em tamanho natural os homens e os mais notáveis indivíduos da fauna e da flora do Brasil; e mais 9 quadros menores para serem colocados nos intervalos entre as janelas, com figuras proporcionalmente reduzidas.

Driesen diz que esses quadros não existem no museu de Berlin, mas supõe serem os mesmos

³⁵ Além das pinturas e dos móveis, como cadeiras, mesas e consolos feitos de marfim da costa d'África e de madeira do Brazil, Maurício levou também *índios vivos*. Durante a sua administração o bondoso príncipe, diz Veegens, fez-se também amado dos selvagens. Uns 11 tapuias quiseram a todo o custo acompanhá-lo, e effectivamente vieram com elle para Haya. Em uma festa que teve logar no seu palacio em Agosto de 1654, à qual compareceram entre outras pessoas diversos embaixadores com suas mulheres, Maurício fez os índios dansarem as suas danças nacionaes perante toda a assembléa."

que se acham no castelo de Frederiksburg na Dinamarca, de que fala Humbold em seu *Cosmos*.⁽³⁶⁾

Afora esses desenhos, pinturas e quadros, o que acaso restava das *curiosidades* do Brasil que o conde levava para a Holanda, supunha-se ter ficado no palácio de Haia, e perecido nas chamas que em 1704 devoraram todo o interior desse edifício.⁽³⁷⁾

A correspondência porém que encontrei entre os papéis do conde e de que agora vou tratar, vem nos mostrar que esta suposição é errônea, pelo menos quanto aos quadros. Os que Maurício não vendeu em 1652, e talvez os mais preciosos, por isso mesmo que os conservou em seu poder, foram por ele enviados para Paris em 1679, como presente a Luiz XIV.

Essa correspondência, repito, é curiosa por mais de um título.

Maurício militara como feld-marechal na guerra entre a Holanda e a França. Foram estes os seus últimos serviços. Em 1676, sentindo-se enfermo, e compreendendo que não estava longe o termo de sua existência, pediu e obteve permissão para retirar-se para o ducado de Clèves, do qual era governador. Da capital do ducado passou-se para o delicioso vale de Bergendal, onde foi aguardar a morte à sombra das árvores que ali plantara.

Antes de assinar-se o tratado de Nimegue, pactuando pazes entre a Holanda e a França (10 de agosto de 1678), e muito antes de concluir-se a paz

³⁶ Driesen p.107.

³⁷ Veegens, *ibid.*

entre Luiz XIV e o eleitor de Brandeburg, já o conde Maurício se dirigia ao conde Desprence, ministro do *grande rei*, para pedir-lhe que se incumbisse de ofertar a S. M. a coleção de quadros que Maurício levava do Brasil.

A 21 de dezembro do mesmo ano de 1678 escreve no mesmo sentido a um outro ministro de Luiz XIV, o marquez de Pompoune.

As ditas raridades, diz Maurício referindo-se aos seus quadros, representam todo o Brasil por meio de figuras, a saber, a nação e os habitantes do país, os quadrúpedes, os pássaros, os peixes, frutos, plantas, tudo de tamanho natural, bem como a situação do dito país, cidades e fortalezas, com os quais retratos se pode formar uma galeria, o que seria uma cousa mui rara, que se não encontra no mundo, pois eu tive ao meu serviço durante o tempo que vivi no Brasil seis pintores, cada um dos quais pintava aquilo para que era mais apto; e se um curioso vir essa tapeçaria, não terá necessidade de atravessar os mares para contemplar o belo país do Brasil, que não tem igual debaixo do céu, há cerca de quarenta quadros entre grandes e pequenos, todos originais (de que não guardo cópia), os quais servirão de modelo (para uma tapeçaria); e como a minha idade e os meus incômodos me impedem de apresentá-los pessoalmente a S. M., rogo a Vossa Excelência muito

humildemente se digne de me comunicar, se eu posso ter a ousadia de remeter ditos modelos... certo de que S. M. será agradável ver a grande diferença entre a Europa e a América.... etc. P.S. Seria pena que, por minha morte, esses quadros passassem a outras mãos que não as do rei.

Escreveu na mesma data ao próprio rei, e depois por diversas vezes ao conde Desprence e ao marechal d'Estrades. Enfim, este último lhe comunicou, por carta datada de Paris no 1º de junho de 1679, que o rei aceitava o presente; ⁽³⁸⁾ a 4 do mesmo mês Colbert, que se achava em Nimegue, também lhe comunicou ter recebido ordem para levar os ditos quadros com a sua bagagem. Maurício, transportado de júbilo, a julgar pelas suas cartas, apressou-se a remetê-los para Nimegue, fazendo-os acompanhar do seu pintor Paulo de Mily, do seu criado particular de With, e do seu jardineiro incumbido de explicar o uso de certos instrumentos de jardinagem.

Os quadros foram transportados pelo Reno e pelo Mosa de Nimegue a Roterdã, e dali por mar e pelo Sena até Paris, onde chegaram a 13 de agosto; no dia seguinte foram colocados na *Sala da Comédia do Louvre*.

A 22 do mesmo mês o rei foi ver os quadros, mas pouco se deteve, prometendo voltar para apreciá-los com mais vagar. Esta segunda visita teve lugar três dias depois, sendo o rei acompanhado de sua corte. Eis como Paulo de Mily refere o que se passou:

³⁸ Note-se que a aceitação do presente coincide com a resolução da tomada pelo rei de conceder a paz ao eleitor de Brandeburgo.

S. Germano 28 de Agosto de 1679. O rei voltou a 25 para ver os quadros e as outras cousas que V. A. lhe ofertara, acompanhado da Rainha, do Mr. Delfim, do Sr. Duque e da Sr.^a Duquesa de Luxemburgo e de muitos outros senhores da corte, e todos unanimemente admiraram o mimo de V. A., dizendo que nunca tinham visto uma cousa tão rara; também o rei não deixou de mostrar sua alegria e contentamento, quando viu os quadros e as outras cousas, e sobretudo admirou o cavalo marinho, o papagaio, e esse animalzinho, cujo filho entra e sai do ventre materno. Senhor houve que parecia duvidar do fato, e pediam para ver o meu livro (memória explicativa dos quadros), e Monsenhor tomou-o, leu o art. 3º e outros, dizendo que não duvidava, visto como o príncipe Maurício o afirmava. Cada qual mostrava-se curioso de ouvir explicar os quadros V. A. pode crer que muito me custou satisfazer a todos, o que todavia fiz sem prejuízo do Rei, a cujo lado sempre me conservei; mas Monsenhor me puxava ora para um lado, ora para outro, a Rainha, o Sr. Delfim e Madame que não era menos curiosa do que a outra de ver e ouvir a explicação dos ditos quadros, de sorte que todos tiveram prazer e contentamento, e disseram quase todos que era bonito para uma tapeçaria,

mas o Rei não resolveu ainda mandar fazer que eu saiba..... Paulo de Mily.

Maurício remeteu também, além de uma memória sobre o modo de replantar as árvores e o uso dos instrumentos de jardinagem inventados por ele, uma descrição das pinturas, onde os quadros são designados por letras de A até M, e depois de A até L, o que faz crer que essa descrição não está completa, por faltar a menção dos quadros da série N até Z.

A instalação no *Louvre* dos quadros ofertados por Maurício foi definitiva ou provisória? Onde esses quadros se acham presentemente? Não sei. Embalde percorri as galerias do Louvre, e examinei o seu catálogo, e especialmente o das pinturas da escola flamenga e holandesa; embalde interroguei várias pessoas competentes para esclarecer-me sobre o destino das raridades do Brasil: nada encontrei, nada pude descobrir. Estou porém persuadido de que uma pesquisa feita com mais vagar poderá conduzir a melhor resultado, porquanto não é crível que uma coleção tão curiosa de *quarenta quadros* tenha desaparecido sem deixar vestígios.

Um outro ponto resta a esclarecer.

Que motivo levou o conde Maurício a ofertar os seus quadros a Luiz XIV? Porque ao glorioso Guilherme III ou ao eleitor de Brandeburg preferiu ele o autocrata da França, que caprichosamente invadira a Holanda, e te-la-ia desmembrado e sujeito às condições as mais humilhantes para obter a paz,

se não fora o gênio do jovem herói que, como *Staathouder*, se colocara à frente da República Neerlandesa? Como se explica que o feld-marechal da Holanda e o loco-tenente do eleitor de Brandeburg não duvidasse fazer um tal presente ao rei-sol, antes mesmo do tratado de Nimegue e ainda quando as tropas francesas ocupavam o ducado de Clèves?

A princípio me pareceu achar a palavra do enigma na última carta que o conde Maurício escreveu ao conde Desprence a 5 de dezembro de 1679 (15 dias antes de morrer.)

Avisam-me, diz ele, e Vossa Excelência terá sem dúvida ouvido dizer que o rei quer fazer a mercê de me obsequiar por ocasião de algumas pequenas raridades das Índias, que eu tomei a liberdade de oferecer a S. M... Ouso confiar a Vossa Excelência que eu desejara muito que esse presente (que de ordinário se faz em jóias) passasse a ser feito em dinheiro de contado; se eu tivesse a honra de poder falar pessoalmente a Vossa Excelência, acredito que Vossa Excelência aprovaria as razões que para isso tenho. E pois que de ordinário as jóias se estimam em grande preço, sem que se possa tirar delas todo o proveito, e o rei não tem interesse no modo por que o presente se fará, persuado-me de que poderei obter a substituição de uma cousa por outra, caso Vossa Excelência se digne de interessar-se por esse negócio

e o que aprouver a S. M. conceder-me seja assinado sobre as contribuições destes países de Cléves, donde eu o poderei tirar a meu cômodo etc.

A julgar por esta carta, tratava-se de uma *venda disfarçada*: o conde Maurício não presenteou, vendeu as suas *raridades*, assim como já havia vendido uma outra parte delas em 1652.

Entretanto, seria temerário afirmar que tal foi sua intenção desde o começo, podendo bem ser que Maurício tivesse sido induzido a ofertar os seus quadros a Luiz XIV por outros motivos que hoje é impossível penetrar.⁽³⁹⁾

³⁹ Quer parecer-me que isto mesmo se deprehe de do seguinte topico da carta de Mauricio a Desprence em data de 6 de Outubro de 1679, na qual o principe, referindo-se ás carta que Luiz 14 lhe escreveu para agradecer o presente, diz: "Je l'avoue que cette lettre (du roi) ne marque pas moins la grandeur de l'ame de ce Roy, que toutes ses autres actions, et qu'elle m'a servi d'un grand soulagement dans ma maladie qui me tient encore attaché au lit. J'en conserverai la memoire pour moi tant que je serai dans ce monde et recommanderay aux miens de la garder parmi les papiers les plus considerables de ma maison". Porque razão o facto de ter Luiz 14 escrito uma simples carta de agradecimento pelo mimo acceito e recebido revela a sua *grandeza d'alma*, tanto quanto *todas as suas outras acções*? Tudo isto não passa de meras fórmulas cortesãs?

MAPAS

Volto ainda ao real Arquivo de Haia para dar-vos notícia dos mapas e plantas referentes ao Brasil que ali existem.

Esses mapas foram em geral levantados pelos engenheiros ou empregados da Companhia, com exceção apenas de alguns de origem portuguesa. São os próprios originais manuscritos e nunca foram gravados. Acham-se descritos no catálogo do Arquivo (*Inventaris der verzameling kaarten berustende in het Rijksarchief, S' Gravenhage, 1867*), cujo diretor se dignou de entregar-me um exemplar para vos ofertar em seu nome.

As cópias que vos trago são dos mapas mais importantes; foram feitas sob a direção do distinto Sr. J. Hingman, *Charter-meester* do real arquivo, e vos posso assegurar que esse trabalho nada deixa a desejar com relação à fidelidade.

Eis a lista dos mapas, cujas cópias neste momento vos entrego:

Mapa da ilha de Antônio Vaes, do Recife e cidade de Pernambuco antes da conquista.

Outro mapa dos mesmos lugares depois da conquista.

Esboço da cidade de Pernambuco por D. Ruyters.

Planta da ilha de Antonio Vaes, do Recife e Terra Firme com seus fortes e redutos por Andrew Drewisch Bongesaltenis, engenheiro, 1631.

Outra planta dos mesmos lugares pelo mesmo engenheiro.

Planta do forte real (*Arrayal Velho*.)

Planta do forte real que manda fazer Mathias de Albuquerque para segurança do porto de Pernambuco, 1629, por Christ. Álvares.

Perfil do forte real pelo mesmo.

Mapa da cidade de Pernambuco por Pieter van Buren, 1630.

Planta do novo forte e algumas trincheiras do Recife, por P van Buren.

Esboço da região a oeste do Recife de Pernambuco, feito de acordo com as informações havidas dos prisioneiros portugueses, 1632, por Johan van Walbeeck.

Pequeno mapa de Pontal e do Cabo de St^o. Agostinho depois da conquista em 1634, por Tourlon, com uma legenda em papel separado.

Outro mapa dos mesmos lugares por Teunis, 1634, com uma declaração dos navios que tomaram parte na conquista.

Outro mapa do mesmo Cabo.

Planta, feita a olho, de Cabedelo na Paraíba, durante o cerco posto por Stein Calenfels, levantada por Drewisch, 1631.

Desenho da cidade de N. S. da Conceição, com a indicação dos quartéis das tropas holandesas.

Cidade do Salvador e Baía de todos os Santos, 1638.

Desenho das fortificações e trincheiras que se fizeram em defesa do inimigo, bateria do inimigo holandês.

Perfil da cidade do Salvador da Baía de Todos os Santos que mostra a altura do mar a ela, 1638.

Desenho da cidade e forte do Grão-Pará.

Mapa da capitania do Ceará com o desenho do forte Schoonenburch, 1649.

A uma outra coleção de plantas e vistas coloridas, não mencionada no catálogo impresso, pertencem as seguintes aquarelas que também fiz copiar:

Recife e Cidade Maurícia.

Itamaracá.

Planta de Olinda.

Cabo de St^o. Agostinho e rio Ipojuca.

Porto de Pernambuco, Recife, Maurícia e Olinda.

Vista de Olinda.

Chamo a atenção do Instituto para a aquisição que fiz de um precioso *Atlas*, contendo 57 mapas manuscritos de várias capitanias do Brasil e de todo o litoral desde o rio da Prata até o cabo

Nassau. Comprei-o ao sucessor de Frederico Muller, livreiro de Amsterdã.

Este *Atlas* encerra tudo quanto os holandeses conheciam acerca da geografia do nosso país no século XVII; é um auxiliar mais valioso para o estudo topográfico do que os mapas do livro de Barlœus, que até o presente têm sido a nossa única fonte de informação. Estes últimos, tendo sido gravados, não são tão perfeitos nem tão exatos quanto os mapas da coleção que vos trago.

Não pude saber a quem esse importante *Atlas* pertenceu primitivamente; é bem provável que tenha pertencido a alguns dos diretores ou a alguma das câmaras da Companhia.

Somente dois mapas trazem os nomes dos seus autores: n.º 1, mapa geral do Brasil por Jean Vingboon, n.º 44, mapa da costa desde o rio Ilheos até o Ceará pelo almirante Lichthart. (*Pas-Caerte der custe van Brazil beginende van rio Iheos en eyndigende aen rio Siera met ale de revieren. capen, bayen, clipen en droochten der selven met de diepten der principaelste revieren verthoont in dry stukken, door naerstich ondersoek gedurende de tyt van seven jaeren, gedaen door den E. heer admirael J. C. Lichthart*).

Os mapas topográficos das quatro capitâneas de Pernambuco (inclusive Sergipe e Alagoas), Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte sob os números 38, 30, 40, 42, 49 e 51, não têm o nome de seu autor, mas não é difícil verificar quem ele seja e em que época foram levantados.

No segundo relatório que o conde Maurício apresentou aos Estados-Gerais em 1644, ele diz que mandara levantar mapas de toda a região desde o rio Real até o rio Grande, nos quais se achavam notadas e representadas a situação, altura, extensão e divisão das capitanias conquistadas, bem como as cidades, castelos, povoações, aldeias, currais de gado, salinas, fontes, paules, cabos, montes, rios, parcéis, engenhos, igreja, conventos etc. Barloëus nos transmite a mesma notícia: "Tabolas geograficas magna curâ et sumtibus suis exarari fecit (Muritius) in quibus opida, pagi, arces, armentorum septa, aliaque mira acuratione representantur." E acrescenta..... "auctore Georgio Markgrafio, geografo et astrsonomo eximio." Ora, a estas indicações correspondem os mapas de que se trata, sendo que o primeiro deles traz esta legenda:

"Correcte Zee kaerte der custe van vier Capitanien in Brazilien, als Fernambocque, Itamarica, Parayba en Rio Grande met ale Recifen en de droocheen der selver, meede ale steden, dorpen ende aldeas der selver capitanien, ales door order van sijn Extie Graef Joan Mouritius van Nassauw" (Mapa exato da costa das quatro capitanias do Brasil, — Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e rio Grande — com todos os seus arrecifes e baixos, bem como todas as cidades, povoações e aldeias de ditas capitanias, levantado por ordem de Sua Excelência o conde João Maurício de Nassau.)

Portanto, concluo que esses mapas manuscritos foram confeccionados por Jorge Marcgraf.

Os seguintes também foram levantados de ordem ou durante a administração do conde, como consta de suas respectivas legendas: N° 25, Baía de todos os Santos e cidade do Salvador durante o cerco posto pelo conde; 37, rio S. Francisco com o forte Maurício; 41, porto de Pernambuco, Recife e cidade Maurícia; 47, ilha de Itamaracá com a cidade Schop. e o forte Orange, 1639; 48, mapa de Porto Calvo durante o cerco posto pelo conde, belíssima aquarela onde se acham representadas: a povoação, as suas fortificações e o acampamento dos holandeses; 53, mapa do Ceará.

Finalmente, são também dignos de nota os seguintes:

N° 36, mapa desde os Ilhéus até a capitania de Pernambuco com as fortificações "como presentemente existem sob o governo do Sr. conde de Banholo"; n° 33, Baía de todos os Santos com o nome dos engenhos do rio *Perasu* (Paraguaçu); 27, capitania de S. Vicente, serra do Cubatão e povoações do interior; 38, porto de S. Vicente; 29, porto do Rio de Janeiro; 31, porto do Espírito Santo; 34, Baía de todos os Santos. Estes quatro últimos são aquarelas.

LIVROS E OPÚSCULOS

Além de cem volumes sobre assuntos de história e geografia, especialmente da América — compreendidos não só os que agora vos apresento, senão também os que remeti de Londres em dezembro de 1884 — fiz aquisição de uma coleção de opúsculos holandeses do século XVII relativos ao Brasil.

Dos opúsculos publicados na Holanda acerca da Companhia das Índias Ocidentais e suas possessões coloniais se pode dizer que, pelo seu grande número, formam uma *literatura*. Era o *jornalismo* da época: habituados a discutir os negócios públicos nas suas assembléias municipais, nos seus Estados provinciais e gerais, os holandeses serviam-se dos opúsculos para discuti-los também pela imprensa.

Asher (⁴⁰) nos informa que a real Biblioteca de Haia, na sessão denominada *Biblioteca Duncaniana*, encerra 20.000 brochuras publicadas desde o reinado de Felipe II, até o fim do século XVIII, das quais ele consultou 7.000 para formar o seu bem conhecido “catálogo dos materiais impressos que dizem respeito à história daquela Companhia, e à história e geografia da Nova-Neerlândia”.

Os opúsculos que se referem ao Brasil, quero dizer, às lutas entre os holandeses e os portugueses, à debatida questão de saber se o comércio entre a metrópole e a colônia devia ser livre ou não, e às

⁴⁰ *Bibliographical Essay.*

questões diplomáticas a que deu lugar a ocupação do nosso país pelos holandeses no século XVII. atingem o número de 200 pouco mais ou menos.

Infelizmente, eu não dispus do tempo necessário para formar uma coleção mais completa dos panfletos e opúsculos que nos interessam. Eles são muito raros e só ocasionalmente se encontram. Tudo quanto eu pude obter é o que consta da seguinte lista:

“Redenen waerom de West Indische Comp. dient te trachtenhet Lande van Brasílie den Coninck van Spangien te ontmachtigen, 1634” (Razões por que a Companhia das Índias Ocidentais deve esforçar-se por tomar a terra do Brasil ao rei de Espanha.)

“Ordres and articles granted by the High and Mightie Lords The States General of United Provinces concerning of a West India Compagnie. 1621. “(É a tradução inglesa da carta patente da Companhia.)

“Claer veertooch van de verradsche en vyantlycke Acten en Proceduren van Portugael..... in Brasyl, 1647” (Clara demonstração dos atos e procedimentos hostis e traiçoeiros de Portugal no Brasil.)

“Reden van dat die West-Indische Compagnie oft handelinghe niet aleen profytelyck, maer oock noodtzaekelyck is tot behondenisse van on staet” (Demonstração de que a Companhia das Índias Ocidentais ou o seu comércio é não somente proveitoso, como necessário à conservação do nosso Estado.)

“Consideratie over de tegenwoordige gelegentheynt van Brasil, 1646” (Considerações sobre a situação atual do Brasil.)

“Examen over het vertooch tegen het onghefondeerde ende schadelyek sluyten der vryen handel in Brasil, 1637.” (Exame da demonstração de que é infundada e prejudicial a proibição do comércio livre no Brasil.)

“Consideratie als dat de negotie op Brasil behoort open gestelt te worden, 1638.” (Considerações com que se mostra que o comércio do Brasil deve ser declarado livre.)

“Journalier verhael ofte copye van seckeren brief geschreven uyt Brasil, nopende de victoryetegen de machtige vloot des konings van Spangyen voorgevalen in de maent van Januario 1640” (Diário ou cópia de certa carta enviada do Brasil acerca da vitória alcançada sobre a poderosa armada do rei de Espanha em janeiro de 1640.)

— “Trou-hertige onderrichtinge aen ale hooft Participantennopende het open stelen van den handel op de cust van Africa.....mitsgaders Marignian, Nieu Nederland en West Indien, 1643.” (Leis informações a todos os grandes acionistas acerca da liberdade do comércio na costa da África, bem como no Maranhão, Nova Neerlândia e Índias Ocidentais)

“Aenwysinghe dat men van de Oost en West Indische Compagnien een Compagnie dient te maecken, 1644.” (De como se deve fazer uma só

Companhia das duas Companhias das Índias Orientais e Ocidentais.)

“Aenspraeck aen den Getrouwen Holander, nopende de proceduren der Portuguesen in Brasil, 1645.” (Prática com o fiel holandês acerca do procedimento dos portugueses no Brasil.)

“Journael ofte korte Discours, nopende de rebelye der Portuguesen alhier in Brazil voorghenomen, Arnhem.” (Jornal ou breve discurso acerca da rebelião dos portugueses no Brasil.)

“Brasilsche Bree-byl, 1647.” (Machadão do Brasil.)

“Brasilsche Gelt-sack, gedrucht in Brasilien op' t Recife in de Bree-byl, 1647” (A bolsa do Brasil. Impresso no Recife, no Bree-byl)

“Vertooch aen de Eoog ende Mogende Heeren Staten General der vereenichde Nederlanden, nopende de voorgaende ende tegenwoordighe proceduren van Brasil, 1647” (Representação por suas Altas Potências os Srs Estados-Gerais das Províncias Unidas neerlandesas acerca do procedimento anterior e atual dos portugueses no Brasil.)

“Pointen van consideratie rakende de vrede met Portugael, 1648” (Pontos que são dignos de consideração a respeito da paz com Portugal.)

“Coype van de resolutie vande heeren Burghemeesters ende raden tot Amsterdam op 't stuck van de West-Indische Compagnie, genomen

in August, 1649 " (Cópia da resolução tomada pelos Srs. burgomestres e conselheiros de Amsterdã sobre a matéria da Companhia das Índias Ocidentais.)

Amsterdams Dam-praetje van wat outs en wat nieuws em wat vreemts, 1649 (O que se diz nas ruas de Amsterdã sobre o que há de novo, de velho e de estranho.)

Zeeusche Verre-Kyker, 1649. (O óculo da Zelândia.)

Examen van de valsche resolutie van de heeran bargemeeters en raden tot Amsterdam, 1649. (Exame da falsa resolução tomada pelos Srs. burgomestres de Amsterdã.)

Amsterdams Tafel-praetye van wat goets, en wat quaets en wat noodichs. (O que se diz à mesa em Amsterdã sobre o que há de bom, e de mau e o que é necessário.)

Amsterdams vuur-praetye, 1649 (O que se diz em Amsterdã junto à lareira.)

"*Manifest ofte reden van den oorlogh tusschen Portugal ende de vereenigde Provintien van de Nederlanden . . . mitsgaders manifestatie van de Ieugenen en valsheden waer mede het is vervult*, 1659" (Manifesto ou razões da guerra entre Portugal e as Províncias Unidas Neerlandesas, bem como manifestação das mentiras e falsidades, de que o manifesto está cheio.)

Journal ofte Historiaelse Beschryvinge van Matheus van den Broeck, 1601 (Jornal ou Narração histórica de Matheus van den Broeck.)

Vertooch over den toestant der West-Indische Compagnie in haer begin, middelen ende eynde, 1651. (Exposição da situação da Companhia das Índias Ocidentais em seu começo, meio e fim.)

Copia van t'Octroy door de Hoogh Moog. Heeren Staten Generael der Vereenigde Nederlanden gegeven aen Jan Reeps en syne mede participanten, om een colonie op te recten aen de West-zyde van Rio de las Amazonas tot aen Cabo d'Orange, 1689. (Cópia do privilégio concedido por Suas Altas Potências os Srs. Estados-Gerais das Províncias Unidas Neerlandesas a João Reeps e seus sócios para fundarem uma colônia desde a margem ocidental do rio Amazonas até o cabo Orange.)

Eerste vervolgh van hetecht relaes en Dagverhael wegen het afloopen van t'oost-indische Compagnie Schip Nyenburg, 1764. (Primeira continuação da verdadeira relação ou diário da revolta acontecida a bordo do navio *Nyenburg* da Companhia das Índias Orientais. Uma parte da tripulação refugiou-se no Rio Grande do Norte.)

Uma série de cartas impressas acerca dos negócios do Brasil, dirigidas por H. Doedens a Ant. van Hilten, secretário dos Estados-Gerais da província de Utrecht, 1641-1648.

Não encontrei na Holanda a *Epístola Gasparis Dias Ferreira, in carcere, unde erupit scripta*, de que já vos falei. Constando-me que existia um exemplar impresso na biblioteca de Gand.

dirigi-me ao respectivo secretário, e dele obtive uma belíssima cópia manuscrita.

Na nota 502 da obra de Dermout sobre a igreja reformada das Províncias-Unidas (*Geschiedenis der Nederlandesche Hervormde Kerk*), o autor faz menção de um *Cathecismo Brasiliense* (*Brasiliansche Katechismus*) composto para os índios e publicado em Enkhuisen. Foram baldados todos os meus esforços para encontrar esse catecismo, quer nas bibliotecas da Holanda, quer nas livrarias de livros antigos. O governo Imperial não me deu tempo para procurá-lo também nos arquivos sinodais, como eu pretendia, onde talvez encontrasse não só este, como outros trabalhos dos ministros calvinistas que no Brasil se empregaram na catequese dos índios.

- Coronel Th. van Westel amburch, por ...
- Almirante H. B. Dejn, por C. de Dasse
- General C. Antichinsky Antichinsky
- Coronel H. G. van den Brande, por A. Patara
- O vice-almirante da Holanda Wil. Cornelis por S. Lorch
- O Conde I. Maurício de Nassau, por Balon
- O mesmo em sua velhice, por Heubrechts
- Espar. Tertius, por Th. Mathan
- Paulus van Pienne, por Snyderhoff
- Dr. Guilherme Ploo

RETRATOS

Fui também incumbido de formar uma galeria de retratos de holandeses, que militaram com distinção no Brasil ou que se tornaram notáveis por haverem escrito crônicas, memórias ou quaisquer outros trabalhos sobre a história ou geografia deste país.

Digo dos retratos o que há pouco vos disse dos opúsculos do século XVII são raros, e só com muito vagar se pode obter uma coleção que mereça o nome de completa.

Obtive os seguintes retratos que, com exceção dos últimos, são gravuras contemporâneas.

Almirante H. C. Lonck.

C. Coronel Th. van Waerd enburch, por Reckleben.

Almirante P. P. Eeyn, por C. de Passe.

Tenente-General C. Artichosky Arsizeusky.

Coronel H. C. van den Brande, por A. Persyn.

O vice-almirante da Holanda Wit Cornelisz. de Wit, por S. Lorch.

O Conde J. Maurício de Nassau, por Dalen.

O mesmo em sua velhice, por Houbraken.

Gaspar Barlaeus, por Th. Matham.

Franciscus Plante, por Snyderhoef.

Dr. Guilherme Piso.

J. Nienhof, por Lingelbach.

Matheus van den Broeck.

Johanes de Laet.

De Lichthart, S. van Schop, Stein Calenfels etc., não me consta que existam retratos.

Não encontrei à venda os retratos de Matheus van den Broeck e J. de Laet. O Sr. van der Kelen, diretor do museu de gravuras de Amsterdã (*Pretenkabinet*) me fez presente do retrato do primeiro, e se dignou confiar-me o retrato do segundo para que eu o mandasse reproduzir, o que fiz.

Esta pequena galeria é ainda enriquecida com o retrato do general Netscher, que, a meu pedido, ele me fez a honra de entregar para vos ofertar em seu nome, dirigindo-me nessa ocasião a carta que adiante publicarei.

GRAVURAS DA OBRA DE DE LAET

Tencionando este Instituto publicar uma tradução dos *Anais da Companhia das Índias Ocidentais (Yaerlyck Verhael' der West-Indische Compagnie)* de De Laet, encomendou-me que fizesse reproduzir, além do retrato do autor, as oito gravuras relativas ao Brasil que ornaram essa obra.

Mandei fazer a reprodução pela casa Husnik de Praga, um dos melhores estabelecimentos da Europa para trabalhos deste gênero, tirando-se quinhentos exemplares de cada gravura, o que me pareceu suficiente para uma obra que se destina a um público muito limitado. Trouxe porém os *clichês* para o caso eventual de uma segunda reimpressão.

A reprodução fez-se pelo processo da zincografia, e verá o Instituto, confrontando com os originais os exemplares que agora apresento, o quanto esse trabalho se recomenda pela nitidez e fidelidade.

De Laet é um geógrafo mui conhecido do século XVII. Nos seus *Anais*, ele nos deixou uma crônica noticiosa, baseada em documentos oficiais, acerca dos 13 primeiros anos das operações da Companhia na América, 1623-1636, e este seu livro tem servido de guia a todos os que escreveram posteriormente na Holanda sobre o mesmo assunto, desde Arnaldus Montanus até van Kampen e Netscher. O próprio Southey aproveitou largamente os materiais que aí encontrou tão bem coordenados.

Ouso dizer que a *crônica holandesa* de De Laet tem tanta importância para a história quanto as *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque; são duas obras que, por assim dizer, se completam, podendo cada uma delas servir para corrigir os erros ou suprir as lacunas da outra, por isso que procedem respectivamente das duas nações beligerantes. Entretanto, o visconde de Porto Seguro parece não ter conhecido o livro de De Laet: nunca o citou, nem fez dele menção na relação das obras que consultara para escrever a sua *Historia das Lutas dos Holandeses no Brazil*. Tal é a nossa ignorância acerca de tudo o que provém de origem holandesa!

Um outro exemplo. Um dos homens mais eruditos deste país, o senador Cândido Mendes de Almeida de saudosíssima memória também não conheceu, ou pelo menos não pôde aproveitar a cópia de notícias que esse livro encerra. É assim que, tendo Southey mencionado o número das aldeias de índios das quatro capitânicas ocupadas pelos holandeses, dizendo que essa informação provinha do padre Manoel de Moraes, o autor das *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão* (v. 2.º, p. XXXV) tirou daí argumento para supor que Southey encentrara e consultara a *Historia d'America* escrita pelo mesmo padre. Entretanto, o escritor inglês houve a notícia, que reproduziu, nos *Anais* de De Laet, e referiu-se ao padre Manoel de Moraes, porque o cronista holandês disse que, quando esse jesuíta se entregou ao major Picard na Paraíba em 1635, fez relação das aldeias dos índios, sendo a sua informação reduzida a escrito por Artichosky!(⁴¹)

⁴¹ "Alzoo wy nu dickwyls van dese Brasilianen sullen moeten ghewagh maecken, sal het noodich wesen dat wy van hare woonsteden een weynich aenroeren: geliyck doen't selve by den voornoemden Emmanuel de Moraes wierdt verhaelt, ende by den colonel artichau curieuselyck aengeteekent... "Yaerlyck. Verhael (p.452).

Não se suponha que os *Anais* perderam o seu valor pelo fato de haverem sido encontradas novas coleções de documentos. De Laet dispôs de outras fontes de informação que não chegaram até nós, visto como foi diretor da Companhia, e um dos que mais ativamente colaboraram nas suas deliberações, como ele próprio o diz à pag. 3 do seu livro, e eu o verifiquei encontrando freqüentemente o seu nome no registro da correspondência e nas Nótulas secretas da Assembléia dos 19.

Assim me parece que a publicação da tradução dos *Anais* de De Laet, apreciados e comentados à luz dos documentos que possuímos, será um relevante serviço que o Instituto Arqueológico Pernambucano prestará à história do domínio holandês no Brasil.

MUSEU BRITÂNICO

Achando-me de passagem em Londres, visitei o *Museu Britânico*, como comuniquei neste Instituto por carta de dezembro de 1884.

A biblioteca desse Museu contém um avultadíssimo número de manuscritos de origem espanhola e portuguesa. A coleção dos manuscritos espanhóis se acha descrita no Catálogo oficial "of the Manuscripts in the spanish language in the British Museum, by Don Pascual de Gayangos, London, 1875, 2 vol."; os manuscritos portugueses constam de catálogo organizado pelo Sr. Frederico Francisco de la Figanière, Lisboa, 1853, e do catálogo adicional, que dez anos depois publicou em Havana o visconde de Porto Seguro.

De acordo com as minhas instruções, fiz copiar alguns manuscritos relativos ao Brasil, que são desconhecidos ou pouco conhecidos.

Além de vários pareceres do Conselho de Estado de Madri, do Conselho de Portugal e outras juntas, de cartas e jornais acerca do Brasil durante o período da ocupação da Bahia pelos holandeses, o meu pecúlio de cópias consta do seguinte:

— Registro da correspondência entre el-rei D. Pedro II e o Governador de Pernambuco, D. Antônio Félix Machado da Silva e Castro, 1689-1692 (Add., 21,000).

Várias cartas tratam do palácio das *Torres*, que pertenceu ao conde Maurício de Nassau, e nos

informam que os moradores do Recife consertaram esse edifício a sua custa a fim de que os governadores residissem nele e não em Olinda. Gastaram com o conserto 500 cruzados, mas poupavam anualmente de 7 a 8.000 cruzados, que antes despendiam em fretes de canoa para irem a Olinda tratar com o governador.

O documento n.º 57 é uma carta régia mandando dar posse ao Marquez de Cascaes da capitania de Itamaracá, datada de 3 de março de 1692. O governador responde, dando notícia da sublevação de Goiana, por não quererem os novos que se desse posse ao procurador do Marquez de uma capitania que eles haviam restaurado com o seu sangue e fazenda. Esta carta é acompanhada de papéis referentes ao fato.

— Um longo parecer escrito com muita parcialidade a respeito *das Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque, sob este título: "Razones que no se dieve imprimir la Historia que trata de las guerras de Pernambuco compuesta por Duarte de Albuquerque en su nombre o ajeno, por los inconvenientes que resultan de esto contra el servicio de la Magestad, de que se haze mencion en compendio en este papel, mientras no se ofrece otro mas dilatado." Sem data e sem assinatura (Add. 24,461).

— Cópia em letra inglesa do fragmento de um roteiro português de 1570 (Haarlem, 167).

Nesse roteiro, o nome de Pernambuco é ainda aplicado à ilha de Itamaracá: "A ylha de

fernão buquo que se chama na língua dos índios *tamanaqua* e chama-se *fernão buquo* o velho, porque esteve aly primeyro hua fortaleza del rey. “

— Um vocabolario portuguez-tupi (Jorge, 222).

Este curioso códice (em 8.º pequeno) que compreende 134 folhas, diz Figanière, é um vocabulário das línguas brasílica e portuguesa até f. 106; seguem-se algumas folhas na primeira língua com o seguinte título em português: “Doutrina e perguntas Aos mysterios principais de Nossa Santa Fé na lingua brazilica.” Todos os títulos são em português. A f. 115 outro diálogo sobre doutrina cristã em língua brasílica somente; a f. 122 lê-se o seguinte título: “Caderno da doutrina christã pela lingua Manoa ou dos Manãos; finalmente a f. 129 lê-se: “Compendio da doutrina Christã que se manda ensinar com preceito, ano de 1740.” Esta parte é só na língua dos Manãos. A 1.ª parte diz-se ser composta pelo R. D. Marcos Antonio. Na 1.ª folha branca, no princípio, acha-se o seguinte: M.º R.º, Padre Manoel Domingues (com outro nome que não podemos decifrar) e mais abaixo Domingues Antonio Gole Boreto; e na imediata folha em branco: “Pertence à Fazenda de Gelboé, Ano de 1757. “

— Relação do que há no grande rio Amazonas novamente descoberto. Pelo capitão André Pereira (Add., 28,461).

É a narração da expedição de Francisco Castello Branco ao Amazonas efetuada por ordem de Alexandre de Moura.

— Relação noticiosa e exata do que se passou nas fronteiras de Mato-Grosso e S. Cruz de La Sierra desde o ano de 1759 até o princípio do ano de 1764.

É uma cópia, e está incompleta, mas a parte que falta se acha resumida em uma nota em inglês escrita talvez por Southey, a quem pertenceu esse manuscrito.

— Memória de observações físico-econômicas acerca da extração do ouro das minas do Brasil por Manoel Ferreira da Câmara. Com uma nota em inglês.

— Notícia do lago Xarayes por Pontes, também com observações em inglês.

Estas três memórias formam um códice em 8.º, que foi comprado no leilão dos livros de Southey (Add., 15,191.)

— Estratos dos officios de Cominges, embaixador da França em Portugal, dirigidos ao seu governo, na parte relativa à questão holandesa (Haarlem, 4,549.)

— Instruções para servir de governo na compra dos diamantes brutos nas minas do Brasil. Sem data. (Landow., 820).

— Papel sobre o comércio do Brasil. 1791 (Add., 13,985).

— Cópia de uma interessante carta, em inglês, datada de Lisboa a 7 de dezembro de 1694, relativa ao comércio do Brasil. (Cot., Galba D. x.)

— Duas cartas sobre o Brasil, uma de Manoel de Sousa d'Eça, nomeado governador do Grão-Pará, sem data, e outra de Gaspar de Souza, datada de Madri a 22 de Janeiro de 1622.

— "El Maranon del capitan Diego de Aguilar y de Cordova": história da expedição de Pedro de Ursua pelo rio Amazonas, sua morte e subsequente carreira de Lope de Aguirre que o substituiu. (Add., 17,616.)

— Ytinerario de un viage por tierra desde el rio Janeyro hasta Lima por D. Fernando Cacho, teniente coronel al servicio de Espãna. Año de 1818 (Add., 17, 617.)

— Relacion que acompãna el Plano Geral y los particulares de la isla de St.^a Catarina etc. É uma extensa memória oficial datada de St.^a Catharina em 1.^o de maio de 1678 (Add., 17,619).

— El gran Paraná nuevamente delineado se segun su mayor extension sobre las noticias que dieron unos Portugueses del Brazil. Seguido da "Viage que hizo el Padre Matematico Italiano por el Brazil."

Miss. do século XVII (Add. 17,620).

— Derrotero de la ciudad de S. Pablo.... a la vila de Cuyabá, 1764 (Add., 17,619).

— Carta de Juan de Zuniga, embajador de Carlos 5 em Portugal al mismo emperador. Em Évora a 29 de Julho de 1524 (Add., 17,620).

Trata-se de um indivíduo que se ofrecia para descobrir certas minas do Brasil.

— Peticion presentada en el consejo de Indias el año de 1543 por el capitan Francisco Orelana sobre el descubrimiento del Marañon y pareceres sobre elo; 1543 (Add., 17.620.)

— Duas relações sobre a restauração da Bahia e várias memórias sobre o Brasil.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Instituto me entregou as seguintes quantias para serem applicadas do modo que me foi recomendado nas minhas instruções, isto é, para efetuar todas as despesas não somente com a extração de cópias, senão também com a aquisição de livros, mapas e gravuras.

Dinheiro concedido pela província em virtude da lei provincial n° 1810 de

27 de Junho de 1884 Rs. — 7,000:000

Dinheiro do Instituto. . . . " — 1,483:000

8,480:000

A 1ª destas quantias foi remetida pelo Instituto ao Sr. Pinto Leite Brother de Londres por intermédio do Sr. Francisco Gurgel do Amaral, sacando este duas letras.

uma de £ 243,15,0

e outra de £ 321,17,6

que perfazem o total de £ 565,12,16

A 2.ª foi aqui convertida em libras

e produziu £ 119,6,0

Posteriormente, recebi uma ordem de trinta libras para as despesas da reprodução das gravuras de De Laet

30,0,0

total £ 714,18,6

Setecentos quatorze libras e alguns xelins. eis todo o capital de que dispus.

Dos documentos que neste momento deposito sobre a mesa para serem examinados pelo Instituto, se vê que despendi somente 314 libras, compreendidas todas as despesas e nada ficando a dever até a época em que regressei da Europa.

Houve por consequência um saldo de 400 libras a favor do Instituto, o qual será aplicado ao pagamento das cópias que deixei encomendadas ao Arquivo de Haia.

Essas 400 libras ficaram depositadas em mãos do Sr. Pinto Leite Brother, como prova o recibo que também deixo sobre a mesa, e me habilitam a sacar sobre aquela firma para fazer pagar as cópias encomendadas à proporção que ficarem prontas e me forem remetidas.

Releva declarar que, excetuadas a importância das minhas passagens, não distraí um ceutil do dinheiro, que me foi confiado, para despesas com a minha pessoa.

As minhas despesas pessoais foram feitas à custa dos meus vencimentos e dos meus próprios recursos.

Não tive nenhuma gratificação da província e nenhuma quis receber do Instituto, por considerar que, sendo muito módica a soma posta a minha disposição, ficaria ela consideravelmente reduzida, e não daria para a execução do serviço de que eu estava encarregado, se a applicasse também a despesas pessoais.

Quando me foi oferecida a comissão de que se trata, declarei bastar-me que o governo imperial me concedesse os meus vencimentos — os parcos vencimentos de um lente de Faculdade — durante o tempo necessário para o desempenho da mesma comissão. Anuiu a isto o Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Francó de Sá, que era então ministro do Império, sendo eu portador do seguinte aviso dirigido ao delegado do Tesouro em Londres:

Ministério dos Negócios da Fazenda, Rio de Janeiro 8 de agosto de 1884. N.º 85. Tendo em vista o aviso do Ministério do Império N.º 2617 do corrente, autorizo V. Mcê. para abonar ao Dr. José Hygino Duarte Pereira, lente da Faculdade de Direito do Recife, que segue em comissão para Holanda a fim de colher nos archivos e bibliothecas daquele paiz documentos que interessam à Historia do Brazil, o respectivo vencimento durante o tempo da mesma comissão.

Tal foi a palavra do governo empenhada para comigo, e tal foi também a única vantagem pecuniária que se me proporcionou para o desempenho do encargo com que se dignou honrar-me este Instituto.

Desço a estes pormenores, porque tenho todo o interesse em deixar este ponto completamente esclarecido.

UMA DÍVIDA DE GRATIDÃO

Não aguardei que se me oferecesse este ensejo para cumprir o meu dever de gratidão para com os distintos cavalheiros, com quem tive a honra de travar relações em Haia, e que me auxiliaram no desempenho de minha comissão.

Já na carta que de Haia dirigi a este Instituto em maio de 1885, manifestei todo o meu reconhecimento para com o digno cônsul do Brasil na Holanda, o Sr. Antonio Carlos Teixeira, o ilustrado Sr. General Netscher, que me honrou com a sua estima e sempre se mostrou solícito a me auxiliar com os seus conhecimentos, o venerando diretor do Arquivo de Haia, o Sr. van den Bergh, cuja confiança para comigo foi ilimitada, o Sr. general Mansveld, diretor do Arquivo particular do rei, o Sr. Du Rieu, diretor da biblioteca de Leiden, e o distinto engenheiro o Sr. van Rykvorsel, que teve a bondade de me acompanhar a Haia e a Leiden para me recomendar pessoalmente aos seus amigos.

A todos me confesso profundamente reconhecido.

A estes nomes devo acrescentar agora o do Sr. J. H. Hingman, encarregado da secção dos mapas do Arquivo real de Haia, com quem fiz conhecimento posteriormente à data daquela carta.

O Sr. Hingman, perfeito conhecedor dos materiais depositados no real arquivo, foi um dos

meus mais úteis auxiliares. Posso dizer que colaborou comigo, ministrando-me todas as informações de que eu precisava, ajudando-me na pesquisa dos documentos e, finalmente, pelo trabalho das cópias dos mapas, que foi executado, como vos disse, sob a sua inteligente direção. Sem o seu auxílio eu teria perdido uma grande parte de meu limitado tempo em pesquisas inúteis.

Tendo-me apresentado no Arquivo de Haia com recomendação oficial, devo crer que esses obséquios não me foram dispensados somente por consideração a minha pessoa, mas também e principalmente por atenção ao governo do meu país e a este Instituto.

Qualquer que seja a importância que o governo imperial ligue ao que acima fica dito, eu cumpro o meu dever chamando a sua atenção para os serviços do Sr. Hingman.

Mencionarei, finalmente, os nomes dos Srs. Fr. Caland e Com. J. Wasch, que me serviram como amigos dedicados.

A PALAVRA DO GOVERNO

A tarefa, que me levou à Holanda, era longa e fatigante, atenta à abundância dos materiais que me cumpria estudar. Dois anos de assíduo trabalho não seriam de sobra para aproveitá-los convenientemente.

Eu tinha previsto o quanto me seria penoso explorar um Arquivo do século XVII, contendo papéis pela maior parte escritos em uma língua estranha, e, apesar disso, desejando coadjuvar este Instituto no seu elevado empenho, não vacilei em tomar sobre mim tal encargo.

Sendo assim, porque razão me apressei a dá-lo por findo, antes que de fato ele se achasse concluído, e ainda quando me sobravam meios para prosseguir no trabalho encetado?

Eis o que me resta explicar-vos. Este relatório seria incompleto, se eu não deixasse aqui consignado o fato que determinou a súbita interrupção das minhas investigações.

Instalei-me em Haia e dei começo aos meus trabalhos em abril de 1885. A princípio o serviço fazia-se morosamente, tendo eu de vencer antes de tudo uma não pequena dificuldade — habilitar-me a decifrar os caracteres daqueles velhos documentos, os quais mais ou menos modificados são os dos códices da Idade Média. Foram necessários dois meses de continuados esforços para familiarizar-me com a velha escrita, e só então

pude organizar as primeiras listas dos documentos a copiar.

Essas cópias tinham de ser extraídas somente por um dos amanuenses do arquivo, e isto durante as horas do trabalho nesse estabelecimento — das 10 da manhã às 3 da tarde — sendo esse empregado freqüentemente interrompido para atender também a outras ocupações.

As pessoas, que conheciam os velhos caracteres, eram em número mui limitado e de ordinário empregados públicos, cujas funções os impossibilitavam de ir trabalhar no arquivo. Só depois de algum tempo e por meio de anúncios nos jornais, consegui encontrar um copista particular que pudesse se dedicar àquele serviço.

Por último, veio em meu auxílio o digno diretor do arquivo. Compreendendo o quanto eu desejava ativar o andamento de um serviço, que pelo grande número de documentos a copiar prometia ser duradouro, o Sr. Van den Bergh levou a sua confiança para comigo ao ponto de permitir que eu tirasse as peças de que precisasse para fazê-las copiar sob a minha guarda e responsabilidade. Desde então, pude dobrar as horas de trabalho e com o auxílio de vários empregados públicos que se prestaram a extrair cópias nas suas horas vagas, o serviço durante os últimos meses de minha residência em Haia avançava rapidamente.

Refiro estas particularidades para mostrar-vos quanto me esforcei por poupar o tempo. Em dezembro do ano passado, eu esperava que

dentro de alguns meses as principais coleções de documentos estariam copiadas, ou que pelo menos eu teria empregado todos os recursos postos a minha disposição, e poderia dar por finda a minha incumbência. E tanto mais desejava chegar a este resultado, quanto a minha saúde sempre alterada não permitia que eu continuasse indefinidamente o aturado trabalho que necessitavam o exame dos documentos e o colecionamento das cópias.

As minhas forças eram sustentadas, por assim dizer, artificialmente pelo desejo de corresponder à confiança deste Instituto e . . . do próprio governo.

É verdade que, conhecendo a proverbial indiferença do governo imperial por tudo quanto não é *política*, nunca dele esperei que recompensasse, de qualquer modo, o meu sacrifício de estar longos meses em um país paludoso e insalubre, como a Holanda, a decifrar papéis de há dois séculos.

Esperava porém que não faltasse a consideração devida ao meu esforço lealmente tentado em prol de uma causa, que não me era pessoal, senão de todos.

Enganei-me, e fui desenganado por um ato que me dispense de qualificar.

A 3 de janeiro deste ano, recebi uma carta do Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Delegado do Tesouro em Londres, avisando-me de que, segundo lhe constava por um ofício do Inspetor da Tesouraria de

Pernambuco, o Ex.^{mo} Sr. Barão de Mamoré, atual ministro do Império, *suspendera os meus vencimentos desde dezembro último.*

Eis aí o modo *original* por que o governo imperial entendeu *animar-me* no afanoso empenho que me retinha em Haia.

Faltando às regras da civilidade para comigo, não se dignou sequer dirigir-me um officio fixando um prazo dentro do qual eu devesse dar por finda a minha incumbência e voltar à sede da Faculdade.

Limitou-se simplesmente a suspender os meus vencimentos desde dezembro — mês já decorrido, quando recebi a comunicação do fato, e tempo de férias em que os lentes das faculdades descansam no gozo dos seus vencimentos — sem ligar, portanto, a mínima importância ao trabalho que eu tinha entre mãos, nem ao fato de achar-me no estrangeiro, recomendado pelo próprio governo como encarregado de um negócio official.

O ato do Ex.^{mo} Sr. Barão de Mamoré, confesso, magoou-me profundamente. Mas a minha mágoa não proveio do fato material de achar-me privado dos meus módicos vencimentos. Apesar disso, permaneci em Haia o tempo necessário para concluir o exame de todas as coleções e redigir as minhas instruções sobre os documentos que deviam ser copiados na minha ausência, não podendo prolongar por mais tempo a minha residência ali, porque a suspensão de vencimentos importava implicitamente a revogação da licença sem prazo certo que o governo me havia dado.

O que porém revoltou-me foi a significação do fato — a desconsideração, o menosprezo para comigo, para com este Instituto, de quem eu era delegado para com esta província, cuja Assembléia votara os fundos destinados à execução do serviço em questão.

Naturalmente se me perguntará por que razão o governo faltou à palavra empenhada para comigo no documento oficial que já transcrevi.

Não é necessário que eu me perca em conjecturas para achar a explicação do motivo que determinou o ato do Ex.^{mo} Sr. ministro do Império. Esse motivo se acha bem explicitamente declarado no aviso que S. Ex.^a dirigiu ao presidente desta província a 28 de dezembro de 1885. E que eu me achava incumbido de uma *comissão provincial*...⁽⁴²⁾

Essa franqueza ao menos honra a S. Ex.^a.

Sim. Uma *comissão provincial* não é digna dos favores, por pequenos que sejam, do governo de Sua Majestade. Nenhuma empresa literária, que tenha origem na província, merece ser amparada pelo poder central; e nenhuma há que de fato o tenha sido. O empreendimento do Instituto de Pernambuco, até certo ponto favorecido pelo Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Franco de Sá era um caso excepcional. E essa exceção não tardou muito que viesse suprimir o Ex.^{mo} Sr. Barão de Mamoré, pondo termo bruscamente a uma *comissão*, que por ser *provincial* não merecia senão o desprezo de S. Ex.^a.

⁴² ... não podendo continuar a correr por conta do Ministério a meu cargo, diz o Aviso, o pagamento dos vencimentos do lente da Faculdade de Direito do Recife, Dr. José Hygino Duarte Pereira, que se acha na Europa em comissão provincial, resolvei que a contar do 1º de dezembro próximo em diante cesso a referida despesa"...
A comissão é provincial. Ergo suspendam-se-lhe os vencimentos!

Bem sei que o governo imperial não faz jus ao título de protetor das artes, das letras e das ciências. Mas a verdade é que somente lhes liberaliza as suas graças na corte, ou fora dali no estrangeiro ou para com o estrangeiro; nas províncias não. Que se aponte o artista, o literato, o homem de ciência, provinciano e na província residente, que tenha medrado, em tanto quanto isto dependesse dos favores do poder central...

A *centralização*, que oprime o nosso país, tem pois levado as suas malhas até as letras. O movimento literário do Brasil, como tudo o que em uma nação é indício de vida, está concentrado ou tende a concentrar-se na corte. Pletora no centro, inanição nas extremidades!

O Ex.^{mo} Sr. Barão de Mamoré não fez senão obedecer a essa tendência do governo imperial, quando levantou o seu braço forte para aniquilar a malsinada *comissão provincial* do Instituto de Pernambuco.

Do modo o mais sumário obrigou-me a levantar mão de um trabalho que prometia ser proveitoso, sustou o serviço das cópias que com tanta dificuldade eu consegui organizar, comprometeu o resultado de uma empresa literária levada a efeito à custa das economias deste Instituto e do subsídio desta empobrecida província, não havendo outro ônus para o governo senão pagar ao lente que me substituiu na Faculdade quantia correspondente a minha gratificação — 1,600,000 réis por ano !!

Embalde este Instituto reclamou, sendo o seu pedido secundado pelo Ex.^{mo} ex-presidente o Conselheiro José Fernandes Costa Pereira Júnior e na corte pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. O Ex.^{mo} Sr. ministro do Império porém foi inabalável; respondeu que não revogava a sua anterior resolução, e tudo quanto a sua generosidade permitia era que me fossem pagos os meus vencimentos até a data em que o novo aviso chegasse ao meu conhecimento, devendo o presidente desta província providenciar para que eu voltasse o quanto antes a esta capital.

Assim procedeu o governo do Brasil. É curioso saber o que em um *caso análogo* se fez nos Estados Unidos, e eu vo-lo referirei, embora receie abusar ainda por alguns momentos de vossa benévola atenção.

O Estado de Nova York foi, como a parte setentrional do Brasil, uma colônia da Holanda, uma possessão da Companhia das Índias Ocidentais. No Arquivo real de Haia existem mapas e documentos que interessam à história e à geografia daquele Estado. Um Instituto da cidade de Nova York, justamente como o Instituto Arqueológico de Pernambuco, e levado pelos mesmos intuitos, formou o projeto de mandar colher os materiais para a história pátria ali existentes. Deixo que um escritor autorizado refira o modo por que esse projeto foi efetuado e qual o resultado que se obteve.

Desde 1814, diz Asher, ⁽⁴³⁾ os membros da *New York Historical Society* se esforçavam por coligir

⁴³ Bibliographical Essay.

documentos manuscritos nos arquivos públicos assim do país como do estrangeiro. Encontrando uma liberalidade sem limites da parte do governo e da assembléia do seu Estado, começaram por colher e fazer traduzir a expensas públicas aqueles documentos que na colônia deixara a administração holandesa. Quando esta tarefa se achou satisfatoriamente concluída, compreendendo aquele Instituto os seus deveres de um ponto de vista mais elevado, induziu o governo a fazer coligir nos arquivos europeus os papéis relativos à história de New York,

“De boa vontade o governo prestou de novo a sua anuência, e, tendo sido votado um largo subsídio, a investigação começou em 1841.” Foi dela encarregado o Sr. Brodhead que fez as suas primeiras pesquisas no Arquivo de Haia, “onde é provável que nenhum documento importante tenha escapado à sua atenção.” Além desse arquivo, o delegado do Instituto de Nova York “visitou outros em Amsterdã, Londres e Paris.” Concluída a missão do Sr. Brodhead, os documentos que ele reunira foram coordenados e publicados pelo Dr. O’Calaghan, “a quem o governo confiou esse trabalho. A obra compõe-se de 8 volumes em 4.º publicados a expensas do Estado de 1850 a 1860.” Em 1853 o sr. Brodhead, aproveitando esses materiais, publicou a sua excelente *History of the State of New York*.

Os que me ouvem e os que me lerem façam o confronto entre o caso da *New York Historical*

Society e o caso do Instituto Arqueológico de Pernambuco.

Quanto a mim, não podendo levar a minha longanimidade até o ponto de tolerar que o governo imperial bata moeda sobre a minha reputação; querendo salvar somente a minha honra, e não por vanglória, transcreverei no fim deste relatório a carta que o ilustrado general Netscher me dirigiu, por ocasião de enviar-me o seu retrato, e na qual dá testemunho, nos termos os mais benévolos para comigo, da minha assiduidade ao trabalho e do modo proveitoso por que eram por mim interpretados os velhos documentos do Arquivo de Haia.

Mostrarei também com o atestado do digno médico diretor do hospital civil de Haia que, com sacrifício de minha saúde, eu perseverava no trabalho encetado.

Refiro-me, enfim, não só ao periódico *Brésil*, que se publica em Paris, como à imprensa de Haia (*Dagblad e Vaderland* de 4 de fevereiro deste ano), aos quais não passou despercebida a minha presença no Arquivo daquela cidade, e ligaram a importância devida à comissão — embora provincial — que me levava à Holanda.

E se destes documentos que vos trago puder resultar uma réstea de luz para a história do meu país, e especialmente para a história de minha província, será este o meu melhor prêmio.

Dar-me-ei por sobejamente recompensado de todo o meu esforço.

(Uma palavra da salva de palmas cobre as últimas palavras do orador).

Ex.^{mas} Senhoras, e Srs.

— Se é grande o reconhecimento do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano pela generosidade com que soubestes corresponder ao seu convite, comparecendo à exposição dos trabalhos realizados na Europa pelo seu ilustre consócio, o Sr. Dr. José Hygino Duarte Pereira; maior é ainda a satisfação de que se acha possuído neste momento; descobrindo em vós o mais vivo interesse, produzido pela leitura do relatório, noticiando a aquisição de ignorados documentos históricos, ali arquivados e pacientemente coligidos por ele.

Ide agora, Srs., observar com atenção naqueles 30 mapas corográficos a feição primitiva do nosso país sob o véu melancólico da dor e da saudade no amargurado período da invasão e conquista estrangeira. Contemplai em seguida todos esses lugares assinalados pela resistência heróica deste povo guerreiro e desventurado, e se vos sentirdes arrastados a esses tempos de tribulação e angústia, deixai o vosso coração engolfar-se no culto das memórias do passado. Deixai que o amor e o respeito às idéias e fatos transmitidos pelos séculos, e que poucas raças conservam como a nossa, vos conduzam ao domínio da visualidade imaginativa. Vereis então, através da cerração vaporosa das matas, o fuzilar da artilharia do Arraial do Bom Jesus, as evoluções das colunas da infantaria inimiga, a ficção sombria do assalto, a repulsa, a

derrota, a fuga desvairada, enlabyrinthando-se uns pelos bosques, onde acham a morte, e correndo outros pelas estradas, onde vão cair aos tiros das guerrilhas de Luiz Barbalho nos lameiros das encruzilhadas!

Percorrei-os e encontrareis em um deles a cidade do Recife, circunscrita à estreita península oriental, comprimida em seu âmbito por altas e fortes paliçadas, as obras avançá-las do istmo e os redutos das ilhotas fronteiras, ilhotas formadas pelas ramificações destes mesmos rios tão largos e espraçados e tão diferentes hoje daqueles tempos.

A grande cautela dos invasores, provando com isso a conta em que tinham o valor dos nossos maiores, obstou-me a que Pedro Fernandes, transpondo aqueles rios seguido por algumas centenas de bravos à calada da noite, fosse ali surgir como um espectro vingativo da honra nacional. Era no peito do leão batavo, quando dormitava, que ele ia embeber na lâmina fulgente da sua afiada espada. Mas Deus não quis!

Aos ecos sinistros da surpresa e ao terror dos vigias que arrancam uivos, como se foram rafeiros espavoridos ao verem revoar os turbilhões de psilos e estrias das ficções e lendas mitológicas, desperta o leão nos quartéis e guarnições dos navios. O choque foi terrível!

Pedro Fernandes luta como um bravo, fere uns, derruba outros e já ferido e exangue, cai para sempre! Os outros fogem metralhados e muitos desaparecem na voragem dos rios, essa hora da

noite em completo preamar. Poucos são os que chegam às estâncias do continente para contar a história desse grande infortúnio. Os que os ouvem, consolam-se e apenas murmuram, porque estão convencidos de que a morte é o termo de todos os sofrimentos !

Encontrareis em outro mapa a planta e a perspectiva da cidade do Salvador, a primitiva capital do futuro Império do Cruzeiro. Examine as linhas de sítio, as trincheiras e os fossos, onde Maurício de Nassau, depois de um assédio de quarenta dias e perda de dois mil homens, sepulta o brilho das suas armas. É a glória do seu nome.

Foi essa a primeira vez, Srs., que a fortuna nos sorriu, depois de um largo período de revezes e sofrimentos, que melhor se imaginam do que se descrevem. Inconstante agora com os vencedores como caprichosa então conosco, quis daí por diante proteger-nos nas incertezas de uma acerba expectativa da metrópole. Produziu aquele feito d'armas o gérmen das desinteligências entre os diretores da Companhia das Índias Ocidentais e o conde Maurício. A benevolência dispensada por ele aos moradores nacionais foi a alma apaixonada dos seus profundos ressentimentos.

Estamos disso convencidos.

Maurício, ao embarcar para a Holanda *profetizou* que o Brasil-holandês estava perdido para sempre, e a *profecia* se cumpriu !....

Ouçamos falar agora os que já morreram, e

contar pela sua boca a história de certos acontecimentos ainda ignorados. Vejamos nessas narrativas, cheias de vida e sentimento, como transluz em suas feições o amor e o ódio, a alegria e o desprezo, o sofrimento e a vingança.

Exprimindo-me assim, não acrediteis, que tenho o ânimo obscurecido pela preocupação misteriosa que suscita relação com os mortos para ouvi-los e moverem-se, como na fantasia dos povos adolescentes os espectros sinistros nas criptas e cemitérios. Nada disso.

Ireis ouvi-los em realidade naqueles documentos venerandos, na prolação das palavras usadas, que chegam de longínquos tempos até nós com a mesma rapidez da luz no espaço, para vibrarem em nossos corações, eloqüentes e sonoras como foram atiradas ao papel.

Quatro cartas de D. Antônio Filipe Camarão, interceptadas pelo inimigo, talvez pelo vencedor de Serrão de Paiva, convidando, Pero Poty, Francisco Pavaraya e outros, ali se acham em original litografadas por benévola permissão dos ilustres diretores da Biblioteca de Haia. Lede-as, se conheceis o dialeto túpico em que foram escritas. Se, porém, não chegardes até aí, curvai-vos reverentes na presença do grande cidadão que fala desta pátria, resgatada afinal pelo seu valor para nós e nossos filhos.

D. Antônio Filipe Camarão, recolhido aos doze anos na aldeia Serigy, a poucas léguas de Igarassu, foi cuidadosamente educado pelos padres

da Companhia de Jesus. Aprendeu a ler e a escrever a língua tupi, a portuguesa e a traduzir o latim. A religião e os bons exemplos completaram a sua educação e modelaram o seu carácter pelo escrúpulo do dever, já de natureza grave. Não escrevia senão em sua língua, com receio de se exprimir inconvenientemente em português. É o testemunho da história que o afirma, testemunho confirmado agora por estas cartas do seu próprio punho.

Folheai as Nótulas ou registros das sessões do governo holandês no Brasil, as minutas das resoluções tomadas por ele a respeito dos negócios da administração, e sobretudo as atas da grande assembléia, convocada por Maurício.

Esta assembléia, Srs., na qual tomam assento como deputados 52 nacionais, submetidos pelas armas, não podia agradar aos diretores da Companhia, de quem Maurício recebia ordens como seu delegado imediato. E se eles não podiam ficar subordinados às resoluções da assembléia, ou Maurício tinha em mente constituir um estado para si, procurando o apoio do país, ou significava por este meio os seus ressentimentos pela desconsideração em que caíra, depois do malogro do cerco da Bahia, por cuja posse tanto se empenhavam a Companhia e os Estados-Gerais.

Como quer que fosse, são dignas de admiração a lealdade e a sobranceira com que os vencidos se pronunciaram por ocasião da proposta da concessão das armas, que se lhes tinha retirado por motivo de ordem pública.

Aceitaram a proposta com o sentimento da fé e do mais entranhado patriotismo, acrescentando a cláusula de não serem jamais empregadas contra os soldados do seu rei. É que eles, Srs., vindo de longe as imagens e as crenças que os rodearam no berço, mantinham a esperança de viver ainda no país, onde nasceram, livres do jugo estrangeiro.

Sublime rasgo de franqueza e bom senso que a *história* olvidava, mas que exprime uma das mais notáveis feições morais dos nossos progenitores !

Vereis também as deliberações do Sínodo Calvinista, onde o futuro operário da *História Eclesiástica do Império* irá encontrar notícias para trabalho completo que possa empreender.

Enfim, aí estão sob vossos olhos muitos outros documentos preciosos, ainda não conhecidos aqui, nem mesmo na Holanda, por aqueles que se ocuparam de notícias históricas do século XVII; algumas monografias interessantes, como a do ilustre Herckman a respeito do interior da Paraíba do Norte, panfletos e cópias autênticas de muitas particularidades proveitosas ao estudo da história, tesouro que um feliz acaso fez conhecido do nosso ilustre consócio, o Sr. Dr. José Hygino Duarte Pereira. Queremos falar da remoção para Haia de uma parte do Arquivo da Companhia que existia ignorada em Middelburg, acaso tanto mais surpreendente, quanto por uma deplorável providência se havia vendido em 1821, como papel inútil, a outra parte que existia em Amsterdã.

Entre eles, devemos lembrar-vos dois

pareceres e uma memória escrita ao rei de Portugal por Gaspar Dias Ferreira, descrevendo nesta o estado precário da Companhia, suas dificuldades econômicas e os pontos vulneráveis, por onde os agentes do rei podiam penetrar e recuperar as colônias da África e da América.

Os que leram o *Lucideno* devem conhecer de perto Gaspar Dias Ferreira, aí apresentado como um tipo singular de astúcia e corrupção, e por onde chegara com a mais íntima e expansiva familiaridade à mesa do conde Maurício e aos gabinetes reservados da fazenda e da justiça. Era com ele que se entendiam os pretendentes ricos aos favores dos tribunais e da administração. Intrigado e malvisto, partiu para a Holanda na Companhia de Maurício, a quem servira de secretário particular no malogrado assalto da Bahia. A fama do seu nome voara alvoroçadamente por cima do oceano, e ali chegara saltinhando como um trasgo pavoroso.

Preso, e condenado posteriormente, por crime de traição à pátria adotiva, segundo a prova da aludida memória, fugiu afinal astuciosamente ou protegido da sua estreita prisão para Portugal, sua terra natal, deixando sobre o estrado do cárcere uma carta em latim, que preenche a coleção das que ali se acham.

Não podemos passar em silêncio, depois de termos falado desses documentos inteiramente ignorados, um fato que a nossa história apenas refere sem o moralizar devidamente.

O célebre Antônio Vieira, algum tempo depois de Gaspar Dias (1647), aconselhava D. João IV no seu famoso *Papel forte*, que abandonasse Pernambuco aos holandeses, e entre outras razões, porque o motivo da revolução não era restituir a Portugal as terras que lhe pertenciam, mas esquivarem-se os revoltosos a pagar o muito que deviam aos holandeses. Depois afirmava com afrontosa temeridade, que os direitos de Portugal eram nulos, porque neste mundo o único direito sério era o direito da força !

Enquanto um homem geralmente admirado pela elevação de sua inteligência, como Antônio Vieira, aconselhava lisonjeiramente ao rei que desamparasse os intrépidos defensores da pátria, que buscavam reivindicá-la pelas armas com sacrifício do seu sangue e da sua fazenda; que os entregasse desfavorecidos à vinda estrangeira, ainda mesmo que se sujeitasse à indenização, de seiscentos mil cruzados exigidos pelo prejuízo da guerra; o outro, arrastado pelas camadas incultas da sociedade, obedecendo talvez ao sentir e ao viver do seu passado, dizia francamente ao rei: a Companhia está falida, ofereci-lhe uma indenização qualquer; se recusar aceitá-la, mandai corromper os diretores, mas salvai o Brasil que é vosso !

Enquanto, porém, o Duque de Bragança refletia sobre a boa ou má fortuna desses conselhos, os insurgentes, vitoriosos em duas batalhas campais nos Guararapes, obrigavam os invasores depois de anos, a deixar para sempre conquista do Brasil!

Antônio Vieira, aturdido com a nova deste glorioso desenlace, pressentiu fugir-lhe o valimento conquistado pela lisonja, e então descendo do seu elevado pedestal veio dizer, que só a milagre se podia atribuir o êxito feliz das nossas armas. Era, porém, o milagre do esforço e da coragem, que resgatava um povo de heróis do cativo a aconselhado por ele!

Gaspar Dias, obscurecido pelas sombras da corrupção, nunca foi visto, nem mesmo através desse rasto luminoso que penetrava no âmago da solução! Senão para ser desprezado pela vilania de suas ações!

Srs. o Instituto reconhece desde muito que a *História do Brasil* não é exata, nem completa, não obstante datar de tempo pouco remoto a sua existência social.

Sabia que na Europa estavam as suas fontes, os elementos sociais de então, e nos quais melhor podia-nos conhecer o caráter, os costumes e o grau de civilização daqueles tempos, para chegarmos pela escala da evolução às teorias da sociedade moderna.

Dirigiu-se a um ministro de Estado,⁽⁴⁴⁾ filho de Pernambuco e seu representante vitalício, pediu-lhe que o auxiliasse na consulta daquelas fontes, e S. Ex.^a respondeu secamente, que a história já era conhecida; e quanto à parte relativa à conquista holandesa, sendo cousa peculiar à província, não podia o governo-geral contribuir para isso!

Quem estuda e observa atentamente os

⁴⁴ Ao Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.

grandes acontecimentos de 1630 a 1654, reconhece que sem o esforço maravilhoso desses heróis legendários que foram nossos progenitores, o Brasil, do Amazonas ao cabo de S. Maria, teria sucumbido a espada do vencedor. Então pergunta a si mesmo, no silêncio do seu gabinete, com o desaforo natural e simpático às suas tendências de nacionalidade: onde estaria a fisionomia moral deste vasto Império, tão alterada nessa história ministerial, tão deturpada nas suas crenças religiosas e políticas, nas suas tradições populares, nas suas dores comparadas, se não fosse Pernambuco?

Para se escrever a história do Brasil, é necessário primeiro escrever a história desta nobre província, porque foi ela quem deu a nacionalidade de que tanto se orgulham os brasileiros.

É certo que em 1853 aparecera em língua francesa a *Notícia Histórica* do Sr. Netscher acerca dos Países Baixos e o Brasil no século XVII.

Foi por ela, que principiamos melhor a conhecer a história do Brasil holandês, a organização da célebre Companhia das Índias Ocidentais, seus recursos, seus intuitos, suas expedições e conquistas, seus homens, sua prosperidade e decadência, com os fatos ocorridos que ignorávamos, pois, que os nossos historiadores não se ocuparam senão em descrever os sofrimentos dos vencidos, as violências e iniquidades dos vencedores.

Apesar da elevação com que foi escrita a *Notícia*, a maneira por que fala dos nacionais, sem

Ihes diminuir os méritos, a linguagem fluente e polida, os documentos com que autoriza as suas observações críticas, apesar de tudo isso dize-nos. veio Varnhagen em 1871 retificar alguns fatos na sua *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, e cousa extraordinária, servindo-se em muitas partes da autoridade de Fr. Rafael de Jesus, a quem antes chamara de *insensato!*

Pelo que se percebe, Varnhagen pretendeu manter o que já havia dito, ainda que resumidamente, na sua *História Geral*, publicada em 1854.

O escritor holandês não empreendera uma história propriamente dita, ocupou-se apenas de um período. Confrontou as provas que descobriu, tanto públicas como particulares: comunicações oficiais, ordens, memórias, panfletos e outros escritos no louvável intuito de discernir o falso do verdadeiro. segundo ele próprio declara, e ainda mais, que nas contestações partidárias procurou descobrir o lado em que estava a razão.

Não desconhecemos a parcialidade dos escritos de Varnhagen. Naquela sua *História Geral* considera sempre bom o estado geral da nação; e com os olhos fitos no rei condena os que pensam que as instituições e as revoluções sejam a expressão de uma lei, que se manifesta no meio dos erros e das iniquidades dos homens. Julga antes um ato de generosidade dos soberanos ou de ingratião dos súditos, bem governados em todo o tempo e mal-agradecidos sempre!

Estimula-se contra os republicanos de 1817, por terem procurado destruir o absolutismo do rei e investe-os por isso com aspereza de linguagem, sem mostrar por eles, ante o espetáculo pavoroso do patíbulo, o mais leve sentimento de caridade ou compaixão!

Como quer que seja, as dúvidas criadas por ele ficaram, como sucedera com o *Lucideno* e o *Castrioto*.

Fr. Manuel do Salvador, testemunha presencial de muitos fatos que refere, escrevendo no teatro dos acontecimentos a história que intitulou *Valeroso Lucideno*, embora a falta de correção de linguagem, de ordem e dignidade na narração, devia ter referido a verdade, por serem os testemunhos, como o dele, fonte de verdade histórica no domínio da ciência.

Mas, apareceu depois Fr. Rafael de Jesus, e deu outro rumo aos acontecimentos, na obra que publicou em 1679, e que denominou *Castrioto Lusitano*.

Escreveu sob a inspiração de João Fernandes Vieira, um dos heróis da restauração, igualmente bem informado dos fatos, mas interessado na representação do primeiro papel.

Como mais tarde se compreendeu, a história tinha estes intuitos: encarecer determinadamente os serviços, aliás importantes, de Vieira, atribuir-lhe grande valor na época da invasão e grandes virtudes no domínio holandês, no meio da corrupção que

lavrava entre os dominadores. Atribuir-lhe a concepção do plano da restauração, a glória exclusiva da direção da guerra e dos mais ilustres feitos de armas, asseverando que sempre fora protegido pelo céu em repetidas visões e milagres, que descreve.

O *Lucideno* não concluiria a história da restauração, e se em geral o *Castrioto* era mais procurado, mesmo porque, nele se lêem aquelas falas cheias de imagens e conceitos, que o autor pôs na boca dos nossos guerreiros, com o que leitores e ouvintes entusiasmavam-se com as recordações do passado, trouxe este livro grandes dúvidas e a história se desfez.

Nestas circunstâncias, o que fazer quando essas dúvidas iam sendo cada dia mais justificadas por documentos e livros que a investigação descobria?

O *Instituto Arqueológico*, criado para fazer alguma cousa, conseguiu organizar a sua pequena biblioteca, onde já se encontram dezenas de documentos importantes, manuscritos e monografias raras de grande proveito para a história.

Pierre Moreau, De Laet, João Nieuohof, Van den Broeck e outros, em confrontação com os escritores portugueses antigos desde Fr. Manuel do Salvador, conde da Ericeira até Rocha Pita, aconselhavam instantemente a consulta às fontes e aos arquivos europeus, e tanto mais urgente se tornava essa necessidade, quanto a força de repetir

se vão *fazendo* histórias e resumos, prejudiciais ao ensino nas escolas.

O *Instituto Arqueológico*, profundamente agradecido à ilustre Assembléia desta província, manifesta em público o seu reconhecimento pela valiosa coadjuvação que lhe prestou na enviatura do cavalheiro e seu distinto consócio, que na Europa procurou corresponder a sua confiança, esmerando-se com paciente trabalho na aquisição do muito que ainda faltava para uma história exata, e onde a verdade transluzisse pela segurança dos fatos e relações mais ou menos diretas.

Em Londres conseguiu, por graciosa permissão do Museu Britânico, a cópia dos dois volumes de cartas régias, que aí encontrareis, tendo a fortuna de descobrir o original do registro completo da correspondência oficial de F. X. de Mendonça Furtado, governador do Pará, assim como obteve das livrarias daquela soberba capital magníficas viagens antigas e modernas, e notícias ilustradas do Brasil e da América em geral, que muito servirão ao futuro historiador na inspiração da nossa fisionomia nacional naqueles primitivos tempos.

Em Haia, onde o Sr. Dr. José Hygino foi acolhido com honrosas distinções pelo governo e homens de letras, e que sabem compreender quanto por elas se estreitam os laços de fraternidade entre as nações, encontrou o rico tesouro de Middelburg com as franquezas liberalizadas.

O nosso ilustre compatriota, e — seja dito

sem ofensa da sua natural modéstia —, surpreendendo os homens mais competentes no conhecimento do holandês antigo, dedicou-se ao estudo e investigação dos documentos originais que mais convinham ao esclarecimento da história da província. Obreiro incansável e zeloso copiou uns e fez copiar outros, que foram autenticados, depois, pelos oficiais designados pela autoridade superior do arquivo nacional. Foi em seguida à Zelândia, a Roterdã, a Amsterdã e outras câmaras, que haviam entrado na organização da Companhia das Índias, em busca de tudo quanto pudesse interessar-nos. Coligiu outros escritos, crônicas e algumas gravuras antigas dos generais e almirantes que mais figuraram em nossas lutas, fac-símiles, e o precioso Atlas do Brasil holandês, original do ilustre Marcgraf, com uma carta geral da costa pelo célebre almirante Lichthardt.

E quando voltava para Haia e retomava o seu posto de laboriosas pesquisas naquele imenso repositório de preciosidades históricas, foi informado de Londres que, por ofício do inspetor da tesouraria da fazenda desta província, estavam suspensos os seus vencimentos de lente da Faculdade de Direito do Recife, que lhe valiam a sua subsistência no estrangeiro!

Sim, senhores, a sua subsistência, o pão de cada dia !...

O Sr. Dr. José Hygino partira para a Europa à custa desses vencimentos, concedidos pelo governo imperial. É fácil avaliar qual fosse a

dolorosa impressão que uma semelhante notícia produziu no seu espírito, tão longe da pátria, dos parentes e dos amigos, sabendo-se que o homem de letras neste país tem lugar reservado entre os mais pobres!

Não lhe valeu a palavra do governo, garantindo-lhe aquelas vantagens, como auxílio de pequeno favor à província!

Não lhe valeu a natureza da comissão, nem o caráter oficial de que o investiram, e em cuja qualidade fora apresentado e recebido no estrangeiro! Não lhe valeu nem mesmo essa tendência generosa, que os filhos de um mesmo país sentem entre uns e outros em terra estranha com irresistível espontaneidade de proteção e abrigo! Nada disso lhe valeu!...

As nuvens pesadas, que passavam, varridas pelo vendaval do ocidente, desfizeram-se ao norte da Europa sobre a cabeça do nosso respeitável consócio, quando, vergado ao peso do estudo e do trabalho, desentranhava da obscuridade dos tempos a glória do nome pernambucano!

Já vimos, senhores, que um ministro de Estado e senador de Pernambuco nos trancara a porta da aquisição de elementos viçosos e robustos que dissipassem as dúvidas e erros da história, e expusessem ao mesmo tempo à imaginação as fontes da poesia e literatura nacional. Veio outro, mau grado o dizemos; também do norte, como um tufão esterilizador, arrancar pela raiz a arvorezinha que cultivávamos com esmero, quando principiava a dar os seus primeiros frutos !...

Não há dúvida: o cancro da centralização política e administrativa estende as suas raízes. São cérebro do Norte!

Sem pretendermos entrar nos motivos daquela providência, quando outros lentes da Faculdade eram desviados do magistério em comissões, sem necessidade reconhecida, não podemos deixar de lamentar a desconsideração, a que o ato do governo imperial expunha o nosso consócio no estrangeiro, de onde, para evitar a humilhação, regressou imediatamente para a pátria, na qual é felizmente conhecido e apreciado pela robustez da sua inteligência e modéstia do seu carácter.

Ao Ex.^{mo} Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira dirige o *Instituto* um voto de reconhecimento e de gratidão pelo que fez nessa triste emergência em honra do nome pernambucano.

Não obstante, senhores, as fadigas das aturadas investigações e do curto espaço de tempo de que dispôs na Europa o Sr. Dr. José Hygino, aí tendes naquele magnífico tesouro o mais essencial da nossa História pelo lado dos holandeses.

A publicação de todos os documentos, ainda não conhecidos no Brasil, na *Revista do Instituto Arqueológico*, é uma necessidade urgente, que deve ser satisfeita para que cheguem a todos os que se interessam pela história do país. Com eles, com os valiosos subsídios publicados pelo *Instituto Histórico* da corte na sua excelente *Revista trimensal* e com

o que referem os escritores portugueses, nomeadamente Fr. Manuel do Salvador, o mais fiel d'entre eles, como agora se reconhece, podem os homens de talento e gosto escrever a nossa história e rasgar os mais formosos horizontes ao ideal dos poetas e romancistas, oferecendo-lhes nessas suaves e veementes recordações do passado uma base segura aos nossos destinos literários.

Senhores, depois destas palavras que acabastes de ouvir com a natural bondade do vosso coração, nada teríamos dito, se deste lugar de honra imérita que ocupamos, não nos manifestássemos profundamente agradecidos, da nossa parte e da do *Instituto*, aos nobilíssimos cavalheiros neerlandeses, honra e glória da sua Nação, pelo porte bizarro da soberania com que Deus asselou a superioridade intelectual e moral, que lhes coube em partilha, acolhendo o nosso honrado compatriota nas eminências da sua hierarquia.

Se não lhe perguntavam de onde vinha, senso pelo que valia, reconhecendo desde logo a afinidade da origem que dá a primazia; o *Instituto*, lisonjeado por esse juízo, tem por dever inclinar-se ante esses vultos da ciência e das letras para saldá-los agradecido deste lado do oceano.

Ao nosso ilustre companheiro de trabalho, um fraternal aperto de mão, pelo grande serviço que acaba de prestar à província e ao país.

(O orador foi vivamente aplaudido e cumprimentado depois).

Recife, 8 de maio de 1886.

Maximiano Lopes Machado.

La Haye Le 13 Janvier 1886

Mon cher Monsieur Pereira: — Je m'empresse de vous envoyer, come vous me le demandiez, un de mes portraits fotografiques pour l'offrir à *Institut Archéologique de Pernambuco*, et je vous assure que je me trouverai fort honoré, si cete société de savants daignera accepter cet envoi, que je n'oserais jamais faire, si ce ne fût par votre intermédiaire et sur votre initiative.

Permettez-moi devous offrir en même temps un exemplaire de ce portrait pour vous personelement, mons. Pereira, come souvenir des relations amicales que j'ai eues avec vous pendant votre séjour à la Haye. Je me plais à y ajouter, que j'espère sincèrement que vous aurez beaucoup de satisfaction des travaux assidus que vous avez faits ici aux Archives du Royaume. Pendant plusieurs mois que j'y ai travaillé presque tous les jours simultanément avec vous, j'ai remarqué le courage et la persévérance avec lesquelles vous avez, malgré votre santé délicate, poursuivi vos recherches historiques, et j'ai admiré le talent que vous possédez à déchiffrer ces énormes liasses de vieilles écritures dans une langue qui vous est étrangère, et qui meme pour nous *Holandais* présentent parfois de si grandes difficultés. Si j'ai, de temps en temps, pu vous etre de quelque service pendant votre séjour

ici, je puis vous assurer que cela m'a été bien agréable, et que je regrette seulement que l'occasion ne s'en est pas offerte plus souvent.

Ci-joint j'ai l'honneur de vous envoyer avec mille remerciements les 3 volumes du *Catalogo da Exposição de Historia do Brazil*, un ouvrage colossal, qui fait honneur aux auteurs et que j'ai consulté avec un vif intérêt.

Permettez-moi, mon cher Monsieur, à cette occasion, de fixer votre attention sur une affaire personnelle, qui m'a frappée en parcourant votre catalogue. J'y trouve à la page 925 du 1.^{er} volume, au numéro 10616, l'étude historique que j'ai publiée en 1853 sous le titre - *Les Hollandais au Brésil*, et non pas les hollandaises; mais ce n'est pas de cet amusant erratum que je veux parler, il s'agit d'autre chose.

Ce travail de ma jeunesse, je l'avoue volontiers, n'est plus à la hauteur de ce que l'on peut exiger à présent, après les trésors qui depuis trente ans ont été trouvés et consultés dans nos archives et dans celles du Brésil et du Portugal. Mr. de Varnhagen l'a dit il y a quelques années et me l'a durement et je crois assez injustement reproché dans son livre — *Historia das Lutas* etc (n.º 10620 du catalogue) en 1871. Ce n'est que près de deux ans plus tard que j'ens connaissance de cet ouvrage, et j'ai répondu dans une brochure de 1873 (n.º ... 10622): qui en 1853 j'avais fouillé les Archives qui existaient alors à la Haye et qu'en tout cas j'avais avec une entière impartialité, donné pour l'histoire

du Brésil plus qu'aucun de mes compatriotes n'avait fait avant moi. Mon ami regreté, feu Mr. Joaquim Caetano da Silva, en 1853 chargé d'affaires du Brésil à la Haye, avait la même conviction, et ce fut lui qui m'encourageait à publier mon livre et à le dedier à Sa Magesté l'Empereur.

Après ma replique de 1873 à Mr. de Varnhagen, dont j'ai envoyé quelques exemplaires à son Excel., je n'ai rien entendu de lui, mais maintenant je vois avec étounement dans votre catalogue au n.º 10623 que le Baron de Porto Seguro a écrit en 1874 un mot de reponse à ma brochure de 1873, sans qu'il ait eu la politesse de me l'envoyer!

Si par hasard vous pourriez me procurer soit au Brésil soit ailleurs un exemplaire de cete brochure, mon cher monsieur, vous me rendriez un grand service.

Veuillez, je vous en prie, me rapeler au bon souvenir de madame Votre épouse. J'espère encore venir vous voir avant votre départ, en atendant je vous serre la main et je vous prie de me croire.

Votre dévoué serviteur.

P. M. Netscher

Général major.

*

* *

— II^{mo} Sr. Dr. José Hygino Duarte Pereira. —
Roterdã, 25 de Janeiro de 1886.— Pela carta que

V. S. se dignou dirigir-me em 20 do corrente, fico
ciente de ter resolvido antecipar o seu regresso ao
Brasil para onde parte no dia 1.º de fevereiro
próximo.

Ao deixar V. S. essa cidade, devo felicitá-lo
pelo resultado de sua comissão, cujo bom
desempenho foi V. S. infatigável, esquecendo-se
mesmo de sua saúde sempre alterada.

Assim, durante quase um ano de aturado
exame nos arquivos de Haia, onde foi notável a sua
assiduidade, pôde V. S. organizar a bela coleção de
documentos da ocupação holandesa no Brasil, cuja
importância histórica será, por certo, apreciada
devidamente pelos homens competentes do nosso
país.

Aproveito com prazer a oportunidade para
reiterar a V. S. as seguranças de minha perfeita
estima e distinta consideração.

A. C. Teixeira, Cônsul-geral do Brasil.

*

* *

G. S.— Le soussigné déclare que Monsieur
le Professeur Dr. Duarte Pereira souffre beaucoup
de l'insomnie et autres symptomes nerveux qui lui
empêchent le travail intellectuel. Un repos absolu
lui est nécessaire. Pour cela et pour acquérir ses
forces, Monsieur Pereira doit repatrier et s'abstenir
de toute application intellectuelle pendant quelques
mois. — Dr. G. P. Tienhoven.

Médecin Directeur de l'hôpital civil de la
Haye.

La Haye 9 Février 1886.

La Haye ce 22 Janvier 1886

— *Monsieur!* — En suivant votre demande, j'ai l'honneur de vous adresser ci-joint une note sur l'histoire de nos archives des Indes Occidentales, dont malheureusement une partie provenant de la chambre d'Amsterdam a été détruite ou vendue en 1821 come des paperasses sans valeur.

Je suis heureux d'apprendre que ce qui reste vous a fourni des renseignements utiles et intéressants qui, depuis le mois d'Avril de l'année passée, vous ont fait fréquenter assidoiment notre dépôt et vous metre en etat d'emporter au Brésil une ample moisson de documents utiles.

J'ajouterai que le cas échéant nous-serons toujours prêts à fournir soit à vous même ou a votre gouvernement tous les éclaircissements possibles sur des questions encore ouvertes.

Agréez également, Monsieur, l'assurance de ma parfaite considération — L'Archiviste du Royaume. — PF. C. vanden Bergh. A'Monsieur J. H. Duarte Pereira, Professeur a Pernambuco (Brésil).

*

* *

Notice sur les Archives concernant le Brésil, conservées aux Archives du Royaume des Pays Bas.

— En 1821 les archives des ci-devant Compagnies des Indes Orientales et Occidentales et celes des directions suivantes antérieures à l'année

1813, étaient conservées à Amsterdam dans le magasin de la Compagnie dit Batavia, dans le souterrain du magasin dit l'ancien chantier et dans le bâtiment de la Compagnie nommé: «Oost-Indiesch binenhuis.»

D'après une résolution du Ministre des Colonies du 27 Novembre 1821, n.º 26, prise en vertu des rapports des commissaires de la 4^{me} et 5^{me} division «affaires des Indes Orientales et Occidentales» une partie de ces archives fut vendue comme papier de rebut, en considération «que parmi ces archives se trouvait une grande quantité de livres et d'autres papiers, qui à cause d'humidité, d'insectes et de déplacements continuels étaient considérablement endommagés et devenus hors d'usage, pour la plus grande partie du XVII^e siècle, tandis que parmi ceux de date plus récente quelques uns étaient en double et d'autres de trop peu d'importance pour être conservés.»

A cete occasion tous les papiers de la Compagnie des Indes Occidentales du XVII^e siècle, à l'exception d'un petit nombre de registres, ont été anéanties, entre autres aussi les pièces concernant l'occupation du Brésil par les Hollandais jusqu'à l'évacuation en 1654.

Les archives coloniales furent en l'anée 1832 transportées à l'établissement du ministère des colonies à Amsterdam, dit «le West-Indiesch Slagthuis.»

Toutes ces archives cependant, pour autant

qu'elles concernent celles de la Compagnie des Indes Occidentales, étaient originaires de l'ancienne direction centrale de la Compagnie nommée l'assemblée des XIX et plus tard des X, et de la chambre d'Amsterdam, tandis que celles de la chambre de Zélande étaient conservées à cette époque à Middelbourg.

Elles ont été transportées à Amsterdam en 1851. Parmi les papiers de cette chambre se trouvait une collection importante et volumineuse concernant l'occupation du Brésil par les Hollandais.

Toutes les archives des anciennes directions des colonies ont été réunies aux Archives du Royaume à La Haye aux mois d'août et septembre 1856.

Lorsque Mr. Netscher publiait en 1853 son ouvrage «les Hollandais au Brésil», il avait connaissance, par un article paru en 1848 dans l'écrit périodique le *Gids*, de la vente d'une partie des archives en 1821, et seulement au moment que son ouvrage était presque entièrement imprimé, il apprit que les archives de la chambre de la Zélande de la Compagnie des Indes Occidentales étaient transportées de la ville de Middelbourg à Amsterdam. A cette époque néanmoins cette collection n'était pas encore arrangée, et à l'occasion d'une visite que l'auteur fit à l'établissement colonial à Amsterdam on ne lui montra qu'un ou deux registres des résolutions des directeurs de la chambre de Zélande.

C'est pour cette cause que Mr. Netscher communiquait dans la liste raisonnée des sources

consultées pour la composition de son ouvrage, page XIII: «Cependant ces archives a Amsterdam sont de plus d'intérêt pour l'administration intérieure de la Compagnie que pour l'exposé général des événements. «La riche collection de la correspondance du Gouverneur du Brésil et autres autorités civiles et officiers supérieurs, ainsi que les résolutions du conseil colonial au Brésil, lui restait absolument inconnue.

Il reste encore à observer que dans ce temps la direction des archives n'avait pas encore admis le système d'accessibilité et de publicité.

COLEÇÃO BRIEVEN PAPIEREN

1630

Carta de Victor de Vroe à Assembléia dos 19,
2 de abril.

Carta do mesmo à Assembléia, 2 de abril.

Carta de Adolf van Nes aos diretores da
Companhia, 3 de abril.

Carta de H. Cornelissoon Lonk aos diretores.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores
da Companhia, 3 de abril.

Carta de Pieter van der Hagen aos diretores,
3 de abril.

Carta de H. C. Lonk ao conselho político do
Brasil, 8 de abril.

Plano do forte que se há de fazer na ilha de
Antonio Vaes, 29 de Abril.

Plano das paliçadas com que se há de cercar
os fortes de Pernambuco, sem data.

Memória de Adriano Verdonck a respeito da
situação, praças, aldeias e mercadorias do Brasil, 20
de maio.

Plano do forte que se há de fazer no Recife
de Pernambuco, 25 de maio.

Plano da obra avançada que se há de fazer
no sul das casas de Antonio Vaes, 23 de junho.

Declaração do conselho político, 16 de Julho.

Carta do coronel D. van Waerdenburg à
Assembléia dos 19, 23 de julho.

Carta dos conselheiros políticos aos diretores
da Companhia, 26 de julho.

Carta do conselho político aos diretores, 23 de Setembro.

Carta de S. Carpentier aos diretores, 25 de setembro.

Carta de J. Cornelissen aos diretores, 27 de setembro.

Carta de J. van Walbeek à Assembléia dos 19.

Carta de Paulo de Serooskercke à Assembléia dos 19, 30 de setembro.

Carta de D. van Waerdenburg à Assembléia dos 19, 21 de setembro.

Carta do conselho político e oficiais superiores aos diretores, 4 de outubro.

Carta do conselho político aos diretores, 12 de outubro.

Carta do conselho político aos diretores, 19 de outubro.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores, 22 de outubro.

Carta do conselho político aos diretores, 29 de outubro.

Carta do conselho político aos diretores, 27 de outubro.

Carta de J. van Walbeek à Assembléia dos 19, 28 de outubro.

Carta do conselho político à Assembléia dos 19, 2 de novembro.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores, 21 de dezembro.

Acordo provisório entre o conselho político e os oficiais superiores sobre diversos pontos, sem data.

1631

Carta dos engenheiros Pieter van Buren e Andreas Dreswisch ao conselho político, 31 de janeiro.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 2 de fevereiro.

Carta de Paulo de Serooskercke aos diretores, 1º de abril.

Relatório de J. Jacobbs Cranendonck sobre os navios do Brasil, 13 de março.

Carta de Paulo de Serooskercke aos diretores, 3 de abril.

Carta do capitão Coecke a Paulo de Serooskercke, 14 de maio.

Carta do mesmo ao Sr. Droogenbroot, 15 de maio.

Carta geral do conselho político aos diretores, 30 de maio.

Carta de Paulo Serooskercke à Assembléia dos 19, 1º de junho.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 3 de junho.

Carta de P. de Serooskercke ao capitão Coeck, 11 de junho.

Carta de Joos Coeck aos diretores, 12 de julho.

Pareceres dos oficiais superiores sobre os empreendimentos que deviam ser efetuados, 13 de julho.

Parecer de Paulo de Serooskercke, 14 de julho.

- Algumas cartas portuguesas a 16 de julho.
 Parecer do conselho político, 16 de junho
 Parecer de Paulo de Serooskercke, 18 de julho.
 Pareceres dos oficiais superiores, 21 de julho.
 Carta de J. Coecke aos diretores, 29 de julho.
 Declaração do prisioneiro Pedro Alves de Madeira, 26 de julho.
 Carta geral do conselho político à Assembléa dos 19, 30 de julho.
 Carta de Paulo de Seroskercke aos diretores, 1º de agosto.
 Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 2 de agosto.
 Carta de P. de Serooskercke aos diretores, 3 de agosto.
 Carta de A. J. Pater aos diretores, 4 de agosto.
 Carta de Paulo Serooskercke aos diretores, 3 de agosto.
 Carta de Joris Adriaensz Calf aos diretores, 27 de agosto.
 Diário de Johan van Leeuwencen desde 27 de agosto até 27 de setembro, e de 3 de agosto até 23 de setembro.
 Informações sobre o combate naval, 25 de setembro.
 Carta de J. Coecke aos diretores, 3 de outubro.
 Carta de Paulo a Serooskercke, 3 de outubro.
 Interrogatório do português Gaspar Desseyen do Porto, 6 de outubro.
 Carta de J. Mast e Jacques Cauwe aos diretores, 6 de outubro.

Resposta de Pieter van der Hagen sobre a proposição que se fez, 6 de outubro.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores, 7 de outubro.

Carta de D. d'Outrelean aos diretores, 7 de outubro.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 8 de outubro.

Carta de P. de Serooskercke aos diretores, 8 de outubro.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 8 de outubro.

Carta de Pieter van der Hagen à Câmara do Mosa, 4 de novembro.

Carta do ministro Pistorius aos diretores, 4 de novembro.

Carta geral do conselho político à Assembléia dos 19, 4 de novembro.

Carta de Maarten Thyssen ao Sr. ten. Hoef, 7 de novembro.

Carta de Cornelis Craey ao snr. Drochbroot, 8 de novembro.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores, 9 de novembro.

Carta de P. de Serooskercke aos diretores, 9 de novembro.

Estratos das declarações de André Tacoe e outros índios, 12 e 16 de novembro.

Considerações de J. van Walbeek sobre a situação da Companhia no Brasil, 27 de novembro.

Parecer de Pieter van der Hagen ao conselho político, 27 de novembro.

Parecer de P. de Serooskercke sobre a facção que se devia efetuar, 27 de novembro.

Parecer de S. Carpentier, 27 de novembro.

Parecer dos oficiais superiores, 28 de novembro.

Estrato de algumas cartas portuguesas, 2 de dezembro.

Resoluções tomadas pelos oficiais do exército diante do Cabedelo no porto da Paraíba, 7 de dezembro.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 20 de dezembro.

Carta de B. Nouters e B. J. Nachtgael aos diretores, 20 de dezembro.

Estrato de cartas portuguesas, 27 de dezembro.

Carta geral do conselho político aos diretores, 29 de dezembro.

Carta de Pieter van der Hagen aos diretores, 30 de dezembro.

Carta geral do conselho político aos diretores, 31 de dezembro.

Carta de P. de Serooskercke aos diretores, 31 de dezembro.

Memória do índio Marciliano, sem data.

Instruções dadas ao capitão Albert Smient, sem data.

Instruções para o capitão Joost Colster, sem data.

Carta de Pedro Poty, sem data.

Declarações de alguns índios, sem data.

1632

Carta d'Outreleau aos diretores, 6 de janeiro.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores,
6 de janeiro.

Carta geral do conselho político aos diretores,
6 de janeiro.

Carta de Johan van Walbeeck aos diretores,
6 de janeiro.

Carta de P. de Serooskercke, 9 de janeiro.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 19
de fevereiro.

Parecer dos oficiais sobre o desalojamento
de Albuquerque, 4 de março.

Parecer dos oficiais sobre o cerco do cabo
de S. Agostinho, 17 de março.

Parecer dos oficiais de marinha sobre o
mesmo assunto, 6 de abril.

Carta do S. Carpentier, 8 de abril.

Carta geral do conselho político aos diretores,
9 de abril.

Carta de Maarten Thyssen aos diretores, 9
de abril.

Carta de J. van Walbeeck aos diretores, 9 de
abril.

Carta do Conde de Bagnuolo a D. van
Waerdenburg, 28 de abril.

Carta de J. Mast aos diretores, 8 de maio.

Carta geral do conselho político aos diretores,
8 de maio.

Carta de J. van. Walbeeck aos diretores, 8 de
maio.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores,
9 de maio.

Informações de um prisioneiro português,
29 de junho.

Informações de um outro prisioneiro, 29 de
junho.

Informações de Antonio Pereira, 8 de agosto.
Ofício do conselho político aos diretores, 14
de agosto.

Carta de J. Mast aos diretores, 15 de agosto.
Carta de D. van Waerdenburg aos diretores,
16 de agosto.

Carta do Conde de Bagnuolo ao D. van
Waerdenburg, 1º de novembro.

Carta de Carpentier aos diretores, 10 de
novembro.

Diário do que se passou na costa do Brasil,
15 de agosto a 11 de novembro.

Carta de J. van Walbeek aos diretores, 12
de novembro.

Carta de D. van Waerdenburg aos diretores,
12 de novembro.

Interrogatório de Leonàrd van Lomel, 12 de
novembro.

Carta geral do conselho político aos
diretores, 13 de novembro.

Tradução de cartas portuguesas, de agosto
a setembro.

Tradução de cartas escritas por Jerônimo de
Paiva.

Estrato de cartas portuguesas.

1633

Carta de M. van Cealen e J. Gysseling aos diretores, 1º de março.

Carta de J. Glysseling aos diretores, 20 de julho.

Carta do mesmo aos diretores, julho.

Carta de Christofel Barents aos diretores, 15 de agosto.

Carta de M. van Ceulen e J. Gysseling aos diretores, 19 de agosto.

Carta (sem assinatura) aos diretores, 3 de outubro.

Diário da expedição do Rio Grande, 20 de dezembro.

1634

Cartas da Assembléia dos 19, 4 e 5 de janeiro.

Carta de Sigismundus van Schopen à Assembléia dos 19, janeiro.

Carta de W. Joost Glimmer aos diretores, 9 de fevereiro.

Carta de B. Gartsman aos diretores, 15 de fevereiro.

Carta de Gartsman aos delegados da Companhia, 10 de março.

Carta de W. J. Glimmer aos delegados da Companhia, 26 de março.

Carta de Carpentier aos diretores, 18 de Abril.

Carta de M. van Ceulen aos diretores, 8 de abril.

Carta de C. H. Lucifer e C. Barents aos diretores, 2 de junho.

Carta de Sigismundus van Schopen à Assembléia dos 19, 3 de junho.

Carta de W. Schot aos diretores, 4 de junho.

Carta de Garsman aos diretores, 28 de junho.

Carta de J. van Walbeeck à Assembléia dos 19.

Carta do Conselho político à Assembléia dos 19, 2 de setembro.

Considerações do tenente-coronel B. Byma sobre o estado das cousas no Brasil, 13 de outubro.

1635

Carta de Samuel Lucas aos diretores, 29 de abril.

Carta de François Blonde aos diretores, 12 de maio.

Carta do conselho político à Assembléia dos 19, 15 de junho.

Carta de C. van den Brand aos diretores, 16 de junho.

Condições para o corte do pau-brasil, sem data.

Carta de J. C. Jongneel aos diretores, 29 de junho.

Carta de Servaes Carpentier aos diretores, 9 de julho.

Carta de S. Carpentier à Assembléia dos 19, 10 de julho.

Carta de Sigismundus van Schopen à
Assembléia dos 19, 16 de julho.

Ofício do conselho político à Assembléia dos
19, julho.

Carta de Augustos de Ridder ao governador
S. van Schopen, julho.

Carta do ministro Jacobus a Steten aos
diretores da Companhia, 19 de agosto.

Carta de W. Schot aos diretores, 12 de agosto.

Cópia de certa carta do Porto Calvo, 20 de
agosto.

Carta do conselheiro J. Stachonwer aos
diretores, 23 de agosto.

Carta geral do conselho político aos
diretores, 23 de agosto.

Carta de Lichthart aos diretores, 24 de
agosto.

Carta de S. van Schopen e Chr. Artichau aos
diretores, agosto.

Carta de Cornelis van den Brand aos
diretores, 20 de outubro.

Carta de Chr. Artichau aos diretores, 4 de
novembro.

Carta de W. Schot aos diretores da
Companhia, 10 de dezembro.

Carta do Ministro J. a Steten aos diretores,
12 de dezembro.

Carta de W. Cornelissen aos diretores, 12 de
dezembro.

Carta geral do conselho político aos
diretores, 20 de dezembro.

Carta geral do conselho político aos Estados
Gerais, 19 de dezembro.

Carta do conselho político ao Príncipe de Orange, 19 de dezembro.

1643

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 8 de janeiro.

Carta de H. Bronswer aos diretores, 8 de janeiro.

Carta do conselho de Fazenda aos diretores, 8 de janeiro.

Carta de G. Morris ao Conselho Supremo, Maranhão, 18 de janeiro.

Idem, 28 de janeiro.

Carta de J. Sychoriet ao Conselho Supremo, Maranhão, 30 de janeiro.

Carta de P. J. Bas ao Conselho Supremo, Maranhão, 31 de janeiro.

Carta de James Henderson ao Conselho Supremo, Maranhão, 31 de janeiro.

Carta de J. Henderson a Antônio de Melo, Maranhão, 2 de fevereiro.

Carta de Martin van Es ao conde Maurício, Sirinhaém, 20 de fevereiro.

Carta de Bas ao Conselho Supremo, Maranhão.

Idem ao Conselho Supremo, Maranhão, 26 de fevereiro.

Carta do Conselho Supremo ao governador da Bahia, 3 de março.

Carta dos escabinos e escoltetos da Cidade Maurícia aos diretores, 1º de abril.

Petição dos moradores do Recife e Cidade

Maurícia aos diretores, 2 de abril.

Carta do escolteto e escabinos da Cidade

Maurícia aos diretores, 3 de abril.

Carta de Bas ao Conselho Supremo,

Maranhão, 10 de abril.

Carta de D. de Rosete ao mesmo Conselho,

Maranhão 10 de abril.

Carta de David Wiltsehut ao mesmo

Conselho, Maranhão, 10 de abril.

Carta do Conselho Supremo a Bas, 22 de

abril.

Carta do mesmo conselho a J. Henderson,

23 de abril.

Carta de Antônio Teles da Silva ao Conselho

Supremo, Bahia 13 de maio.

Carta de G. Morris ao mesmo Conselho,

Maranhão.

Carta do Conselho Supremo ao governador

da Bahia, 5 de junho.

Carta do conselho de fazenda aos diretores,

9 de junho.

Carta de B. van der Voorde aos diretores, 9

de junho.

Carta do escolteto e escabinos da Cidade

Maurícia aos diretores, 11 de junho.

Carta geral do Conselho Supremo aos

diretores, 12 de junho.

Carta de A. de Vries a Reynier Real, escabino

de Amsterdã, 12 de junho.

Carta de Bas ao Conselho Supremo,

Maranhão, 20 de junho.

Carta de Pieter van der Hagen aos diretores, 28 de agosto.

Carta de H. C. Torquinius aos diretores, 30 de agosto.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 21 de agosto.

Carta de J. Grevingh, setembro.

Carta do conselho de fazenda aos diretores, de setembro.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 20 de setembro.

Carta de Bas ao Conselho Supremo sobre o Maranhão, Recife 5 de outubro.

Carta do conselho de fazenda aos diretores, 7 de novembro.

Carta de B. van der Voorde aos diretores, 4 de novembro.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 6 de novembro.

Relatório acerca da situação das Alagoas apresentado por Johanes van Walbeck e H. de Moucheron, 26 de novembro.

Carta de Wiltsebut ao Conselho Supremo, Maranhão, 18 de Dezembro.

Carta de H. C. Torquinins aos diretores, 24 de dezembro.

Carta de Pieter van der Hagen, 27 de dezembro.

Petição dos moradores de Pernambuco aos diretores, 30 de dezembro.

Petição dos moradores da Várzea ao Conselho Supremo, sem data.

Projeto de instruções do escoltetos e escabinos da Cidade Maurícia para o *pensionaris* Jacob le Mair.

Carta de J. F. Vieira e F. Beringuel d'Andrade ao rei de Portugal, sem data.

Petição de João Carneiro de Maris ao Conselho Supremo.

Petição de D. Catharina de Albuquerque ao mesmo.

Petição de Domingos Gonçalves Mazagão ao mesmo.

Relatório apresentado ao Conselho Supremo acerca da milícia.

1644

Carta de H. van Haus aos diretores, 7 de janeiro.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 8 de janeiro.

Outra carta geral, 5 de abril.

Carta de Bulestrate aos diretores, 4 de maio.

Exposição feita pelo conde Maurício ao Conselho Supremo.

Carta de B. van der Voorde aos diretores, 10 de maio.

Carta do conselho de justiça aos diretores, 10 de maio.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 10 de maio.

Carta do conselho de fazenda aos diretores, 14 de maio.

Carta de D. Codde van der Burgh à
Assembléia dos 19, 14 de maio.

Carta de Jodocus a Steten aos diretores, 23
de julho.

Carta do conselho de justiça aos diretores,
25 de julho.

Carta de H. van Haus aos diretores, 25 de
julho.

Carta geral do Conselho Supremo aos
diretores, 26 de julho.

Carta de Bulestrate aos diretores, 27 de julho.

Relatório do ministro Francisco Plante
acerca das igrejas do Brasil dirigido à Assembléia
dos 19.

Peças do processo de Jacob Lints, 26 de
julho.

Carta do conselho de justiça aos diretores,
1º de outubro.

Carta geral do Conselho Supremo aos
diretores, 1º de outubro.

Cópia da carta do Conselho Supremo ao
governador da Bahia.

Cópia da carta do mesmo Conselho ao rei
de Portugal.

Representação feita ao Conselho Supremo
em nome dos moradores do Brasil-holandês.

Carta de P. van der Hagen aos diretores.

Informações havidas de Moyses d'Acunha,
14 de outubro.

Idem de um judeu do campo, 30 de outubro.

Idem de um tal Morene, judeu, 7 de
novembro.

Idem tomadas a 11 de novembro.

Idem havidas de um português, 23 de novembro.

1645

Interrogatório de Francisco Pereira Bandeira, Felipe e Pedro Guedes, 3 de janeiro.

Relatório apresentado ao Conselho Supremo, 6 de janeiro.

Interrogatório de dois lenhadores de João Fernandes Vieira, 6 de fevereiro.

Relatório apresentado ao Conselho Supremo, 7 de fevereiro.

Peças do processo de Pieter van der Hagen, 26 de Janeiro.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 13 de fevereiro.

Exposição de Giles Venant (sobre a plantação de Miruera) ao Conselho Supremo, 1º de março.

Carta do conselho de fazenda aos diretores, 24 de março.

Carta do conselho de justiça aos diretores, 25 de março.

Carta de Giles Venant aos diretores, 25 de março.

Carta de Adriano Lems aos diretores, 25 de março.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 24 de março.

Carta de A. van Bulestraten aos diretores, 26 de março.

Diário do capitão J. Blaer acerca da sua viagem da Alagoa do sul aos Palmares e de sua volta, 26 de fevereiro até 2 de abril.

Relatório de Gysbert de With e D. van Hoogstraten acerca de sua embaixada à Bahia, 3 de Abril.

Carta de Jodocus a Steten ao Conselho Supremo, abril.

Carta de H. de Moucheron ao mesmo Conselho, 12 de junho.

Interrogatório de Sebastião de Carvalho, 19 e 20 de junho.

Carta de Antônio de Oliveira, 21 de junho.

Carta de J. a Steten ao Conselho Supremo, 24 de junho.

Interrogatório de Jorge Homem Pinto, 25 de junho.

Carta de B. van der Voorde aos diretores, 26 de junho.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 27 de junho.

Uma outra carta da mesma data.

Carta de Hoogstraten ao Conselho Supremo, 20 de maio.

Carta de Gaspar van der Ley ao Conselho Supremo, 24 de maio.

Informações dadas por Abraham Navarro, 29 de maio.

Interrogatório de Felipe Paes Barreto, 24 de maio.

Carta de P.V. Coin ao Conselho Supremo, 1º de junho.

Interrogatório de Lourenço, negro de

Barthomeu Pereira, 31 de maio.

Declaração de Martin Cramer, 1º de junho.

Confissão de Antônio Pereira, 1º de junho.

Carta de João Fernandes Vieira ao Conselho

Supremo, 6 de junho.

Carta de Antonio Cardoso a J. F. Vieira.

Carta de H. de Moncheron ao Conselho

Supremo, 8 de junho.

Carta de Manoel da Costa a H. Moncheron,

8 de junho.

Carta de Leonardo Coelho ao mesmo, 8 de

junho.

Carta de J. F. Vieira ao Conselho Supremo,

21 de junho.

Outra, 13 de junho.

Relatório de Jacob de Assene, 14 de junho.

Carta de D. van Hoogstraten ao Conselho

Supremo, 15 de junho.

Carta de Antônio Cavalcante ao mesmo

Conselho, 15 de junho.

Carta de Hoogstraten ao mesmo, 17 de

junho.

Outra, 18 de junho.

Aviso secreto havido a 13 de junho e

seguintes dias.

Relatório de J. Barents acerca de sua viagem

ao cabo de Stº. Agostinho, 20 de junho.

Declaração de Jacob Nunes e Moyses Aboaf

ao Conselho Supremo, 21 de junho.

Carta de Paulo de Linge aos diretores, 30 de

Junho.

Tradução da carta de Jacob Rabbi ao capitão Claude Trevo, 28 de junho.

Outra carta do mesmo, 4 de julho.

Carta de G. van der Ley e J. Hick ao Conselho Supremo, 8 de julho.

Carta de S. Carpentier ao mesmo, 11 de julho.

Aviso de Pedro Moreira, lavrador do mesmo Carpentier, ao Conselho Supremo, 18 de julho.

Relatório de B. van der Voorde e D. van Hoogstraten a respeito de sua embaixada à Bahia, 28 de julho.

Carta do conselho eclesiástico aos diretores, 2 de agosto.

Carta de H. van Haus ao Conselho Supremo, 4 de agosto.

Carta de F. Rabbi ao ministro a Steten, 7 de agosto.

Outra da mesma data.

Informações dadas por Moucheron ao Conselho Supremo acerca do que se passara em Sirinhaém, 16 e 20 de agosto.

Carta de J. a Steten ao Conselho Supremo, 1º de setembro.

Carta do Conselho Supremo a André Vidal, 31 de agosto.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 14 de setembro.

Sentença contra Fernão Rodrigues de Bulhões, 13 de setembro.

Carta do Conselho Supremo a André Vidal de Negreiros, 14 de setembro.

Carta do mesmo Conselho ao Príncipe de Orange, 16 de setembro.

Carta de Bulestraten a André Vidal de Negreiros, 26 de setembro.

Carta do Conselho Supremo ao mesmo, 30 de setembro.

Carta de André Vidal de Negreiros ao mesmo conselho, 8 de outubro.

Carta do mesmo conselho a André Vidal de Negreiros, 7 de outubro.

Diário da viagem que fez A. van Bulestraten à Paraíba e ao Rio Grande do Norte, de 4 a 24 de outubro.

Tradução da carta de Pedro Poti a Camarão e Diogo da Costa, 31 de outubro.

Interrogatório de Claes Clasz.

Carta do coronel aos diretores, 7 de dezembro.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 10 de dezembro.

Carta do mesmo Conselho nos Estados-Gerais, 11 de dezembro.

1646

Classicale Acta da Assembléia que se reuniu no Recife a 9 de janeiro.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 27 de fevereiro.

Carta do tenente-coronel Gartsman aos diretores, 27 de fevereiro.

Carta do tenente-almirante Lichthart aos diretores, 28 de fevereiro.

Carta de Paulo de Linge aos diretores, 28 de fevereiro.

Tradução da carta de Camarão aos índios, 28 de março.

Carta de Jodocus Asteten aos diretores, 13 de abril.

Carta geral do Conselho Supremo aos mesmos, 17 de abril.

Carta de Lichthart aos mesmos, 18 de abril.

Carta do comandante B. van Dortmont ao Conselho Supremo, 20 de junho.

Outra carta, 20 de junho.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 20 de junho.

Idem, 22 de junho.

Idem, 28 de agosto.

Carta geral do novos governadores aos diretores, 29 de agosto.

Carta do coronel S. van Schope aos mesmos, 21 de setembro.

Carta geral do Conselho Supremo aos mesmos, 29 de Setembro.

Carta do mesmo Conselho aos Estados-Gerais.

Carta do coronel James Hinderson ao Conselho Supremo, 29 de novembro.

Carta geral do Supremo Conselho aos diretores, 4 de dezembro.

Carta de J. Hinderson ao Conselho Supremo, 10 de dezembro.

Carta de Paulo de Linge aos diretores, 12 de dezembro.

Carta de James Hinderson ao Conselho Supremo, 25 de dezembro.

1647 (1)

Carta de James Hinderson ao Conselho Supremo, 1º de janeiro.

Atas da assembléia eclesiástica que funcionou no Recife desde 15 até 22 de janeiro.

Carta de James Hinderson ao Conselho Supremo, 29 de janeiro.

Idem, 1º de fevereiro.

Idem, 3 de fevereiro.

Carta de João Fernandes Vieira a Jacob Stachouwer, 14 de fevereiro.

Carta geral do Supremo Conselho aos diretores da Companhia, 24 de fevereiro.

Carta do Supremo Conselho aos Srs. van Beau-mont, van Schopen e Bancquert, 27 de março.

Carta geral do Supremo Conselho aos diretores da Companhia, 31 de março.

Idem, maio.

Idem, 8 de maio.

Idem, 25 de maio.

Carta de Sigismundo van Schope ao Supremo Conselho, 22 de julho.

Carta geral do Supremo Conselho aos diretores, da Companhia, 26 de julho.

Idem, 27 de agosto.

Idem, 28 de agosto.

Idem, 27 de outubro.

Idem, 9 de dezembro.

1648

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 21 de janeiro.

Idem, 28 de fevereiro e 9 de março.

Idem, 23 de abril.

Memória do tenente-general Schope sobre o combate dos Guararapes.

Memória do coronel C. van den Brande.

Atas da Assembléia sinodal que se reuniu no Recife de 7 a 11 de maio.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 13 de maio.

Idem, 9 de julho.

Idem, 16 de julho.

Idem, 15 de agosto.

Condições que se concedem àqueles que quiserem cultivar a Ilha de Itamaracá, 28 de agosto.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 22 de agosto.

Relatório do Sr. van Goch a respeito de Itamaracá.

Carta geral do Conselho Supremo aos diretores, 9 de setembro.

Idem, 10 de setembro.

Idem, 21 de outubro.

Idem, 19 de dezembro.

1649

Carta geral do Conselho Supremo, aos diretores, 3 de fevereiro.

Relatório do Snr. van Goch sobre a 2.^a
batalha dos Guararapes, 22 de fevereiro.

Carta geral do Conselho Supremo aos
diretores, 1º de março.

Idem, 10 de março.

Idem, 6 de abril.

Idem, 27 de abril.

Idem, 28 de abril.

Memória apresentada ao Conselho Supremo
por Mathias Beck, 30 de abril.

Carta geral do Conselho Supremo aos
diretores, 7 de junho.

Idem, 17 de junho.

Idem, 23 de junho.

Idem, 2 de agosto.

Idem, 7 de agosto.

Idem, 14 de agosto.

Idem, 6 de setembro.

Idem, 15 de setembro.

Carta de Mathias Beck ao Conselho
Supremo, 20 de setembro.

Informações havidas de João de
Albuquerque sobre certa mina de prata.

Memória acerca do monte Tapiana
Tabayana, 25 de setembro.

Carta geral do Conselho Supremo aos
diretores, 2 de novembro.

Idem, 11 de novembro.

Idem, 29 de novembro.

Carta do Conselho Supremo a S. Alteza, 13
de dezembro.

Carta geral do mesmo Conselho aos
diretores, 16 de dezembro.

Novas declarações de João d'Albuquerque sobre uma mina do Rio Grande, 16 de dezembro.

Declaração de João de Albuquerque, 16 de dezembro.

*

* *

Documentos pertencentes à mesma coleção, que foram copiados pelo Dr. José Hygino:

Listas dos dízimos, pensões e outros impostos arrematados no Brasil nos anos de 1637, 1638, 1639, 1644 e 1645, bem como uma relação dos engenhos vendidos em 1637.

Carta de Luiz Barbalho Bezerra ao seu sobrinho João Lopes Barbalho, 16 de novembro de 1639.

Instruções dadas pelo conde da Torre a J. L. Barbalho, 31 de julho de 1639.

Idem ao capitão-mor A. F. Camarão, 17 de novembro de 1639.

Atas da Assembléia Legislativa que funcionou no Recife desde 28 de agosto até 4 de setembro de 1640.

Diário da viagem (pela parte meridional da capitania de Pernambuco) que fez A. Bulestraten desde dezembro de 1641 até 27 de janeiro de 1642.

Peças do processo instaurado contra Crayestein e Balthasar van der Voorde, fevereiro a março de 1641.

Pareceres de advogados sobre o privilégio dos senhores de engenho nas execuções, março de 1643.

Carta de D. Ana Paes à Câmara da Zelândia,
27 de agosto de 1643.

Carta de Antônio Teles da Silva ao Conselho
Supremo 13 de dezembro de 1644.

Idem, idem, ao conde Maurício, mesma data.

Carta do rei de Portugal ao Conselho Supremo, 18
de janeiro de 1644.

Representação dos moradores da Paraíba ao
Conselho Supremo, 23 de junho de 1644.

Carta do governador da Bahia ao Conselho
Supremo, 1º de abril de 1644.

Idem, idem, 14 de agosto de 1644.

Idem, idem, 13 de fevereiro de 1645.

Idem, idem, 19 de fevereiro de 1645.

Idem, idem, 20 de fevereiro de 1645.

Carta do D. Abade frei João da Victoria ao
Conselho Supremo, mesma data.

Carta de Antônio Teles da Silva ao conselho
do Recife, 19 de julho de 1645.

Idem, idem, 21 de julho de 1645.

Idem, idem, 25 de julho de 1645.

Carta de Antônio Teles da Silva a Serrão de
Paiva, 24 de julho de 1645.

Idem, idem, 28 de julho de 1645.

Idem, idem, 17 de agosto de 1645.

Instruções dadas por Antônio Teles da Silva
a Serrão de Paiva, 21 de julho de 1645.

Carta de Antônio Teles da Silva a João
Fernandes Vieira, Antônio Cavalcanti e mais
moradores que se levantaram em Pernambuco, 24
de julho de 1645.

Carta de Antônio Teles da Silva a Salvador

Correia de Sá e Benevides, 17 de agosto de 1645.

Extratos de diversas cartas dirigidas ao mesmo por diversos moradores da Bahia.

Carta de D. João IV a Salvador Correia de Sá e Benevides, 9 de maio de 1645.

Carta de Salvador Correia de Sá e Benevides, sem data e sem endereço.

Carta do mesmo ao Conselho Supremo, 12 de agosto de 1645.

Carta de Serrão de Paiva ao mesmo Conselho, mesma data.

Idem ao governador da Bahia, setembro de 1645.

Carta de Jeronymo de Faria Figueredo de Pernambuco a Manoel de Campos da Bahia.

Carta de Gaspar da Costa do Cabo a Domingos da Costa residente na Bahia, 5 de setembro de 1645.

Carta de Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros a Serrão de Paiva, 10 de agosto de 1645.

Idem, idem, 30 de agosto de 1645.

Idem, idem, 31 de agosto de 1645.

Idem, idem, 2 de setembro de 1645.

Idem, idem, 6 de setembro de 1645.

Idem, idem, 7 de setembro de 1645.

Idem, idem, 29 de setembro de 1645.

Carta de M. S. Moreno e A. V. de Negreiros a Hoogstraten e van der Ley, 13, 19, 21 e 22 de agosto de 1645.

Carta de M. S. Moreno e A. V. de Negreiros ao Supremo Conselho, 8 de agosto e 26 de Outubro de 1645.

Carta de Martim Soares Moreno ao governador da Bahia, 6 de setembro de 1645.

Cartas em tupi de Antônio Filipe Camarão, Diogo Pinheiro Camarão e Diogo da Costa, agosto e outubro de 1645.

Carta de Amador de Araújo e Thomé Teixeira a João Hick, 19 de junho de 1645.

Carta de João Fernandes Vieira (*cum complicitibus*) ao Conselho Supremo, 22 de junho de 1645.

Edital que João Fernandes Vieira e Antônio Cavalcanti fizeram publicar, 22 de junho de 1645.

Carta dirigida por João Carneiro de Mariz, Rodrigo de Barros Pimentel, Sebastião de Carvalho, Francisco Dias Delgado, João de Albuquerque Melo e outros ao bispo e padres da Bahia, 8 de julho de 1645.

Edital de Pedro Marinho Falcão (*cum complicitibus*), 14 de julho de 1645.

Peças do processo de Thomas Paes e Gonçalo Paes Cabral de Caldas, julho de 1645.

Idem de Diogo da Rocha, julho de 1645.

Libelo contra Hoogstraten, outubro de 1645.

Carta de D. Jeronyma de Almeida ao Conselho Supremo, 20 de outubro de 1645.

Interrogatórios de negros e índios passados para os holandeses e de prisioneiros portugueses, 1645 e 1646.

Lista das pessoas que se sentam à mesa do conde Maurício; lista dos fâmulos de S. Ex.^a etc.

Papel escrito por R. de Barros Pimentel a sua mulher, advertindo a acerca de algumas obrigações supostas que lhe foram extorquidas, sem data.

Tradução de uma carta de Antônio Filipe Camarão achada no forte Santo André da Paraíba, escrita a 12 de agosto de 1646.

Carta de João Fernandes Vieira a Balthasar da Fonseca, Gaspar Francisco e Duarte Saraiva etc., 11 de setembro de 1646.

Idem ao Conselho Supremo, 23 de setembro de 1646.

Idem a Mathias Beck e a outros, 11 de setembro de 1646.

Peças da devassa que se abriu no fim do ano de 1646 acerca dos atos de Hamel, Bas e Bulestraten durante a sua administração.

Interrogatório de Fernão do Vale, 17 de agosto de 1647.

Partes oficiais acerca da batalha de 19 de Fevereiro de 1649 remetidas ao Conselho Supremo pelos comandantes dos regimentos.

Carta de Antônio Teles da Silva dirigida para Portugal, 28 de maio de 1649.

Idem dirigida ao rei de Portugal, 3 de junho de 1649 (É em cifra com a decifração em papel separado).

Jornais e cartas de Mathias Beck acerca da exploração das minas do Ceará, 1649—1654.

E outros documentos, que, por falta de tempo, ainda não foram coordenados.

CARTAS DO CONDE MAURÍCIO

Carta de S. Ex.^a aos Estados-Gerais, 3 de fevereiro de 1637.

Idem, 8 de março de 1637.

Idem, 2 abril de 1637.

Idem, 16 de novembro de 1637.

Idem, 16 de janeiro de 1638.

Idem, 29 de junho de 1638.

Relatório do que se passou por ocasião da viagem à Paraíba, 29 de junho de 1638.

Carta aos Estados-Gerais, 30 de setembro de 1638.

Idem, 6 de outubro de 1638.

Idem, 18 de fevereiro de 1639.

Idem, 9 de julho de 1639.

Idem, 4 de agosto de 1639.

Carta de Daniel Alberti, diretor da Paraíba, a S. Ex.^a 13 de julho de 1639.

Carta de Filip Andrews a S. Ex.^a 5 de julho de 1639.

Carta de S. Ex.^a aos Estados-Gerais, 8 de outubro de 1639.

Idem, 28 de fevereiro de 1640.

Idem, 11 de setembro de 1640.

Idem, 10 de janeiro de 1641.

Cópia da carta do coronel Koin a S. Ex.^a 6 de dezembro de 1640.

Cópia da carta do conselheiro político C. Nieulant a S. Ex.^a, 6 de dezembro de 1640.

Cópia da carta de Lichthart a S. Ex.^a 7 de outubro de 1640.

Carta dos Estados-Gerais a S. Ex.^a, 23 de fevereiro de 1641.

Carta de S. Ex.^a aos Estados-Gerais, 1º de junho de 1641.

Idem, 17 de janeiro de 1642.

Idem, 3 de março de 1642.

Idem, 1º de maio de 1642.

Idem, 4 de maio de 1642.

Idem, 25 de junho de 1642.

Idem, 11 de julho de 1642.

Carta da Assembléia dos 19 a S. Ex.^a, 21 de fevereiro de 1642.

Carta (relatório) de J. C. Tolner, Secretário de S. Ex.^a, aos Estados-Gerais, julho de 1642.

Carta circular de S. Exc. às Câmaras do Brasil, 12 de setembro de 1641.

Resposta da Câmara da Cidade Maurícia, 23 de setembro de 1641.

Idem, idem, idem de Sirinhaém, 6 de novembro de 1641.

Idem, idem, idem de Porto Calvo, 21 de dezembro de 1641.

Idem, idem, idem de Igarassu, 2 de novembro de 1641.

Idem, idem, idem de Itamaracá, 29 de outubro de 1641.

Idem, idem, idem da Paraíba, 26 de outubro de 1641.

Idem, idem, idem do Rio Grande, 14 de novembro de 1641.

Representação dos judeus.

Carta de S. Ex.^a aos Estados-Gerais, 29 de setembro de 1642.

Idem, 24 de setembro de 1642.

Idem, 3 de abril de 1643.

Idem, 7 de novembro de 1643.

Idem, 15 de março de 1644.

Idem (relatório), setembro de 1645.

Idem, 29 de janeiro de 1646.

Idem, 30 de janeiro de 1646.

COLECÇÃO CRIMINELE PAPIEREN

Carta do Supremo Conselho ao comandante Guilherme de Houthain na Paraíba, 18 de janeiro de 1654.

Carta do mesmo ao mesmo, 19 de janeiro de 1654.

Texto holandês da capitulação do Recife e mais praças do Brasil.

Carta de W. Schonemburch, H. Haecks e S. van Schop comunicando aos diretores da Companhia a rendição do Recife, 31 de janeiro de 1654.

Razões e motivos da entrega do Forte das Salinas pelo comandante Hugo de Meyer e mais oficiais, 10 de fevereiro de 1654.

Informação tomada ao capitão Brinck e outros sobre a situação e entrega do reduto de madeira do Forte *Emília*, 6 de março de 1654.

Carta de Gysbert Rudolfi aos Estados-Gerais sobre a perda das conquistas do Brasil, 6 de julho de 1654.

Razões que os oficiais da milícia tiveram em atenção para entrar em acordo com o inimigo, 23 de janeiro de 1654.

Carta do padre Reisel aos Estados-Gerais acerca da rendição das praças do Brasil, 23 de julho de 1655.

Carta de Sigismundus van Schop aos Estados-Gerais em que faz o seu relatório acerca da entrega do Brasil, 29 de julho de 1654.

Memória do que se passou acerca do sítio

do Recife etc. desde 20 de dezembro de 1653 até 27 de janeiro de 1654 por J. Alrichs.

Cópia ou estrato do diário de Jacob le Maire, desde 20 de dezembro de 1653 até 27 de janeiro de 1654.

Carta de S. van Schop aos Estados-Gerais sobre a entrega das conquistas do Brasil, 7 de agosto de 1654.

Artigos que o Sr. tenente-general S. van Schop e mais oficiais pedem que sejam consentidos na capitulação com o Sr. Mestre-de-campo, general Francisco Barreto, 25 de janeiro de 1654.

Extrato dos registros das resoluções da Assembléia dos 19, 31 de agosto de 1654.

Carta de W. de Vries ao presidente e conselheiros do tribunal da Holanda, referindo o que se passou por ocasião do cerco do Recife, 27 de outubro de 1654.

Declarações feitas perante os comissários do tribunal da Holanda por Pieter Duynckercke acerca do que se passou por ocasião do cerco do Recife, 30 de novembro de 1654.

Interrogatório perante o tribunal da Holanda do preso Haecks, membro do Supremo Conselho do Brasil, 28 de dezembro de 1654.

Depoimento de C. Caron Okeye sobre a entrega da praça do Recife com informações sobre a administração do Conselho Supremo, 19 de fevereiro de 1655.

Interrogatório de H. Haecks, 20 de fevereiro de 1655.

Artigos a que tem de responder o tenente-

general S. van Schop confrontado com H. Haecks,
22 de fevereiro de 1655.

Interrogatório perante a corte da Holanda
de S. van Schop e Haecks, 25 de fevereiro de 1655.

Sentença do conselho de guerra contra S.
van Schop, 20 de março de 1655.

Artigos para ser interrogado H. Haecks.

Artigos provisórios para ser interrogado H.
Haecks.

Nomes das pessoas que devem ser ouvidas
como testemunhas contra os conselheiros do Brasil
e particularmente contra H. Haecks.

Observações sobre os pontos de acusação
contra os membros do conselho do Brasil.

Proposição apresentada por Gysbert de With
conselheiro e coronel da burguesia sobre a entrega
do Recife.

Memória contendo diversos artigos de acusa
contra os governadores do Brasil, sem data.

Razão por que se perdeu o Brasil, sem
data. (²)

¹ Esta coleção, remetida recentemente da Holanda, foi recebida
depois da leitura do relatório

² A respeito dos *Notulos*, dos *Relatórios*, das *Resoluções Secretas*
dos diretores da Companhia, etc. referimo-nos ao que se lê no
relatório do delegado deste Instituto.

SESSÃO DE 20 DE MAIO ÚLTIMO

Passando-se à ordem do dia, foi lido e aprovado o seguinte parecer da comissão de contas:

A comissão de fundos e orçamentos tem à vista a demonstração apresentada pelo ilustrado e prestimoso consócio Dr. José Hygino Duarte Pereira, relativa aos fundos que lhe foram proporcionados pelo Instituto e a aplicação que lhes deu no desempenho de sua comissão à Holanda.

E sobre a mesma demonstração e documentos de n^{os} 1 a 7, que a instruem e comprovam o emprego d'aqueles fundos, tendo a comissão procedido aos devidos exames, chegou a verificação do seguinte:

Que ao referido Dr. foram prestadas quantias que pela redução da moeda brasileira aos câmbios das respectivas remessas perfizeram em dinheiro esterlino a soma de 714 £ 18 xelins e 6 pence, importância pela qual debitou-se o mesmo doutor.

Que de acordo com suas instruções, despendeu a soma de 330 £ 19 xelins e 11 pence na aquisição que fez para o Instituto em Haia, Amsterdã, Roterdã e Londres, de livros e brochuras importantes, de vários mapas topográficos desta cidade e do grande número de cópias de documentos do Arquivo de Haia e do Museu de Londres, concernentes à história desta província durante o domínio holandês e de reprodução das cartas de Camarão e das gravuras De Laet; como

também em várias despesas miúdas que são indicadas na demonstração aludida, e no custo de sua passagem de ida e volta.

Que do documento que exhibe o Dr. José Hygino, acha-se em depósito a favor do Instituto em casa dos Srs. Pinto Leite & Brothers, de Londres, a soma de 400 £, resto da importância que lhe fora remetida.

Que, finalmente, tendo sido a receita de 714 £ 18 xelins e 6 pence e a despesa de 730 £, 19 xelins e 11 pence, considerada nesta a soma do depósito em Londres para corresponder ao crédito da conta, resulta um saldo a favor do Dr. José Hygino Duarte Pereira de 16 £ 1 xelins e 5 pence.

Do exposto, portanto, é a comissão de parecer que sejam aprovadas as contas de que se trata.

Sala das sessões do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 20 de Maio de 1886. —
Antonio Vitruvio Pinto Bandeira Accioli de Vasconcelos - Antonio Maria de Farias Neves.

JOSÉ ANTÔNIO GONSALVES DE MELLO

RELATÓRIOS
DE PESQUISA

1957-1958

A UNIVERSIDADE DO RECIFE E A PESQUISA HISTÓRICA

Autor

MELLO, José Antônio Gonçalves de. A Universidade do Recife e a pesquisa histórica. Recife: Imprensa Universitária, 1959. 31 p. B. ed. in-16. MELLO, José Antônio Gonçalves de. Tempo de Jornal: Apresentação e organização. Leopoldina: Datas Silva, Recife: FINE, Editora Massaranga, 1998. 327 p. (Documentos, n. 45). p. 265-304.

A UNIVERSIDADE
DO RECIFE E A
PESQUISA HISTÓRICA

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *A Universidade do Recife e a pesquisa histórica*. Recife: Imprensa Universitária, 1959. 31 p.; 2. ed. In: MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo de jornal*. Apresentação e organização Leonardo Dantas Silva. Recife: FJN; Editora Massangana. 1998. 320 p. (Documentos, n. 45). p. 265-302.

A memória do primeiro
Magnífico Reitor da Universidade do Recife
Prof. Joaquim Amazonas
(1879 - 1959)

Os estudos históricos no Brasil devem-lhe
estímulo e iniciativas sem precedentes.
Homenagem e gratidão do

Autor

EXPLICAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco, fez publicar no *Diário de Pernambuco* alguns – não todos – dos relatórios trimestrais que, no curso de dois anos de pesquisas históricas na Europa, em 1951-52 e 1957-58, tive a honra de endereçar ao magnífico Reitor, Prof. Joaquim Amazonas. O conhecimento desses relatórios não ficou limitado aos leitores habituais do jornal, mas escapou ao de um público mais largo, sobretudo universitário, de outras regiões do país, ao qual interessará certamente obter informes completos, em resumo, do vasto trabalho empreendido nesse setor pela referida Universidade – o maior em extensão e em volume de documentação recolhida, já realizado até então pelo Brasil no estrangeiro.

No que diz respeito a pesquisas, a orientação do Professor Joaquim Amazonas tem sido a do mais esclarecido apoio a essas atividades, algumas das quais verdadeiramente pioneiras e que têm trazido para a Universidade elogiosas referências de autoridades do país e do exterior; assim, a iniciativa por ele tomada quanto às pesquisas históricas, de que estas notas tratarão,

inscreve-se num plano geral de incentivo à investigação científica. Ao mesmo tempo tem procurado alargar o currículo universitário de História, favorecendo a preparação de futuros especialistas, através de cursos que, em várias faculdades, têm sido ministrados por mestres da categoria de Gilberto Freyre, aliás Professor *honoris causa* da Universidade.

Certamente o apoio sem precedentes que os estudos históricos, tanto no setor da pesquisa quanto no da formação de equipas de especialistas, têm merecido do Magnífico Reitor, não decrescerá no futuro, pois muito há de fazer ainda nesses dois campos. De outro ponto de vista, a participação que teve Pernambuco na formação do nosso país e em vários dos mais nobres episódios do passado brasileiro, sem o conhecimento da qual – lamentavelmente em grande parte ainda por aprofundar – não será possível escrever a História do Brasil, é uma razão a mais a justificar que aquele auxílio continue a ser dispensado a esses estudos.

Todos estes desígnios – investigações, treinamento e publicações – poderiam ser realizados por um Centro de Pesquisas Históricas da Universidade, que teria como modelo, guardadas as proporções, o *Institute of Historical Research* da Universidade de Londres, onde trabalhei por vários dias num ambiente ideal para esses estudos. Como o *Institute* o Centro teria como principal objetivo treinar o acadêmico nos

métodos de investigação histórica e servir ao historiador nas suas pesquisas originais. É com mira nesse modelo que nas páginas finais destas notas – que, embora divulgadas em edição oficial, refletem apenas a opinião do seu Autor – apresento as principais atribuições a serem desempenhadas pelo referido Centro. Como me coube realizar a pesquisa relatada nas páginas seguintes, cabe-me a tarefa, pela força das circunstâncias, de sugerir o que me parece ser o melhor meio para que os resultados colhidos aproveitem a estudantes e especialistas; tarefa da qual me desincumbo como de um dever, e sem outro propósito que o de não ver dissipado pelo tempo, o esforço diário, sem interrupção, de dois anos de trabalho nos principais arquivos e bibliotecas da Europa, a serviço da Universidade.

* * *

Aquele trabalho contou com o apoio caloroso do Prof. Joaquim Amazonas, a quem se dirigem, nestas primeiras linhas, as expressões do meu profundo reconhecimento, pela honra da escolha do meu nome para efetuar as investigações e pela oportunidade que me concedeu de tornar realidade uma das minhas mais fortes aspirações – numa época em que eu próprio não fazia parte da Universidade.

Igualmente grato sou ao Conselho de Curadores, onde sempre vi atendidas as solicitações que, a bem da missão de que estava incumbido, lhe foram apresentadas.

Dois outros nomes estão indissoluvelmente ligados a essas pesquisas, como autores que foram das sugestões de que elas procederam: o de Dr. Olympio Costa Júnior, Diretor da Biblioteca Pública do Recife, para a viagem de 1951-52 e o do Dr. Gilberto Freyre para a de 1957-58. A ambos renovo aqui a minha gratidão pela prova de confiança com que me honraram.

O meu reconhecimento dirige-se ainda ao Vice-Reitor, Prof. João Alfredo G. da Costa Lima, ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Dr. Gil de Methodio Maranhão, Professores José Maria C. de Albuquerque e Ayrton Carvalho, Embaixador Joaquim de Souza Leão, Secretário de Embaixada Dr. S. Pontes Nogueira, Srtas. Maria de Lourdes Jovita e Isa Adonias, do Ministério das Relações Exteriores, Prof. C. R. Boxer, do King's College da Universidade de Londres, Professora Virgínia Raul, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Revdo. Padre Frei Francisco Leite de Faria, Capuchinho (Lisboa), Dr. W. J. van Hoboken, do "Gemeente Archief" de Amsterdã e Dr. José Honório Rodrigues, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Agradeço também obséquios recebidos dos Senhores, em Portugal: Dr. Alberto Iria e Manuel Rodrigues do Arquivo Histórico Ultramarino, Dr. Armando Nobre de Gusmão, do Arquivo de Évora, Prof. Dr. M. Lopes de Almeida, da Biblioteca da Universidade de Coimbra, Prof.

Henrique de Barros da Universidade Técnica de Lisboa, Ex^{ma} Sra. Marquesa de Cadaval, Engenheiro Teixeira de Sousa e Dr. Aragão Mendes Correia ambos do Funchal; na Espanha, D. Ricardo Magdaleno e Srta. Concepcion Alvares Terán do "Archivo General de Simancas" e a meu primo, Cônsul João Cabral de Melo Neto, então em Sevilha; na Holanda, Hans Brouwer do "Algemeen Rijksarchief" de Haia, Jonkh. Ir. P.F.O.R. Sickinghe, Diretor do "Koninklijk Huisarchief" de Haia e Dr. Simon Hart, do "Gemeente Archief", de Amsterdã.

* * *

Para esta nova edição foram aqui acrescentadas informações acerca de uns poucos arquivos europeus que vim a freqüentar após esta publicação em 1959. E, num caso, a conclusão da pesquisa que não pôde ser alcançada na primeira ocasião de trabalho. Esses arquivos foram o de Simancas (em 1960 e 1964), o do Museu Canário (1971) e o da Universidade de Coimbra (1977). Essas pesquisas, com os mesmos objetivos das realizadas para a Universidade, foram da minha própria iniciativa.

A UNIVERSIDADE DO RECIFE E A PESQUISA HISTÓRICA

Pernambuco, que é um dos centros de irradiação da civilização brasileira, não tem, lamentavelmente, uma obra moderna de história à altura da sua importância na vida nacional. As duas que existem sobre o passado deste Estado são superficiais ou incompletas, embora tenham sido úteis e ainda devam ser lidas com proveito. Refiro-me ao livro de J. B. Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* em 4 volumes, publicados no Recife de 1844 a 48 e que abrangem o período de 1494 (quando teria ocorrido a "descoberta" das "praias de Pernambuco" por "Martin Behem") a 1799 (que, para o Autor, é o último do século XVIII), e ao de Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), *Pernambuco, Seu Desenvolvimento Histórico* impresso em Leipzig em 1895 e que compreende os sucessos aqui ocorridos desde a descoberta do Brasil, realizada "quase simultaneamente ao nascer do século XVI por Alonso de Hojeda, Vicente Yáñez Pinzón e Pedro Álvares Cabral" até 1850. Este último livro é particularmente notável como síntese e pela riqueza extraordinária de sua informação, revelando as extensas leituras do Autor, que contava 26 anos de idade quando o redigiu.

Com o propósito de remediar essa falha ou, ao menos, de contribuir para isso, iniciei o exame sistemático das fontes da história pernambucana. Esse exame levou-me a compulsar não só a documentação já publicada nas revistas de história (dos Institutos Históricos Brasileiros, Pernambucano, do Ceará, de Utrecht, etc.), em coleções de fontes (como os *Documentos Históricos e Anais da Biblioteca Nacional*, *Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda*) e em livros diversos (entre outros, no do Padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil* e no de Carlos Malheiro Dias, editor da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*), como também a que se conserva em manuscrito, em bibliotecas e arquivos brasileiros.

Detive-me no Recife no exame dos manuscritos existentes na 1) Biblioteca Pública, 2) Arquivo Público do Estado, 3) Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 4) Arquivo da Diretoria de Obras Públicas e 5) Arquivo da Prefeitura Municipal do Recife; no Rio de Janeiro: na 6) Biblioteca Nacional, 7) Arquivo Nacional, 8) Instituto Histórico Brasileiro e 9) Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores; em São Paulo, na 10) coleção Alberto Lamego da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e na 11) Biblioteca Municipal.

Com a segurança permitida pelo exame direto dessas fontes, vim a concluir que a documentação existente no Brasil sobre a história de Pernambuco era lacunosa e esparsa no tempo e que essas lacunas não podiam ser preenchidas com a documentação manuscrita inédita, pois verifiquei, ainda, que acerca de períodos inteiros daquela história não possuíam os arquivos e bibliotecas citados, senão uma quantidade insignificante de papéis.

Assim, por exemplo, do período de 1500 a 1630 (isto é, da descoberta do Brasil à invasão holandesa de Pernambuco), excluindo o que já existe publicado, quase nada se conserva no Brasil por divulgar pela imprensa: desse quase nada citarei os mais importantes manuscritos ainda inéditos: o *Livro das saídas e despachos dos navios e urcas que despacharam nesta Alfândega de Pernambuco*, 1593-1605, na Biblioteca Nacional (cópia da de Lisboa); *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, 1612-26 e os volumes da *Legislação Manuscrita*, no Instituto Histórico Brasileiro, as *Cartas del Rei escritas aos Srs. Álvaro de Sousa e Gaspar de Souza*, 1612-16 e o *Livro primeiro do governo do Brasil*, 1607-33, na Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores.

Da fase da ocupação holandesa, 1630 a 1654, existe inédito no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, abundante material selecionado na Holanda em 1885-86 e feito copiar por José Hygino Duarte

Pereira, num total de cerca de doze mil folhas manuscritas. Além desse material e sobre a mesma época, existe documentação manuscrita inédita na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, como sejam o "Código Pernambuco", a "Coleção Castelmelhor" e os documentos da gaveta II-31, 28; no Instituto Histórico Brasileiro os seis volumes de documentos holandeses copiados na Holanda em 1852-53, por iniciativa de Joaquim Caetano da Silva (1810/73); no Ministério das Relações Exteriores os três códices que contêm a correspondência do Conde da Torre, 1638-40, e na Coleção Alberto Lamego da Faculdade de Letras da Universidade de São Paulo, vários "papéis de serviço", etc.

Do período de 1654 a 1787 (este último ano sendo o do início do governo de D. Tomás José de Melo), excluindo-se alguma documentação sobre determinados episódios, como sejam a "guerra dos Palmares", a "guerra dos Bárbaros" e a "guerra dos Mascates", não se conservam no Brasil senão documentos esparsos, sem encadernamento cronológico e que não permitem, portanto, estudo e visão de conjunto da época, quer nos seus aspectos propriamente históricos, quer histórico-sociais. Dos manuscritos mais importantes aqui existentes concernentes a esses anos citarei os seguintes: na Biblioteca Pública de Pernambuco o *Livro de registro de cartas, provisões e ordens régias da Câmara de Olinda*, 1651-1801 e o *Livro de registro de ordens régias da Provedoria de Itamaracá*, 1680-1760; no

Arquivo Público Estadual o Livro de registro de bandos e portarias do governo, 1711-16 e o *Registro de passaportes de pessoas*, 1767-93; no Instituto Arqueológico Pernambucano sete volumes de *Registro de Ordens Régias*, 1655-1726, cinco de *Consultas do Conselho Ultramarino*, 1673-1705 (estes últimos em cópias de má leitura paleográfica) e os *Livros de termos da Câmara do Recife*, a partir de 1761; na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro as *Consultas do Conselho Ultramarino*, 1673-96 (catálogo II-33, 4, 32) e outras Consultas (gaveta I-35, 15, estas de má leitura paleográfica); no Instituto Histórico Brasileiro dois volumes de *Consultas do Conselho Ultramarino* do século XVIII e dez da *Correspondência* do Governador José César de Menezes, 1774-87.

De 1787 em diante existe já farta documentação no Brasil, quer no Recife (Biblioteca, Arquivo e Instituto citados), quer no Rio de Janeiro (Instituto Histórico, Biblioteca e Arquivo Nacionais, onde, neste último, se conservam os originais da correspondência dirigida pelo governo de Pernambuco a D. João VI e a D. Pedro, Regente e Imperador de 1808 a 1829).

Em resumo: era escassa a documentação histórica concernente a Pernambuco, do período de 1500 a 1630; era igualmente insuficiente a relativa à parcialidade ibero-brasileira da luta contra os holandeses, de 1630 a 1654; eram

também muito incompletas as informações quanto ao período de 1654 a 1787.

Havia, pois, que remediar tais falhas em arquivos mais ricos – os da Europa, particularmente os de Portugal, Espanha e Holanda.

O Professor Joaquim Amazonas, Magnífico Reitor da Universidade do Recife, acolheu com interesse o plano de pesquisas que lhe foi por mim apresentado, e, ouvido o Conselho de Curadores, concedeu para sua realização dotação suficiente. Era a terceira missão oficial de colheita de documentação histórica empreendida por Pernambuco em arquivos europeus.

Há pouco mais de cem anos a lei provincial nº 87, de 6 de maio de 1840, concedeu para a criação de uma Biblioteca Pública no Recife a quantia de 4:000\$ e autorizou o Presidente da então Província a “obter da Torre do Tombo cópias dos documentos que mais interessantes forem à História desta Província para ficarem depositados na referida Biblioteca”. Disposição idêntica constou de leis posteriores: nº 90, de 5 de maio de 1841; nº 110, de 29 de abril de 1843; nº 130, de 2 de maio de 1844, sendo que nesta última se acrescentava que a pesquisa deveria ser estendida a outros arquivos públicos e particulares de Lisboa.

Foi, porém, em 1845 que o Presidente da Província Tomás Xavier Garcia de Almeida tomou providências para cumprimento da determinação da Assembléia. Encontrava-se então em Portugal.

como Ministro Plenipotenciário do Império, um brasileiro ilustre, a quem muito devem os estudos históricos, o Conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond (1794-1874). Por seu intermédio foram iniciadas as buscas e cópias de documentos na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Lisboa. Drummond tinha então como funcionário um jovem já conhecido por sua capacidade de investigador, Francisco Adolfo de Varnhagen. Provavelmente a ele deve-se a seleção do material que a partir de 1846 começou a ser enviado para Pernambuco, como foi o caso de "um saco com dois volumes, um de texto e outro de desenhos de documentos históricos" e que continham a "Descrição de Pernambuco até o governo de D. Marcos de Noronha em 1746" e, mais tarde, a cópia das "Calamidades de Pernambuco". Esta a primeira iniciativa oficial, pernambucana, de pesquisa de documentação histórica na Europa.

A segunda só haveria de ocorrer quarenta anos depois, em 1885-86, com dotação votada pela Assembléia Legislativa Provincial e entregue ao Instituto Arqueológico Pernambucano. Foi encarregado do trabalho uma nobre figura de erudito, o pernambucano José Hygino Duarte Pereira (1846-1901). A pesquisa foi conduzida na maior parte na Holanda e o resultado foi magnífico. O Instituto guarda hoje com carinho cerca de doze mil páginas manuscritas desse trabalho monumental, considerado o maior, em volume de documentação, já realizado até então pelo Brasil.

A terceira, de iniciativa da então Universidade do Recife, foi levada a efeito de novembro de 1951 a outubro de 1952 e limitou-se aos arquivos e bibliotecas portuguesas, seguida de uma outra, de setembro de 1957 a agosto de 1958, que abrangeu alguns arquivos e bibliotecas da Holanda, Espanha, França e Inglaterra.

Mencionarei em seguida os centros de documentação onde foram realizados os trabalhos e as principais coleções examinadas:

PORTUGAL

1 - *Arquivo Histórico Ultramarino*. Conserva-se aí parte do arquivo do Conselho da Fazenda (cujo regimento é de 1591) e a maior parte do Conselho Ultramarino, criado em 1643 com a incumbência de "tratar os negócios das partes ultramarinas" portuguesas. Sendo assim, fácil é perceber que neste Arquivo se encontra a mais importante e rica coleção de fontes históricas existentes em Portugal, acerca da sua antiga colônia brasileira. Disse a maior parte do arquivo, porque na Torre do Tombo, no cartório do "Ministério do Reino", se conservam 13 maços de consultas e outros papéis deste último Conselho, de n.ºs. 312 a 324, do período de 1730 a 1825, com muitos de interesse para o nosso país.

A documentação respeitante ao Brasil compõe-se de "papéis avulsos" e "códices". Os "papéis avulsos" de Pernambuco e do Nordeste -

ao contrário dos da Bahia e do Rio de Janeiro já parcialmente catalogados e numerados – ainda não estão classificados. Açam-se acondicionados, por ordem cronológica, em latas de folha-de-flândres chamadas “caixas” e em pacotes de papel, ditos “maços”. Destes últimos, há os já organizados cronologicamente e os “maços em organização”.

As caixas referentes a Pernambuco são em número de 93 (a numeração vai até 92, mas como existe a caixa 3-A, perfaz-se aquele total); os maços são 52 e os “maços em organização” 73, totalizando 125. Há ainda mais 10 maços rotulados “Passaportes de Pernambuco”. As caixas contêm em média, pouco mais ou menos, 100 documentos (alguns com seus anexos) e os maços 50: são, portanto, os papéis relativos a Pernambuco, mais de 15 mil, com muitos milhares de folhas. Também sobre Pernambuco há mapas catalogados – que são os relacionados por Eduardo de Castro e Almeida, *Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras e aquarelas* (Coimbra, 1908) – e mapas não catalogados.

Nos “códices” estão registradas as “consultas”, isto é, os pareceres do Conselho que eram submetidos à apreciação régia, os alvarás, decretos, cartas, etc., emanados dele. Até 1672, os registros desses documentos eram feitos indistintamente, em um só volume, para todas as colônias, divididos apenas por assunto. A partir desse ano, o registro deixou de ser feito

primariamente por assunto, passando a sê-lo por Capitanias. Os "códices" respeitantes exclusivamente a Pernambuco (registros a partir de 1672) são 12 de n.ºs. 256 a 267. Dos códices com registros gerais foram examinados, folha por folha, 359, com os seguintes títulos: "Consultas do Conselho da Fazenda", "Consultas de partes", "Consultas mistas", "Registro de provisões", "Mercês gerais", "Livros de ofícios", "Livros de cartas", etc. A coleção dos códices do Conselho Ultramarino (e do Conselho da Fazenda) até o n.º 1.305, está relacionada pela Sra. M. A. Hedwig Fitzler no livro, escrito em colaboração com o Sr. Ernesto Ennes, antes da criação deste Arquivo, intitulado *A Seção Ultramarina da Biblioteca Nacional* (Lisboa, 1928), pp. 69/129; os números seguintes constam de um catálogo de fichas. Havia, em 1952, ainda alguns códices a catalogar.

No curso de minha pesquisa foram examinados, além dos 12 códices de Pernambuco e dos 359 de registros gerais, todos os "papéis avulsos" não só de Pernambuco, como de Alagoas (1 caixa e 2 maços), Paraíba (2 caixas e 27 maços), Rio Grande do Norte (3 caixas e 3 maços), Ceará (6 caixas e 6 maços) e Piauí (5 caixas) e parte (apenas o século XVII) dos do Rio de Janeiro (5 caixas), Bahia (10 caixas), Maranhão (3 caixas), Angola (4 caixas), Açores (1 caixa), "Brasil-diversos" (3 maços) e "Conselho da Índia" (1 caixa) – ao todo 134 caixas e 176 maços.

Foram feitas nesse Arquivo, para a

Universidade do Recife, 47.676 reproduções fotográficas em microfilmes, correspondentes a outras tantas páginas de manuscritos, e 80 cópias fac-similadas de todos os mapas, desenhos, projetos de construção e figurinos militares referentes a Pernambuco. Foram entregues ao Magnífico Reitor relações dos documentos selecionados e microfilmados, contendo a respeito de cada um deles a indicação arquivística, a pessoa que o subscreve, o destinatário, o local de origem, a data, um resumo do assunto e menção da existência ou não de papéis anexos.

A seleção da documentação a ser microfilmada foi feita visando a um melhor conhecimento da história de Pernambuco nos seus múltiplos aspectos. Nenhuma orientação particular ou interesse especial do investigador interferiu ou predominou na escolha do material. Reuniram-se elementos para estudos de história econômica, social, política, administrativa, militar, religiosa, das artes e ofícios etc.

Ainda no curso da pesquisa foi considerada a causa do ensino, entre outras coisas organizando-se documentação para estudos de paleografia (de interesse brasileiro) dos séculos XVI e XVII, de modo a poder familiarizar os estudantes universitários com os diversos tipos de letra, de algarismo, de abreviaturas, etc.

2 – Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

O mais antigo arquivo de Portugal não tem todas as suas coleções catalogadas ou inventariadas: portanto, o seu acervo não está inteiramente à disposição dos leitores. Existem roteiros para as suas coleções, como sejam os de Antônio Baião, A. Mesquita de Figueiredo e Dr. J. M. da Silva Marques.

Foram objeto de minhas pesquisas aí as seguintes coleções:

a) "Livros do Brasil" onde se encontra incompleto, faltando o primeiro livro, o volume das *Confissões de Pernambuco* (1593-93) da Visitação do Santo Ofício de que foi encarregado Heitor Furtado de Mendonça;

b) "Chancelarias Reais";

c) "Corpo Cronológico", que contém documentos dos séculos XVI e XVII sobre Pernambuco;

d) "Inquisição de Lisboa", onde foram examinados os Livros da Visitação do Santo Ofício já citada, particularmente o das "Denúncias de Pernambuco", de onde foram feitos microfimes de trechos ("Ratificações") não incluídos na edição da coleção Eduardo Prado: o códice das "confissões" da Visitação da Bahia de 1618, por Marcos Teixeira (as "Denúncias" já foram editadas); os processos de Bento Teixeira, João Nunes, Fernão Cabral de Ataíde, Isaac de Castro, Abraão Mendes, Pedro de Almeida, Samuel Velho e Abraão Bueno. Bento Teixeira é o cristão-

novo, natural do Porto, a quem se tem atribuído – parece-me que com razão – a autoria da *Prosopopéia* (publicada em Lisboa em 1601); desconhecia-se a existência de processo seu na Inquisição, o qual, revelado no curso desta pesquisa (e a ser publicado no corrente ano), permite conhecer em pormenores a sua vida:

e) “Ministério do Reino”, onde se inclui uma coleção de códices do Conselho da Fazenda e papéis avulsos (entre os quais 13 maços de consultas do Conselho Ultramarino, já antes referidos);

f) Coleção das “Ordens Militares” (Cristo, Avis e Santiago), especialmente as “habilitações” e os “livros das chancelarias”;

g) “Mesa da Consciência e Ordens”, de interesse para a história das Ordens religiosas e militares.

h) “Portarias do Reino”, em 12 códices;

i) “Conselho de Guerra” e outras coleções.

Foram feitas aí para a Universidade, 2.677 reproduções em microfilmes.

3 – *Biblioteca Nacional de Lisboa*. Detido exame da “Secção de Reservados”, de manuscritos e livros raros nas suas coleções “Pombalina” e “Fundo Geral” foi levado a efeito, no material do interesse nordestino. Salientarei entre os manuscritos aí consultados, a correspondência do marquês de Montebelo, Governador de Pernambuco, 1690-93, o

"Regimento que há de guardar o Feitor-mor do Engenho do Meio" datado de 1663 e subscrito por João Fernandes Vieira, e farta documentação sobre a guerra holandesa, da parcialidade luso-brasileira. Na seção de impressos foram também consultados, além de muitos livros, as coleções de quatro jornais portugueses do período de 1820-24 a saber: o *Astro da Lusitânia*, o *Diário do Governo*, a *Gazeta Universal* e o *Correio do Porto*, de alguns dos quais se serviu Varnhagen na sua *História da Independência*; neles se encontram interessantes "correspondências" enviadas por portugueses do Recife e transcritas nessas gazetas, descrevendo os acontecimentos que aqui precederam e se seguiram à Independência e à fase de agitação revolucionária e de reivindicações sociais até a Confederação do Equador, etc. Pelos anúncios de "obras publicadas" constantes desses jornais e por indicação do catálogo da biblioteca de Varnhagen, pude localizar na mesma biblioteca e sobre o mesmo período, entre outros, folhetos extremamente raros como o de G.X.S., *Elogio Histórico de Luís do Rêgo Barreto* (Coimbra, 1822), o *Mudo de Pernambuco ou Gervásio em Lisboa* (Lisboa, 1822), a *Galeria dos Deputados de Pernambuco* (Coimbra, 1823), a *Correspondência do tio Lopes com Gervásio Pires Ferreira* (Coimbra, 1823), a *Narração Histórica da conduta política de Gervásio Pires Ferreira, com um libelo acusatório oferecido ao respeitável e imparcial público* (Lisboa, 1823), o *Processo e Defesa de*

Gervásio Pires Ferreira preso na Cadeia da Bahia pelos acontecimentos de Pernambuco de 1817 (Lisboa, 1823) etc.

Foram feitas aí 1.518 reproduções em microfilmes.

4 – *Biblioteca da Ajuda* (Lisboa). Guiado pelo Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul de Carlos Alberto Ferreira (Coimbra, 1945), as coleções de interesse nordestino foram cuidadosamente examinadas. Guarda-se aí um importante acervo de manuscritos de procedência diversa: parte da biblioteca do antigo Convento de Nossa Senhora das Necessidades, a particular do Conde de Redondo, a coleção de cópias mandada organizar nos arquivos do Vaticano por D. João V. etc. Salientarei, dentre outros, os seguintes papéis:

a) documentação acerca da expedição do Conde da Torre ao Brasil (1638-40), que se propunha restaurar Pernambuco do domínio holandês, a qual completa ou repete informações contidas nos três códices do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, intitulados “Correspondência do Conde da Torre”;

b) outro códice contém interessantes informações acerca das Capitanias do Brasil no começo do século XVII, inclusive a receita e despesa das do Nordeste nos anos de 1608-10, formando como que uma série com as do mesmo assunto do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, do *Livro de toda a fazenda* de Luís de Figueiredo

Falcão, da *Relação de todas as rendas de Francisco Carneiro e da Relação para Sua Majestade*, de Ambrósio de Siqueira, este do "Archivo General de Simancas", da Espanha:

c) um terceiro contém desenho da moenda de engenho chamada dos três paus ou dos "palitos", introduzida no Brasil por volta de 1613 (segundo Frei Vicente do Salvador, na sua *História do Brasil*, de 1627). O fato de encontrar-se esse desenho em uma miscelânea que pertenceu ao Convento de Nossa Senhora das Necessidades, e sem relação com qualquer documento do volume, pode permitir a presunção de que teria pertencido ao texto da história de Frei Vicente, cujo manuscrito, como se sabe, foi encontrado na biblioteca do mesmo Convento (e hoje se conserva na Torre do Tombo, "Livros do Brasil", códice 49); acrescente-se que o Autor da *História* promete no texto (3ª edição, p. 422) reproduzir desenho da moenda (veja-se, abaixo, "Archivo General de Simancas");

d) o códice intitulado "Governo da Índia de Diogo Botelho" (1602-08) contém, como é sabido, manuscritos não respeitantes ao Oriente, mas ao Brasil. Foi já publicado na *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* nº 73, 1ª parte (Rio, 1910), segundo cópia mandada fazer por Norival de Freitas na qual se diz que o texto procedia da Torre do Tombo. Notei, porém, erros de leitura paleográfica, nessa edição: assim é que a assinatura do "Bispo dõ Po" está na Revista como

“Bispo do Porto”, em vez de “Bispo dom Pedro”, isto é, Pedro de Castilho, Bispo de Leiria, Vice-Rei de Portugal. Aliás, entre parênteses, devo ajuntar que o copista, a quem foi entregue por Norival de Freitas o trabalho de transcrição paleográfica de documentos portugueses, errou ainda na leitura da assinatura de Frei Manuel Calado do Salvador, no processo do Padre Manuel de Moraes, *Revista do Instituto Histórico Brasileiro* nº 70 1ª parte (Rio, 1908), transcrevendo-a “O Mestre frei José Manuel Calado do Salvador” quando no original lê-se claramente “O Mestre frei Manuel Calado do Salvador”.

Foram feitas aí 1.347 reproduções em microfilmes e cinco fac-símiles de desenhos e plantas.

5 – *Arquivo Histórico do Ministério das Finanças* (Lisboa), onde se conserva a importante coleção dos livros de registro de correspondência e de contabilidade das Companhias do Grão-Pará e Maranhão e de Pernambuco e Paraíba, cujo catálogo foi publicado recentemente pelo Dr. Francisco Trancoso. Especial atenção foi dedicada aos papéis desta última Companhia, cuja importante atuação na economia dos dois Estados do Nordeste será apreciada em estudo que estou a preparar.

Foram feitas aí 400 reproduções em microfilmes.

6 – *Arquivo Histórico Militar* (Lisboa) conserva alguns documentos dos séculos XVII,

XVIII e XIX referentes a Pernambuco, catalogados (com os respeitantes ao Brasil) pelo falecido Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima; ao contrário do que seria de esperar, é pequena a documentação aí conservada sobre o nosso país. Foram feitas 81 reproduções em microfímes.

7 – *Arquivo de Desenho da Diretoria da Arma de Engenharia* (Lisboa), onde se guarda uma magnífica coleção de mapas do Brasil colônia, catalogada pela falecida Conservadora, a Sra. D. Luísa da Fonseca. Foram aí copiados em fac-símile, seis mapas de Pernambuco.

8 – *Biblioteca Pública Municipal do Porto*, cujo material de interesse brasileiro foi catalogado pelo Dr. A. de Magalhães Basto. Guarda-se aí o apógrafo da "História da Guerra de Pernambuco", de Diogo Lopes de Santiago, pelo qual o *Instituto Histórico Brasileiro* fez a edição desse importante documento. É de lamentar, porém, que a edição do Instituto esteja incompleta, pois lhe faltam inexplicavelmente, cinco capítulos (15 a 19) do Livro III, que constam do manuscrito, além de estar a publicação viciada por numerosos erros de leitura paleográfica. A edição em livro que se fez no Recife, em 1943 desse manuscrito, reproduzindo a do Instituto Histórico Brasileiro, apresenta as mesmas falhas e erros.

A mesma biblioteca conserva ainda dois manuscritos acerca da chamada "Guerra dos Mascates" e outros papéis que dizem respeito a Pernambuco, aí foram feitas 630 reproduções em microfímes.

9 – *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, cujos papéis de interesse brasileiro da Secção de Cimélios, foram postos em catálogo pelo Dr. Francisco Moraes, mas com omissões, pelo que é prudente consultar o catálogo geral, em 14 volumes. No que se refere ao Nordeste os manuscritos de Coimbra são, na maior parte, cópias; há entretanto, alguns originais, dentre os quais salientarei uma carta de Matias de Albuquerque, datada de Sirinhaém 8 de junho de 1635, véspera da rendição aos holandeses do Arraial Velho do Bom Jesus. Daquelas apontarei o "Breve Compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Sr. Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho" (códice 338), a "Relação do levante que houve em Pernambuco e do que nele sucedeu depois de um tiro que deram no Governador Sebastião de Castro e Caldas" (códice 110), recentemente publicado em uma revista portuguesa, e um parecer de 1708 sobre o saneamento dos pântanos de Olinda, de autoria de Aleixo Cabral Henriques. Foram feitas aí 81 reproduções em microfilme.

10 – *Arquivo da Universidade de Coimbra*.

Aí estão depositados os códices que pertenceram ao Conde de Arcos, que foi governador de Pernambuco nos anos de 1746 a 1749. Eles incluem não só a cópia da correspondência ativa e passiva do seu tempo de governo (Códices 35 a 37) como, o que é admirável, cópia da correspondência dos Governadores de Pernambuco dos anos de 1648 a 1732 (códices

31 a 34) e mais uma outra (incompleta) das *Calamidades de Pernambuco* (código 38). Essa documentação é da mais alta importância para este Estado, dado o fato de que o governador mandou copiar a correspondência existente na secretaria do governo desde fins da guerra holandesa, o que só aí se encontra.

11 – *Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora*, onde foram examinados todos os papéis de interesse nordestino. Compõem-se, na maior parte, de cópias, sendo algumas de importância. Entre os impressos encontra-se folheto do licenciado Manuel Álvares Pegas, publicado em Évora em 1671, sobre a alegação do direito do Conde de Vimioso à Capitania de Pernambuco, de que é o exemplar aí conservado um dos raríssimos – senão o único – conhecido. Guarda-se aí, também, um dos mais preciosos mapas do Recife, datado de 1776. Foram feitas aí 450 reproduções em microfilme e uma cópia do referido mapa.

12 – *Arquivo da Casa Cadaval* (Muge). Graças à gentilíssima permissão e hospitalidade da Ex.^{ma} Sr.^a Marquesa de Cadaval, em companhia do Rev.^{mo} Padre Frei Francisco Leite de Faria O. F. M., Capuchinho, e orientado pelos magníficos catálogos das Sras. Dra. Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, pude percorrer demoradamente este Arquivo, um dos mais preciosos de Portugal. Foram feitas cópias de manuscritos de interesse nordestino e.

particularmente, pernambucano (veja-se, abaixo, Biblioteca Nacional de Paris).

13 – *Arquivo Distrital do Funchal* (Ilha da Madeira), onde, em dois períodos de trabalho (1952 e 1958), examinei com vagar as suas valiosas coleções, detendo-me na leitura de documentos acerca da indústria açucareira local e das relações da Ilha e dos seus habitantes com o Nordeste do Brasil. Foram feitas aí cópias de manuscritos.

ESPAÑA

14 – *Biblioteca Nacional* (Madri). Orientado pelo catálogo do falecido D. Julián Paz, foram examinados e copiados aí vários manuscritos e mapas de interesse para a história de Pernambuco e do Nordeste.

15 – *Real Academia de la História* (Madri), onde foram consultados e copiados documentos, especialmente os da coleção dos Jesuítas, catalogados por Rodrigues Moñino.

16 – *Archivo General de Índias* (Sevilha). Pude verificar que é diminuta a documentação que aí se conserva relativa ao Nordeste brasileiro, embora volumosa a respeitante ao sul do Brasil. A pouca que aí encontrei trata incidentemente daquela região. Entre ela mencionarei alguns manuscritos relativos ao descobrimento de Pernambuco por Vicente Yáñez Pinzón; depoimentos de 1515 de diversos pilotos espanhóis acerca da exata posição geográfica do Cabo de Santo Agostinho; diários e relatos de

viagem contendo notícias da passagem ou estada em Pernambuco de Fernão de Magalhães (1522), Frei Garcia Jofre de Loisa (1525), Sebastião Caboto (1530) e Diogo Flores Valdez (1583); documentos vários sobre a invasão do Maranhão pelos franceses (1615) e outros papéis.

17 – *Archivo General de Simancas*. É este o mais importante centro de documentação histórica espanhola respeitante ao Nordeste brasileiro, na sua maior parte ainda por investigar por historiadores do nosso país. Com relação a Pernambuco, foi esta a primeira pesquisa intentada, infelizmente incompleta por motivo de força maior. Foi o caso que, em 1958, a direção do arquivo começou a instalar, em uma das alas do velho castelo, estantes incombustíveis, por cuja razão uma das coleções a examinar – “Guerra Antiga” a partir de Felipe II – estava fora do alcance dos consulentes. Não obstante isto a pesquisa foi realizada com resultados surpreendentes. Foram examinados os códices das “Secretarias Provinciales” n.ºs. 1455 a 1540, 1554, 1570, 1582 e 1583; o de n.º 1575 dos “Livros inconexos”; alguns “legajos” da “Secretaria de Estado (Flandes, Holanda y Bruselas)”.

Os papéis das “Secretarias Provinciales” – que se dividem em “Consultas” e “Decretos” – estão, em geral, em sofrível estado de conservação. São na sua maior parte da época em que a coroa de Portugal esteve unida à da Espanha, de 1580 a 1640. O que neles diz respeito

a Pernambuco é de importância inegável para a história.

Evidencia-se, por exemplo, assombroso desconhecimento do rei e dos seus ministros, da exata situação econômica da Espanha e de Portugal: daí as ordens para o apresto de armadas para restaurar Pernambuco do domínio holandês, que nunca puderam ser cumpridas; ou, quando o foram, nunca com os efetivos ou nas épocas fixadas. Assim, em julho de 1633 ordenou Felipe III que se aprestasse uma frota de 20 navios de socorro para o Brasil, sob o comando de D. Fadrique de Toledo; a esquadra, muito reduzida em número, só saiu de Lisboa em setembro de 1635, sob outra chefia.

Por outra parte, causa admiração a eficiência do serviço espanhol de espionagem, a funcionar na própria sede do Conselho dos 19 da Companhia das Índias Ocidentais, na Holanda. Em carta datada de Madri, 7 de maio de 1629, o rei escreveu ao arcebispo-governador de Portugal, informando-o de que os holandeses estavam a aprestar uma frota que se dirigiria a Pernambuco "com intento de lhe dar os assaltos pela boca da barra e pelo porto de Pau Amarelo" – tal qual veio a suceder em 14-16 de fevereiro de 1630.

Outros documentos igualmente interessantes pude ainda localizar aí: a instrução que foi dada a Matias de Albuquerque em 25 de maio de 1629 para exercer os cargos de Superintendente da guerra da Capitania de Pernambuco e visitador

e fortificador das Capitânicas do Norte; uns papéis de 1620 sobre certo Gaspar Lopes Coelho, que se diz "primeiro inventor e engenheiro de engenho de três paus que se fizeram em todas as Capitânicas do Brasil"; a relação das despesas das mesmas Capitânicas em 1605, organizada pelo Ouvidor-geral servindo de Provedor-mor da fazenda, Ambrósio de Sequeira, etc.

Em segunda e terceira pesquisa (1960 e 1964) foram examinados os "legajos" da Coleção "Guerra Antigua", quer da parte de "Mar y Tierra" como da de "Tierra". Dos primeiros foram consultados os "legajos" 1058 a 1298 e da segunda os de números 3154 a 3183, abrangendo os anos de 1630 a 1640. Essa documentação é de alto interesse para a história de Pernambuco, pois em primeiro lugar oferece o conhecimento dos acontecimentos da guerra holandesa através de documentos contemporâneos e de testemunhos de primeira mão: portanto, maior segurança da informação histórica; em segundo lugar, a notícia do que se passava por detrás dos fatos registrados na história, o que em geral as crônicas e os cronistas não revelam. Os motivos reais da recusa de D. Fadrique de Toledo Osório de comandar em chefe uma esquadra luso-espanhola, que deveria tentar a restauração de Pernambuco; os da animosidade do Conde de Bagnuolo em relação a Matias de Albuquerque; os da divergência entre os combatentes de Pernambuco e os conselheiros espanhóis acerca da maneira de conduzir a guerra – são alguns dos fatos não registrados pelos

cronistas, que os papéis agora examinados vêm trazer esclarecimento seguro.

Além disso, elementos novos podem ser acrescentados àquele conhecimento dos acontecimentos. Sabia-se, por exemplo, que Matias de Albuquerque tinha redigido relações diárias da guerra contra os holandeses: seu irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, utilizou-as ao redigir as *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (publicadas em Madri em 1654), com relação ao período a que ele se refere expressamente no prólogo das *Memórias*. Entretanto, tudo quanto se conhecia dessas relações diárias era posterior à partida de Matias de Albuquerque, de Pernambuco, as quais se guardam em um códice da Biblioteca Nacional de Lisboa. Aqui, pela primeira vez, foi encontrado um trecho das relações diárias daquele ilustre General, correspondente aos meses de abril, maio e junho de 1631.

Foi encontrada, também, uma carta de D. Antônio Filipe Camarão, o bravo ameríndio que foi um dos heróis da guerra contra os holandeses. Está datada da sua Estância de Nossa Senhora da Vitória (nas proximidades do atual bairro de Santo Amaro das Salinas, no Recife) em 12 de agosto de 1632. Nela, Camarão agradece o interesse que o Conde de Bagnuolo manifestava (aliás em obediência a instruções de Filipe III) pelos seus companheiros e por ele próprio, e oferece alguns elementos importantes para a sua biografia.

Várias cartas originais de Matias e Antônio de Albuquerque (este último Capitão da Paraíba)

e do Conde de Bagnuolo foram igualmente encontradas e, pela primeira vez, copiadas ou microfilmadas. Uma das cartas de Matias de Albuquerque (datada de 21 de maio de 1633) trata dos horrores da guerra entre luso-brasileiros e holandeses em Pernambuco, na qual até então não se dava quartel aos prisioneiros de uma e outra parte, que eram cruelmente mortos ao serem tomados. A pedido dos holandeses, em 19 de maio de 1633, as duas facções combatentes concordaram em estabelecer no Brasil as mesmas condições que vigoravam na guerra de Flandres, de respeito à vida, de permuta ou resgate de prisioneiros. No documento proibiu-se o incêndio de igrejas e a destruição de imagens, exceto no caso de serem as igrejas utilizadas como pontos de ataque ou de resistência; proibiu-se o uso de balas empeçonhadas, enramadas, quadradas ou esquinadas, de barretas de ferro ou chumbo e de canhões raiados, sendo permitida a utilização apenas de arcabuzes, mosquetes, espingardas, carabinas e pistolas; estipulava-se o montante do resgate de prisioneiros, que era de um mês de soldo no caso de um Mestre-de-Campo, de 40 cruzados no de um Capitão, de 4 cruzados no de um soldado e no de 2 cruzados no caso de índio ou negro, ao qual se devia ajuntar o valor da alimentação fornecida. Na Espanha, ao ser apreciado no Conselho de Guerra (em 3 de agosto de 1633) o acordo estabelecido, o Marquês de Leganes acusou fortemente a Matias de Albuquerque, que, segundo ele, não tinha autoridade para entrar em negociação com os

holandeses. Parecia-lhe que as razões contra o estabelecimento do acordo eram de mais peso do que as em favor, pois a muitas pessoas de grande consideração tinha ouvido a opinião que aos holandeses "não se lhes devia fazer boa guerra, mas enforcá-los" e que do acordo se haveriam de seguir

grandes inconvenientes, em razão de domesticar-se aquela guerra e abrir caminho para entendimentos deles com os naturais da terra e granjear-lhes a vontade, e que também daria ocasião a que os soldados de Sua Majestade não pelejem com eles, mas se rendam facilmente, certos de que salvam a vida, sendo também certo que muitos atribuem a duração da guerra de Flandres e o não pelejar-se ali como dantes, ao estabelecimento desses acordos.

O parecer do Marquês de Leganes foi aceito pelos demais Conselheiros e, em 13 de agosto de 1633, o Rei escreveu a Matias de Albuquerque repreendendo-o severamente pela iniciativa tomada sem prévia consulta.

18 – *Museu y Archivo Canário.* Na cidade de Las Palmas, capital das Ilhas Canárias, há um pequeno arquivo de interesse para Pernambuco, porque por aquela cidade passavam muitos barcos vindos de Portugal com destino ao Nordeste e ali escalavam para carregar barris de vinho. Foi objeto da minha atenção a parte relativa

à Inquisição no século XVI, em especial o volume XII e o "fragmento de un testimonio" de número CLVII - 42 e o número CXLI- 21 (ambos relativos a Francisco da Rocha Paris).

FRANÇA

19 - *Bibliothèque Nationale* (Paris). Guiado pela *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais* dessa Biblioteca, organizado por Alfred Morel-Fatio (Paris, 1892) e pelos catálogos dos manuscritos franceses, de novas aquisições, examinei e fiz copiar vários papéis de interesse pernambucano e nordestino. Parte da coleção de manuscritos portugueses da *Bibliothèque Nationale* é composta de documentos e códices provenientes do arquivo da Casa Cadaval e que pertenceram depois a Geoffroy Saint-Hilaire (pai).

INGLATERRA

20 - *British Museum*. Os catálogos de Figanière, Varnhagen, Oliveira Lima, Conde de Tovar, catálogos dos "Additional Manuscripts" até 1925 e fichário para as aquisições posteriores foram consultados para a pesquisa que aí levei a efeito.

21 - *Public Record Office* (Londres), onde foi consultado documento da "High Court of Admiralty" de 1659, sobre o fretamento por João Fernandes Vieira da *Brazil Frigate* e outros papéis mais.

HOLANDA

22 – *Algemeen Rijksarchief* (Haia). Embora a documentação aí conservada já tivesse sido objeto de pesquisas anteriores, nem por isso foram os trabalhos, por mim realizados, pobres de resultado. Um exame sumário das investigações anteriores esclarecerá melhor esta afirmação.

As duas mais antigas pesquisas realizadas sobre o material de interesse brasileiro deste Arquivo (sem considerar uma, muito limitada, de que encontrei traços, levada a efeito em 1843 pelo Ministro do Brasil na Holanda, Visconde de Barbacena) foram a de 1847 por P. M. Netscher e a de 1852-53, por Joaquim Caetano da Silva. Nessa altura, entretanto, existiam em depósito aí apenas os documentos do cartório dos Estados- Gerais das Províncias Unidas, não estando à disposição dos investigadores o material mais rico, da própria Companhia das Índias Ocidentais, que teve a iniciativa da conquista e os encargos do governo da Capitania de Pernambuco e demais do Nordeste, o qual só mais tarde viria a ser incorporado a este Arquivo.

Além disso, Netscher não sabia o português e muitos documentos de importância nesta língua, aí conservados, escaparam ao seu conhecimento. O mesmo direi da pesquisa de iniciativa de Caetano da Silva, pois, ao contrário do que se supõe, não foi ela realizada pessoalmente pelo próprio e ilustre historiador de *L'Oyapock et l'Amazone*, mas pelo conservador

do Arquivo, o Sr. J. A. Zwaan, que, como Netscher, não sabia a nossa língua, além de não conhecer a nossa história. E esse fato é evidente a quem examina os manuscritos, pois neles encontrará notas a lápis, do punho do Sr. Zwaan e em holandês, determinando: "copiar para o Brasil". Por esses motivos, papéis de interesse, inclusive em português, não foram incluídos na coleção então formada e hoje depositada no Instituto Histórico Brasileiro do Rio de Janeiro.

Seguiu-se, em 1885-86, a pesquisa do primeiro historiador brasileiro com conhecimento seguro da língua holandesa, o pernambucano José Hygino Duarte Pereira. Lutou ele, porém, com a falta de apoio do governo imperial, que, entretanto, despachava para a Europa vários subliteratos com a incumbência de pesquisas históricas, mas que, no caso da "missão provincial" de Pernambuco, mostrou a mais perra incompreensão. A subvenção de 7:000\$ que, para tal fim, votara a Assembléia Legislativa de Pernambuco, a que se adicionou 1:483\$, produto recolhido pelo Instituto Arqueológico, de um recital de piano realizado com o mesmo propósito, foi tudo quanto se pôde obter para o custeio das cópias. Essas duas somas ultrapassavam de pouco a quantia de 8:000\$ convertidos em 714 libras esterlinas.

Não obstante isso, o trabalho benemérito de José Hygino, pelo volume de documentação que trouxe em cópias para o Brasil, foi o maior

até então realizado pelo nosso país na Europa, inclusive pelos protegidos do Imperador.

A pesquisa do representante de Pernambuco limitou-se quase de todo, no *Algemeen Rijksarchief*, aos papéis da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha), os quais, poucos anos antes, tinham sido redescobertos e postos à disposição dos historiadores. Com a pequena dotação de que dispunha, José Hygino fez uma magistral seleção de material, fazendo copiar a maior parte das cartas, relatórios oficiais e atas das sessões dos Conselhos Governativos que dirigiam Pernambuco e as demais Capitânicas conquistadas, que encontrou neste Arquivo entre os papéis indicados. A limitação de verba, porém, não lhe permitiu fazer copiar uma importante parte do material que, de Pernambuco, era enviado como apensos ("bijlagen") à correspondência oficial: listas de leilões de escravos, relação da carga de navios, róis de passageiros que iam ou vinham do Brasil, certidões e papéis de variada natureza, de interesse incontestável. A mesma causa explica o fato de não ter feito copiar todo o texto daquelas atas das sessões (*Dagelijkse Notulen der Hooge Regeeringe*), fazendo-o apenas de trechos selecionados; que esses trechos selecionados fossem suficientes para uma série de estudos de história social que neles se basearam é uma prova a mais da inteligência com que foi realizada a escolha – mas nem por isso se deve deixar de lamentar o fato de que muitos trechos importantes

desses documentos tivessem escapado à sua atenção. O próprio José Hygino declarou ainda que não examinara os papéis do cartório dos Estados-Gerais, por supor já terem sido, na sua totalidade, objeto do trabalho anterior de Caetano da Silva – cujas falhas, que aponte, ele desconhecia. Por isso, a sua atenção limitou-se quase de todo aos papéis da Companhia das Índias Ocidentais.

Da quarta pesquisa, a do Professor Hermann Wätjen, em 1912, resultou o seu livro intitulado *Das hollaendische Kolonialreich in Brasilien* (Gotha, 1921). Faltava-lhe, porém, conhecimento seguro da língua portuguesa e, inexplicavelmente, não percebeu a importância fundamental da documentação representada pelas atas das sessões dos Conselhos Governativos do Brasil holandês, a que já me referi. Daí a insuficiência, sob vários aspectos, do seu livro.

As investigações que levei a cabo foram exaustivas e compreenderam todo o material de interesse brasileiro que pude identificar nos vários catálogos – na maior parte ainda manuscritos – deste Arquivo, a saber:

- a) *Cartório da Companhia das Índias Ocidentais* onde foi reexaminada toda a documentação existente e objeto das duas últimas investigações anteriores, e mais vários códices que não mereceram atenção dos meus antecessores como sejam:

código 2, Nótulas secretas do Conselho dos 19, 1629-45;

código 3, Nótulas das sessões do mesmo Conselho, 1647-48, 1653-54;

código 14, Nótulas das sessões da Câmara de Amsterdã da WIC, 1635-36;

códigos 20 a 27, Nótulas da Câmara da Zelândia da WIC, 1626-63;

códigos 39 a 40, Resoluções dos Estados-Gerais acerca da WIC, 1623-40, 1644-51;

código 41, Documentos diversos, 1624-74;

código 42, Contratos para fundação de colônias, 1626-71;

código 44, Viagem do Almirante Brouwer ao Chile, 1643-44;

código 45, Registros do Almirante Thijssen, 1631-32;

código 46, Relações várias, 1636-43;

código 49 a 67, Cartas e papéis vários do Brasil, 1630-55;

código 68 a 76, Nótulas diárias e secretas do Brasil, 1633-55.

b) *cartório dos Estados-Gerais*: reexaminada toda a documentação investigada por Netscher e Silva, a saber:

maços 3.228 a 3.229, Resoluções acerca da WIC, 1638-63;

maços 5.770 a 5.782, Cartas e papéis do Brasil, 1623-65;

maços 7.017 a 7.018, Papéis de Portugal, 1641-59;

maço 8.274, Relatório de Arciszewsky, 1636;

maço 8.315, Papéis de Portugal, 1647, 1658-69;

escaninhos relativos à WIC, n.ºs. 4, 5(1), 5(2), 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17, 20, 21, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 39, 42, 43 e 50;

escaninhos de assuntos particulares, n.ºs. 83, 85 e 121;

escaninhos de Portugal n.ºs. 19, 21, 23 e 25.

c) *cartório da Província da Holanda*

maço 1.358, Portugal;

maço 1.358A, Lista da tropa do Brasil, 1654;

maços 2.834 a 2.835, Portugal, 1648-53;

maço 4.387, Atas dos sínodos da Igreja Reformada do Norte da Holanda, 1636, 1643-50.

d) *cartório da Corte de Justiça da Província da Holanda*, maços 22 e 25, Papéis criminais.

e) *mapas, plantas e desenhos*

catálogo Leupe n.ºs. 683, 694, 696, 700 a 715, 2157 a 2165;

catálogo 1.º suplemento n.ºs. 270, 616 e 619.

Foram feitos aí para a Universidade do Recife 1.310 reproduções em microfílm e fotos de mapas.

23 – *Koninklijk uisarchief* (Haia). Neste Arquivo da Casa Real (instituição que não é aberta ao público), José Hygino já recolhera alguma documentação relativa a Pernambuco. Foram examinados por mim os seguintes papéis:

maço 1450, patente de nomeação do Conde de Nassau para o governo do Brasil, 1636;

maço 1454, documentos do arquivo particular do mesmo Conde, 1636-47;

maço 1455, idem, com alguns respeitantes ao Brasil;

maço 1478, correspondência acerca do presente de quadros ao rei da França;

maço 1486, pequena biografia do Conde Nassau até 1640.

Os documentos que aí se conservam de maior interesse brasileiro pertenceram ao arquivo particular do Conde de Nassau e formam os códices 1454 e 1455. Contêm uma série muito esclarecedora de editais tendentes a obrigar os senhores de engenho e lavradores de canaviais a plantar mandioca, datados de 1638, 39, 40 e 43; duas cartas contendo muitas informações, subscritas por Cornelis S. Golijath, autor de valioso mapa do Recife, publicado em 1648, desco-

nhecidas ambas do seu biógrafo, o Dr. W.S. Unger; vários documentos acerca de uma expedição enviada pelo Conde em 1640 a descobrir as célebres minas de prata de Itabaiana; cartas diversas, em originais, do Marquês de Montalvão ao Conde, de 1640 a 42, de uma das quais se colhe a evidência de que o Conde enviou o seu pintor Albert Eckhout em 1641 à Bahia a retratar o marquês.

24 - *Archief van de Hervormde Gemeente* (Amsterdã). Pela primeira vez um pesquisador brasileiro examinou este Arquivo da Comunidade Reformada, onde foram feitas reproduções em microfilmes de muitos papéis que dizem respeito a Pernambuco e ao Nordeste.

Conservam-se aí vários documentos avulsos, cartas, certidões de visitas a igrejas reformadas do Brasil holandês, contas de distribuição de tecidos aos indígenas, etc. Existem ainda registros de consultas feitas de Pernambuco aos teólogos de Amsterdã, acerca de pontos de doutrina e prática religiosa. Um problema que nestes documentos encontra amplos elementos é o relativo à publicação de um catecismo reformado, para uso dos ameríndios. O assunto interessa-me há muitos anos e o que pude recolher a respeito divulguei em *Tempo dos Flamengos* (Rio, 1947), p. 252; aí refiro que o catecismo fora publicado em Enkhuizen em 1643. Obtive agora o título com que foi impresso. *Corte onderwijsinge der*

christelijcke religie, redigido em holandês, português e tupi, ao que parece por David van Doreslaer, predicante em Pernambuco, cujo pai, também predicante e morador em Enkhuizen, Abraham van Doreslaer, encarregou-se da publicação. Entretanto, nem um só exemplar do catecismo pôde ser encontrado até agora, apesar do empenho com que o procurei em várias bibliotecas da Holanda.

25 - *Gemeente Archief* (Amsterdã). Também pela primeira vez foi feita pesquisa em profundidade por brasileiro, neste Arquivo Municipal, para cujas coleções o Prof. José Honório Rodrigues chamara, em 1950, a atenção dos nossos historiadores. Conservam-se aí os "cartórios notariais" de Amsterdã, isto é, os livros dos tabeliães dos séculos XVI a XIX. Sendo Amsterdã a capital dos Países Baixos, a sua principal e mais rica cidade, sede da mais influente "câmara" da Companhia das Índias Ocidentais, em consequência os seus registros notariais são de grande importância para a história, quer local, quer ultramarina. Militares, funcionários civis, mercadores, etc., ao partir dali com destino ao Brasil holandês, constituíam procuradores na metrópole, faziam testamento, contratavam auxiliares e empregados para o negócio e redigiam escrituras de vários fins, com registro nos cartórios notariais. Todos estes elementos, dispersos aqui e ali, em muitas centenas de códices, guardam informes preciosos para a história, sobretudo social e, em especial,

econômica, de Pernambuco e do Nordeste. Tal a natureza dos documentos que se conservam nos "cartórios notariais" deste importante Arquivo de Amsterdã.

Evidentemente, muitos elementos históricos que esses registros fornecem são de menor importância. Fica-se, por exemplo, a conhecer a naturalidade e idade de várias figuras que se salientaram durante a ocupação holandesa do Nordeste. Augusto de Quelen, autor de interessante livrinho sobre Pernambuco, publicado em 1640, era natural da Bretanha e contava então 35 anos de idade; Roelof Baro, que escreveu valioso relatório sobre os tapuias, era de Amsterdã e de 34 anos em 1644, quando casou ali com Lobberich Wijbrantsdochter, de 28 anos; Jacob Stachhouwer – assim assinava o nome, com dois hh, como se verifica dos autógrafos – protetor e grande amigo de João Fernandes Vieira, declarou em 1640 ter 44 anos de idade; o almirante Lichthardt, de atuação conhecida, contava 36 anos em 1639, etc. Outros documentos dão indicação do interesse com que, entre a população da Holanda, era acompanhado o desenrolar da invasão de Pernambuco: entre os papéis notariais há várias escrituras de apostas em dinheiro, com palpites sobre a data em que se renderiam aos holandeses o Arraial Velho do Bom Jesus, o Forte de Nazaré do Cabo de Santo Agostinho, o Forte da Paraíba, etc. Por fim, aí também se encontram elementos de real importância como são as escrituras de contratos

de oficiais mecânicos holandeses, para trabalhar em Pernambuco. Em 27 de outubro de 1636, Jacob Dasseine e Daniel Couwenburgh engajaram dois carpinteiros de casas para trabalhar no Recife; em 12 de outubro de 1638, o mestre carpinteiro de casas Cornelis Jacobsen admitiu em seu serviço dois carpinteiros e um pedreiro para o acompanharem a Pernambuco e, o mais interessante, o contrato de um aprendiz, feito em Amsterdã em 20 de setembro de 1642, pelo procurador de Pieter Coninxloo, mestre fabricante de vidro, então residente no Recife. Coninxloo é nome bem conhecido e Pieter fazia parte de uma família de pintores, filho de Hans van Coninxloo (nascido em Antuérpia cerca de 1565 e falecido em Emden em 1620) e irmão de outro Hans (nascido em Emden cerca de 1589 e falecido em Amsterdã em data não conhecida). Pieter Coninxloo nasceu em Amsterdã em 1604 e aí faleceu em 1648: permaneceu no Recife desde 1635 até, pelo menos, 1644 (veja-se a seu respeito Ulrich Thieme e F. Becker, *Allgemeines Lexikon der Bildenden Kuenstler von der Antike bis zur Gegenwart*, Leipzig, 1912). Não foi Coninxloo, aliás, o único fabricante de vidro ("glazenmaker") e gravador de vidro ("glasschrijver") e talvez pintor de vitrais, a trabalhar no Recife. Nos documentos holandeses que agora consultei, há referências a outros, a saber: Anthony de Later (1643 e 1645) e Jacob Pauwelsen (1644). O emprego do vidro nos edifícios públicos e casas de residências do Recife holandês contrasta fortemente com o uso

português das gelosias e urupemas, que até então prevalecia.

Não me foi possível, porém, empreender no *Gemeente Archief* o exame sistemático dos papéis de todos os cartórios de Amsterdã, do período de interesse para a história brasileira, isto é, dos séculos XVI e XVII: e isto porque foi enorme o número de tabeliães que ali existiu. Bastara indicar que no período de 1629 a 1654 em que os holandeses ocuparam o Nordeste, houve em Amsterdã 89 tabeliães, cujos cartórios compreendem mais de 2.000 volumes. Seria necessário portanto, mais de um ano de trabalho para examiná-los todos; e o rendimento de esforço tão prolongado, talvez não fosse compensador, pois o que se poderia obter seria apenas maior número de evidências históricas de fatos já constatados, mas não elementos históricos novos e relevantes.

Limitei, em conseqüência, minha pesquisa neste Arquivo, ao exame sistemático dos códices de dois cartórios, escolhendo os de tabeliães que mais trabalharam para a Companhia das Índias Ocidentais e seus empregados, a saber, os de Joost van de Ven, que serviu de 1633 a 1666 e o de Hendrik Schaef, 1636-65, com a vantagem adicional que estiveram ambos em atividade no período de maior prosperidade da colônia holandesa do Brasil, que vai de 1636 a 1645. Consultei ainda papéis do tabelião Jan Franssen Bruijningh, de 1593 a 1624, onde se encontram

referências às primeiras relações comerciais diretas da Holanda com o Brasil, tendo o açúcar como principal objeto de negociação.

No *Gemeente Archief* conservam-se os cartórios chamados D. T. B. (das iniciais das palavras holandesas *Doop, Trouw, Begraven*, isto é, batismo, casamento e óbito), que correspondem aos arquivos paroquiais do mundo luso-brasileiro e satisfazem ao grande interesse que há na Holanda pelos estudos genealógicos. Das coleções referentes aos séculos XVIII a XIX há índices alfabéticos em fichas, que facilitam a pesquisa; do século XVII, porém, conservam-se em listas cronológicas os nomes dos neófitos, nubentes e mortos, pelo que a investigação é extremamente morosa e de pouco rendimento, visto que não se sabe, da grande maioria dos holandeses do Brasil, onde nasceram, casaram e morreram, e naquele Arquivo existem apenas os registros da cidade de Amsterdã – e não de todo o país. Ainda assim, consegui localizar a certidão do casamento de Roelof Baro, já referido, autor de curioso relatório sobre os tapuias do Nordeste, ainda hoje consultado pelos antropologistas, de cuja biografia quase nada se conhecia.

No testamento que fez em Amsterdã em 25 de novembro de 1644, ao partir para o Brasil a comandar os brasilianos, ocorre a sua assinatura: *Gemeente Archief* tabelião Schaef vol. 1382 fls. 452v.

Ainda no *Gemeente Archief* encontram-

se depositados os arquivos da Comunidade Portuguesa-Israelita de Amsterdã, que compreendem papéis desde fins do século XVI. Infelizmente muito incompletos, ainda assim são bastante ricos, pois se guardam aí livros de receita e despesa das comunidades Beth Jacob de 1597 a 1639, Neve Salom de 1608-39, Beth Israel de 1618-39 e Talmud Torá de 1630 até este século. Entretanto, os elementos interessando o Nordeste brasileiro são raros e de apenas duas Comunidades conservou-se o livro de Termos do Kahal Kadosh. O original do Livro de Termos das Comunidades Portuguesa-Israelita do Recife e de Maurícia durante a dominação holandesa, já publicado pelo Dr. Arnold Wiznitzer, aí se guarda (códice 363).

26 – *Universiteitsbibliotheek te Lijden*. Na biblioteca da Universidade de Leiden encontra-se o manuscrito sob o catálogo "Voss. Var. I. Q 14" intitulado *Dialogo das grandezas do Brasil*. Trata-se, como se sabe, de um apógrafo do século XVII da célebre obra de Ambrósio Fernandes Brandão. A Universidade do Recife que possui microfilme do outro apógrafo conhecido, da Biblioteca Nacional de Lisboa (Fundo Geral 6.819), fez microfilmear também o desta biblioteca. Ao cotejar os textos manuscritos citados, com a edição de 1930 da Academia Brasileira de Letras, anotado pelo falecido historiador Rodolfo Garcia (1873-1949), verifiquei que essa edição é defeituosa, por inúmeros erros que nela se encontram, além de incompleta. No "Diálogo III"

ocorreu o salto de nada menos de quatro páginas do manuscrito. A Universidade do Recife se propõe a publicar muito breve uma edição crítica, completa e anotada, desse documento de importância fundamental para a história do Nordeste.

* * *

Além dos arquivos e bibliotecas citados, foram examinadas ainda as coleções de mapas e gravuras intituladas *Atlas van Stolk* e *Coleção Engelbrecht*, ambas de Rotterdã, sendo que esta última está hoje depositada no *Maritiem Museum Prins Hendrik*. Com a cooperação constante e gentilíssima de Sua Ex.^a, o Embaixador Sousa-Leão, foi-me possível obter aí reproduções fotográficas de algumas peças raras. Quero ainda manifestar a minha satisfação por ter conhecido um dos mais importantes centros de estudo que me foi dado visitar na Europa: refiro-me ao "Institute of Historical Research" da Universidade de Londres, onde trabalhei por vários dias.

* * *

Ao esforço da Universidade, de recolher a documentação existente na Europa acerca da região Nordeste de que Pernambuco é, historicamente, o centro, ajunta-se no Recife o trabalho tão silencioso quanto o outro, mas igualmente rico de resultados, da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura. Está a DPHAN

empenhada na inventariação e estudo dos arquivos públicos e particulares, seculares e religiosos, de Pernambuco, com o propósito não só de preservá-los, como de investigar os elementos de interesse para a história daquele patrimônio.

Coube-me, também, a honrosa incumbência de realizar esses estudos, que incluíram já os arquivos seguintes, todos do Recife:

- 1) Arquivo da Irmandade do Sacramento, da igreja da mesma invocação, Matriz da freguesia de Santo Antônio;
- 2) Idem da Irmandade do Rosário dos Pretos, da igreja da mesma invocação e freguesia;
- 3) Idem da Irmandade do Terço, da igreja da mesma invocação;
- 4) Idem da Irmandade de São José de Ribamar, da igreja da mesma invocação;
- 5) Idem da Irmandade do Sacramento, da demolida igreja do Corpo Santo, hoje na Concatedral da Madre de Deus;
- 6) Idem da Irmandade de Sant'Ana, como acima;
- 7) Idem da Irmandade das Almas, como acima, hoje na igreja de São José do Manguinho;

- 8) Idem da Irmandade do Bom Jesus, da demolida Capela do Arco da mesma invocação;
- 9) Idem da Conceição dos Militares, da igreja da mesma invocação;
- 10) Idem de São Pedro dos Clérigos, da igreja da mesma invocação;
- 11) Ordem III de São Francisco do Recife;
- 12) Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife e
- 13) Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

* * *

Com os elementos citados, recolhidos nos arquivos do Brasil e do estrangeiro, o trabalho de pesquisa não está concluído, pois será necessário examinar e inventariar entre outros, os arquivos notariais das capitais e das antigas cabeças de comarca dos Estados do Nordeste. Para essa tarefa, o apoio financeiro da Universidade, da DPHAN, do então Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, atual Fundação Joaquim Nabuco, e do hoje extinto Instituto do Açúcar e do Alcool, é indispensável, pois a todas estas instituições interessa estudar e preservar as nossas fontes históricas. Por outro lado, deverá ser considerada a necessidade de preparar os futuros pesquisadores de história, facilitando-se-lhes o estudo de paleografia e transmitindo-se-lhes a experiência acumulada nos trabalhos já

realizados nos arquivos aqui citados, pois terão sido aqueles em grande parte inúteis, se essa experiência, alcançada através de pesquisas na maior parte financiadas pela universidade, não puder ser transmitida aos estudantes superiores das Faculdades de Filosofia.

Parece-me, em conseqüência, justificada a criação de um Centro de Pesquisas Históricas da Universidade, ao qual incumbirá:

- a) a guarda dos microfímes, mapas e cópias feitos nos arquivos mencionados;
- b) a publicação dos catálogos dos documentos, mapas e cópias citados, de forma a poderem ser conhecidos e consultados pelos historiadores e estudantes universitários;
- c) a edição desses documentos, dentro de um plano a ser elaborado;
- d) o treinamento de estudantes universitários em técnicas de pesquisa histórica e leitura paleográfica;
- e) o prosseguimento do exame de outros arquivos;
- f) a elaboração de um Guia de Fontes Históricas de Pernambuco e do Nordeste;
- g) a publicação de um periódico destinado a divulgar estudos originais de história e noticiário das atividades universitárias nesse setor de investigação;

- h) o intercâmbio de informes e pesquisadores com outros centros universitários do país, e, especialmente, do Nordeste;
- i) a formação de um núcleo de investigadores com conhecimento da língua holandesa, como elemento indispensável ao *scholar* que se queira dedicar ao estudo do passado de Pernambuco e do Nordeste, de forma a constituir-se esse conhecimento numa especialização universitária do Recife, do seu setor de história;
- j) a realização de curso de História de Pernambuco e do Nordeste, a ser franqueado aos alunos concluintes das Faculdades de Filosofia.

MISSÃO NOS ARQUIVOS - I

Primeiro relatório apresentado ao Magnífico Reitor da Universidade do Recife, prof. Joaquim Amazonas.

Apresento a Vossa Magnificência o meu primeiro relatório trimestral da missão de que tive a honra de ser encarregado pela Universidade do Recife. Essa incumbência desdobra-se em duas partes: a primeira, de ensino da história do Brasil no Instituto Espanhol, Português e Ibero-Americano da Universidade de Utrecht; a segunda, de pesquisa de documentação histórica respeitante ao Nordeste brasileiro em geral e a Pernambuco em particular, nos arquivos da Holanda, Espanha, França e Inglaterra, dentro do mesmo critério da missão anterior, nos arquivos de Portugal, em 1951-52.

Da minha participação como representante dessa Universidade no III Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Lisboa, em setembro de 1957, já apresentei relatório a Vossa Magnificência.

No dia 27 de setembro do ano passado viajei para a Holanda e fixei residência na Haia, por ser a sede dos principais arquivos do país. No dia 2 de outubro iniciei as aulas na Universidade de Utrecht, como professor designado pela Universidade do Recife, devendo em breve

receber do ministério do Reino para a Educação, Artes e Ciências o título de *privaat docent* da Universidade de Utrecht (que é uma das três universidades do Estado), após o que deverei pronunciar uma aula em francês perante a Congregação das diversas unidades universitárias.

De acordo com o Prof. Dr. C.F.A. van Dam, Diretor daquele Instituto, onde é ministrado o ensino universitário das línguas e da História de Portugal, da Espanha e das Américas Portuguesa e Espanhola, as minhas aulas foram fixadas em duas por semana, às segundas e terças-feiras, à tarde, seguidas de seminário. Tenho ministrado com toda regularidade o curso de História do Brasil e prestado outros serviços à Universidade.

Ficam-me livres as manhãs das segundas e terças-feiras e o dia todo das quartas-feiras aos sábados (pois não há 'semana inglesa' na Holanda) para a pesquisa histórica. Iniciei-a pelo principal arquivo, onde estão depositados os documentos da Companhia das Índias Ocidentais (Companhia Velha), a saber, o Arquivo Geral do Reino, Algemeen Rijksarchief. O expediente de trabalho aí é largo, das 9:30 às 17:30 da tarde, o qual é por mim aproveitado quase de todo, com uma rápida interrupção para o frugal almoço holandês. O Arquivo Geral do Reino, situado em Bleyenburg, 7, na Haia, dirigido pelo H. Hardenberg, é um excelente lugar de trabalho.

Foi nesse arquivo que José Hygino Duarte

Pereira trabalhou longamente em 1885-86. A minha pesquisa tem sido realizada nos mesmos papéis examinados há mais de setenta anos por esse ilustre Professor da Faculdade de Direito do Recife. Nem por isso tem sido infrutífera, antes tem se revelado rica de resultados. Com o exame direto dos documentos originais – da grande maioria dos quais já conhecia as cópias feitas na Holanda por iniciativa daquele notável pernambucano, hoje zelosamente guardadas no Instituto Arqueológico desse Estado – pude compreender melhor o problema de José Hygino e a feliz solução que ele lhe deu. Dispondo de pouco mais de oito contos de réis (convertidos em 714 libras esterlinas) tinha que fazer copiar em manuscrito – pois, ainda não se usavam então os meios mecânicos de fotocópias – uma enorme e valiosíssima coleção de documentos que deve constar de, aproximadamente, cinqüenta mil folhas. Devia, pois, aplicar rigorosos princípios de seleção, abandonando todos os papéis que estavam anexados aos documentos principais. Assim, imensa quantidade dos 'apensos' que eram enviados com as cartas oficiais, pelo governo holandês do Recife à direção da Companhia das Índias Ocidentais, encontrava-se até hoje no Arquivo Geral do Reino por aproveitar. É muito menor a quantidade de cartas de importância que ele deixou de copiar.

Tive o cuidado de, antes de minha partida do Recife, fazer uma relação completa, que trouxe comigo, de todos os documentos copiados por

José Hygino e hoje guardados no Instituto Arqueológico, visando a evitar duplicatas de cópias e, conseqüentemente, despesa supérflua. Pude verificar deste modo a extraordinária acuidade daquele pernambucano ilustre na seleção dos manuscritos a copiar. Isto com relação à coleção chamada "Cartas e papéis do Brasil", que abrange os anos de 1630 a 1655 e se conserva em 19 grandes maços ("Companhia Velha" n^{os} 49 a 67).

Com relação às "Nótulas diárias do Governo do Brasil", isto é, às atas dos conselhos governativos do Brasil holandês, devo declarar que me surpreendeu o trabalho realizado por José Hygino. Tenho recorrido freqüentemente nos meus estudos a essa coleção, da qual existem cópias no Instituto Arqueológico; e tão vasta é ela, encadernada em doze volumes, que a considerava cópia integral dos originais conservados na Holanda. Entretanto, ainda aqui José Hygino fizera um trabalho notável de seleção, de tal forma conduzido que não há, praticamente, aspecto histórico do período da ocupação holandesa do Nordeste brasileiro que aí não encontre elementos substanciosos de informação. Apesar de tão rica de indicações, de tão variado interesse, a coleção das "Nótulas" que se guarda no Instituto Arqueológico é apenas uma seleção – seleção muito inteligente e compreensiva – do que se guarda no Arquivo Geral do Reino em Haia. Esse fato obrigou-me a percorrer na sua totalidade a coleção da "Nótulas" e proceder a

uma segunda seleção de material, que considero muito importante pelos elementos agora recolhidos, particularmente no que se refere ao extraordinário surto de urbanização do Recife no período de 1637-45. A coleção das "Nótulas Diárias do Governo do Brasil", que abrange os anos de 1635 a 1654, conserva-se em nove maços ("Companhia Velha" n^{os} 68 a 76).

Falta-me concluir o exame dos demais documentos da Companhia das Índias Ocidentais e prosseguir com o dos Estados-Gerais das Províncias Unidas, onde há também muita notícia de interesse para o Brasil. Em seguida, passarei a trabalhar no "Arquivo da Casa Real", em parte examinado por José Hygino. Na primavera pretendo fixar-me em Amsterdã para investigar outros arquivos, estes ainda não visitados por pesquisador brasileiro. Refiro-me ao "Arquivo Municipal", onde se guardam os preciosos documentos notariais, o "Arquivo da Igreja Reformada" e o do Seminário Português- Israelita Ets-Haim.

Ao mesmo tempo em que estou a trabalhar no "Arquivo Geral do Reino", tenho visitado museus e coleções particulares de iconografia holandesa, à cata de material de interesse brasileiro. Neste particular, devo salientar a colaboração preciosa do Ex.^{mo} Sr. Joaquim de Souza Leão, Embaixador do Brasil neste país. Não podia ser mais feliz a oportunidade desta missão de estudos da Universidade do Recife pela

coincidência de encontrar-se na Haia um pernambucano e um erudito conhecedor da história e da arte brasileira nas suas relações com a europeia, como é o Embaixador Souza Leão. Em sua companhia pude percorrer não só os grandes museus da Holanda, onde se guarda vasta iconografia de interesse histórico, como coleções particulares, em geral inacessíveis ao público, como a Coleção Engelbrecht e a Fundação Atlas van Stolck, ambas de Roterdã. Esta última é particularmente interessante e compreende mais de trinta mil estampas e é o resultado do esforço de quatro gerações de colecionadores. Algumas das peças que lá se encontram são exemplares únicos, como é o caso, entre outros, de um retrato eqüestre do Conde João Maurício de Nassau. Obtive algumas fotografias das mais raras para torná-las conhecidas em Pernambuco.

Nos relatórios que, acerca das pesquisas em Portugal, tive ocasião de dirigir a Vossa Magnificência em 1952, procurei salientar de forma breve o que a documentação examinada oferecia de novo ao conhecimento do período em estudo. Farei o mesmo com relação às pesquisas que estou a realizar na Holanda.

Urbanização do Recife : os recentes estudos do Engenheiro Blok demonstram a impossibilidade de ter estado no Recife o arquiteto Pieter Post, a quem se atribui o traçado urbano da Cidade Maurícia¹. Embora não haja ainda elementos suficientes para uma solução segura

¹ Gerard A.C. Blok, Pieter Post 1608-1669, der Baumeister der Prinzen von Oranien und des Fürsten Johann Moritz von Nassau-Siegen (Siegen, 1937). Entretanto, há uma evidência (a única!) de que Pieter Post esteve em Pernambuco: uma lista de venda de escravos em 5 de maio de 1639 no Recife relaciona "Heer Pieter Janssen Post tot zijn dienst" a comprar dois escravos para seu serviço: Alg. Rijksarchief (Haia), Companhia das Índias Ocidentais, maço 54.

do problema, há, entretanto, boa evidência de que o engenheiro Frederik Pistor é o responsável por várias e importantes obras de urbanização que foram levadas a efeito na capital de Pernambuco, sobretudo durante o governo do Conde de Nassau. Ao seu nome deve ser ligado o do mestre-de-obras (*Fabrikmeester*) Michiel Pietersen Schilder, que executou ou dirigiu diversas obras públicas, como é o caso da pavimentação das principais ruas do bairro do Recife. Essa pavimentação foi feita à maneira holandesa, com tijolos, como ainda hoje se usam em ruas e estradas da Holanda. Alguns documentos, agora copiados, indicam que daqui foram levados para Pernambuco, como lastro dos navios, no período de janeiro de 1641 a julho de 1643 nada menos de 1.154.550 tijolos, além dos muitos que eram produzidos *in loco*, pois a indústria da cerâmica foi uma das mais prósperas do Recife de então, como se verifica das muitas concessões do governo holandês para a instalação de olarias à margem do rio Capibaribe. Entre os papéis copiados por mim consta um muito esclarecedor, no qual o mestre-de-obra Schilder dá as dimensões de algumas ruas do Recife e indica a quantidade de tijolos despendidos na sua pavimentação. Assim, no Largo do Corpo Santo, chamado à holandesa de "Plein", empregaram-se 160.000 tijolos; na Rua da Balsa (ou Rua da Cadeia do Recife) 224.000; na Rua do Mar 188.000 etc...

População israelita do Brasil holandês:
evidencia-se dos manuscritos examinados que já

em 1637 – ano em que se consolida o domínio holandês do Nordeste, com as vitórias do Conde de Nassau – era grande e economicamente poderosa a população judaica do Recife. Alguns dos nomes mais em evidência dessa população, já então aí estavam fixados, com intensa atividade comercial. Boas fontes a respeito encontram-se nas listas de compradores de escravos e nas relações dos que embarcavam mercadorias com destino à Holanda; nem aquelas nem estas foram copiadas por José Hygino, mas foram agora integralmente aproveitadas. As faturas da carga dos navios são suficientes para estabelecer relações entre os grupos de comerciantes de Pernambuco e da Holanda, quer israelitas, quer cristãos, pois nelas estão indicados pelo nome os que carregavam mercadorias no Brasil e os que as deviam receber na Holanda. Essas fontes poderão ser aproveitadas para um estudo, que ainda não foi realizado, acerca dos grandes interesses holandeses ligados ao comércio de gêneros coloniais do Brasil. Por outro lado, as listas de compradores de escravos revelam não só a especulação que dominou o mercado de mão-de-obra africana, como a flutuação do preço do escravo, a refletir as fases da economia pernambucana no período de 1636 a 1645. Em todos esses aspectos a participação da população israelita é muito importante e essas fontes oferecem novos elementos aos estudos que têm sido feitos por Violet Barbour e Hermann Kellenbenz.

Livros holandeses no Recife: duas listas de

livros existentes em depósito nos armazéns da Companhia das Índias Ocidentais no Recife de 1643 a 1645, indicam o propósito dos conquistadores no sentido não só da divulgação da doutrina calvinista, como no de dotar a escola pública do Recife dos manuais indispensáveis ao ensino. Há ainda livros propriamente literários. Em 1643, havia 4057 catecismos em língua espanhola, reduzidos a 2200 em 1645; de um livro de religião, de perguntas e respostas, existiam naquele ano 3040 e neste 2951 etc. De livros de texto para o ensino, constam gramáticas gregas e latinas, livrinhos para caligrafias e de ABC. Literários, há as *Fábulas de Esopo*, os *Colloquia* de Ludovico, a *História do Príncipe Maurício*, a *Tomada de Wesel*, as *Flores Poetarum* e as poesias de Barleus, o futuro historiador do governo do Conde de Nassau. Aquele livrinho de perguntas e respostas de que se guardavam no Recife 3040 exemplares em 1643, talvez seja o que foi impresso em Enkhuisen em 1641 ou 1642, destinado ao ensino religioso dos indígenas brasileiros, do qual não se encontrou até hoje um só exemplar na Holanda.

Elementos biográficos: muitas informações importantes e inéditas para a série de biografias dos Restauradores de Pernambuco, empreendida pela Universidade do Recife, foram recolhidas. Entre elas várias indicações acerca da atividade comercial de João Fernandes Vieira, sobre a qual muito pouco se sabia; dele levo ainda cinco cartas autografadas, todas inéditas. Há ainda algumas cartas escritas em holandês e assinadas por André Vidal de Negreiros, também

em originais; uma nota do governo flamengo no Recife esclarece que a letra das cartas era de Hoogstraten. Microfilmadas foram ainda as cartas tupis de D. Antônio Filipe Camarão e de alguns subordinados seus, visando a torná-las conhecidas dos estudiosos, na forma mais segura para a sua leitura e interpretação. Outras foram igualmente recolhidas por estarem assinadas pelo autor da *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, pelas quais se vê que seu nome era Nyhov e não Nieuhof.

Estudos de paleografia: textos variados da letra gótica holandesa do século XVII foram compilados, com o propósito de ensino universitário, para leitura dos manuscritos agora microfilmados. Parece-me que a Universidade do Recife deve divulgar o ensino da língua holandesa entre os estudantes de História da Faculdade de Filosofia, de onde devem sair os futuros historiadores do Nordeste, de modo a manter vivo o exemplo que nos legou o ilustre professor da Faculdade de Direito, José Hygino Duarte Pereira. O conhecimento do holandês deve constituir uma especialização pernambucana na formação universitária de história dessa Universidade. Com esse fim é que foram reunidos textos paleográficos seiscentistas.

Ao concluir, renovo a Vossa Magnificência as expressões de meu profundo respeito.

Diário de Pernambuco. Recife, 4 e 11 mai., 1958.

MISSÃO NOS ARQUIVOS - II

Apresento a Vossa Magnificência o meu segundo relatório trimestral da missão de pesquisa histórica de que tive a honra de ser encarregado por Vossa Magnificência. Devo manifestar-lhe e ao Prof. Gilberto Freyre, de quem partiu a sugestão para a realização deste novo encargo de pesquisas históricas, a minha satisfação pelos excelentes resultados deste trabalho. Razão tinha o Prof. Gilberto Freyre de sugerir novo exame dos papéis holandeses relativos ao Brasil; um estudioso, menos sabedor do que ele, teria considerado esgotado o acervo documental da Companhia das Índias Ocidentais, depois de mais de um século de constantes pesquisas, desde as de Pieter-Marinus Netscher, de Joaquim Caetano da Silva, de José Hygino Duarte Pereira e de Hermann Wätjen. O exame direto dos papéis por mim realizado veio comprovar a exatidão da opinião daquele Professor e demonstrar a justeza da lembrança por ele apresentada a Vossa Magnificência. Veio trazer também à Universidade do Recife a honrosa distinção, entre as suas congêneres brasileiras, de ser a única a empreender sistematicamente nos arquivos europeus o levantamento das fontes históricas respeitantes à sua região geográfica, da qual Pernambuco é o centro. Torna-se assim

possível, em futuro que desejamos próximo, a realização de uma história do nosso Estado, sem a qual não será possível escrever a do Brasil.

Continuei nestes três meses, de janeiro a março de 1958, abrangidos neste segundo relatório, a trabalhar no Arquivo Geral do Reino (*Algemeen Rijksarchief*) de Haia. Examinei códice por códice, documento por documento, todo o cartório da Companhia das Índias Ocidentais. Esse cartório compreende, na sua maior parte, os livros e papéis que pertenceram à Câmara da Zelândia daquela Companhia; há, porém, alguns livros que pertenceram à Câmara de Amsterdã (sem dúvida os mais importantes, mas infelizmente dispersados no século XVIII) e outros do Conselho dos 19 da mesma Companhia. Nenhum dos pesquisadores anteriores os tinha percorrido todos, como agora fiz.

Além dos 19 maços das "Cartas e papéis do Brasil" (números 49 a 67) e dos oito maços das "Nótulas diárias do governo do Brasil" (números 68 a 75), a que já me referi no relatório anterior, examinei neste segundo trimestre:

código 2, Nótulas secretas do Conselho dos
19, 1629-1645

3, Atas dos trabalhos do mesmo Conselho,
1647-48, 1653-54

14, Nótulas da Câmara de Amsterdã, 1635-
1636

- 20, Nótulas da Câmara da Zelândia, 1626-1629
- 21, Idem, 1629-1633
- 22, Idem, 1634-1636
- 23, Idem, 1637-1639
- 24, Idem, 1640-1641
- 25, Idem, 1642-1644
- 26, Idem, 1644-1646
- 27, Idem, 1658-1663
- 34, Resoluções da assembléia de acionistas da Câmara da Zelândia, 1623-1640
- 35, Idem, 1641-1644
- 36, Idem, 1643-1645
- 37, Idem, 1645-1657
- 38, Idem, 1657-1674
- 39, Decisões dos Estados-Gerais relativas ao Brasil, 1623-46
- 40, Idem, 1640, 1644-1651
- 41, Documentos diversos da Câmara da Zelândia, 1624-1676
- 42, Contratos para fundação de colônias, 1626-1671
- 44, Jornal da viagem de Brouwer ao Chile, 1642-1644
- 45, Resoluções do Almirante Maaerten Thijssen, 1631-1632

46, Relações diversas, 1636-1643

76, Nótulas secretas do governo do Brasil, 1642-1651.

Afora estes 24 códices do cartório da Companhia das Índias Ocidentais, iniciei o exame dos papéis dos Estados-Gerais das Províncias Unidas, isto é, da assembléia que dirigia a política interna e externa das sete províncias que formavam os Países Baixos. Esses papéis dos Estados-Gerais não foram examinados por José Hygino, como ele o diz no seu relatório (pág. 56), não só por já terem sido "objeto especial das investigações do General Netscher e do Dr. Joaquim Caetano da Silva", como "por ser mui limitado o tempo de que dispunha". Ora, pude verificar que as pesquisas do General Netscher foram muito incompletas e que Joaquim Caetano da Silva não realizou pessoalmente nenhuma pesquisa, mas encarregou um dos funcionários do Arquivo Geral do Reino, o Sr. J. A. Zwaan, da seleção do material a ser copiado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro; esse funcionário, pessoa competente sem dúvida, não conhecia entretanto a história do Brasil, nem a língua portuguesa, de modo que um número de documentos de importância fundamental escapou à sua escolha. Posso afirmar, pois, que só agora os documentos dos Estados-Gerais foram objeto de exame de um pesquisador interessado na nossa história, com excelentes e inesperados resultados.

Os papéis dos Estados-Gerais estão divididos

em “maços” e “escaninhos”. Examinei todos os 13 maços relativos ao Brasil, de números 5.770 a 5.782, que compreendem os papéis recebidos da Bahia e de Pernambuco e as decisões relativas ao Brasil tomadas pelos referidos Estados no período de 1623 a 1665; os maços relativos à Companhia das Índias Ocidentais, de números 3.228 a 3.229, dos anos de 1638 a 1663; e os maços respeitantes a Portugal, de números 7.017 a 7.018 e 8.315, dos anos de 1641 a 1669. Estou no momento a examinar os “escaninhos”, tendo já percorrido os de números 4, 5(1), 5(2), 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17 e 20. A grande maioria desses papéis é constituída de originais e aí encontrei nada menos de seis importantes documentos subscritos pelas principais figuras luso-brasileiras de Pernambuco desde 1642, com novas revelações sobre a atitude da população conquistada em relação aos seus dominadores.

Devo ainda acrescentar que durante as férias de Natal, período em que foram interrompidas as aulas da Universidade de Utrecht, onde tenho a obrigação semanal de duas aulas de História do Brasil, fui a Sevilha, na Espanha, a trabalhar no *Archivo General de Índias*. Pude verificar que é diminuta a documentação que aí se conserva relativa ao Nordeste brasileiro, embora muito grande a respeitante ao sul do Brasil, sobretudo em consequência das lutas com os jesuítas e das questões de fronteira. A que ali encontrei interessando a nossa região era a que só por motivos fortuitos estava ligada à história de Pernambuco. Entre ela, mencionarei alguns documentos relativos

ao descobrimento de Pernambuco por Vicente Yáñez Pinzón; depoimentos de 1515 de diversos pilotos espanhóis acerca da exata posição do Cabo de Santo Agostinho; diários e relatos de viagem contendo notícias acerca da passagem ou estada em Pernambuco de Fernão de Magalhães (1522), Frei Garcia Jofre de Loaisa (1525), Sebastião Caboto (1530) e Diego Flores Valdés (1583). A relação pormenorizada do que fiz microfilmear Vossa Magnificência encontrará anexa a este relatório.

Do exame do material conservado no importante e mundialmente famoso *Archivo General de Índias* de Sevilha pude comprovar que a documentação relativa ao Nordeste brasileiro do período em que as duas coroas de Portugal e Espanha estiveram unidas (1580-1640) deve encontrar-se no *Archivo de Simancas*, onde deverei trabalhar em junho ou julho próximo.

Finalmente, ainda durante as férias do Natal, estive a trabalhar na *Biblioteca e Arquivo Municipal do Porto* (Portugal), onde confrontei as edições do livro de Diogo Lopes de Santiago, *História da Guerra de Pernambuco*, feitas no Rio de Janeiro pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Recife, em 1943, pela Secretaria do Interior desse Estado, com o manuscrito da mesma obra que ali se conserva, verificando que nada menos de quatro capítulos foram omitidos nas duas edições citadas. Esse fato demonstra ainda uma vez a necessidade de se fazer cuidadosa coleção dos textos originais toda vez que se publicar um documento e não se limitar, como foi o caso da edição de 1943 da

Secretaria do Interior, a reproduzir um texto já divulgado sem exame da sua fidedignidade.

Sirvo-me desta oportunidade para apresentar a Vossa Magnificência os meus respeitosos cumprimentos.

“Archivo General de Índias” de Sevilha

Documentos seleccionados

1501 5 de setembro. Capitulação celebrada com Vicente Yáñez Pinzón: concede-lhe o governo das terras que descobriu desde o cabo de Rostro Hermoso e na direção noroeste.

Indiferente General 418

1515 13 de novembro. Traslado dos pareceres dos pilotos Sebastião Caboto, Juan Vespuccio, Juan Rodrigues Serrano, Andrés de Morales e Nuño Garcia: tratam da posição do Cabo de Santo Agostinho e da demarcação dos limites entre os domínios de Espanha e Portugal na América.

Contractación 5089

1515 27 de novembro. Real Cédula aos oficiais da Casa de Contratação: diz respeito à posição do Cabo de Santo Agostinho e demarcação de limites nas Índias.

Indiferente General 419

1522 Diário ou Relação da viagem de Fernão de Magalhães desde o Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco até o regresso à Espanha da nau Vitória, por Francisco Albo.

Patronato 34, Ramo 5

1525-36 Relação sumária da viagem do Comendador Frei Garcia Jofre de Loisa, por Andrés de Urdaneta e Macias del Poyo.

Patronato, 37, Ramo 34.

1527 Autos do Fiscal de Sua Majestade contra Francisco de Espartero, mestre e marinheiro da nau São Gabriel: referem-se ao que aconteceu à dita nau desde que se separou da armada do Comendador Loisa.

Justicia 1161

1528 20 de abril. Carta do Capitão da nau São Gabriel ao Capitão-mor da costa do Brasil em Pernambuco pedindo-lhe auxílios para o regresso à Espanha.

Patronato 38, Ramo 7

1528 2 de junho. Carta de Hernando de la Torre a Sua majestade, na qual relata o que aconteceu à armada de Loisa.

Patronato 37, Ramo 24.

- 1529 10 de maio. Provança feita em Cádiz por D. Rodrigo de Acunã, que tomou parte na expedição de Loaisa, que descreve.

Patronato 37, Ramo 27

- 1583 5 de agosto. Carta a Sua Majestade de Diego Flores Valdés. Escreve extensamente do Brasil e propõe que se façam povoações em seu litoral.

Charcas 41

- 1584 28 de abril. "Relación de los bastimientos, artilleria y municiones que el Provedor Esteban de las Alas entregó al Capitan Francisco de Castroxón alcayde del fuerte de S. Filipe Y Santiago de Paraíba".

Patronato 33, N. 3, Ramo 47

- 1584 Relação da viagem que fez a armada de Diego Flores Valdés do Estreito de Magalhães ao porto de São Domingos da Paraíba, por Andrés de Eguiño.

Patronato 33, N. 3, Ramo 41.

MISSÃO NOS ARQUIVOS - III

Apresento a Vossa Magnificência o terceiro relatório da missão de pesquisa histórica de que estou encarregado, referente ao período de abril a junho do ano em curso.

Arquivo Geral do Reino de Haia: sem repetir o que já informei no relatório anterior, de que este é a continuação, informo a Vossa Magnificência que concluí o exame dos papéis dos "escaninhos" da Companhia das Índias Ocidentais, do cartório dos Estados-Gerais das Províncias Unidas, com a consulta dos de números 21, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 39, 42 e 43 e mais os "escaninhos" de "Papéis particulares" números 83, 85 e 121 e "Papéis de Portugal" números 19, 21, 23 e 25.

Examinei ainda, no mesmo Arquivo, os "Papéis criminais da Corte de Justiça", maços números 22 a 25, documentos da "Província da Holanda" maços números 1.358, 1.381, 2.834, 2.835 e 4.387. Por fim, fiz uma seleção dos principais mapas de interesse pernambucano que tinham deixado de ser copiados por José Hygino, fazendo-os fotografar para a Universidade do Recife, a saber:

Nº 708, mapa do Recife, cerca de 1632-33

709, outro, cerca de 1633-34

710, outro, assinado por Dierick Ruyters, anterior a 1630

2160, planta do Arraial Velho do Bom Jesus, 1635

2163, mapa do Recife, cerca de 1630

2165, outro, assinado por Johannes van Walbeeck, 1632.

O exame de toda esta documentação do Arquivo Geral do Reino foi realizado no prazo de seis meses e abrangeu todos os papéis que ali se conservam de interesse para o Nordeste brasileiro, nos diversos cartórios em que estão subdivididos e posso afirmar que foi sistematicamente feito e foi o mais extenso já levado a efeito por qualquer dos pesquisadores que me antecederam nesse trabalho.

Arquivo da Casa Real (Koninklijk Huisarchieff) de Haia: devidamente autorizado por Sua Majestade a Rainha Juliana, graças à interferência do Ex.^{mo} Sr. Embaixador do Brasil, pude examinar este Arquivo, que não está aberto ao público. José Hygino ali estivera em 1886, mas pelos motivos já indicados fez copiar apenas alguns documentos, em especial os relatórios de Gaspar Dias Ferreira e a correspondência do Conde de Nassau a respeito dos quadros por ele oferecidos ao rei de França.

Os papéis que ali se conservam, de interesse brasileiro, pertenceram ao arquivo particular do Conde de Nassau e formam os códices 1454 e 1.455, afora outros de menor valia. Contêm uma série

muito interessante de editais tendentes a obrigar os senhores de engenho e lavradores de canaviais a plantar mandioca, datados de 1638, 1639, 1640 e 1643; duas cartas muito esclarecedoras subscritas por Cornelis S. Golijath, autor de valioso mapa do Recife publicado em 1648, desconhecidas do seu biógrafo Dr. W. S. Unger; vários documentos acerca de uma expedição enviada pelo Conde em 1640 a descobrir as célebres minas de prata de Itabaiana; cartas diversas, em originais, do marquês de Montalvão ao Conde, de 1640 a 1642, de uma das quais se colhe evidência de que o Conde enviou o seu pintor Albert Eckhout em 1641 à Bahia a retratar o Marquês.

Arquivo Municipal (Gemeente Archief) de Amsterdã: conservam-se aí os cartórios notariais da cidade de Amsterdã, isto é, os livros de tabeliães dos séculos XVI a XIX. Sendo Amsterdã a capital dos Países Baixos, a sua principal e mais rica cidade, sede da mais influente "Câmara" da Companhia das Índias Ocidentais, em consequência os seus registros notariais são de grande importância para a história quer local, quer ultramarina. Quase todos os militares, funcionários civis, mercadores etc., ao partir com destino ao Brasil holandês, constituíam procuradores na metrópole, faziam testamento, contratavam auxiliares e empregados para o negócio e faziam redigir escrituras de natureza vária. Todos estes elementos, dispersos aqui e ali em muitas centenas de códices, constituem elementos preciosos para a história, sobretudo social e, em especial, econômica, de Pernambuco e do Nordeste.

Tais são os documentos que se conservam nos cartórios notariais deste importante Arquivo de Amsterdã.

Evidentemente, muitos informes históricos que esses registros fornecem são de menor importância; ficam-se, por exemplo, a conhecer a naturalidade e idade de várias figuras que se distinguiram durante a ocupação holandesa do Nordeste. Augustus de Quelen, autor de interessante livrinho sobre Pernambuco, era natural da Bretanha e em 1640 contava 35 anos; Roelof Baro, que escreveu valioso relatório sobre os tapuias, era de Amsterdã de 34 anos em 1644, ano em que casou com Lobberich Wybrants de 28 anos; Jacob Stachhouwer, protetor e grande amigo de João Fernandes Vieira, declara em 1640 ter 44 anos de idade; o almirante Lichthardt, de atuação conhecida, contava 36 anos em 1639, etc. Outros elementos são pitorescos e dão indicação do interesse com que, entre o povo da Holanda, era acompanhado o desenrolar da invasão de Pernambuco: há várias escrituras de apostas em dinheiro com palpites sobre a data em que se renderiam o Arraial Velho, o Forte de Nazaré do Cabo de Santo Agostinho, o Forte da Paraíba etc. Por fim, elementos de real importância, como sejam escrituras de contratos de oficiais mecânicos holandeses para trabalhar em Pernambuco. Em 27 de outubro de 1636, Jacob Dasseine e Daniel Couwenburgh contrataram dois carpinteiros de casas para trabalhar no Recife; em 12 de outubro de 1638, o mestre carpinteiro de casas Cornelis Jacobsen admite em seu serviço dois

carpinteiros e um pedreiro para servir em Pernambuco e, o mais interessante, o contrato de um aprendiz feito por Pieter Coninxloo, mestre fabricante de vidro residente no Recife. Coninxloo é nome bem conhecido e fazia parte de uma família de pintores, filho de Hans van Coninxloo (nascido em Antuérpia cerca de 1565 e falecido em Emden em 1620) e irmão de outro Hans (nascido em Emden cerca, 1589 e falecido em Amsterdã em data não conhecida). Pieter Coninxloo nasceu em Amsterdã em 1604 e ali faleceu em 1648; permaneceu no Recife desde 1635 até, pelo menos, 1644 (veja-se a seu respeito Ulrich Thieme, *Allgemeines Lexikon der Bildenden Kuenstler von der Antike bis zur Gegenwart*, Leipzig 1912). Não foi Coninxloo o único fabricante de vidro (*glazemaker*) e gravador de vidro (*glæsschrijver*) e talvez pintor de vitrais a trabalhar no Recife: nos documentos holandeses há referência a outros, a saber, Anthony de Later (1643 e 1645) e Jacob Pauwelsen (1644). O emprego de vidro nos edifícios públicos e casas de residência do Recife holandês contrasta fortemente com o uso português das gelosias e urupemas, que então prevalecia.

Não me foi possível, porém, fazer um exame sistemático de todos os cartórios notariais de Amsterdã de interesse para a história brasileira, isto é, os dos séculos XVI e XVII, sobretudo; e isto porque foi enorme o número de tabeliães que serviram ali. Basta indicar que no período de 1630 a 1654, em que os holandeses ocuparam o Nordeste brasileiro, houve em Amsterdã 89 tabeliães, cujos cartórios

compreendem mais de dois mil volumes. Seria necessário, portanto, mais de um ano de trabalho para examiná-los todos; e o rendimento de esforço tão prolongado talvez não fosse compensador.

Limitei minha pesquisa no Arquivo Municipal ao exame sistemático dos códices de dois cartórios de tabeliães, escolhendo os que mais trabalharam para a Companhia das Índias Ocidentais e seus empregados, a saber, os de Joost van de Ven, que serviram de 1633 a 1666 e de Hendrick Schaef, 1636-65, com a vantagem que estiveram ambos em atividade no período de maior prosperidade da colônia holandesa do Brasil, que vai de 1636 a 1645. Consultei, ainda, papéis do tabelião Jan Franssen Bruijningh, de 1593 a 1624, onde se acham referências às primeiras relações comerciais da Holanda com o Brasil, particularmente no que se refere ao tráfico açucareiro.

No Arquivo Municipal de Amsterdã conservam-se os cartórios chamados D.T.B. (das iniciais das palavras holandesas Doop, Trouw, Begraven, isto é, batismo, casamento e óbito, que correspondem aos arquivos paroquiais do mundo luso-brasileiro e satisfazem ao grande interesse que ali existe pelos estudos genealógicos. Das coleções referentes ao século XVIII há índices alfabéticos em fichas, que facilitam a pesquisa; do século XVII, porém, conservam-se listas anuais de batismo, óbitos e casamentos, pelo que a pesquisa é extremamente morosa e de pouco rendimento, visto

que não se sabe, da grande maioria dos holandeses do Brasil, onde nasceram, casaram e morreram e naquele Arquivo existem apenas os da cidade de Amsterdã (e não de todo o país). Ainda assim consegui localizar a certidão de casamento de Roelof Baro, já referido.

Ainda no Arquivo Municipal encontram-se depositados os arquivos da Comunidade Portuguesa-Israelita de Amsterdã, compreendendo papéis desde fins do século XVI. Infelizmente muito incompletos, ainda assim são bastante ricos, pois ali se guardam livros de receita e despesa das comunidades Beth Jacob de 1597 e 1639, Neve Shalom, 1608-39, Beth Israel, 1618-39 e Talmud Torah, 1639 até hoje. Entretanto, os elementos interessando o Nordeste brasileiro são raros e de apenas duas das Comunidades conservou-se o Livro de Termos do Kahal Kadosh: a de Beth Israel, 1619-39 e Talmud Torah, 1638-80. O original do Livro de Termos das Comunidades Portuguesa-Israelita do Recife e Maurícia durante a dominação holandesa, que já foi publicado pelo Dr. Arnold Wiznitzer, aí se guarda (códice 363).

Arquivo da Comunidade Reformada de Amsterdã. Como o Arquivo Municipal, antes referido, este Arquivo da Comunidade Reformada ainda não tinha sido objeto de pesquisa por investigador brasileiro. Conservam-se ali vários papéis avulsos, cartas, certidões de visitas a igrejas reformadas do Brasil holandês, contas de distribuição de tecidos aos indígenas, etc. Existem

ainda registros de consultas feitas de Pernambuco a teólogos de Amsterdã acerca de pontos de doutrina e prática religiosa. Um problema que nestes documentos encontra amplos elementos é o relativo à publicação de um livro de catecismo reformado, para uso dos indígenas do Brasil. O assunto interessa-me há anos e o que pude recolher a respeito divulguei em *Tempo dos Flamengos*. Aí refiro que o livrinho fora publicado em Enkhuizen em 1643. Consegui agora obter o título completo, *Corte onderwijsinge der Christelijcke religie* (Instrução breve da religião Cristã), redigido em holandês, português e tupi, ao que parece por David van Doreslaer, ministro em Pernambuco, cujo pai, também ministro e morador em Enkhuizen, Abraham van Doreslaer, encarregou-se da impressão. Falta agora encontrar um exemplar do livrinho, pois nenhum até hoje foi ainda revelado. Solicitei a colaboração da Biblioteca da Universidade de Amsterdã, que gentilmente prometeu empreender pesquisas nas bibliotecas do país.

Arquivo da Universidade de Leiden: obtive aí microfilme do manuscrito seiscentista dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de tanta importância para a história do Nordeste.

A minha permanência na Holanda, com o trabalho nos cinco arquivos citados e ensino de História do Brasil na Universidade Governamental de Utrecht, prolongou-se por oito meses, até o fim

de maio do corrente ano. No mês de junho transferi-me para a Espanha para prosseguir ali as pesquisas.

Biblioteca Nacional de Madri: examinei aqui vários manuscritos e impressos, nenhum, porém, de grande importância. Conserva-se aqui uma coleção de mapas de várias capitanias do Brasil, inclusive um do Recife, de cerca de 1635-36 (códice 7.121).

Real Academia da História de Madri: a coleção de papéis dos Jesuítas (cujo catálogo foi organizado por Rodrigues Moñino) encerra alguns papéis de importância para a história pernambucana, entre os quais um impresso (aliás incompleto) dirigido ao rei da Espanha pelos Jesuítas no qual se apontavam os serviços que prestaram à coroa no Brasil durante a luta contra os holandeses, cuja impressão teria sido interrompida (ao que presumo) pela Restauração da monarquia portuguesa em dezembro de 1640.

Arquivo Geral de Simancas: localizado em uma aldeia a 15 km de Valladolid, em um velho castelo restaurado em fins do século XVI, para nele ser instalado o principal arquivo de Castela. Aí está, do ponto de vista da história do Nordeste, o mais importante acervo de documentação de interesse para essa região brasileira. Falta-lhe, porém, certo conforto, sobretudo para a época de inverno, isto é, aquecimento adequado e boa iluminação (há apenas pequenos candeeiros elétricos nas mesas, mas não rede geral no edifício), pelo que a maioria

dos pesquisadores o procura na época de verão, aproveitando-se, ainda, da prorrogação do horário de trabalho, que no inverno é das 10 às 13,30 horas e no verão das 10 às 20 horas. Assim o fiz também, pois estava retido na Holanda até o mês anterior. Infelizmente, pouco antes tinham sido iniciadas extensas obras de construção de estantes incombustíveis para abrigar parte importante do arquivo e várias seções estavam cerradas a consulta.

A parte de interesse para o investigador da história do Nordeste brasileiro é sobretudo a das seções "Secretaria de Estado", "Secretarias Provinciais", "Livros inconexos" e "Guerra antiga"; as três primeiras estavam abertas, mas a quarta estava cerrada, o que muito lamentei. Entretanto, os elementos recolhidos nos 87 códices das "Secretarias Provinciais" são de grande importância e todos inéditos, pois nenhuma pesquisa havia sido aí feita neste século por brasileiro do Nordeste.

Os papéis das "Secretarias provinciais" estão divididos em "Consultas" e "Decretos" e, em geral, em sofrível estado de conservação. São na sua grande parte da época em que a coroa de Portugal esteve unida à da Espanha, de 1580 a 1640. O que neles diz respeito a Pernambuco é de importância inegável para a história.

Evidencia-se, por exemplo, assombroso desconhecimento do Rei e dos seus ministros da exata situação econômica da Espanha e de Portugal: daí as ordens para a organização de armadas para

restaurar Pernambuco do domínio holandês que nunca puderam ser cumpridas; ou, quando o foram, nunca com os efetivos ou nas épocas determinados. Assim, em julho de 1633, ordenou Felipe III que se aprestasse uma armada de vinte navios de socorro ao Brasil, sob o comando de D. Fadrique de Toledo; a esquadra, muito reduzida em número, só sairia de Lisboa em setembro de 1635 sob outro comando, com as tropas de desembarque sob a chefia de D. Luís de Rojas y Borja.

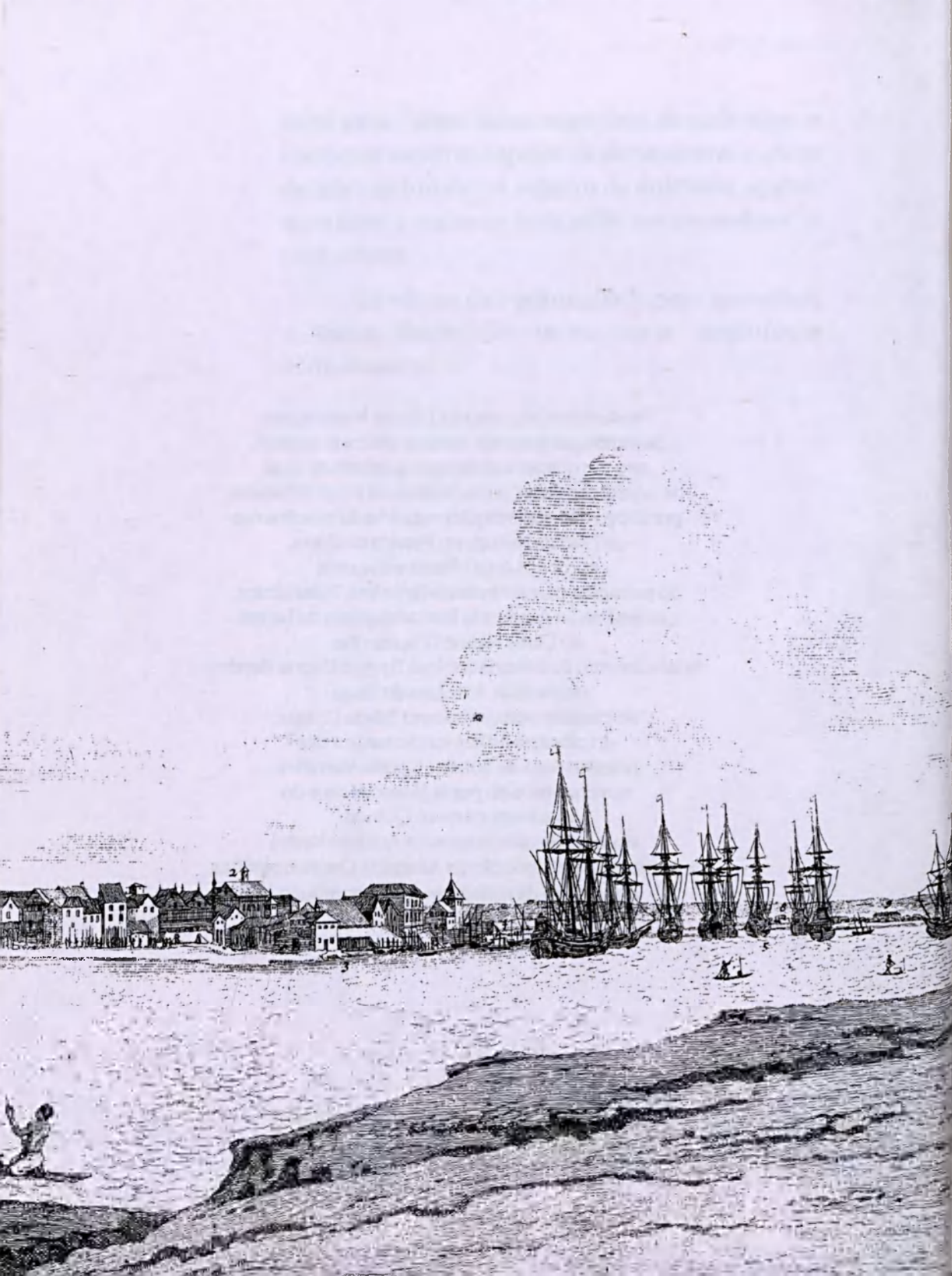
Por outra parte, causa assombro a eficiência do serviço espanhol de espionagem a funcionar dentro da própria sede do Conselho dos 19 da Companhia das Índias Ocidentais na Holanda. Em carta datada de Madri, 7 de maio de 1629, o rei escreveu ao Arcebispo Governador de Portugal informando-o de que os holandeses estavam a aprestar uma armada que se dirigiria a Pernambuco "com intento de lhe dar os assaltos pela barra e pelo porto do Pau Amarelo", como de fato veio exatamente a ocorrer.

Outros documentos igualmente interessantes pude ainda localizar aí: a instrução que foi dada a Matias de Albuquerque em 25 de maio de 1629 para exercer os cargos de superintendente da guerra da Capitania de Pernambuco, de visitador e fortificador das Capitânicas do Norte e uns papéis de 1620 sobre certo Gaspar Lopes Coelho, que se diz "primeiro inventor e engenheiro de engenhos de três paus que se fizeram em todas as Capitânicas do Brasil" e

hábil para “saber situar engenhos de toda sorte e conhecer as terras capazes de dar açúcares e assim de fabricar fortalezas, reparos de artilharia, igrejas, mosteiros e todos os mais edifícios necessários” a uma cidade.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a Vossa Magnificência os meus respeitosos cumprimentos.

Produzido e impresso na Editora Massangana
da Fundação Joaquim Nabuco em maio de 2001,
ano em que se registram os quinhentos anos
de expedição de reconhecimento da Costa Brasileira
por Diogo de Lepe; sesquicentenário do nascimento
de Francisco Augusto Pereira da Costa,
autor dos *Anais Pernambucanos*,
do paisagista pernambucano Jerônimo Telles Júnior;
centenário da Academia Pernambucana de Letras,
do Clube Náutico Capibaribe,
de falecimento do historiador José Hygino Duarte Pereira,
do escritor José Lins do Rego,
do cineasta pernambucano Edson Chagas,
do cineasta Adhemar Gonzaga e das
poetisas Auta de Souza e Cecília Meirelles;
noventa anos do poeta Mauro Mota e do
historiador Amaro Quintas;
oitenta anos do compositor Antônio Maria;
sessenta anos de fundação da Atlântida Cinematográfica
e do Teatro de Amadores de Pernambuco.



toda a documentação relativa ao Ultramar português – e onde podemos mergulhar, de imediato, na leitura e indexação dos verbetes-resumos de mais de 250.000 peças documentais armazenadas em caixas metálicas, na Sala do Brasil, que exigiu uma nova ordenação e numeração de suas cotas definitivas e uma organização compatível com a moderna arquivística. Foi e está sendo um trabalho hercúleo só capaz de ser realizado com a dedicação, e a unidade do empenho e da competência dos pesquisadores brasileiros e portugueses que vêm permitindo a publicação de diversos Catálogos de disseminação da documentação das antigas Capitanias, além da identificação dos quase 800 Códices que contêm documentação relativa ao Brasil.

Compreende o Ministério da Cultura e os seus inúmeros parceiros que todo o esforço para obter os excelentes resultados já produzidos pelo *Projeto Resgate* em Portugal, no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, estará mais completo quando concluirmos a publicação dos *Guias de Fontes* das instituições detentoras de acervos sobre o Brasil existentes nos países que conosco conviveram de alguma forma e por algum tempo no nosso passado que vai de 1500 a 1850, como é o caso do *Guia Holandês*.

Este *Guia de Fontes* da documentação manuscrita existente na Holanda, que ora se publica, é o primeiro de uma série que o Ministério da Cultura está preparando relativa aos documentos existentes na Holanda, Espanha, França, Itália e Inglaterra e que tem merecido uma atenção especial do Embaixador Wladimir Murtinho, Coordenador Geral do *Projeto Resgate* e Assessor Internacional do Ministro da Cultura.

Certamente que o *Guia* estimulará a elaboração de Catálogos e Inventários a que se seguirá a microfilmagem sistêmica dos documentos – esta tecnologia consagrada pela arquivística internacional como a mais adequada e correta para preservação e transferência de informação de caráter permanente. Ao ingente esforço da copiagem à mão feita pelos ilustres pesquisadores do século XIX cujos exemplos podem ser vistos e consultados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Joaquim Caetano da Silva), no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (José Hygino Duarte Pereira) e na Universidade Federal de Pernambuco onde se encontram os primeiros rolos de microfilmes trazidos por José Antônio Gonsalves de Mello, sucederão centenas de rolos de microfilmes que reproduzirão, na sua integralidade informacional em verdadeiros fac-símiles os principais conjuntos documentais referenciados neste *Guia*. E uma vez microfilmados, produzidos os Catálogos temáticos e os Cds os documentos originais poderão ser acessados por todos, a exemplo do que vem acontecendo com o *Projeto Resgate / Portugal / Arquivo Histórico Ultramarino*. Certamente que os desafios permanecem, pois este *Guia* apenas re-visita os caminhos já indicados e trilhados no passado. Os trabalhos de leitura paleográfica que apenas se vislumbram, a elaboração dos verbetes-resumos por especialistas brasileiros e holandeses e as exaustivas transcrições e traduções devem ser as próximas metas das Universidades brasileiras e/ou holandesas, com a publicação dos respectivos Catálogos, com a descrição arquivística resumida das peças documentais de cada fundo ou série. A todos os que se encantarem com o novo "navegar" e "conquistar", a todos os que aceitarem os desafios das "novas descobertas" os documentos desvelarão os seus segredos, revelarão novas visões do passado colonial e viabilizarão a concretização dos seus projetos de pesquisa. Bom trabalho. *Viva o Documento!*



Nada mais oportuno do que, no ano em que se encerram as comemorações dos 500 anos do descobrimento, democratizarmos o acesso às fontes de nossa história. É a partir de iniciativas como o Projeto Resgate de Documentação Histórica do Brasil Colônia "Barão do Rio Branco" que, iluminados pelo passado, poderemos refletir melhor sobre o nosso destino como Nação.

Para satisfação de todos quantos ansiavam navegar pelos oceanos da história em busca da conquista do saber, o Ministério da Cultura está disponibilizando não só o conteúdo integral devidamente microfilmado do acervo documental guardado no Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, como também este *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês*.

Elaborado com o apoio de instituições pernambucanas como o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, o Instituto de Planejamento e Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico, o Instituto de Cultura da Fundação Joaquim Nabuco e a Universidade Federal de Pernambuco, este guia resulta da visitação aos modernizados arquivos holandeses, hoje bem diferentes dos conjuntos percorridos no passado por Joaquim Caetano da Silva, José Hygino Duarte Pereira e José Antônio Gonsalves de Mello.

Ao fornecer informações gerais e o sumário dos acervos documentais e das entidades holandesas possuidoras da documentação do Brasil Holandês, o Guia constitui-se não somente no primeiro de uma série relativa aos documentos existentes em países como Espanha, França, Itália e Inglaterra, que conosco conviveram no passado, mas também no elemento indutor de parcerias que permitam aos pesquisadores penetrar em cada documento e ter um melhor conhecimento de nossos povos.

Marco Maciel

Vice-presidente da República

MINISTÉRIO
DA CULTURA



INSTITUTO DE
PLANEJAMENTO
E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO
TECNOLOGICO
E CIENTIFICO



MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO



Trabalhando em todo o Brasil

ISBN 85-7019-360-2

